Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Raquel Martini Carriconde

“Cair na rede”: circulações desde os abrigos da cidade

Rio de Janeiro
2019

Raquel Martini Carriconde

“Cair na rede”: circulações desde os abrigos da cidade

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Lia de Mattos Rocha

Rio de Janeiro
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C316 Carriconde, Raquel Martini.
"Cair na rede": circulações desde os abrigos da cidade / Raquel Martini Carriconde. – 2019.
201 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha.
Tese (Doutorado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
.

1. Abrigos para desabrigados – Teses. 2. Pessoas desabrigadas – Teses. 3. Pobreza – Teses. 4. Estado –Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 301-058.51

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Raquel Martini Carriconde

“Cair na rede”: circulações desde os abrigos da cidade

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 08 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

_____
Prof.ª Dra. Lia de Mattos Rocha (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

_____
Prof.ª Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____
Prof.ª Dra. Taniele Cristina Rui
Universidade Estadual de Campinas

_____
Prof.ª Dra. Márcia Pereira Leite
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

_____
Prof.ª Dra. Paula Mendes Lacerda
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Rio de Janeiro
2019

DEDICATÓRIA

A Matilde de Jesus Barbosa, Matilde de Jesus Barbosa Matoso, Maria Rodrigues da Silva, Regina Célia Antunes dos Santos, Regina Célia Antunes Santos, Regina da Conceição Barbosa, Regina da Conceição dos Santos, Regina da Conceição Santos. A todas as Matildes, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

À UERJ (Resiste!) eu devo boa parte da minha formação. Ali entrei pelo curso de Especialização em Sociologia Urbana e saio (esperando sempre voltar) com a conclusão do doutorado. Meu carinho por essa Universidade se soma ao carinho e ao engajamento daquelas e daqueles que, cotidianamente, resistem ao seu desmonte. Através de minha orientadora Lia Rocha, que é uma brava combatente, agradeço a todas, todos e todes que têm criado com fundamento em meio e para a resistência.

A Lia Rocha agradeço ainda ao encontro e orientação dessa tese de forma generosa, amigável e acolhedora. Agradeço o incentivo, encorajamento, os diálogos e trocas em meio a tantas ruínas. A esse agradecimento, somo ao agradecimento a Marcia Leite. Ambas me ensinaram, na prática, que a vivência acadêmica pode (e deve) ser uma experiência tecida com bons afetos e práticas insurgentes.

Pela formação em Ciências Sociais, no PPCIS, além delas, agradeço as incríveis pesquisadoras e professoras Myrian Sepulveda, Paula Lacerda, Patrícia Birman, Roberta Guimarães, Rosane Manhães Prado e Sandra Sá Carneiro. Agradeço também à Valter Sinder, eterno professor de metodologia, e quem me apresentou à Hélio Silva, a quem sou grata também pelas trocas desse e de outros trabalhos.

Silvia Aguião, Paula Lacerda e Taniele Rui participando da banca de qualificação dessa pesquisa, formularam questões inspiradoras que continuam a me inquietar. As teses que dali poderiam sair, vão continuar vibrando nesse caminho que não se esgota aqui. Agradeço a Adriana Vianna, Taniele Rui, Marcia Leite e Paula Lacerda pelas generosas considerações tecidas sobre esse texto em minha defesa.

Do PPCIS, agradeço a Sonia Costa e Wagner Souza que, mesmo sobrecarregados e trabalhando sem receber por alguns períodos, ajudaram-me sempre com comprometimento e presteza.

Através do PPCIS, tive acesso a bolsa da CAPES. Conforme a portaria CAPES n° 206, de 04 de setembro de 2018, devo agradecer a essa agência de financiamento com o seguinte texto: “O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código do financiamento 001.” Agradecida. Agradeço também à FAPERJ, que financiou essa pesquisa parcialmente através do Edital Jovem Cientista de Nosso Estado (2015-2018), no âmbito do projeto "Políticas Públicas, Cidadania e territórios periféricos: a permanente (re)construção do estado nas margens do Rio de Janeiro”, coordenado por Lia Rocha.

No CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana, encontrei um espaço de “acolhimento e amor” e pessoas lindas com quem aprendi muito e pude fazer boas trocas. Agradeço à Lia, que por tanto tempo coordenou nossos encontros; as queridas colegas Kita Pedroza, Livia Abdalla, Suellen Guariento, Monique Carvalho, Rachel Barros, Patricia Lânes, Alluana, Liliana Sanjurjo, Yasmim Campelo e aos colegas Frank Davies, Pedro Zaidan, Vinicius, Jonathan Willian e Jorge Santana pelas interlocuções preciosas, leituras conjuntas e sugestões.

A Adriana Fernandes que me pilhou para buscar outros campos mais longínquos, com quem iniciei essa pesquisa dentro dos abrigos, agradeço por essa chama inspiradora, pelas questões compartilhadas e pela alegria dos encontros. A Flávia Vieira, pela incursão ao abrigão e por todos os toques preciosos de quem os conhece por dentro.

As conversas com Suellen Guariento, Daniela Carusa, Livia Abdalla, Juliana Athayde e Kita Pedroza, tão confortantes sempre por pegar com as mãos os delírios da academia e por dentro do bolso. A Johanita Gonzales, tão querida amiga e tantas horas, agradeço por tudo e em especial pela generosidade em abrir as portas da casa de sua família em Bogotá. A Marcela Lopes, pela poesia compartilhada no sobe e desce das rampas uerjianas. A Camila Pierobon, pela generosidade no compartilhamento, na atenção e cuidado com as amizades. A Frank Davies, pela alegria, entusiasmo, leituras, projetos e sugestões compartilhadas.

Aos amigos e amigas “de uma vida” meu mais profundo agradecimento por não deixarem meu ar faltar nesses tempos e nesse processo: a Paulo Tristão e Luciano Moraes, pelos colos e o aconchego da casa sempre aberta e em alto astral. Ao Luciano, também pelas leituras, formatações, traduções e incentivo a agarrar um caminho e seguir. A Sara Guerra agradeço a bergamota, o café, o vinho, o colo e as conversas e práticas estimulantes e libertárias. A Laura Gallo, pelos cuidados carinhosos e por não deixar esquecer do corpo que habito. A Luana Teixeira, pelas ajudas com o pragmatismo da vida e por toda a poesia que faz e inspira. A Tais Avancini, tão presente nesse processo sendo escuta atenta e sensível. A Dani Jatahy, com quem compartilhei delírios, delícias e angústias desse processo. A Natasha Jerusalinsky, irmã desde sempre, onde me reencontro quando os fios se espraiam. A Carol, Vi, Biba, Badá e Tiago, pela comensalidade confortante. À minha afilhada Luana e aos afilhados Tiago e Rafael, agradeço a delícia de tê-los no meu coração, tão alegres, tão viventes e inventores de mundos mais bonitos e generosos.

Ao meu sempre terapeuta Pedro Honório, por me mostrar o além quando me afogo em poças.

A minha mãe Ivanosca, agradeço pelo incentivo em seguir e pelo colo sempre disponível quando preciso voltar. A Helô agradeço o colo, a leveza, o carinho e o cuidado sempre atento

a mim. Ao meu irmão Carlos, agradeço pelo alimento servido à mesa. À Maria Aparecida, agradeço por trazer ao mundo ser tão lindo como seu filho temporão. Agradeço também pelos almoços de domingo que me nutrem pra semana. Ao Pepe e ao Durval, agradeço a meditação através dos chamegos e brincadeiras.

Ao Renato Vicentini agradeço por tudo: por topar e incentivar fazer do nosso lar uma trincheira de amor; pelo sorriso incondicional das manhãs; pela leveza contagiante de sua existência; por resistir com alegria, sempre; pela urgência da poesia em meio a ruínas. Agradeço por cuidar da nossa casa, cuidar de mim, de Pepe e Durval, quando eu me torno uma máquina de escrever. Agradeço pela companhia nas caminhadas quando o corpo já não aguenta mais, pelas leituras compartilhadas, pela leitura atenta deste texto e pela escuta arejada das tantas histórias desse campo.

Por fim, queria poder agradecer nominalmente a todas e todos que estão enredados nos fios dessa pesquisa, que abriram portas e portais; só não o faço para garantir seus anonimatos. Meu mais profundo agradecimento e admiração a essa gente que arranca a vida com as mãos.

Mamãe não quer, não faça
Papai diz não, não fale
Vovó ralhou, se cale
Vovô gritou, não ande
Placas de rua, não corra
Placas no verde, não pise
No luminoso: não fume
Olha o hospital, silêncio
Sinal vermelho, não siga
Setas de mão, não vire
Vá sempre em frente nem pense
É Contramão
Olha cama de gato
Olha a garra dele
É cama de gato
Melhor se cuidar
No campo do adversário
É bom jogar com muita calma
Procurando pela brecha
Pra poder ganhar
Acalma a bola, rola a bola, trata a bola
Limpa a bola que é preciso faturar
E esse jogo tá um osso
É um angu que tem caroço
É preciso desembolar
E se por baixo não tá dando
É melhor tentar por cima
Ou com a cabeça dá
Você me diz que esse goleiro
é titular da seleção
Só vou saber mas é quando eu chutar
Matilda, Matilda
No campo do adversário
É bom jogar com muita calma
Procurando pela brecha pra poder ganhar

Geraldinos e Arquibaldos, Gonzaguinha, 1975

RESUMO

CARRICONDE, Raquel. "*Cair na rede*": circulações desde os abrigos da cidade. 2019. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Tomando os abrigos municipais como ponto de partida, esta tese busca mapear alguns dos mecanismos acionados para gerir – e produzir – corpos precarizados em suas circulações e encontros com o Estado. Traço pistas sobre que cidade e que Estado se fazem para gerir *indesejáveis* de várias ordens e circunstâncias pelo tecido urbano e em sua malha administrativa e que subjetividades e moralidades emergem dos encontros (constantes) desses com a máquina governamental do Estado. Também traço, através da etnografia, as múltiplas marcas de precariedade que atravessam e se inscrevem nesses corpos que, em algum momento de sua vida – ou vários – "entram" ou "caem nas redes" de assistência. A pesquisa parte de trabalho de campo realizado em dois abrigos municipais do Rio de Janeiro entre os anos de 2015 e 2017. A partir dos abrigos, acompanhei algumas pessoas usuárias em suas circulações por outras instituições estatais e não estatais. Essa pesquisa começa na rua, na observação das políticas de "ordenamento urbano" postas em prática durante os preparativos da cidade para os grandes eventos, entra nos abrigos e acompanha, mais de perto, a circulação de uma usuária por entre instituições diversas.

Palavras-chave: Serviço de Acolhimento Institucional. Abrigos. Estado. Pobreza. Circulação.

ABSTRACT

CARRICONDE, Raquel. *"Fall into the net"*: circulations from the city shelters. 2019. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Taking homeless shelters as a starting point, this thesis seeks to map some of the mechanisms employed in the administration – and production – of impoverished bodies in their circulations and encounters with the State. I seek evidences to identify which design of city and State is created by the urban tissue and its administration system to manage undesirables of various types and circumstances. Furthermore, I investigate which subjectivities and moralities emerge from the (constant) encounters of these undesirables with the government apparatus of the State. I also seek to identify, through ethnography, the several marks of impoverishment that penetrate and inscribe themselves in these bodies, which at some point in their lives – or several – "enter" or "wind up in" the system of assistance. This study is based on field research involving two homeless shelters of the city of Rio de Janeiro between 2015 and 2017. Starting from these shelters, I accompanied a few of their users in their circulations through other governmental or non-governmental institutions. This research begins in the streets, in the observation of "urban ordering" politics set into practice during the city's preparations for hosting large-scale events; in a first moment, it enters the shelters and follows closely the comings and goings of one female user through several institutions.

Keywords: Institutional sheltering services. Shelters. Impoverishment. Circulation. Management of individuals.

RESUMEN

CARRICONDE, Raquel."*Caer en la red*": circulaciones desde los albergues de la ciudad. 2019. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Con base en los albergues municipales como punto de partida, esta tesis busca levantar algunos de los mecanismos que se accionan para gestionar –y producir– cuerpos precarizados en sus circulaciones y encuentros con el Estado. Delineo pistas sobre qué ciudad y qué Estado se hace para gestionar los *indeseables* de varios órdenes y circunstancias por el tejido urbano y en su red administrativa. Además, observo qué subjetividades y moralidades emergen de los encuentros (constantes) de dichos sujetos con la máquina gubernamental del Estado. Finalmente, delineo, con base en la etnografía, las múltiples marcas de precariedad que cruzan y se inscriben en esos cuerpos que, en algún momento de sus vidas –o en muchos– , "ingresan" o "caen en las redes" de asistencia. La investigación se fundamenta en el trabajo de campo realizado en dos albergues municipales de Río de Janeiro entre los años 2015 y 2017. Desde los albergues, acompañé a algunas personas usuarias en sus circulaciones por otras instituciones estatales y no estatales. Esta investigación empieza en la calle, en la observación de las políticas de "ordenamiento urbano" que se realizan durante los preparativos de la ciudad para los grandes eventos, entra en los albergues y acompaña, más de cerca, la circulación de una usuaria entre instituciones variadas.

Palabras clave**:** Servicios de acogimiento institucional. Albergues. Precariedad. Circulación. Gestión de sujetos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 **CIRCULANDO** 29

1.1 **Imperativos Olímpicos** 31

1.1.1 "Ordem de Choque" 38

1.1.2 Operações de Recolhimento 46

1.2 **Os serviços de Acolhimento Institucional e a pacificação das ruas** 53

1.2.1 Na "ilha" 54

1.2.2 Em "antares" 56

1.2.3 Cartografando o acolhimento 60

1.2.4 O "buraco na linha do trem" e a circulação compulsória 62

1.3 **Circulando, "circulando"** 63

2 **CAMPOS DE ACOLHIMENTO, CAMPOS DE BATALHA** 67

2.1 **No Antônio Arthur** 70

2.1.1 Livro de Ocorrências 77

2.2 **No Maria Bethânia** 80

2.2.1 "Mãezona" 86

2.2.2 "Eu não sou psiquiátrica" 89

3 **CONDUZINDO CONDUTAS** 93

3.1 **Um Plano de Desenvolvimento Individual** 94

3.2 **Um instrumento "literalmente técnico"** 102

3.3 **Um território de "muitos ouvidos"** 103

3.4 **Um "caso de sucesso" e muitos "desligamentos"** 107

3.5 **Uma "autonomia" incontornável** 110

3.6 **Uma presença disruptiva** 113

3.7 **Um tempo de urgências em um espaço de esperas: agonias** 116

3.8 **No campo dos possíveis** 120

3.8.1 As retiradas de Guaraci 121

3.8.2 Ora Maira, ... 123

3.8.3 O carnê das Casas Bahia 125

3.8.4 O "quarto terapêutico" 127

3.8.5 Os laços consanguíneos de Consuelo 128

3.8.6 A "gloriosa" Carteira de Trabalho 130

3.8.7 O trabalho “descente” de Olímpia 134
3.8.8 “Atrás do ombro de Salete” 138
3.8.9 O “F-19” 139
4 **MATILDE** 143
4.1 **O corpo adoecido** 148
4.1.1 O resgate dos exames 149
4.1.2 Primeiras Consultas 150
4.1.3 No tempo olímpico 152
4.1.4 Última Consulta 155
4.1.5 Emergência 156
4.2 **Morada** 158
4.2.1 “Busca por um lugar” 160
4.2.2 Entre “preferências”, “sonhos” e o “ganhar tempo” 161
4.3 **No sistema** 165
4.3.1 O “trabalho fixo” e “na correria” 168
4.3.2 Santa Cabrini 170
4.3.3 Vara de Execuções Penais 173
4.4 **“Não esqueça de mim, viu?”** 177
CONSIDERAÇÕES FINAIS 180
REFERÊNCIAS 185

INTRODUÇÃO

Esta tese é uma etnografia da *circulação* e *fixação* de pessoas pobres entre instituições estatais, programas e serviços governamentais na cidade do Rio de Janeiro dos megaeventos. A pesquisa de campo que a embasa foi realizada entre os anos de 2015 e 2017 em dois abrigos municipais: um dito feminino – o Maria Bethânia; o outro, masculino – o Antônio Arthur.

As questões gerais que surgiram e foram sustentadas ao longo desse percurso podem ser assim enunciadas: o que é produzido quando do encontro entre os pobres que habitam a cidade com as esferas do poder estatal? Quais são os mecanismos de *fazer circular* e de *fazer fixar* esses pobres? Que circuitos são armados para o controle e gestão desse trânsito? Que mecanismos são acionados para gerir – e produzir – corpos precarizados em suas circulações e encontros com o Estado? Que cidade e que Estado se estruturam para gerir esses corpos em sua malha urbana e sua malha administrativa? Quem são as pessoas que usam os serviços de Acolhimento Institucional – aqui, abrigos – e quais os sentidos e usos que elas dão a eles? Quais os sentidos e usos que as profissionais que trabalham dentro dos abrigos dão a essa instituição?

Embora tenha realizado pesquisa de campo entre os anos de 2015 e 2017, o contexto espaço-temporal dessa pesquisa é a cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2008 e 2017 – espaço e tempo sintetizados aqui como Rio Olímpico. Nesse momento foram postas em prática uma série de ações para implementar novos "programas de segurança" e de "reordenamento do espaço urbano" a fim de preparar a cidade para os megaeventos. Como na *tempestade do progresso* descrita por Walter Benjamin (2021, p. 246), essas práticas deixaram um *amontoado de ruínas*, vidas devastadas por políticas que anunciavam o "retorno do Estado" atualizando e ampliando os *indesejáveis* do projeto de cidade.

É esse contexto que apresento no **Capítulo 1**. Nele, coloco em evidência alguns dos dispositivos usados pela administração pública para gerir a circulação dos pobres pelo tecido urbano – muitos que compunham ou passaram a compor uma *população flutuante*, atualizada e classificada como "de rua" – localizando espacial e socialmente os abrigos da cidade nessa trama. Dessa forma, percorro estratégias que foram mobilizadas para minimizar os impactos das existências *indesejadas* sobre as outras circulações que deveriam ser maximizadas no contexto da cidade Olímpica.

Entre 2010 e 2012, estava fazendo trabalho de campo no bairro da Lapa e acompanhei alguns dos efeitos da implementação do Projeto Lapa Legal, um desdobramento local das Operações de Choque de Ordem que vinham sendo conduzidas pela então recém-criada

Secretaria de Ordem Urbana. Tratava-se de ações conjuntas entre Polícia Militar, Guarda Municipal, Companhia de Limpeza Urbana e Secretaria de Assistência Social [1]. Com o discurso de "retomada de territórios perdidos para os ilegalismos e para o crime", essas ações se apresentavam como reestabelecedoras da "ordem" e da "legalidade". Estabelecendo contato com alguns moradores dessa região que também trabalhavam ali como vendedores ambulantes, acompanhei o impulso, a intenção de se articularem para, coletivamente, fazer frente aos *atropelos do progresso*. Eu desejava acompanhá-los em suas articulações e batalhas "contra o choque de ordem!". Essas forças da ordem foram, contudo, avassaladoras, fazendo com que uma ambulante adoecesse, outro se mudasse, outro ainda fosse preso e perdesse suas mercadorias e outros fossem habitar lugares distantes.

Em busca de outros espaços desde onde observar esses *atropelos* fui, em meados de 2015, com duas colegas ao Rio Acolhedor – um abrigo localizado no bairro de Paciência, zona oeste do Rio de Janeiro que, por essa época, colecionava denúncias por sua estrutura física ("lugar inóspito") e ligações com as Operações do Choque de Ordem ("depósito de gente"). A partir desse momento, a perspectiva de acompanhar os desdobramentos desse projeto de "ordenamento urbano" desde os abrigos da cidade começou a ser delineada.

Os abrigos estão inseridos em uma miríade de mecanismos de *controle*, *cuidado* e *punição* que tomam forma em instituições, serviços e programas por onde transitam *indesejáveis* de muitas ordens. Dentre as instituições, figuram Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro e Instituto de Psiquiatria, manicômio judiciário, prisão, Consultório de Rua, Comunidades Terapêuticas, hospitais gerais, hospitais psiquiátricos – enfim, dispositivos que produzem *fixações*, *vinculações provisórias* e *circulações*. Essa percepção analítica [2] ecoa aquilo que Michel Foucault identificou como a *continuidade das próprias instituições que existem num relacionamento recíproco*

> O encarceramento com seus mecanismos de vigilância e punição funciona, ao contrário, segundo um princípio de relativa continuidade. Continuidade das próprias instituições que existem num relacionamento recíproco (dos órgãos de assistência para o orfanato, para a casa de correção, para a penitenciaria, para o batalhão disciplinar, para a prisão; da escola para o patronato, para a oficina, para o refúgio,

[1] Durante o período que cobre essa pesquisa, a Secretaria de Assistência Social (SMAS) passou por duas mudanças de sigla. De 2009 a 2013, foi nomeada Secretaria Municipal de Assistência Social; de 2013 a 2016, Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS); e, a partir de 2017, Secretaria Municipal de Assistência e Direitos Humanos (SMADH). Foge ao escopo deste trabalho apresentar essas mudanças de nomes desde uma perspectiva mais ampla, a partir de mudanças em suas diretrizes e ações. Contudo, vale registrar que o nome dessa secretaria, e sua sigla, é bastante suscetível à troca de governos e secretários. Doravante, chamarei Secretaria de Assistência e apenas especificarei sua sigla quando se fizer necessária a informação.

[2] Perspectiva explorada, dentre outros, em: De Lucca (2013); Martinez (2015); Rui (2014); Mallart (2016); Rui; Mallart (2017).

> para o convento penitenciário; da cidade operária para o hospital, a prisão). Continuidade dos critérios e mecanismos punitivos que a partir do simples desvio fazem pesar cada vez mais a regra e agravam a sanção. (FOUCAULT, 2014, p. 283)

O entrelaçamento dessas instituições, serviços e programas coloca esses indesejáveis de muitas ordens em uma rota onde, ao contrário de estarem "abandonados" pelo Estado, ou, ainda, de "viverem apartados do Estado", tem suas vidas saturadas na demasia dessa presença, restando a questão de como o Estado se faz presente nessas vidas em sua face rotineira [3].

Daniel De Lucca (2013), analisando os albergues aponta para a importância de enredar esses *artefatos* (como refere-se aos albergues) nas dinâmicas da cidade e nas inflexões das percepções que guiam as políticas direcionadas a moradores de rua. Propõe uma análise não do *objeto-albergue*, senão "do que ele faz e do que dele é feito", salientando seus usos e transformações (2013, p. 36). Essa proposição me orientou durante a pesquisa e a questão ficou assim sintetizada: quais os usos que são feitos dos abrigos por quem o usa (pessoas usuárias) e quais conflitos emergem dos diversos usos que são postos em prática? [4].

Ainda o autor salienta dois outros aspectos centrais dessas instituições, quais sejam: por um lado, os abrigos podem ser compreendidos como um *híbrido institucional*, posta a heterogeneidade de seu público e de suas técnicas, definindo essas instituições como um *dispositivo tutelar-assistencial* "que suscita uma relação intensa entre o 'dentro' e o 'fora' da instituição, entre o mundo formal dos aparelhos estatais e o mundo informal das ruas" (2013, p. 46); por outro lado, sua *ambivalência funcional*, servindo como retaguarda de intervenções urbanísticas e como referência de um espaço de "amparo" e "ajuda" para quem mora nas ruas, participando, assim "de duas funções aparentemente opostas: assegurar as ruas e proteger as vidas" (2013, p.46).

No **Capítulo 2** busco avançar sobre essas proposições. Através da apresentação dos dois abrigos em que fiz campo – suas histórias e suas dinâmicas cotidianas –, sinalizo para uma *zona de indefinição* na qual os abrigos estão inseridos, conferindo-lhes *plasticidade* e *transitoriedade* em seus estatutos e práticas, tanto em seus usos quanto na gestão das pessoas usuárias dentro dessas instituições. Para que seja garantida a transitoriedade das pessoas usuárias nesses espaços, *táticas de desacomodação* são mobilizadas. Estas, assim como na experiência abrigal,

[3] Essa questão tem mobilizado pesquisadores e pesquisadoras a produzirem pesquisas com esse viés. Aqui destaco alguns que serviram de inspiração para esta pesquisa: Rui (2012); Leite *et al*. (2015); Feltran *et al*. (2016); Telles (2017).

[4] Agradeço à Taniele Rui que, durante minha qualificação, enfatizou essa questão me ajudando a ver o quão produtiva ela poderia ser.

se fazem constantes neste texto. Quanto a *ambivalência funcional*, busco explorá-la etnograficamente e sustentá-la em duas dimensões caras à essas instituições: a dimensão da "acolhida", que conforma o campo semântico e lexical da Assistência Social; e a dimensão da "batalha", referência à caracterização feita por Foucault (2006b) dos asilos.

Na malha administrativa da assistência social, os abrigos estão alocados nos Serviços de Acolhimento Institucional, sendo esta uma instância que compõe os Serviços da Proteção Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse, por sua vez, está estruturado sobre dois eixos: os Benefícios e os Serviços. Dentre os benefícios, por exemplo, estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Benefícios Eventuais e a Transferência de Renda[5]. Já os Serviços compreendem as atividades continuadas que devem observar os "objetivos", "princípios", "diretrizes" e tipificações estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)[6].

Os Serviços estão organizados em dois níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. O conjunto de Serviços, Programas e Projetos que conformam a Proteção Social Básica são destinados a atuar na "prevenção de situações de risco, vulnerabilidade e violação dos direitos", enquanto na Proteção Social Especial esse conjunto de ações é destinado à "atuação restaurativa [...] junto àquelas pessoas que já tiveram seus direitos violados e estão em situação de risco e vulnerabilidade social". Assim, enquanto a primeira – a "básica" – visaria prevenir; a segunda – a "especial" – visaria "restaurar" [7].

Por sua vez, os Serviços de Proteção Social Especial se dividem em dois outros níveis de acordo com o Grau de Complexidade da "situação de risco e/ou violação dos direitos": o nível de Média Complexidade e o de Alta Complexidade. O que diferencia um nível do outro

[5] O BPC é "previsto nos artigos 20 e 21 da LOAS, é provido pelo governo federal, consistindo no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua sobrevivência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção básica, sendo seu repasse efetuado diretamente pelo beneficiário" (NOB-SUAS, 2005, p.21). Quanto aos Benefícios Eventuais, esses "são previstos no artigo 22 da LOAS, e visam o pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou ainda outros que visem atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública" (NOB-SUAS, 2005, p.21). Já a Transferência de Renda são "programas que visam ao repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem a situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local" (NOB-SUAS, 2005, p. 22).

[6] Resolução nº109, de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social que tipifica (organiza e orienta) a prestação dos serviços sócio assistenciais.

[7] Resolução nº109, de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social que tipifica (organiza e orienta) a prestação dos serviços socio assistenciais.

são os "vínculos familiares e comunitários" que, se "mantidos", são atendidos pelo Nível de Média Complexidade; se "rompidos", pela Alta Complexidade – este último, como dito, onde estão alocados os abrigos. Então, temos que o que caracteriza, dentro de todos os níveis que estratificam e organizam a Assistência Social, o nível de Alta Complexidade no âmbito da Proteção Especial, é justamente a "família" e a "comunidade", ou os vínculos "rompidos" com essas duas instâncias.

Nessa estratificação, tem-se uma flexão de gênero. Na América Latina, os programas sociais implementados a partir da década de 1990 – e que se localizam na Proteção Básica e Especial de Média Complexidade – são chamados *programas familistas*; centrados na instituição "família" e onde a figura da mulher-mãe-cuidadora é central[8]. Contrapondo o centralismo das políticas de assistência Básica e de Média Complexidade nas mulheres, os Serviços de Alta Complexidade – onde se localizam os abrigos – estão centrados nos homens. Como colocam Isabel Georges e Yumi Santos (2016, p. 65), "em sua grande maioria excluídos da titularidade dos programas sociais básicos, é necessário que se encontrem [os homens] em situação de rua para obterem atendimentos especificamente voltados para eles".

Essas orientações têm diversas rotas de reverberação. Uma delas é a produção de um quadro de vagas entre homens e mulheres nos Serviços de Acolhimento Institucional. Em 2016, nos abrigos do município do Rio de Janeiro havia 753 vagas para homens (85%) e 130 vagas para mulheres (15%), sendo o Maria Bethânia o único abrigo exclusivo para mulheres na rede pública e privada composto por 16 vagas. Essa diferença na distribuição de vagas era justificada a partir do censo realizado, em 2013, pela Secretaria de Assistência que traçou "o perfil das pessoas em situação de rua no município do Rio" onde foi identificada uma maioria "masculina e adulta": 81,8% homens; 18,2% mulheres[9].

As vagas ofertadas pela rede estariam em conformidade com esses dados, e as justificativas apontam para uma busca menos expressiva das mulheres a esses Serviços. No entanto, faz necessário estarmos atentas para o que diz Angela Davis (2018) ao pensar as prisões: uma vez tendo os homens como a norma que rege esses Serviços (prisões lá/abrigos aqui), resta às mulheres ocuparem uma posição marginal desde onde se reproduz essa desigualdade e a invisibilidade daquelas que recorrem ou são capturadas por esses Serviços (**Capítulo 2 e 4**).

[8] Ver: Molyneux (2006); Mariano (2010); Santos (2011, 2014); Georges e Santos (2016).

[9] SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Censo População de Rua: um direito à cidade*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565/4118206/PesquisaCenso.pdf.> Acesso em: 10 abr. 2019.

Ainda, a ramificação em "setores", "níveis" e "graus" da prestação dos Serviços Socioassistenciais que localizam os abrigos na Proteção Especial de Alta Complexidade, remetem às tecnologias de governo de identificar, contabilizar e classificar (aqui, especialmente em *graus* de *risco*) segmentos da população para melhor geri-la (FOUCAULT, 2008; ROSE, 2007; MBEMBE, 2018a). E, como expressou Gabriel Feltran (2014, p. 426), com o "esquadrinhamento e essencialização da população" há o direcionamento de políticas próprias para cada setor – sejam elas "políticas de assistência, de promoção de direitos, de contenção de conflitos, até políticas deliberadas de extermínio".

No âmbito da assistência, esse processo sequer é moderno. Como aponta Robert Castel (2015, p. 59), uma das características formais do trabalho socioassistencial, desenvolvido no ocidente cristão, antes mesmo da emergência dos Estados Modernos, é que "não basta ser carente de tudo para ser da esfera da assistência. Dentre as populações sem recursos, algumas serão rejeitadas; outras, atendidas". A caridade exercida pela Igreja Católica separou os *bons* dos *maus* pobres para socorrer os primeiros em detrimento dos segundos. Os bons pobres deveriam demonstrar "muita humildade e exibir provas convincentes de seu infortúnio" (2015, p.84), exibindo em seu corpo a impotência e o sofrimento humanos, além de estarem exonerados da obrigação do trabalho (pela incapacidade física, pela velhice, pela infância abandonada, pela doença – "de preferência incurável" – e pelas enfermidades – "de preferência insuportáveis aos olhos.") (2015, p. 67).

Essas operações de identificação, contabilização, classificação e essencialização, em grande medida informais e circunstanciais, perpassam todos os níveis administrativos. Definir quem é o perfil de tal ou qual serviço, que pode acessá-lo e nele permanecer, faz parte do cotidiano dos dispositivos assistenciais. Como coloca Judith Butler (2015), o outro nunca é um ser abstrato; pelo contrário, é alguém produzido como sujeito dentro de operações de poder, não sendo possível se referir a esse ser fora dessas relações. As operações e definições sobre quem é esse sujeito que deve ser protegido – abstrato nos planos, normas e regulamentos do SUAS e materializados nos "equipamentos" da assistência – assumem um importante papel numa complexa teia de relações de poder.

Como busco apresentar, a permanência nos abrigos requer enquadramento dos solicitantes do serviço em determinadas características esperadas ou necessárias, mais forjadas nas dinâmicas cotidianas desses espaços pelos agentes estatais que operam as atividades dos abrigos do que orientadas por Planos e Diretrizes. E são essas questões que estruturam o **Capítulo 3.** Nele, apresento os Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) e seus efeitos. Desse documento e dos rituais de preenchimento, desprende-se a idealização de um itinerário

institucional, de um tempo administrativo, de um "processo de reinserção" – ideal – e os marcadores da adesão a ele. Nele, ainda, apresento alguns traços das temporalidades que regem esses espaços e seus efeitos. Por fim, partindo dos principais eixos que orientam as ações das equipes técnicas dentro dos abrigos a fim de produzir as "reinserções sociais" – quais sejam, a documentação, família/comunidade, o trabalho e os benefícios – apresento cenas etnográficas e fragmentos de histórias buscando dar materialidade a esses processos. Pensando esses eixos sendo trabalhados no *campo dos possíveis*, mobilizados para produzir as "reinserções sociais", algumas questões se sobressaem: que concepções de "reinserção" emergem do confronto das demandas com as possibilidades estabelecidas? Como é organizado o trabalho das equipes em torno deles e que subjetividades e moralidades que emergem dessas dimensões.

Um dos aspectos que destaco desse trabalho é a condição de *viração* em que ele acontece. *Viração* aqui entendida como "uma forma de conquistar recursos para a sobrevivência, manipulando recursos simbólicos identificatórios para dialogar, comunicar e se posicionar" (GREGORI, 2000), e como uma "mobilidade lateral entre uma série de atividades contingentes, marcada pela inconstância e pela instabilidade, dependente do 'fazer acontecer a cada dia', transitando entre expedientes legais e ilegais" (SILVA, 2011). Com essa aproximação, destaco as instabilidades, inconstâncias e provisoriedade do trabalho realizado dentro dos abrigos, o "*fazer acontecer a cada dia*" – "*cada dia uma aventura diferente*", "*cada dia uma demanda diferente*", "*cada dia uma emoção*", como se referem as equipes técnicas ao seu cotidiano. Mas também o uso de expedientes formais/informais, legais/ilegais, sendo simultaneamente produtoras e contornadoras das *práticas de ilegibilidades* do Estado (DAS; POOLE, 2008).

Enfim, no **Capítulo 4** apresento e caminho com Matilde: mulher, negra e sapatão que chegou no Rio de Janeiro com menos de 15 anos de idade, viveu entre instituições de confinamento e semiconfinamento, casas de pensão e a rua. Quando à conheci no abrigo Maria Bethânia, em outubro de 2015, ela trazia muitas "demandas". Passei a acompanhá-la entre instituições estatais de saúde e do sistema judiciário e, nesse Capítulo, apresento nossas andanças buscando sinalizar para os efeitos das políticas governamentais e das ilegibilidades do Estado sobre sua existência.

***

A noção de "acesso" estrutura os serviços, programas e projetos do Serviço Único de Assistência Social. "Ter", "promover", "propiciar" e "aumentar" são alguns dos verbos que

animam o substantivo nas leis e nas falas de técnicas nos abrigos, sendo sucedido por aquilo compreendido como serviços, programas, direitos e benefícios governamentais[10].

"Acesso" tem como significado no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o ato de "ingressar, entrada, ingresso [...] possibilidade de chegar a, aproximação, chegada [...] circulação, afluência de pessoas, trânsito, passagem [...] possibilidade de alcançar (algo difícil)". Trata-se, portanto, de trânsito, movimento entre um lugar a outro, de passagem, entrada, ingresso.

Essa noção e sua centralidade me parecem boas para pensar a noção de *poder tutelar* e *mediação pedagógica* sugeridas por Antônio Carlos Souza Lima (2013, 2014). Ao propor um deslocamento da figura da tutela da esfera jurídica para a esfera das formas de poder, Souza Lima propõe traçar suas formas [de poder] manifestas em atos. A tutela como exercício de poder seria exercida sobre aqueles povos (ou segmentos populacionais) tomados como diferentes em termos culturais, incapacitados, pois destituídos de capacidades para "viver plenamente a vida cívica" e que, por isso, necessitariam de uma *mediação pedagógica* a fim de capacitá-los e integrá-los à comunidade nacional (2014, p.55). Sobre os povos indígenas, diz o autor que a "possibilidade de terem acesso a direitos básicos, como o reconhecimento das terras que ocupam, e a uma assistência diferenciada passava por serem definidos por sua hipossuficiência [...] fazendo-se necessária a presença de uma agência estatal capaz de governá-los, para isso, representando-os politicamente" (2013, p.802).

[10] Na Resolução nº109 do Conselho Nacional de Assistência Social de 2009, documento que "tipifica os Serviços Socioassistenciais" as palavras "acessar" e "acesso" são assim conjugadas: "*acessar* a rede"; "promover o *acesso* e usufruto de direitos"; "promoção ao *acesso* à documentação pessoal"; "aumentar o *acesso* a benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, bem como aos demais direitos sociais, civis e políticos"; "ter *acesso* à ambiência acolhedora"; "promover o *acesso* e usufruto de direitos"; "promover *acessos* a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais"; "promoção ao *acesso* à documentação pessoal"; "ter *acesso* a serviços de qualidade, conforme demandas e necessidades"; "ter *acesso* a experiências de fortalecimento e extensão da cidadania"; "ter *acesso* a informações e encaminhamentos a políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo"; "ter *acesso* a ampliação da capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades de convívio"; "ter *acesso* a informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto"; "ter *acesso* a atividades de lazer, esporte e manifestações artísticas e culturais do território e da cidade", "ter *acesso* a experimentações no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades e faixa etária semelhante"; Também a noção de acesso estrutura o Decreto nº 7. 053, de 2009, que "institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua", sendo assim conjugadas: "democratização do *acesso* e fruição dos espaços e serviços públicos"; "assegurar o *acesso* amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda" ; "proporcionar o *acesso* das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica" ; "implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar *acesso* permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade" ; "disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu *acesso* ao mercado de trabalho".

Essa *mediação pedagógica* de que nos fala Souza Lima (2013) remete-nos ao que Venna Das e Deborah Poole (2008) dizem sobre aqueles corpos considerados "insuficientemente socializados nos marcos da lei" e que, por isso, através da *pedagogia da conversão*, devem ser tornados sujeitos legais e *legíveis* ao Estado. E, acrescento, através do campo do direito, dos benefícios e dos serviços prestados pelo Estado que deve ser ativado por um "corpo técnico" que, no contexto aqui abordado, produz o campo da assistência social.

Em se tratando de produção de *circulação* e *fixação* de pessoas pobres entre a malha administrativa do Estado e a malha urbana, a noção de acesso, assim como as noções de *mediação pedagógica* e *pedagogia da conversão*, são centrais para compreensão dos termos em que esses processos são vividos. Ao longo desta tese, darei destaque à essas dimensões vividas por minhas interlocutoras e interlocutores. Por ora, desejo apresentar linhas, talvez um tanto extensas, que dão conta dos trâmites burocráticos pelos quais precisei passar para ter acesso aos abrigos municipais e às pessoas que por lá passavam caso desejasse, como desejei, fazer trabalho de campo dentro dessas instituições.

O convite para visitar o Rio Acolhedor – uma Central de Recepção de Adultos e Famílias (CRAF) – veio de uma colega que tinha contatos com a direção dessa instituição. Fizemos – eu, a colega, sua companheira e Adriana Fernandes, antropóloga e pesquisadora do urbano que naquela altura também buscava por espaços desde onde observar a devastação – uma breve incursão a ela em uma manhã de julho de 2015. Havia grandes expectativas em poder entrar naquela que era tida como o "depósito humano" das Operações do Choque de Ordem (que serão apresentadas no Capítulo 1), alvo de denúncias de todas as ordens e origens. Receptivo, o diretor nos apresentou aquele espaço, falou de sua gestão, da comida que era servida, dos projetos que desenvolviam, da boa estrutura oferecida a quem ali chegava. Diante de nosso interesse em realizar pesquisa, e, para isso, passar a frequentar aquele abrigo, mostrou-se até entusiasmado, sugerindo oficinas que pudéssemos realizar junto aos abrigados. Disse que só precisaríamos formalizar o pedido na Secretaria de Assistência. Saindo dali, parecia que na próxima semana já pudéssemos estar de volta. Quando, no entanto, procuramos a Secretaria para nos inteirar dos ritos burocráticos necessários, vimos que o processo seria mais longo.

O primeiro ato burocrático foi o processo de submissão de um projeto à Comissão de Avaliação de Pesquisa e Projetos de Extensão do Centro de Capacitação da Política da Assistência Social (o CCPAS) – um departamento da Secretaria de Assistência responsável pelo deferimento ou indeferimento do pleito. Um conjunto de documentos compunha o que esse departamento chama como Protocolo. A seguir, reproduzo esta lista de documentos, aqui considerados como instrumentos de controle sobre os percursos e observações a serem

realizadas pela pesquisadora/pesquisador dentro das instituições estatais: 1. ficha de identificação e solicitação de autorização (espécie de sumário dos documentos compositores do processo); 2. carta de apresentação da Instituição à qual está vinculada a pesquisadora; 3. projeto de pesquisa contendo objeto, objetivos, justificativa, metodologia, cronograma, local de realização da pesquisa e cópia dos instrumentos de pesquisa a serem utilizados (roteiro de questionário, roteiro do grupo focal, roteiro de observação participante, entrevista etc.); 4. modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCE) se houvesse a realização de entrevistas, questionários e congêneres; 5. modelo de Termo de Autorização do responsável legal se a pesquisa fosse realizada com criança e/ou adolescente; 6. parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade a qual está vinculada a pesquisadora; 7. Termo de Consentimento de uso de imagem, caso a pesquisa se valesse dela. Todos esses documentos compõem um "processo administrativo" a ser entregue no Protocolo Geral da Prefeitura, de onde será encaminhado ao Sistema de Controle de Protocolo do Município.

Em meu caso, com intenção de realizar uma etnografia com adultos, sem a realização de entrevistas dentro dos abrigos da Secretaria e sem o uso de imagens, preparei apenas o projeto, em que dediquei especial atenção à explicitação do método etnográfico a ser adotado na pesquisa. O Código de Ética da ABA foi referido e anexado a ele como justificativa da inadequação da pesquisa etnográfica conter os Termos de Consentimento previstos nos projetos que passam pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e dependem de seus pareceres para serem autorizados. Nele, sublinhei as considerações que Patrice Schuch (2013, p.60) faz sobre esse Código, em que destaca que mesmo sem "ter nenhum papel punitivo institui certos princípios a serem seguidos que se tornam potentes criadores de imagens de avaliação acerca de comportamentos profissionais"; também destaca o "compromisso ético do pesquisador com o grupo pesquisado, subordinando os interesses do profissional aos dos sujeitos pesquisados e colocando em questão a própria finalidade ou vocação do conhecimento antropológico", o que implica estruturalmente o método de acessar a informação. Dessa forma, a autora aponta, junto a outros autores, a "suficiência do Código de ética da ABA para regulamentar a ética em Antropologia", se contrapondo à necessidade da submissão de seus projetos à Comitês externos.

O Projeto, sua justificativa para a realização e justificativa da ausência do Parecer do Comitê de Ética da minha Universidade foram, a princípio, aceitos. Transcorreu dentro de um mês o tempo entre o encaminhamento do processo ao Protocolo Geral da Prefeitura e a assinatura, por mim, do Termo de Compromisso junto ao CCPAS. Ao longo dele, alguns contatos foram estabelecidos com a então coordenadora, a fim de buscar esclarecimentos sobre o processo e realizar algumas negociações sobre as intenções da pesquisa. A negociação mais

importante, que desde já começou a redefinir as possibilidades desta, foi em relação aos abrigos solicitados para se ter entrada. Dos três sugeridos por nós – dos quais o Rio Acolhedor fazia parte –, dois foram vetados tendo como justificativa "estarem passando por processo de reforma em suas estruturas física e metodológica", sendo sugerido, então, outros dois que teriam passado recentemente pelas mesmas reformas. Aceitamos a sugestão acreditando se tratar de uma condicionante da pesquisa e imaginando que a margem de negociação seria pequena nesse quesito.

Os dois abrigos sugeridos foram o Antônio Arthur e o Maria Bethânia. Deferido o pleito, após contato com suas respectivas diretoras, passei a frequentá-los. As diretoras de ambas as instituições foram receptivas dando liberdade para que eu frequentasse os abrigos quantas vezes por semana eu quisesse e pelo tempo que quisesse. Isso significava que "as portas estariam abertas" para mim e assim seguiu do início ao fim da pesquisa. Não precisava me identificar ao entrar e sair das instituições e fui convidada a conhecer e frequentar todas as áreas comuns. Os quartos e banheiros dessas instituições, de uso exclusivo das pessoas usuárias, foram as únicas fronteiras físicas que encontrei – o que sempre me pareceu razoável e desejável. Fui apresentada a algumas funcionárias e, com o tempo, fui-me apresentando a outras. Os convites para realizar as refeições ali eram reiterados até que eu passasse a comer junto a eles. Por muito tempo ouvi que a comida servida era a mesma para funcionárias e pessoas usuárias, buscando-se efeito de bons tratos.

"*Cada dia é uma aventura diferente*", "*cada dia, uma demanda diferente*" e "*cada dia uma emoção*" eram frases repetidas pelas funcionárias para expressar a dinâmica de seu trabalho. Meu trabalho de campo entrou nessa mesma dinâmica. A única rotina que produzi foi a frequência constante à esses abrigos no período desses dois anos. Em um espaço onde (quase) tudo remete à uma ordem de compulsoriedade, estive atenta, nem sempre com sucesso, à não ser também uma presença cuja aproximação fosse compulsória.

Ao final dos seis meses, enviei um relatório de pesquisa, como acordado no processo, acompanhado de uma solicitação de prorrogação por mais seis meses. Nessa altura, a coordenadora responsável pelo recebimento e encaminhamento dos projetos dentro do CCPAS não era a mesma que havia encaminhado o primeiro processo. A solicitação de prorrogação do prazo de pesquisa foi deferida em uma semana, sendo necessário eu retornar ao CCPAS para assinar novo Termo de Compromisso e pegar novo ofício de autorização.

Quando retorno, levo comigo e apresento para à coordenadora um ofício com o qual solicitava ter acesso – também – aos documentos chamados Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), espécie de prontuário das pessoas usuárias. Imaginava, no máximo, não ser

autorizada e, então, prosseguiria com meu trabalho de campo. Após sua leitura, a nova coordenadora disse que seria necessário analisar o parecer do Comitê de Ética de minha Universidade para ver se o acesso a esses documentos havia sido autorizado. Em um primeiro momento, não entendi sua colocação, posto que me parecia evidente que, mesmo em tendo um parecer, esse não contemplaria os documentos, pois de outra feita eu já estaria tendo acesso a eles. A nova coordenadora se demonstrou surpresa de não constar em meu processo o parecer do Comitê de ética da minha Universidade. Mesmo explicitando os mesmos argumentos usados no projeto para não precisar desse parecer ela disse não estar convencida por esses e recorreu à "clareza do Protocolo" (aquele documento distribuído aos interessados em pesquisar dentro dos equipamentos da Secretaria) que enumerava esse documento para a composição do Processo. Sentenciou, então, que eu necessitaria, sim, desse parecer, inclusive para poder continuar a ter acesso aos abrigos. Em termos práticos, disse ela que deveria recolher a Carta de Aceite de minha prorrogação, que já estava guardada em uma pasta que eu carregava, e rasgar o Termo de Compromisso que eu acabava de assinar, esse ainda sobre a mesa.

Questionei se ela conhecia os argumentos que fizeram a sua antecessora a aceitar meu primeiro processo sem esse documento e no que ela diferia da antecessora. Ela se limitou a dizer que não estava convencida com os "*argumentos da etnografia*", pois se tratava "*sim*" de trabalho "*com humanos*"; nesse caso, seria "*mais do que necessário*" esse parecer. Achei interessante seu argumento sobre a pesquisa *com humanos* que vai de encontro com toda a discussão estabelecida nas ciências humanas sobre as diferenças entre as pesquisas nas áreas biomédicas – *em* humanos – com as da área das ciências humanas – *com* humanos. De forma didática, Luís Roberto Cardoso de Oliveira apresenta essa discussão: pesquisas que têm o corpo humano como objeto de intervenção (*em* humanos), como as que são feitas pela biomedicina, colocam serem humanos na condição de cobaias. Nesses casos, o consentimento informado – onde a pessoa ficará ciente do que será aplicado e/ou feito em seu corpo e consentirá ou não – não só é legitimo que fundamental. "Já no caso da pesquisa *com* seres humanos, diferentemente da pesquisa em seres humanos, o sujeito da pesquisa deixa a condição de cobaia (ou de objeto de intervenção) para assumir o papel de ator (ou de sujeito de interlocução)" (OLIVEIRA, 2004, p. 33-34).

De fato, compartilhávamos a expressão de se tratar sim de pesquisa *com* humanos, mas não compartilhávamos do significado disso. Ela já havia decidido por autorizar minha permanência, mas agora lhe surgia um novo elemento (a ausência do parecer) que não estava sendo computado em seus cálculos de decisão anteriores. Por ora, deveria seguir as diretrizes do Protocolo produzido por sua repartição. Eu arrisquei uma investida argumentativa, mas ela estava convencida de que o "argumento da etnografia" não a "convencia". Saí da sala com

menos acesso do que imaginava poder sair. Além do que eu pedia a mais, aquilo que parecia garantido, consensual, também foi embargado.

O indeferimento da pesquisa se estendeu à Adriana Fernandes que também não tinha o parecer. Decidi por produzir o projeto e submeter à avaliação do CEP/UERJ; Adriana Fernandes decidiu por enviar um e-mail à coordenação do CCPAS questionando a decisão da coordenadora baseada nos questionamentos sobre essa exigência feitos por algumas das associações de profissionais da área das ciências humanas – argumentos semelhantes ao que eu havia exposto oralmente. Pouco mais de um mês depois desse episódio, recebi e-mail da coordenadora do Centro de Capacitação autorizando meu retorno ao campo, baseado na carta enviada a ela por Adriana Fernandes. Depois de ter rasgado o termo de compromisso recém-assinado para a prorrogação de minha pesquisa, sou autorizada a voltar a campo por um e-mail que dizia ter sido a solicitação (de minha colega) de prorrogação de prazo da pesquisa encaminhado à coordenação geral do CCPAS e definido por abrir uma "exceção ao protocolo estabelecido". Destaco aqui que, quando submetemos nossos projetos, cada uma abriu – individualmente – um Processo no Protocolo Geral da Prefeitura, o que tornava nossos processos – aparentemente – independentes. O que não foi o caso, posto que as sanções que caíram sobre mim se estenderam a elas, assim como a exceção aberta à Adriana se estendeu a mim. Desde essa perspectiva, termos realizado o processo individual ou coletivamente surtiria o mesmo efeito.

Antes dessa resposta positiva para o retorno aos abrigos, já havia submetido um projeto ao CEP/UERJ, tendo seu primeiro parecer do colegiado emitido dois meses depois. O parecer era favorável; contudo continha "pendências". Dizia se tratar de pesquisa com abordagem antropológica junto à "população em situação de vulnerabilidade social", mas "não observa vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados", por considerar que esta pesquisa seria "desenvolvida mediante inserção nas Unidades de Reinserção Social da SMDS/RJ".

Sublinho a expressão "vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados" por não a ter usado em meu texto, tampouco a expressão "vulnerabilidade social", sendo expressões êmicas dos Comitês. Ao elencar algumas diferenças entre os modos de produção de pesquisa nas áreas sociais e biomédicas, Schuch (2013) chama a atenção para a estruturação da relação pesquisador/pesquisado a partir das noções de *risco* e *vulnerabilidade*. Se tais noções são cabidas nas pesquisas biomédicas, sustenta a autora, elas não o são em grande parte das pesquisas sociais, pois produzem uma estrutura de dominação e subordinação não correspondente às práticas de pesquisa: por um lado, o pesquisador "ativo e todo poderoso"; por outro, o pesquisado, "passivo e vulnerável, que necessita ser protegido". Se essa agência

ativa do pesquisador e passiva do pesquisado encontra correspondência em pesquisas do campo biomédico – onde as pesquisas são realizadas *em* seres humanos, com manipulação de substâncias químicas nos corpos dos pesquisados, por exemplo –, ela não encontra correspondência nas pesquisas sociais, onde a relação deve ser negociada em todas as suas dimensões (temporal, espacial, subjetiva e material).

Ainda como pendência, estava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde eu deveria explicitar os "desconfortos" ou "riscos" e os "benefícios" esperados da pesquisa para o pesquisado. Dentre os instrumentos regulatórios aplicados pelo CONEP por meio dos CEPs, o TCLE é, talvez, o que mais implicações causem às pesquisas de metodologia qualitativa. Uma vez que o TCLE está envolvido no ritual de aproximação do pesquisador com o pesquisado, esse pode comprometer a qualidade da pesquisa futura. Esse termo deve ser assinado pelo pesquisado e deve conter a explicitação dos objetivos da pesquisa (o que muitas vezes pode não ser realizado ao final dela) e os benefícios e riscos advindos dessa (noções não trabalhadas por antropólogos e antropólogas em seus fazeres etnográficos). A assinatura do TCLE precipita ou mesmo direciona uma negociação necessária entre a pessoa pesquisadora e a pesquisada, que é dada em outros termos nas pesquisas qualitativas, sendo a participação da pessoa pesquisada e as informações que ela traz negociadas em termos não contratuais ao longo de todo o processo de pesquisa (DINIZ, 2010; SCHULTZ, 2013; VÍCTORA, 2004; OLIVEIRA, 2004).

Como diz Debora Diniz (2010, p. 186): "o encontro de pesquisa parte de outros fundamentos morais, que recusam a lógica contratual, tais como a confiança no pesquisador, o desejo da escuta, a troca simbólica, a cumplicidade política ou a identificação do tema estudado". Ou, ainda, como coloca Oliveira (2004, p. 34), "na antropologia, que tem no trabalho de campo o principal símbolo de suas atividades de pesquisa, o próprio objeto da pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo".

É, portanto, o TCLE um instrumento a serviço de relações *tutelares*, colocando órgãos estatais como mediadores e reguladores de negociações entre pesquisados e pesquisadores, os produzindo em posição assimétrica, como evidencia o parecer ao sinalizar que "não observa vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados", por considerar que esta pesquisa seria "desenvolvida mediante inserção nas Unidades de Reinserção Social da SMDS/RJ".

Diante de grupos que estão em instituições estatais, em algum grau privados de liberdade mesmo não estando tutelados juridicamente pelo Estado, os direitos dos antropólogos,

antes de estarem subordinados ao direito do grupo pesquisado, estão subordinados à autorização de agentes estatais para acessar esses grupos.

Trago aqui esse percurso de pesquisa salientando seus percalços para pensar em seus fluxos. Assim como meus interlocutores do campo, sobre os quais agentes em nome do Estado direcionam caminhos, interditam espaços, impõem a circulação e regulam o cotidiano, essa pesquisa passou por alguns desses caminhos em relação aos procedimentos burocráticos do Estado para acessar seus "equipamentos". O Estado que direciona quando sugere os abrigos que devem ser olhados; o Estado que interdita quando exige o parecer do Comitê de Ética; o Estado que faz circular por outras instâncias (no caso, aqui, pelo Comitê de Ética) quando não autoriza minha entrada nos abrigos; o Estado que regula por meio do Termo de Consentimento Esclarecido. Além, claro, das *ilegibilidades* desse Estado que ora autoriza ora não autoriza orientado por "convencimentos", oralidades e escritas.

***

Antes de passar para o primeiro capítulo, faço uma breve nota sobre as convenções gráfica e ética adotadas nesta pesquisa-texto. Quanto à primeira: uso itálico para expressões, noções e conceitos tomados como instrumentos analíticos; entre aspas e itálico, estão a fala de minhas interlocutoras e interlocutores; apenas entre aspas estarão aquelas expressões, falas e jargões êmicas ao meu campo e aos campos que o circunscrevem; faço uso da letra maiúscula para todos os nomes próprios – seja de programas, projetos, serviços etc.

Quanto à convenção (socio)gráfica, como recurso à preservação da identidade das pessoas, ao longo deste texto faço uso das expressões êmicas "equipe técnica" ou somente "técnica" – doravante grafado sem aspas – para me referir às assistentes sociais, psicólogas, diretoras e assessoras da direção dos abrigos. Esses cargos estão flexionados no feminino, não só para dar conta do gênero da maior parte dessas pessoas quanto para grifar que o meio/campo da assistência social é preponderantemente feminino. Então, salvo quando eu estiver me referindo à um profissional homem, todos os cargos aparecerão no feminino. Quando cunho apenas "profissionais dos abrigos", estou me referindo a essas que compõem as equipes técnicas, às educadoras e aos educadores sociais, às cozinheiras, faxineiras, lavadeiras e aos motoristas.

Quanto à segunda, ressalto que todos os nomes de pessoas são fictícios, com exceção das figuras públicas/políticos. Já quanto ao nome das instituições, resguardei apenas as duas instituições abrigais em que fiz pesquisa de campo – Antônio Arthur e Maria Bethânia (estes, nomes fictícios). O nome das outras foram mantidos originais, posto que são instituições

públicas e que não cito nomes originais de pessoas que trabalham nelas ou delas fazem uso. Esses disfarces adotados são para salvaguardar a identidade das pessoas com as quais conversei e que me confiaram suas palavras e ações e não para salvaguardar instituições.

Apresentada essa breve nota de rotas, passemos ao desenvolvimento.

1 **CIRCULANDO**

Era próximo das 14 horas em mais uma sexta-feira calorosa na cidade do Rio de Janeiro de finais de fevereiro de 2016. Eu chegava no abrigo Antônio Arthur no momento em que o motor da *van* aquecia para dar partida rumo ao Museu do Amanhã. Ali dentro, suando, estavam Ismael, Toniolo, Álvaro, Sebastião, Josué, Tiago e Benedito. Aguardavam Gisa e João, educadora e educador sociais do abrigo, que tentavam convencer mais gente a participar do "*passeio*". Também esperavam a coordenadora do Projeto Circulando que assinava alguns papéis na sala da direção para deixar registrada a "*ocorrência*" daquele evento naquele dia e hora. Embora houvesse ainda alguns lugares disponíveis no transporte, não havia mais interessados naquela atividade. Então, me escalei. A distância do abrigo até a Zona Portuária, onde fica o Museu, não passa de 10 quilômetros. Não fossem algumas obras viárias, o percurso seria feito em poucos minutos. Mas naquela tarde escaldante, as retenções do trânsito e aqueles 12 corpos dentro de uma *van* alargaram a temporalidade daquele trajeto.

A fila do Museu estava longa. A manifestação de um certo desânimo se dava por falas como "*que furada! Que fila enorme*!" e "*não devia ter entrado nessa van*" – as quais eu compartilhava em silêncio. A coordenadora do Projeto pediu que aguardássemos dentro da *van* até seu retorno. Ela iria anunciar nossa chegada à coordenadora do Museu. Quando retornou, nos conduz até uma entrada lateral do prédio, fazendo com que entrássemos no Museu diretamente, sem passar por portarias ou girar catracas. O interior do prédio estava gelado, contrastando com o calor que fazia na rua. Embora num primeiro momento fosse um alívio, logo se transformou em pequenas contraturas musculares.

Devagar, um a um, fomos entrando caminhando em fila. Gisa e João estavam com seus coletes azul-claro com a sigla da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS. A exceção de mim e da coordenadora do Projeto, nossa fila era toda de pessoas pretas. Alguns com as mãos para trás; Benedito com a mão no bolso; Josué, mais descontraído, encenava tirar fotos com uma câmera imaginária. No saguão, a coordenadora do Projeto Educativo do Museu nos aguardava. Pediu para que fizéssemos uma roda. Um semicírculo se formou, garantindo a alguns estarem atrás de outros. João, na condição de educador social, chamou a atenção daqueles homens – "*é roda, redondo*" – e, pegando Sebastião pela mão, o conduziu para frente a fim de fechar o círculo. Mas outros continuaram atrás mesmo depois dessa demonstração pedagógica. Um tanto constrangida, a coordenadora diz para João que não havia necessidade de se fazer aquilo, e, com um sorriso largo, diz que "*assim está ótimo!*". Levando as mãos ao

peito e, imediatamente, abrindo os braços, diz estar muito feliz naquele dia por receber "*visitas tão ilustres*". Parabeniza, em "*nome da direção do museu*", o Projeto Circulando pelo "*belo trabalho de integração que vem fazendo*". "*É uma honra estar recebendo vocês aqui nesse Museu que é um espaço de todos os cidadãos cariocas. É um museu da cidade e para a cidade. Vocês são parte disso. Sintam-se sempre bem-vindos aqui!*" – completa. Vira-se de costas e com uma mão chama Ana. "*Essa é Ana, ela levará vocês a esse passeio. Podem perguntar tudo a ela. Divirtam-se!*". Ana nos dá as boas-vindas e apresenta as questões norteadoras da exposição: "*De onde viemos? Quem somos? Onde estamos? Para onde vamos? Como queremos ir?*" e nos convida para seguir. Em fila seguimos, enquanto Josué cochicha para Ismael: "*Ih, rapaz, não sei ela, mas eu vim do abrigo, sou filho do meu pai e da minha mãe, to no abrigo, vou voltar para o abrigo e quero voltar de van*".

Ao ver que a seguíamos em fila, Ana sugere e impõe: "*não precisam andar em fila aqui. Podem soltar seus braços. Soltem seus corpos. Relaxem*". Alguns cochichos aqui e ali, algumas risadinhas tímidas, olhares difusos. Quando parávamos, Ana fazia perguntas. O silêncio era seguido pelos pedidos de João para que os homens falassem – "*participem, é uma oportunidade única que vocês estão tendo*".

Chegamos ao Antropoceno, parte da exposição onde há seis totens de 10 metros de altura cada um, com conteúdo audiovisual hiperbólico: cidades vistas de cima, carros e pessoas em movimento frenético, depósitos de alimentos, esteiras de produção de alimentos, chaminés esfumaçadas, florestas sendo tombadas, geleiras despencando, hidrelétricas, portos, containers, cidades alagadas, oceanos entupidos de lixo, animal preso em jaula. Ana havia dito que chegaríamos à parte da exposição onde veríamos o impacto que o homem causa no Planeta Terra. Saindo do meio daqueles totens, ela diz que nunca antes na história da humanidade os homens consumiram tanto e produziram tanto lixo e pergunta, aos homens que estavam ali, quantos celulares eles já tiveram na vida – "*alguém lembra?*". Eles não respondem. Pergunta, então, quem havia trocado o celular no último ano. E continua sem resposta. Agora, ao invés de pedir para que eles respondessem, João se aproxima dela e diz que eles eram "*moradores de rua*" e, por isso, "*nem têm celular*". Ana dá um sorriso e diz: "*que raro, gente! Quero uma foto com vocês!*". Cada um vai para um lado, se dispersam por entre as mesas eletrônicas que calculam Pegadas Ecológicas.

O passeio estava terminando quando Gisa, a educadora social, pede para que eles se juntem para tirar uma foto. Pega em seu bolso um pequeno celular e pede para Ana tirar uma de nós. Ana tem dificuldade de se acertar com o visor daquele telefone. Tira foto, olha e diz: "*deixa eu tirar outra*", "*espera*", "*não ficou boa*" ... "*outra*". Até que outro grupo se aproxima

também para tirar fotos de onde estávamos e começamos a nos dispersar. Ana devolve o celular à Gisa dizendo que esperava que alguma das fotos tivesse ficado boa. Gisa visualiza uma das fotos, me mostra e diz sorrindo: "*ficaram ótimas! é só para registro*".

Enquanto voltávamos para o abrigo, no calor da *van*, os comentários dos homens sobre a experiência no Museu, em tom jocoso e entre muitas risadas, era sobre o tamanho de alguns seguranças e como eles haviam nos seguido durante todo nosso percurso. Enquanto eram convidados a interagir com a exposição, estavam atentos aos seus vigias. Notaram que, aparentemente, esses andavam desarmados. Notaram que havia mais segurança no primeiro andar, onde não havia exposição, do que no segundo. Notaram até a diferença entre os radinhos dos seguranças do primeiro para o segundo andar, sendo sugerido que talvez eles não fossem contratados pela mesma empresa de segurança. Notaram que foi destacado um segurança para segui-los – o mais alto, disse Toniolo, ao que Josué comenta ironicamente: "*que medo vocês metem!*" (Notas de Campo, *Os sem celulares*, 27 de fevereiro de 2016).

A exposição que foi comentada durante nosso retorno não foi a museográfica, senão ao que eles estiveram expostos: aos olhares atentos dos vigias que os seguiam. Enquanto Ana lançava luz sobre "grandes questões da humanidade" (quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?), as "*visitas ilustres*" estavam às voltas com as práticas policialescas sobre sua circulação.

O que se passou no Museu não está circunscrito àquele espaço. A circulação policiada, vigiada, controlada, interditada é marca das experiências dos pobres urbanos, especialmente esses percebidos como "*moradores de rua*" – ou, como expressou João, os "*sem celulares*". Essa cena do Museu atualiza algumas questões que pretendo explorar neste capítulo, sintetizadas como a questão da *circulação na cidade do Rio Olímpico*. Nele, busco lançar luz sobre os dispositivos para gerir a circulação desses pobres, muitos que compunham ou passaram a compor uma *população flutuante*, atualizada e classificada como "*de rua"*, pelo espaço urbano, localizando espacial e socialmente os abrigos da cidade nessa trama. Quais estratégias foram mobilizadas para minimizar os impactos dessas existências *indesejadas* sobre as outras circulações, as *boas*, que deveriam ser *maximizadas?*

1.1 **Imperativos Olímpicos**

O *problema da circulação*, ou a *questão da circulação*, reportando-nos Foucault (2008 p. 24), foi assim colocada por soberanos, arquitetos e urbanistas nas cidades muralhas da Europa a partir do século XVIII. Com o desenvolvimento comercial, as cidades deveriam ser

desencravadas para que fossem restituídas a um espaço de circulação. Se, por um lado, havia a demanda de abrir seus portões ao afluxo de mercadorias para o desenvolvimento econômico dessas, por outro, abria-se a possibilidade do afluxo de toda uma *população flutuante*, entendendo-se com isso, naquela altura, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos e ladrões assassinos. Devia-se, então, organizar e *maximizar* a circulação de mercadorias – a *boa circulação* – e criar estratégias para *minimizar* a circulação, e seus efeitos, dos *indesejáveis* – a *má circulação*.

Na cidade olímpica, quando os discursos e as práticas midiático-políticas colocavam a questão da "abertura da cidade", ou da necessidade da abertura da cidade, para o afluxo de capital nacional e internacional (atrair investidores públicos e privados), a questão da circulação é (re) colocada como um problema público por seus gestores. É quando a cidade é inserida no circuito globalizado da economia urbana que a *boa* e a *má* circulação se reatualizaram, mais uma vez, assumindo certa centralidade nas políticas governamentais e no debate público.

A cidade olímpica, aqui referida, nos remete ao ano de 2007, quando se deu início, e/ou continuidade intensificada, a uma série de ações incisivas sobre o tecido urbano e suas populações com a justificativa de tornar a cidade concorrente à disputa para sediar os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo e outros grandes eventos que aconteceriam ao longo da década seguinte[11]. Esse recorte temporal, contudo, não é preciso, pois deixa de fora o período que se estende até início dos anos 90, quando a cidade já havia passado por tentativa de ser Sede dos Jogos Olímpicos e que marca, desde então, o início de contratos internacionais entre empresas de consultoria urbana e a administração municipal. Período importante em que começa a ser introduzido, nos departamentos administrativos, ideais neoliberais na gestão dos espaços urbanos (Oliveira, 2012; Davies, 2017).

Desse contexto, o Museu do Amanhã e a região em que está localizado, a Zona Portuária, nos servem como alegorias. Dessas ações sobre o tecido urbano e as populações que o habitam, sinalizadas acima, dois grandes eixos são destacados: por um lado, uma série de determinações estimulou a mercantilização do espaço urbano e a financeirização do solo urbano (Rolnik, 2015); por outro, a gestão e controle mercantilizados, militarizados e policialescos sobre os fluxos de pessoas e coisas foi uma das peças centrais das ações incidentes sobre corpos e estruturas urbanas (Telles, 2015), garantindo uma *circulação seletiva* sobre esses espaços

[11] Jogos Pan Americanos (2007); Jogos Mundiais Militares (julho de 2011); Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20 (junho de 2012); Copa das Confederações FIFA (junho de 2013); Jornada Mundial da Juventude (julho de 2013); Copa do Mundo FIFA (entre junho e julho de 2014); Jogos Olímpicos (agosto de 2016).

(Minhoto, 2012). As fronteiras físicas e simbólicas da cidade foram redefinidas pelo traçado da expansão das fronteiras dos mercados, provocando desacomodações, ou desterritorializações, especialmente, entre os pobres urbanos[12].

A Zona Portuária foi alvo destacado de investimentos públicos e privados, culminando com uma Parceria Público Privada (PPP) para gestão de seu território (o Consórcio Porto Novo). A Zona, como o nome já diz, Portuária, está na rota de transatlânticos que aportam na cidade trazendo turistas para os quais a cidade se voltava para bem atender. Turistas pouco dispostos a compartilhar do mesmo espaço que os "nativos", especialmente se esses forem nativos pobres. Como apontou Tarrius (2006, p. 60), os estrangeiros que circulam, que se movem com frequência, sejam eles turistas, sejam eles executivos, produzem a necessidade de serem separados dos "nativos", sendo as autoridades locais as responsáveis por garantir um circuito distinto por onde eles possam circular. E assim foi feito nessa zona da cidade que também se tornou alvo destacado, como efeito dessa gentrificação, da política de remoções levadas a cabo pelas "autoridades locais". Pensando sobre a Zona Portuária, Anelise Gutterres (2016) chama a atenção para como o projeto urbanístico ali executado produzia uma representação *objetivamente heterogeneizante*, ao mesmo tempo em que divulgava seus espaços como plurais, com aumento de circulação de pessoas, como estando, o espaço, sendo devolvido e/ou aberto para a cidade, para a população, para o cidadão. Por outro lado, seria *subjetivamente homogeneizante*, posto que são espaços "construídos para a circulação e usufruto de um grupo de citadinos selecionados moralmente para o consumo dos equipamentos e opções de compra e lazer oferecidos pela nova reforma, vidas elegidas para ocupar o ambiente revitalizado." (2016, p.185).

O Museu do Amanhã**,** construído nesta zona, foi celebrado por gestores públicos municipais e por empresas privadas como a "maior Parceria Público Privada (PPP) do país", tomado como ícone da "reurbanização" dessa região. Sua arquitetura trouxe a *marca* que o insere no roteiro da arquitetura internacional, como aponta Leopoldo Pio (2013, p.21). Mas, também, trouxe em sua execução o que poderíamos chamar de uma *marca* operacional. Santiago Calatrava, o renomado arquiteto espanhol que o projetou, figura no centro de grandes polêmicas arquitetônicas e disputas judiciais por obras como uma ponte de vidro que escorrega,

[12] A "mobilidade urbana", tratada como a *boa circulação*, se materializou em obras de alto impacto no tecido urbano e suas populações, como a demolição de uma perimetral, a construção de vias expressas, teleféricos e a expansão da linha férrea do metrô. E, também, no cálculo da *boa circulação*, para maior conforto visual de "estrangeiros que se deslocam com frequência", contou com a instalação de tapumes (chamado por gestores de "barreira acústica") ao longo de um trajeto que liga o aeroporto internacional da cidade aos centros turísticos, escondendo, assim o conjunto de favelas da Maré.

um aeroporto sem sala de espera na área do desembarque, uma sala de concerto onde não se vê o palco, dentre outros "erros de cálculo". Por serem obras "abstratas demais", segundo seu escritório de arquitetura, propõem orçamentos provisórios e largo período temporal de execução (OGLOBO, 2013). Esse conjunto de procedimentos utilizado por seu escritório de arquitetura pela Europa e Américas, ao contrário de desprestigiar governos locais, parece oferecer a oportunidade da execução de expedientes extra legais benéficas a empresas e governos locais. Assim que o Museu também se torna ícone de irregularidades cometidas pela PPP. Embora o Museu tenha sido celebrado como fruto da maior PPP do país; embora tivesse como patrocinadores e mantenedores empresas estrangeiras; embora tenha sido projetado e construído por um escritório de arquitetura estrangeiro também estrangeiro; embora tenha sido construído em uma rota do turismo internacional; as boas-vindas foram-nos dadas assegurando que aquele espaço seria da cidade e para a cidade. Como público não pagante, beneficiários e mediados por um Projeto Social, entramos pela lateral e seguimos sendo vigiados.

A vigilância e controles policialescos sobre corpos, espaços e circulações e a militarização da vida ganharam forma, nesse contexto olímpico, através de duas grandes políticas governamentais que orientaram as ações de "segurança pública" e do "ordenamento urbano", quais sejam: a Política de Pacificação e a Política de Ordem Urbana. A primeira materializada na criação e instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP); a segunda, através da criação da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), sendo suas ações popularizadas pelas Operações do Choque de Ordem. Ambas as políticas foram apresentadas como ordenadoras da desordem urbana e, especialmente, como responsáveis por retomar o poder do Estado sobre territórios perdidos para grupos criminosos e para os ilegalismos de todas as ordens – como foram apresentadas pelos discursos oficiais. Ambas operaram dentro de uma mesma chave repressiva com discurso civilizatório, atuando sobre os espaços de pobreza e sobre os corpos indexados a eles. Se as UPPs foram anunciadas como a retomada do poder do Estado sobre as favelas e seus habitantes, as Operações do Choque de Ordem, poderíamos dizer, construíram-se como retomadas de espaços de pobreza pulverizados em zonas mais amplas e difusas do tecido urbano e dos corpos a eles indexados.

Quanto à Pacificação, Lélia Gonzalez (1982), analisando os impactos do Golpe Civil Militar de 1964 sobre a população negra no Brasil, sinaliza para o acionamento da categoria "pacificação" por parte do governo militar e sublinha que "a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê 'pacificação', entende-se repressão" (Gonzalez, 1982, p.11). Já João Pacheco (2014), sinaliza para a sua

gênese em processos de dominação colonial sobre povos indígenas com alta carga de violências físicas e simbólicas. E é com essa tônica na violência e na repressão que serão operacionalizadas as "ações de pacificação" no contexto aqui abordado.

Como já dito, as UPPs foram os veículos dessa política, tendo a ocupação militar das favelas como condição para o controle militarizado e policialesco sobre o fluxo de coisas e pessoas, fazendo, para dentro deles, um canal de proteção que permitiu ao mercado avançar sobre esses territórios [13]. Para fora deles, estava a produção de um "cinturão", espécie de cordão de isolamento, das "regiões olímpicas"[14], na intenção de neutralizar os poderes de grupos armados que atuavam em territórios de proximidade com essas regiões.

Um dos efeitos dessa política foi o rearranjo territorial dos poderes armados. É nesse sentido que Edson Miagusko (2018) chama a atenção para os *efeitos circulatórios da pacificação*, dentre os quais, a migração de grupos armados das favelas dominadas pelas UPPs para outras regiões da cidade e do Estado. Esse rearranjo pôs para circular (expulsou) seus *indesejáveis*, sempre circunstanciais – de grupos armados rivais a grupos de pessoas e/ou famílias atravessadas por essas disputas. Se essa prática já era comum em territórios dominados por facções de traficantes de drogas e milicianos, no contexto da "pacificação", novos atores entraram em cena (Polícia Militar, Exército) amplificando seus efeitos, como demonstrou Taniele Rui (2018) a respeito dos *refugiados da pacificação* – usuários de crack expulsos de algumas favelas quando da instalação das UPPs nessas localidades. Por sua vez, o crescimento das milícias na Zona Oeste da cidade também pode ser computado como outro efeito dessa Política de Pacificação e da expansão das fronteiras do mercado – neste caso, principalmente o imobiliário[15]. Uma vez que, enquanto lançava-se luz sobre as UPPs, celebradas pelas mídias, as milícias cresciam em sua *sombra* (LEITE et al, 2018).

Assistentes sociais e psicólogas que trabalhavam dentro dos abrigos municipais perceberam a expansão das milícias nesse período. Em documento administrativo produzido para "entrevistar" as pessoas usuárias quando de sua chegada aos abrigos[16], expressões

[13] Tendo a Política de Pacificação imbricações de ordem simbólica e material bem mais complexas do que cabe abordar no escopo desse trabalho, encaminho, para um aprofundamento empírico e analítico aos dois volumes do Dossiê "Unidades de Polícia Pacificadora – CEVIS, Parte 1 e 2", organizados por Machado e Leite (2014, 2015); ao artigo de João Pacheco (2014); e ao livro organizado por Marcia Leite et al (2018).

[14] Oficialmente, as Regiões Olímpicas foram os bairros de Deodoro, Barra da Tijuca, Maracanã e Copacabana. Para um aprofundamento sobre os aspectos sociais que as constituíram, ver Davies (2017)

[15] Para um aprofundamento sobre as milícias, ver os trabalhos de José Souza Alves (2008), Thaís Duarte (2019) e Lia Rocha (2019).

[16] Trata-se do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que será apresentado no Capítulo 3.

lacônicas davam conta dessas realidades: "*expulsão do território*", "*desentendimento territorial*", "*conflito territorial*". Tais expressões apareciam como resposta à pergunta sobre os "motivos de ir para as ruas". A expressão "violência urbana" também figurava como resposta possível, mas os termos anteriores buscavam dar sentido mais preciso às motivações. Essa abordagem genérica, "*mais técnica",* foi elaborada propositadamente para encorajar as pessoas a "*falarem mais; a falarem sem medo*", como ressaltou uma assistente social envolvida na elaboração desse documento no ano de 2013: "[essa questão] *estava muito relacionada, numa época, especialmente nas regiões da zona oeste, com a forte presença da milícia. E a gente estava evitando usar esse termo milícia. Por que a pessoa, em si, ela não teria envolvimento algum* [...]" (Entrevista com funcionária da Secretaria de Assistência Social em novembro de 2018). Mas foi a grande quantidade de pessoas que chegavam nos abrigos buscando um refúgio desses grupos armados que produziu uma mudança em seus protocolos de recepção. Não se trataria de "*um ou outro*", mas sim de "*mais de uma família procurando um suporte em outro local porque estava impossível de viver. Então, quando foi pensada a questão da violência urbana ela estava voltada para pensar a questão dessas ameaças* [...] *as pessoas vivem, de fato, amedrontadas"*.[17]

Retomando o sentido da categoria "pacificação" atribuídos por Gonzales (1982) e Pacheco (2014) expostos acima, vemos que os efeitos das violências que ela carrega em ato transbordam os limites territoriais das favelas ocupadas pelas UPPs. Alegoria das políticas neoliberais de aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais, a Pacificação, no Rio Olímpico, foi também responsável por aumentar a massa de *refugiados urbanos* – como se refere Vera Telles (2017, p.3) a corpos produzidos pela maquinaria de *despossessões generalizadas.*

A essa maquinaria soma-se a política de remoções, aqui abordada sob a insígnia da Secretaria Especial de Ordem Pública – embora outras instâncias governamentais municipais, estaduais e federais tenham sido responsáveis por administrá-la. Essa política foi uma das estratégias de circulação imobiliária estimulada pela mercantilização dos espaços urbanos e financeirização de seu solo que incidiu de forma aguda sobre os pobres. De um lado, houve a retomada das práticas de remoção de habitações, o aumento de aluguéis e do custo de vida nas favelas; do outro, as ocupações e construção de conjuntos habitacionais Minha Casa Minha Vida sendo expandidas para o oeste da cidade[18]. Uma parte dessas pessoas se fixaram em outros

[17] Essa questão é retomada no Capítulo 3 desta tese.
[18] Sobre as *remoções*, desde diferentes ângulos, há os trabalhos produzidos por Adriana Fernandes (2013), Anelise Guterrez (2014, 2016), Alexandre Magalhães (2013, 2016), Lena Azevedo e Lucas Falhauber (2015),

territórios, outra parte passou a circular entre casas de familiares, amigos, instituições de acolhimento, vagas de pensões, quartos, ocupações e rua.

Esse último caso, foi o que se passou com Laurindo, que estava com 52 anos quando o conheci em 2016 no Antônio Arthur. Estava há poucos dias no abrigo, mas era grande conhecido da equipe – "*volta e meia ele aparece*", disse-me uma técnica. Desde 2012, estava sem "*casa fixa*". A casa em que vivia com sua esposa, e onde criara sua única filha, fora removida para a construção do BRT (Bus Rapid Transit). Sua esposa aceitou a indenização da prefeitura que, na avaliação de Laurindo, era "*uma mixaria*" e com o dinheiro, foi morar na Região dos Lagos onde ela tinha parentes. Laurindo não quis ir. Ficou na cidade, mas ficou sem casa. Sua única filha se casou com um "*cara cheio da grana*" e foi morar na Barra da Tijuca. Às vezes ela o convida para ir à sua casa, mas ele não se sente à vontade. Até vai quando é aniversário do neto, ou alguma outra festa especial, mas nunca dormiu lá: "*nunca precisei, graças a Deus!*". Trabalha como montador de móveis. Dizem que ele exerce com excelência essa atividade. Carrega consigo uma pequena maleta com algumas ferramentas. "*Às vezes chega aqui sem roupa, mas com a maleta*", disse um educador social. Me explicou que quando quer trabalhar, vai até uma distribuidora de móveis (Casas Bahia, Lojas Americanas) que fica na zona norte da cidade. Ali ele é escalado para a montagem no local de entrega. É-lhe pago "*por serviço*". Não tem carteira assinada, mas já teve no tempo em que trabalhou em uma loja de móveis no Méier. Quando começaram a "*vir esses móveis de compensado*", a loja fechou. Ganhou uma boa indenização e com ela reformou e ampliou sua casa: a que foi removida – "*e agora só passa ônibus por ela*". De vez em quando, ele vai até lá, mas "*não tem mais nada, nem os vizinhos*". Arranjou uma namorada "*pros lados de Pilares*" onde eventualmente dorme. Quando tem muito trabalho na distribuidora, costuma dormir em uma rua próxima dali, em um buraco no chão, onde ele entra e tapa com tapume. Vez ou outra passa uma temporada na região dos Lagos junto da sua (ex? "*não, as vezes ela é minha*") esposa. Dessa vez, estava no abrigo, pois estava com tendinite na mão esquerda, sem conseguir trabalhar. Precisava de tratamento e repouso, e nas casas de sua namorada e esposa só podia chegar com dinheiro "*porque senão elas também não me querem, nem pra me cuidar*".

Anelise Gutterres (2014) cunha a expressão *desabitação* para fazer referência a essa modalidade de "deslocamento forçado seguido de remoção imposta (na maior parte das vezes com ameaças) como tecnologia governamental a certos grupos de pessoas". A *desabitação,*

Raquel Rolnik (2015) e Frank Davies (2017). Sobre a política habitacional Minha Casa Minha Vida, ver, dentre outros, os trabalhos de Heloisa Lobo (2015) e Wellington Conceição (2016).

define a autora, *"*é um processo que promove o esvaziamento seletivo das relações sociais, tornando o lugar inerte àquilo que ali existiu. Inerte às relações que ali foram criadas e que ali criaram registros físicos – em percursos e marcações". Ainda, "a orientação diruptiva da urbanização, que em geral vinha seguida de uma *desabitação*, criava espaços para serem ocupados por Outros" (2014, p.133).

Essa noção de *desabitação* é boa para pensarmos em vários processos postos em curso no contexto olímpico não só pela política habitacional de remoções, mas também através das Políticas de Pacificação, e seus efeitos, e de Ordenamento Urbano, como aprofundarei a seguir. Se, por um lado, a projeção de uma cidade olímpica não comportou seus pobres, a não ser se inseridos em espaços possíveis de terem suas presenças e imagem mediados, por outro a *maquinaria de produzir despossessões* seguiu seu fluxo tendo como garantidora esses dispositivos de segurança corporificados nas UPPs e SEOP.

1.1.1 "Ordem de Choque"

Zuzu agitava os braços, sacudia a cabeça e, com o olhar fixado ao chão, repetia num sussurro para si mesmo: "*é choque, é choque, é choque, é choque, é choque, é choque*". Pergunto se lhe estavam aplicando eletrochoques ali.

- Não. É choque na rua. Na rua.
- Ah, Tropa de choque, você tem medo deles?
- Não. É ordem de choque.
- Ah, Choque de Ordem!
- Não! Ordem de choque!

Conheci Zuzu no Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro enquanto eu esperava Danielle ser atendida. Com razão deve ter se irritado comigo que, para além de não o entender, tentava ordenar seus pensamentos. Levantou-se e saiu quieto (Notas de Campo, *É Ordem de Choque*, 24 de fevereiro de 2016).

***

Choque de Ordem, assim foram nomeadas as "operações" realizadas pela Secretaria Especial de Ordem Pública, a SEOP. Esta, por sua vez, foi criada através de um Decreto assinado pelo então Prefeito Eduardo Paes, em seu primeiro dia de mandato, como um ato inaugural, apontando para a centralidade que esta Secretaria teria em seu governo. De fato, a

partir desse decreto, a estrutura administrativa municipal foi reorganizada sobre um complexo organograma tendo como objetivo "formular e implementar Políticas Públicas que garantam a manutenção da ordem urbana e a integração da Prefeitura com as forças de Segurança Pública do Estado" (Decreto nº 30.339, de 1 de janeiro de 2009).

Durante os oito anos desse governo, as Operações do Choque de Ordem ganharam grande destaque nas ações da gestão municipal, tendo a SEOP atuado junto com a Guarda Municipal (GM), a Polícia Militar (PM), a Secretaria de Assistência, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), dentre outras instâncias municipais e estaduais, como auxiliares. Estiveram à frente, ou como auxiliares, em ações de remoção de casas, "recolhimento" de pessoas em situação de rua, apreensão de mercadorias, repressão a camelôs, estouro de depósito de mercadorias, autuação de barracas, bancas de jornais, bares, fiscalização de transportes e outras ações com a justificativa de "reestabelecer a ordem pública" (PMOP, 2010). As ações se tornaram corriqueiras na cidade, repetindo-se com maior ou menor violência, a depender do local e do horário da operação. Segundo o Plano Municipal de Ordem Pública (documento que será apresentado a seguir), a mídia local teria sido a responsável por nomear as operações da SEOP como Choque de Ordem. Cotidianamente, reportagens eram veiculadas apresentando o computo dessas "operações". Como colocam Taniele Rui e Fabio Mallart (2017, p.6), referindo-se a ações da polícia paulistana sobre territórios de uso de crack, seria uma espécie de balanço geral "disponibilizados à imprensa que, por sua vez, media e modela a opinião pública". Seria, ainda segundo esses autores, uma "*mise-em-scène* do aparato repressivo, precisamente nessas ocasiões, [que] repõe no tecido urbano as formas contemporâneas do espetáculo policial, salvaguardadas por uma ampliação em suas competências constitucionais de gestão e repressão ao crime". Ou, ainda, como referenciado por Antônio Arantes (1994, p.200), são ações que *teatralizam o controle*.

Um ano após o início dessas operações, a SEOP lançou o Plano Municipal de Ordem Pública. O documento, segundo sua apresentação, visava à produção de um diagnóstico das ações desenvolvidas até então e à proposições para ações futuras. Sua elaboração, contudo, esteve condicionada ao estabelecimento de uma "parceria" com o Ministério da Justiça que oferecia verba aos municípios para atuarem na "prevenção da criminalidade" – o chamado Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

Fonte de inspiração concretizada em consultoria na elaboração deste documento foram Rudolph Giuliani e Willian Bratton. Em dezembro de 2009, doze meses depois de criada a SEOP, ambos chegavam na cidade do Rio de Janeiro para formalizar um contrato de consultoria a ser prestado ao Estado e ao Município. Giuliani, enquanto prefeito de Nova Iorque, e Willian

Bratton, enquanto chefe de polícia dessa mesma cidade, transformaram-na em "vitrine mundial" da Doutrina Tolerância Zero. As ideias dessa doutrina foram forjadas pelo *Manhattan Institute*, na década de 1990, e garantiram aos dois uma carreira internacional, findado seus mandatos, como Consultores de Segurança Pública a vender para o mundo o pacote de soluções para acabar com a "epidemia do crime" nas grandes cidades, uma espécie de item obrigatório a ser vendido no pacote de serviços dos grandes eventos. Não cabe no escopo desse trabalho perseguir e traçar as linhas-ideia que influenciaram, ou atravessaram, a construção e execução da política e das ações realizadas sob os domínios da SEOP. Caso fosse de interesse, para saber como foram difundidas e absorvidas as diretrizes desta Doutrina, comercializada pelo referido Instituto pelos seus vendedores também acima referidos, seria preciso, como sinaliza Loïc Wacquant (2001, p.11), reconstruir uma longa cadeia de instituições, agentes e suportes discursivos variados, localizando-os nos respectivos campos político, econômico, jornalístico e universitário. É por essa longa teia de contatos, negociações e parcerias que tomamos essa política de "ordenamento urbano", não como *política pública*, senão como *política governamental*, tal como sugerem Antônio Carlos de Souza e Lima e João Paulo Macedo e Castro (2015, p. 35), ao enfatizarem que essas "são geradas, financiadas e avaliadas fora das fronteiras estritas de seus territórios por feixes de agências e agentes, princípios e práticas que os trespassam". Ou como colocam James Fergunson e Akhil Gupta (2002), ao sinalizarem para uma *governamentalidade transnacional* que se territorializam por meio dos gestores locais. Ou, ainda, James Ferguson (2007), que ao pensar a dicotomia entre Sociedade Civil e Estado – acionada para construir as narrativas sobre a *nation-building* em países africanos – desenvolve a ideia de *topografia vertical do poder*, para iluminar as questões em torno dos amplos e difusos vetores que tensionam a produção de políticas governamentais. Sinalizar, aqui, essa participação de agentes internacionais na elaboração dessas práticas e políticas tem como intensão sublinhar mais um dos elementos de inserção da cidade nos circuitos globalizados da economia urbana enfatizados por Vera Telles (2015), Raquel Rolnik (2015) dentre outros e outras.

A "ideia-força" dessa Doutrina, aponta Loïs Wacquant (2001, p. 15), "reside em que o 'caráter sagrado dos espaços públicos' é indispensável à vida urbana e que a desordem na qual se comprazem às classes pobres é o terreno natural do crime". O fundamento dessas ações está na Teoria das Vidraças Quebradas que "sustenta que é lutando passo a passo contra os pequenos distúrbios cotidianos que se faz recuar as grandes patologias criminais" (2001, p.16).

Com o passar do tempo, contudo, foi sendo evidenciado que essas "operações" estavam conformadas em territórios e corpos alvos preferenciais. Se, no início o discurso era de ataque

a todas às ilegalidades, foi ficando claro que esses espaços se coadunavam com os territórios de pobreza localizados dentro dos perímetros delimitados para a cidade olímpica. Ou seja, as ilegalidades foram moduladas e os "puxadinhos do Leblon", via de regra, foram poupados de fiscalização, multas ou demolição, assim como houve regiões longe do centro e da zona sul da cidade, onde moradores reclamavam por ali o "choque de ordem" que não chegara (LORETTI, 2015) Foucault (2013, p. 258) denominou como *gestão diferencial das ilegalidadades,* a prática de modular penalidades: "a penalidade seria uma maneira de gerir as ilegalidades, riscando limites de tolerância, dando terreno para uns e fazendo pressão sobre outros, excluindo uma parte e tornando útil outra, neutralizando uns e tirando proveito sobre outros". Por mais universal que seja o acionamento da legalidade, ela nunca assim o é. É justamente no "jogo das definições entre o que é legal/ilegal, tolerado ou não, útil ou não, onde são estabelecidos jogos de poder, campos de força e por onde transitam pessoas, bens e mercadorias", como coloca Vera Telles (2010, p. 192). No final das contas, sempre há algum grau de tolerância, disputado em leis, códigos de postura, resoluções administrativas e nos embates corpo a corpo das ruas. Tolerância, em política governamental, nunca é zero.

Acionando um mesmo repertório de imagens e teses, o PMOP vai construindo seu espaço e legitimando a municipalidade no âmbito da "segurança pública". Diz o documento que "[...] as questões do cotidiano têm forte impacto nas condições propiciadoras do crime. [...] o ordenamento urbano é um importante instrumento para a realização de uma abordagem sistêmica do problema da violência. Ou seja, atacar os eventos de incivilidade urbana é fundamental a uma cidade mais segura e estável" (PMOP, 2010, p. 14). Desse modo, defendendo a tese da relação direta entre desordem urbana e criminalidade, o documento aponta para necessidade de "civilizar a cidade", feito que estaria atrelado à "desprivatização do espaço público" através e a um controle cotidiano das "pequenas incivilidades", ou condutas que se apropriam do que seria público. Paralelo a esse discurso, o Consórcio Porto Novo, formado por empresas privadas para administrar a Zona Portuária, ia sendo tecido.

Para a sustentação desta tese e justificativa para sua realização, o documento produz imagens de desordem e anuncia caminhos para o que seria o "ordenamento urbano". Algumas sentenças produzem um corte temporal necessário para delimitar um passado de desordem: "A ordem pública nos últimos anos na cidade do Rio de Janeiro não foi priorizada como aspecto importante no conjunto das políticas públicas do município"; "ao observar o histórico recente da cidade, é possível verificar uma grande desconsideração em relação à preservação daquilo que é comum a todos [espaço público]"; "o que se observou em anos recentes foi a desconsideração desse aspecto [ordem pública] como central à manutenção e ao incremento da

qualidade de vida na cidade"; "a cidade cresceu sem controle" (PMOP, 2010, p. 13-18). Diante desse passado em que "a preservação daquilo que é comum a todos" foi "desconsiderado, seria necessário reestabelecer a "autoridade pública" como medida de ação. Assim, as Operações do Choque de Ordem fariam parte de uma primeira fase denominada Reestabelecimento da Autoridade Pública. Seria a *anunciação do Estado*, como colocam Venna Das e Deborah Poole (2008). Elas sinalizam que o Estado é figurado como um projeto sempre "incompleto" que precisa o tempo todo ser "enunciado e imaginado, invocando o selvagem, o vazio e o caos que não só se faz por fora dos domínios de sua jurisdição, mas também se constitui como uma ameaça desde dentro" (2008, p.23). A retomada desses territórios onde prevaleceriam a desordem, a ilegalidade, a incivilidade e o caos, por um lado, e o reestabelecimento da autoridade pública, por outro, fez parte de uma estratégia de performatização de um poder que precisa ser evocado e anunciado como aquele que, ausente, retorna para reestabelecer a par ordem/civilidade. É nessa gramática fundada em pares de oposição (legal/ilegal, lícito/ilícito, formal/informal, ordem/desordem, civilidade/incivilidade) que a presença do Estado seria avaliada em sua intensidade. A partir do enunciado da ordem, dois mundos são produzidos: o mundo da desagregação social, da desordem urbana, do crime, dos pequenos delitos, da incivilidade, do caos – mundo que remeteria a ausência do Estado; e o mundo daquilo que é entendido como ordenamento urbano, republicano, da ordem, da legalidade, da civilidade – mundo que seria construído pela presença do Estado.

Se há certa novidade na produção desses pares de oposição para gerir o espaço urbano da cidade como um todo, não há novidade a relação que historicamente foi estabelecida, no Rio de Janeiro, com as favelas. Marcia Leite (2014) mostra que, a partir da concepção da *metáfora da guerra*, dispositivo que produz, prática e discursivamente, as favelas como territórios das margens do Estado, a cidade foi sendo representada como "dilacerada pelos conflitos e contradições entre os territórios da violência e das ilegalidades a ela relacionadas e o restante da cidade, espaço da ordem estatal e da cidadania" (2014, p. 628). Os moradores dessas localidades, frisa a autora, além de serem apreendidos como não estando socializados nos mais altos valores morais republicanos, estariam absorvidos por práticas condicionadas pelo crime violento, quais sejam, toda a gama e sorte de vivência nas ilegalidades, capturados nos nós e tramas da informalidade, ilegalidade e imoralidade. Não só esses territórios, como os corpos a eles indexados vão sendo apreendidos nas chaves da precariedade, do provisório, da instabilidade, da ilegalidade e da desordem.

As representações desses pares de oposição encontraram seus correlatos sujeitos de "ação", de "direitos" e de "deveres". No documento, o "cidadão" aparece de diferentes formas:

como aquele que tem seu "direito básico de andar em uma calçada sem precisar disputá-la com uma mesa de bar ou restaurante, ou o de estacionar seu carro em um local absolutamente apropriado para tal sem ser extorquido" (PMOP, 2010, p. 13); como "pessoas cumpridoras da lei" (2010, p. 14); ou como "cidadão carioca, cliente dos serviços prestados pela SEOP" (2010, p. 32). Essa última imagem do cidadão carioca como cliente, perpassa a elaboração do documento. Com isso, é selecionado um segmento restrito de sujeitos aos quais estaria garantida uma gama de "serviços", outrora localizados no léxico dos direitos[19]. Com isso, também, se produz um segmento apartado desses serviços e tomado como alvo a serem eliminados justamente por esses serviços. Uma vez que a civilidade é compreendida através da afiliação pelo consumo, como aponta Nikolas Rose (2007), e os projetos urbanos postos em prática na cidade olímpica são expressão e ação dessa compreensão, o que acontece com essa gente que não é absorvida pelo mercado de consumo –os sem celulares? Vemos que nossas "*visitas ilustres*" não quebravam somente as expectativas textuais de interação com a curadoria da exposição. Eram elas as fora da "ordem" projetada nesse projeto de cidade. O que, claro, não passou despercebido àqueles responsáveis por cuidar da segurança do espaço.

No final do PMOP, são expostas algumas tabelas que trazem números produzidos pelas Operações do Choque de Ordem ao longo do seu primeiro ano de atuação. Elas apresentavam o cômputo, em quilos, de produtos perecíveis – doces, frutas, verduras, gênero alimentício – e de produtos não perecíveis – eletrônicos, barracas, bicicletas, artesanato, mesas, sombreiros, isopores, botijões de gás, carrinhos, miudezas, móveis, vestuário –; o cômputo das ações dirigidas pela Coordenação de Licenciamento e Fiscalização – publicidades, bancas de jornal, quiosques, mesas e cadeiras, gotejamentos e ombreiras que receberam notificação, autuação, adesivação ou foram retirados e/ou apreendidos; o número de veículos que foram verificados, rebocados ou infracionados; a tonelagem de lixo vinda de estouro de depósitos, de entulho de demolição e lixos das ruas; e, por fim, o cômputo das ações junto à população de rua que foi abordada, acolhida, conduzida, detida/presa (PMOP, 2010, p. 26-29).

Vilma figurou por essas tabelas. Desde 2007, alugava uma "*vaga para dormir*" (cama) em um quarto de pensão na região da Central do Brasil. Pertencia a ela uma caixa térmica de isopor de 60 litros e um carrinho feito com dois skates acoplados por cordas extensoras que formavam uma alça pela qual ela o puxava. A caixa de isopor sobre o carrinho formava o seu instrumento de trabalho, a partir do qual retirava seu orçamento diário e com o qual pagava o aluguel da vaga, sua alimentação – as "*quentinhas"* –, as mercadorias que pegava consignadas

[19]Para uma discussão aprofundada sobre a passagem da concepção de cidadão para a concepção de cliente, ver o Dossiê organizado por Vera Telles e Étienne Henry (2002) e o artigo de Nicolas Rose (2007).

em um depósito da região para vender (água, refrigerante, sucos e gelo) e a "*segurança*" de sua "*vaga no asfalto*" (ponto de venda). A caixa com gelo e bebidas sobre o improvisado carrinho formava seu instável e urgente "*ganha pão*". Em 2013, teve seu carrinho e isopor apreendidos em uma Operação do Choque de Ordem. Um mês depois, com três semanas de atraso do aluguel e sem conseguir "*levantar*" o dinheiro para pagar as mercadorias que havia pegado consignadas, é expulsa da região "*pelos meninos do movimento"*. A dívida que fez com que fosse expulsa da região onde morava e trabalhava não passava de 300 reais (no ano de 2013, o salário-mínimo era de 678 reais). Quantia "*impossível de ser levantada*", naquela circunstância, sem seus principais instrumentos de trabalho. Deveria ir para longe, disseram; conseguiu chegar até a Lapa. Ali, antes de conseguir outra "*vaga para dormir*" foi "*recolhida*" por outra operação do Choque de Ordem e levada para um abrigo distante cerca de 70 quilômetros dali como moradora de rua (Notas de Campo, *Vida entre vagas*, 2016).

Conheci Vilma quando de uma de suas passagens pelo Maria Bethânia em 2016. Naquela altura, havia passado a fazer uso de remédios "*para os nervos*" (Diazepam e Fluoxetina) para aplacar as "*agonias*" que a instabilidade de sua condição lhe trazia. Afastada pela política de ordem urbana dos precários instrumentos e ações cotidianas para manter suas vagas – de dormir e trabalhar –, Vilma passou a disputar as vagas dos abrigos, a frequentar a casa de amigos e a passar temporadas vivendo em situação de rua pela área central da cidade. Alvo duas vezes dessas "operações" – uma como vendedora ambulante, outra, um mês depois, como "moradora de rua" –, a trajetória de Vilma é capturada por campos de força, que a pune dentro de uma categoria (atividade ilegal) e a produz dentro de outra ("moradora de rua").

James Ferguson (2006) sinaliza que reduzir a pobreza a um problema técnico, apresentando soluções técnicas, é uma das principais formas de despolitizá-la, alçando-a à problemática hegemônica do desenvolvimento. Observando essas tabelas administrativas e a forma como elas ecoaram nas mídias, que contabilizavam moradores de rua junto com recolhimento de lixos, reboque de veículos etc., percebe-se a forma como essas pessoas que estão em situação de rua são produzidas na linguagem gestora como *corpos-coisa*, *corpos-entulho.*

Judith Butler (2015) nos propõe pensar a alteridade como um *enquadramento epistemológico* a partir do qual as vidas são apreendidas e valoradas – aquelas que são e aquelas que não são passíveis de luto. Sendo as *molduras* pelas quais apreendemos, ou não, a vida dos outros, operações de poder *politicamente saturadas*, não podendo o *ser da vida* ser referido fora destas operações que o constitui. "Há sujeitos", diz ela, "que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há 'vidas' que [...] nunca são reconhecidas como vidas" (2015, p. 17). Só pela

produção e incessante circulação de uma *alteridade radical e totalizadora,* ou *alterocídio*, como coloca Achille Mbembe (2018a, p.27), que esses corpos podem figurar em tabelas como objeto administrativo ao lado de lixos, mercadorias apreendidas, carros autuados e depósitos estourados.

Taniele Rui (2013, 2014, 2018) tem mostrado em seus trabalhos como *corpo* e *substância* produzem gestão, territorialidades e alteridades em relação a pessoas usuárias de crack. Sobre os corpos abjetos, diz a autora, que "tais corpos causam abjeção menos pela falta de limpeza ou pela impossibilidade de transmissão de fluidos/doenças e mais por que perturbam ficções de identidade, sistema e ordem; porque não respeitam fronteiras, posições e regras; em suma, por que são ambíguos" (2014, p. 22). Sobre essa *ambiguidade*, também sublinhou Sidney Chaloub (1996), quando propõe uma genealogia do processo de estigmatização e criminalização dos pobres e seus locais de moradia na cidade do Rio de Janeiro. Abordando a construção das *classes perigosas* e suas moradias, os cortiços, diz o autor que ambas – classes perigosas e cortiços – seriam caracterizadas mais pela "fluidez, pela ambiguidade, do que por qualquer esforço consequente de precisão de conceitos" (1996, p.39). E continua apontando para os significados que perpassam essa ambiguidade: "[...] como se trata de conceitos altamente estigmatizantes, a imprecisão aumenta infinitamente a possibilidade da suspeição, ampliando assim a esfera de intervenção das autoridades públicas [...]" (1996, p.39). Ressaltando os aspectos de *fluidez* e *ambiguidade* em que são emolduradas essas vidas, esses autores sinalizam para ampla margem de ações repressivas sobre esses corpos.

Esses que figuram como "moradores de rua" nas tabelas administrativas, como bem observa Anelise Guterrez (2014, p.135) referindo-se a pessoas removidas de suas casas, "enquanto 'problema', estão no centro das políticas governamentais sujeitados às tecnologias governamentais, enquanto sujeitos, estão às margens". Ora lidos na chave da precariedade física, da instabilidade emocional, da produção de espaços provisórios, desorganizados, desordenados, associados senão ao comércio, ao menos ao consumo de substâncias ilícitas (especialmente o crack), que mobilizam expedientes informais, ilegais e ilícitos para a sobrevivência, podendo, a qualquer momento, tornarem-se perigosos criminosos, ou formando eles as *classes perigosas*. Ora lidos – e tomados politicamente – na chave do desemprego, ora na chave da toxicomania, ora na chave da doença mental. Corpos confundidos com o mobiliário urbano, com entulhos que atravancam fluxos – de outros corpos, de veículos, de capital –, cuja existência no espaço urbano é tida como uma existência ilícita, já que tomada como "privatizadora" de algo que seria público.

1.1.2 Operações de Recolhimento

No dia 3 de janeiro de 2009, terceiro dia, então, da criação da SEOP, o então Secretário dessa pasta, Rodrigo Bethlen, concedeu uma entrevista a um jornal de grande circulação da cidade onde aponta os "moradores de rua" como o "grande desafio" de sua gestão (JORNAL EXTRA, 2009). Na reportagem, a "população de rua" é apresentada como um dos quesitos da "desordem urbana", sendo "a principal queixa dos moradores do Rio". Assim, a autoridade do secretário foi acionada para declarar que trabalhariam para "desocupação dos espaços públicos" e que não permitiriam mais "que pessoas acampem e durmam em calçadas, praias e embaixo de viadutos". Ao final da reportagem, o secretário manda um recado: "nas Operações de Choque de Ordem que começam amanhã, aqueles que se recusarem a ir para abrigos terão que circular".

Agenor estava no Rio de Janeiro havia três anos quando nos conhecemos em 2016. Vinha de Campina Grande (Paraíba) trabalhar durante a Jornada da Juventude, "*tirar uma foto com o papa, mandar para a família*", "*buscar algum desses serviços da Copa, qualquer coisa*". Chegara sem muito dinheiro e foi ficando pelo entorno da Rodoviária, até ir para a região da Central do Brasil. Estava "*agitando umas paradas pra levantar uma grana, ter o dinheiro da passagem pra procurar emprego lá pela Zona Sul, pela Barra...*". Poucos dias depois de chegado à cidade, dormia sob a marquise de um prédio da Avenida Presidente Vargas quando, já quase de manhã, acordou assustado com a "*gritaria*". Quando foi se virar para ver o que estava acontecendo, "*já tinha uma botina na minha cara*", ele disse. "*Mas, assim, esmagando mesmo. Não era só pra me imobilizar. Era para machucar mesmo. Eu não consegui falar nada. Só fiquei parado. Dizem que o melhor mesmo é tentar relaxar, machuca menos*". Pensou se tratar dos "*seguranças da rua*" que costumavam "*dar uns sustos pra gente ir saindo da porta das lojas*''. Mas quando avistou alguém com o colete da Secretaria de Assistência, "*aí que eu gelei*". Nesse momento, o interpelo com uma questão urgente: por que havia gelado? Ao que me responde: "*ou eles me levavam pra Antares* [Rio Acolhedor de Paciência], *ou eu ia ficar morto no caminho. Aí imagina o sujeito homem tendo que escolher morrer ou cair lá nos confins do mundo*". Mais uma questão urgente: por que morrer? "*Ué, era esse pessoal do choque. Eles tavam metendo o terror. Na ignorância mesmo. Jogando as pessoas dos viadutos da* [Avenida] *Brasil, ali, da avenida... nem a Carminha fazia tanta maldade na Avenida Brasil* [referindo-se a uma personagem vilã da novela Avenida Brasil, veiculada no ano de 2012]". Pergunto por que ter medo da "assistência" ao que ele me responde – diminuindo o tom de voz, posto que estávamos na entrada do abrigo – "*ah, unha e carne, unha e carne com os polícia*". Disse, por fim, que "*coisas como essas acontece o tempo todo*". Ficou um tanto intrigado com

minha curiosidade sobre suas histórias: "*você não sabia?*", me questiona (Notas de Campo, *Aí eu gelei*, 23 de agosto de 2016).

Agenor fez parte dessa gente que veio para o Rio de Janeiro atraída pelos grandes eventos nos fluxos dos *de baixo*, como coloca Saskia Sassen (1998, 2001). A autora chama a atenção para como as narrativas dominantes sobre a globalização e as cidades globais enfatizam os circuitos superiores do capital global (o dos altos executivos, das tecnologias que circulam) abafando toda uma movimentação que acontece entre *os de baixo*. No Rio de Janeiro, para além da migração de executivos, do festejo com as novas tecnologias e da presença de turistas para os quais o Museu do Amanhã e a Zona Portuária foram projetados, observou-se uma migração mais silenciosa, mas não menos densa. Pessoas, como Agenor, que buscaram a cidade para trabalhar em alguma atividade impulsionada por esses eventos: prostituição, construção civil, construção das grandes estruturas metálicas, serviços prestados nas praias como montar e desmontar cadeiras e guarda-sóis, "*servir caipirinha para gringo*", etc. A essa migração, no contexto da cidade olímpica, somou-se outro fluxo sazonal, este que se produz no verão da cidade quando se acumulam festividades como *Reveillon* em Copacabana e o Carnaval da Sapucaí. Na fala de uma assistente social "*as pessoas vêm para o Rio atraídas pelo cheiro de pólvora dos fogos de Copacabana que elas veem na televisão, mas quando chegam aqui descobrem que a praia é muito longe da Central* [do Brasil]*, e acabam ficando pelas ruas, muitas vezes nem conseguem chegar até Copacabana*" (Notas de Campo, *Efeitos menos visíveis do cheiro da pólvora de Copa*, 07 de janeiro de 2016).

Recém-chegado da Paraíba, Agenor já contatara com um repertório de narrativas e cenas que lhe fez criar um juízo sobre o que estava lhe acontecendo. Sabia que seria melhor ficar imóvel com a botina na cara, julgara saber o que poderia acontecer à pessoa que fosse pega nessas Operações e considerava uma possibilidade ser lançado de cima de um viaduto da Avenida Brasil. Por fim, entendia que o colete da Assistência Social podia equivaler ao colete da Polícia Militar – o colete da assistência lhe fez gelar.

Agenor foi alvo de uma Operação de Recolhimento, também chamada na linguagem gestora de Operações de Acolhimento. Essas aconteciam no âmbito das ações da SEOP, com todo o aparato mobilizado nas Operações do Choque de Ordem: Polícia Militar, Guarda Municipal, Assistência Social, COMLURB, restando pouco ou nenhum elemento de distinção entre essas duas modalidades de "operações". Uma tal como a outra tornaram-se poderosas entidades simbólicas de coerção, agindo sobre as populações pobres – ao lado de grupos armados como a Polícia Militar, as milícias e traficantes – como mecanismos de controle, repressão e punição. A "ordem de choque" através do Choque de Ordem, foi mobilizado, como

rumor em uma série de situações de conflito onde se desejava estabelecer uma "ordem"[20]. Venna Das (2007, p. 107) identifica o rumor como uma região da linguagem que produz a experimentação de acontecimentos no ato de sua enunciação. Agenor e Zuzu nos apontam para o "choque de ordem" como esse enunciado que provoca experimentações e sensações de acontecimentos e que, também, organizam um repertório de juízos e ações sobre. Além disso, ambos apontam para a dimensão de *terror* que esse enunciado carrega.

Esses *rumores* chegaram em forma de denúncia até a 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital, do Ministério Público, que instaurou um inquérito e abriu uma Ação Pública em face à Prefeitura com "vistas a apurar os efeitos do denominado Choque de Ordem [...] sobre a população adulta em situação de rua" (Ação Civil Pública, 2013, p. 2). O inquérito se valeu de depoimentos de pessoas que teriam sido alvo dessas operações e de relatórios produzidos por outros órgãos de controle, fiscalização e regulação do Estado, quais sejam: o "Relatório de visitas realizadas junto aos abrigos municipais para população em situação de rua", realizado pelos Conselhos Regionais de Serviço Social e Psicologia (CRSS/CRP) entre junho e novembro de 2010; o relatório realizado pelo Grupo de Apoio do Ministério Público (GAP/MP) da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital em 2011; e, por fim, o "Relatório de visita aos abrigos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro", realizado pelo Mecanismo Estadual para Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) em junho de 2012.

E é através desses documentos que busco substancializar essas Operações. Isso porque, embora meus interlocutores e interlocutoras tenham sido alvo, em sua maioria, dessas, havia receio de minha parte em abordar essas questões dentro dos abrigos e receio em falar sobre elas por parte das pessoas que ali estavam na condição de usuárias dos Serviços de Acolhimento Institucional. Pois os agentes do Estado executores dessas ações figuram em uma zona nebulosa, como veremos adiante, e como externalizou Agenor através de seu medo do colete da assistência social e da expressão que usou para se referir aos profissionais dessa secretaria – "unha e carne com a polícia". Assim que um clima de desconfiança permanente tramava essas relações. Afinal, nossos interlocutores sabem que o Estado que "acolhe" também mata.

Sobre a temporalidade dessas Operações de Recolhimento, o Relatório do MEPCT/RJ nos traz algumas pistas. Em "visita de fiscalização" ao Centro de Recepção de Adultos e Famílias Tom Jobim, localizado na Ilha do Governador, foi perguntado a representante da direção sobre "o fluxo de entrada e saída dos usuários". Esta respondeu que, no período diurno,

[20] Como mostram os trabalhos de Alexandre Magalhães (2013), Igor Robaina (2015), Anelise Gutterrez (2016).

chegavam ao abrigo "acolhidos através de abordagens sociais [...] [que aconteceriam] com a participação de psicólogos, assistentes sociais e educadores" (MEPCT/RJ, 2012, p.12). Mas, havia um "outro tipo de abordagem, realizada no período noturno [...] pela SEOP", sobre as quais ela não poderia fornecer muitas informações, posto que "aconteciam fora de seu turno de trabalho". "Sabe apenas", diz ainda no relatório, "que não contam com a participação da equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais), e sim com Policiais Militares e Guardas Municipais" (MEPCT/RJ, 2012, p.13).

Por outros meios, chegam depoimentos semelhantes. Em entrevista concedida a uma jornalista (Scarpin, 2010), o então subprefeito da Zona Sul da cidade declarava que "antes, fazíamos a ronda às sete da manhã, mas dava tempo de a pessoa correr, causar tumultuo [...] agora é só na madrugada. Quando todo mundo está dormindo é mais fácil". Um educador social que participava das abordagens no centro da cidade no período dos Jogos Olímpicos – durante o dia, em seu horário de trabalho, junto com equipe técnica (assistente social e psicóloga) do abrigo em que trabalhava – respondeu à minha pergunta sobre como ele convencia as pessoas a irem para os abrigos, dizendo que a maneira mais fácil de convencer "*é dizer que a noite a abordagem é outra*" (Notas de Campo, *Na noite a abordagem é outra*, 23 de agosto de 2016).

Abordagem noturna: imagem aparentemente vaga, mas extremamente poderosa, que produz uma aceitação e adesão ao que está sendo proposto por contraste àquilo que é gerado como expectativa. Temporalmente, esses relatos apontam para uma diferença nas práticas dos agentes estatais condicionados pela temporalidade dia/noite. A temporalidade das ações marcaria uma modulação na produção das *margens do Estado* nas condições de execução do poder soberano – do deixar viver ou fazer morrer (FOUCAULT, 1999). Durante o dia, os ritos seguiriam as coordenadas gerais que orientam legalmente essas ações; à noite, as práticas mudariam, podendo seguir ritos extralegais.

Também os agentes que compunham essas operações figuram nesses Relatórios. No Relatório do MECT/RJ, agora sobre a "visita de fiscalização" ao Rio Acolhedor, também uma Central de Recepção de Adultos e Famílias, entrevistas com usuários davam conta de "certa coação dos profissionais da prefeitura à submissão ao abrigamento" (MEPCT/RJ, 2012, p.10). O relatório salienta, ainda, características físicas – "porte físico" – dos educadores sociais implicados nessas operações e no trato cotidiano dentro dos abrigos: seriam "altos" e "fortes" (MEPCT/RJ, 2012, p.10). Segundo o texto da Ação Cível, integrantes do GAP/MP, em "inspeção" nesta mesma instituição, registraram de usuários que "as operações são feitas por educadores sociais, que mais parecem milicianos do que educadores; que os educadores não usam crachás e isso impede a sua identificação" e que muitos usuários eram levados ao abrigo

“mesmo contra a sua vontade [...] várias vezes” (AÇÃO CÍVIL, 2013, p.22). Esse mesmo relatório diz que “vários abrigados [...] referiram que há agressão e maus tratos pelos profissionais que fazem o trabalho de recolhimento das ruas e transporte para o abrigo, pelo chamado ‘Choque de Ordem’” (2013, p.12). E ainda que “os policiais que realizam este trabalho os abordam de forma agressiva, alguns dão choques, batem, raspam a cabeça e/ou as sobrancelhas dos ‘recolhidos’, sendo que já houve situações de ‘largarem’ no meio do caminho ou ‘jogarem no valão’ estas pessoas” (2013, p.12). Outras narrativas figuram neste inquérito esmiuçando o terror: “a utilização de armas e equipamentos de choque nas operações realizadas pela SEOP; a prática de violência durante as operações, sobretudo pela Guarda Municipal; o extravio e a destruição dos pertences e documentos das pessoas abordadas; a participação da COMLURB em tais operações” (AÇÃO CÍVIL, 2013, p. 5); e “do uso de armas de fogo, cacetetes, algemas, pistolas de choque, sprays e similares” (2013, p.16).

Por fim, o inquérito também traz o depoimento de alguns homens que foram vítimas – quase fatais – de agentes (em nome) do estado em um veículo utilizado pelo Choque de Ordem. Os depoimentos “apontam a prática de tentativa de homicídio perpetrada [...] contra três moradores de rua e do homicídio de um morador de rua, ocorrido há cerca de 45 dias, no interior de um veículo utilizado pelo choque de ordem” (2013, p.8).

Sobre essa *nebulosa* que se evidencia em torno das instâncias estatais corporificadas em seus agentes e que, aqui, aparecem na confusão entre os coletes, fardas e uniformes e nos “educadores sociais que mais parecem milicianos”, “sem crachás” e que fazem com que algumas pessoas “gelem” diante do colete da assistência, sobre tudo isso, Venna Das e Deborah Poole (2008, p. 25) fornecem pistas analíticas quando se referem às *práticas de ilegibilidade do Estado*. Dizem as autoras que se o Estado Moderno é construído a partir de práticas escritas, esse mesmo Estado está “constantemente sendo experimentado e desconstruído mediante a ilegibilidade de suas próprias práticas, documentos e palavras”. Ou seja, se esse Estado se vale da escrita como suporte ao seu poder e forma de governo, ele também institui a possibilidade de “falsificação, imitação e mimética de performances do seu poder estatal”. Aqui tomamos os crachás, ou a falta deles, os coletes das Secretarias de Ordem Pública e Assistência, as fardas da PM ou da GM, como escritas do poder estatal que são passíveis de falsificação, imitação e instrumentos para a mimética de performances em seu nome (em nome do Estado).

Solicitado a prestar esclarecimentos sobre as denúncias recolhidas nesse inquérito, o secretário da SEOP, Rodrigo Bethlen, informou, através de um Ofício, que as conduções a abrigos municipais seriam “[...] uma proposição baseada na **persuasão** e no **convencimento** do cidadão em condição degradante, pois havendo recusa ao **acolhimento**, salvo em situação de

risco, não há que se falar em **remoção compulsória** ou involuntária" (AÇÃO CÍVIL, 2013, p.3, grifo nosso). Segue o ofício reiterando que o trabalho de "acolhimento" não seria compulsório, mas que "**eventualmente**, as operações exigem atuação de forma compulsória quando, por exemplo, é constatado que um determinado indivíduo se encontra em **situação precária de saúde** e este se **recusa** a ser encaminhado a um hospital" (2013, p.4, grifo nosso). Outro trecho do referido Ofício destacado no texto da Ação Civil diz que "após **convite** para que as pessoas em situação de **risco social** nas ruas do Município possam se dirigir aos abrigos, através de justificativas que esclarecem que **a rua não é local a ser privatizado como moradia**, há um **sarqueamento** junto às Delegacias de Polícia, tendo em vista a possibilidade existente de se identificar pessoas ligadas a ações ilícitas em meio à população em situação de risco social nas rua" (2013, p. 4, grifo nosso).

As respostas apresentadas nesse Ofício trazem elementos para aprofundar algumas questões até aqui abordadas. Uma delas é sobre a rua como "local que não pode ser privatizado como moradia", sendo apresentado como a justificativa acionada para "persuadir" e "convencer" o "cidadão em condição degradante" a ir para os abrigos da cidade. Como vimos acima, o discurso da privatização dos espaços públicos foi um dos eixos estruturantes do Plano Municipal de Ordem Pública e aqui ele é aplicado para justificar as ações sobre os moradores de rua, que estariam incorrendo em ilicitude ao privatizar esses espaços como moradia. Seria a tese em ato. Mas, na falta de alguma lei, código ou normativa que regulamente sobre a irregularidade de se estar na rua, busca-se um argumento no pé da letra de um documento administrativo produzido como relatório e projeto. Dessa forma, os agentes que atuam nessas operações praticariam dois atos simultaneamente: o ato legislativo, de criar a lei, e o judicial, de aplicá-la, punindo o "culpado"[21].

Outra questão que gostaria de destacar é o acionamento da categoria "risco". Como já foi abordado nesta tese, essa categoria é sempre produzida em um campo de força *saturado de poder* em que são definidos o que é risco, quem é o agente que sofre e quem é o agente que o perpetra. Aqui *risco* aparece no ofício, primeiro para qualificar uma situação ("salvo em situação de risco"), e segundo para qualificar um sujeito ("pessoa em situação de risco social"). Essa última forma, "pessoa em situação de risco social" é uma terminologia ampla, acionada também pela assistência e que caracteriza, assim como "pessoas em vulnerabilidade social", um estado de complexa, difusa e fluida definição que envolve marcadores sociais, econômicos e afetivos. Quanto à qualificação da situação, "salvo em situação de risco", não ficamos sabendo

[21] Para um aprofundamento dessa discussão, ver Foucault (2008).

a quem o risco é oferecido: risco à pessoa em "condição degradante"? Ao agente estatal? Ao espaço urbano? Essa *fluidez* e *ambiguidade* de definição – aqui discursivas – abrem margens à discricionariedade dos agentes estatais. Quem e como define o que é uma "situação de risco"? (CASTEL, 1987; ROSE, 2007; ROCHA, 2013). Aqui, aciono a reflexão de Vera Telles (2015, p. 32) quando chama a atenção, justamente, para como a categoria *risco* é acionada para a gestão urbana e para a gestão da ordem, sendo a gestão dos riscos o elo que articula a gestão militarizada dos espaços e as tendências de práticas policialescas de conduta, sendo a SEOP, neste contexto, a instância estatal articuladora dessas práticas. "Sob a lógica do risco", diz a autora, "os dispositivos de controle e seus alvos proliferam, na medida em que o que é posto como risco e ameaça se expande e se multiplica, conforme o arbítrio das forças da ordem, como modulações associadas a circunstâncias e microconjunturas políticas." (TELLES, 2015, p. 35). O que é posto como risco e ameaça, nesse caso, abrange um espectro de fatores que vai desde a "privatização do espaço público" até a "condição degradante" da pessoa. Território e corpo que se conjugam para produzir a *ameaça* e o *risco*. Movimento em nada extraordinário, como podemos ver nos trabalhos que pensam variadas dimensões das "cracolândias"[22].

Por fim, retomando o ofício, ele comunica que "após o convite" para essas pessoas saírem das ruas, "há um sarqueamento junto às Delegacias de Polícia", com a finalidade de identificar "pessoas ligadas a ações ilícitas" e separá-las daquelas que estão em "situação de risco social". Na Ação Civil, o promotor qualifica essa ação como a "nefasta prática de prisões para averiguação" (AÇÃO CÍVIL, 2013, p.4) e indica que essa prática estaria amparada por uma Resolução da Secretaria de Assistência Social que diz: "encaminhar adultos e idosos para registro de extravio ou furto de documento e sarqueamento na delegacia mais próxima do local de abordagem e posterior encaminhamento para a Central de Recepção" (RIO DE JANEIRO, 2012)

O termo *sarqueamento* vem de Serviço de Arquivo da Polícia Interestadual – Polinter (SARQ) e se refere à prática policial de verificar antecedentes criminais de um indivíduo. No *dicionário informal* da *web*, o exemplo dado para exemplificar a palavra é: "fui ao local para fazer o sarqueamento daquelas pessoas em situação de rua"[23]. Tal prática, como pode ser constatado até mesmo em um dicionário informal, é bastante corrente. Segundo a tabela do

[22] Refiro-me, especialmente, aos trabalhos reunidos no dossiê "Em torno da cracolânida", organizado por Vera Telles e Taniele Rui (2017) e os trabalhos de Taniele Rui (2012, 2013, 2014), Mariana Cavalcanti e Heitor Frugoli (2013).
[23] Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/sarquear/8390/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PMOP onde foram computadas as “ações [da SEOP] junto à população de rua”, entre o ano de 2009 e 2010, foram feitas 1 mil 106 prisões e/ou detenções.

Taniele Rui e Fábio Mallart, debruçando-se sobre alguns dos efeitos das operações policiais que acontecem nas cracolândias, sugerem que a prisão – especialmente a provisória, como um desses efeitos – não deva ser apreendida apenas do ponto de vista do confinamento, mas também, a partir da chave do “entra e sai”, como um dispositivo que “faz circular” (2017, p. 4). Isso, pois em suas palavras “este tipo de prisão frequentemente decorrente de operações policiais performáticas [...] induz múltiplos movimentos, idas e vindas, deslocamentos de centenas de corpos que transitam entre o dentro e o fora [das prisões e das ruas]” (2017, p. 2).

A seguir, apresento duas Centrais de Recepção de Adultos e Famílias, assim como a cartografia da distribuição espacial dos abrigos na cidade do Rio de Janeiro, para pensarmos como esses dispositivos, somados às prisões e outros dispositivos da saúde e assistência, compõem circuitos por onde transitam indesejáveis de muitas ordens. Olhar para sua distribuição espacial, nos ajuda a pensarmos sobre os estímulos às fixações, territorializações, desterritorializações e circulações.

1.2 **Os Serviços de Acolhimento Institucional e a “pacificação” das ruas**

As Centrais de Recepção de Adultos e Famílias (CRAF) e os abrigos, a seguir apresentados, inserem-se no projeto urbano de gestão de fluxos dos pobres na cidade. Como aponta Daniel De Lucca (2013, p.46), esses dispositivos assistenciais são “poderosas retaguardas nas intervenções policiais, assistenciais e de limpeza do espaço público urbano, pois oferece um lugar rápido para onde encaminhar a população que se encontra nas ruas”. Compõem, como foi dito acima, junto a dispositivos penais e de saúde, as prisões da miséria (Wacquant, 2001). Ressalta, ainda De Lucca, que não se trata de confinar, mas sim controlar a circulação e fluxo constante desses indesejáveis no espaço urbano.

Antônio Carlos de Souza Lima (2013), apresenta as Reservas e Postos Indígenas como estruturados para fixar esses povos em um território e gerir sua circulação por ele. Nesse sentido, não seriam os territórios de pobreza por onde se distribuem os “equipamentos” da assistência (CRAS, CREAS, Unidades de Reinserção Social) semelhantes às reservas indígenas, por onde se distribuem postos administrativos que visam fixar e gerir o fluxo dessas populações por dentro de um território?

A seguir, exploro esse aspecto dos abrigos conjugando-o com a territorialização desses no mapa da cidade, a fim, também de pensar como podemos lançar luz sobre os projetos de

cidade abordando a distribuição espacial dessas instituições pela mesma e o que nos diz as territorialidades que elas ocupam e constroem.

A forma mais recorrente das pessoas adultas (acima de 18 anos) chegarem aos abrigos do município é por meio das CRAFs. É para lá que são levadas as pessoas recolhidas nas ruas da cidade. No Rio de Janeiro Olímpico, havia duas em funcionamento: a CRAF Tom Jobim, amplamente referenciada como "*ilha*", fazendo alusão à Ilha do Governador onde está localizada; e o Rio Acolhedor, amplamente referenciado como "*Antares*" em alusão à favela que fica próxima ao equipamento, ou, ainda, como "*abrigão de Paciência*", em alusão ao seu tamanho e ao bairro onde fica localizado.

1.2.1 Na "*Ilha*"

Até 2009, havia apenas uma CRAF na cidade do Rio de Janeiro, chamada Tom Jobim e localizada na Praça da Bandeira. Essa Praça está incrustada em uma região de grande intensidade viária, que conecta as Zonas Sul, Norte e Oeste, conta com metrô, trem e várias linhas de ônibus, além de estar no caminho daqueles que vão do Centro e Zona Sul para o Estádio de Futebol Maracanã – ponto turístico com destaque no circuito dos megaeventos e futura região olímpica. Quando iniciaram as Operações do Choque de Ordem, eram encaminhadas para esse espaço mais pessoas do que as estruturas físicas comportavam. Muitas delas ou acabavam por ocupar a praça (da Bandeira) e as ruas adjacentes para passar as noites ou se valiam das facilidades de mobilidade para voltar para os lugares de onde haviam sido removidas.

É nesse contexto que, em 2009, a Secretaria de Assistência transferiu essa CRAF da Praça da Bandeira para a Ilha do Governador, ficando conhecida e referenciada como "*ilha*". Se antes, na Praça, estava há poucos quilômetros de distância do centro da cidade e em um epicentro de mobilidade, dando aos "recolhidos" que não queriam ser "acolhidos" diversas rotas de fuga, agora, na "ilha", distante 16 quilômetros do centro e com uma série de entraves de mobilidade, essas rotas foram reduzidas.

A Ilha do Governador é uma ilha localizada na Baia de Guanabara e conectada a cidade do Rio de Janeiro através de pontes. Faz parte desse município localizado administrativamente como um bairro da Zona Norte e subdividido em outros 14 bairros. Um deles é o bairro do Galeão, onde fica, além do Aeroporto Internacional Tom Jobim, um Complexo Militar composto por instalações da Aeronáutica – inclusive o Centro de Informações da Aeronáutica que funcionou como centro de tortura durante o período da Ditadura Civil Militar no Brasil

(1964-1985) – e por Unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), onde crianças e adolescentes em "conflito com a lei" cumpririam "medidas socioeducativas". É nesse território que foi inserida a Central de Recepção de Adultos e Famílias Tom Jobim.

No Relatório do MEPTC/RJ (2012, p.11), encontramos referência a essa territorialização e a sua arquitetura. O texto ressalta que a CRAF havia sido inserida em um "complexo de equipamentos do Sistema Socioeducativo", localizado no mesmo prédio de outros "equipamentos da Assistência" – Centro de Referência em Assistência Social (CREAS), uma Unidade de Reinserção Social (URS) e uma Central de Recepção para Idosos. Além disso, caracteriza esse "complexo" como "complexo arquitetônico do confinamento", destacando os "muros altos, grades e guaritas de segurança que controlam as entradas e saídas". Também no relatório, diz-se que esse complexo se encontra no meio da vila militar da aeronáutica, uma área residencial, separado de outros bairros por largas avenidas e vias expressas. Ainda, que esses "equipamentos" ficam localizados a uma quadra da subida para o Morro do Barbante, favela que variava seu controle entre as forças armadas da milícia e do tráfico.

Para alguns funcionários da SMAS, essa transferência tornara-se símbolo da forma como estava sendo gerida a população em situação de rua pela cidade. Nas palavras de um educador social, o prefeito "*viu aquele amontoado de gente*", um dia enquanto passava pela Praça da Bandeira com uma comitiva, e "*deu ordens para que as pusesse para baixo do tapete, quer dizer, mandaram pra ilha*". A ordem teria sido "*levar elas pessoas para longe dali*" (Notas de Campo, *Vassourinha do Dudu*, 16 de setembro de 2016). Uma assistente social se referiu à transferência como mais uma das remoções do prefeito: "*não dizem que ele é o Pereira Passos? Pois é, ele sabe como pôr tudo pra debaixo do tapete*" (Notas de Campo, *Vassourinha do Dudu*, 24 de fevereiro de 2016). A jornalista Paula Scarpin (2010) relata uma conversa que teve com um ex-funcionário desta CRAF na qual esse dizia que, no dia em que funcionários da prefeitura entraram no prédio dando ordens de que o esvaziasse "imediatamente", ele pensou se tratar de um incêndio. Só mais tarde, ele disse, é que soube que a ordem de fechamento partira do prefeito depois de ter passado pela frente do prédio e ter ficado "chocado com a grande quantidade de mendigos do lado de fora" (SCARPIN, 2010). O que sobressai nessas narrativas é certa arbitrariedade das decisões em torno desse equipamento, colocando "*para baixo do tapete*", fazendo desaparecer esse "*amontoado de gente*" e o caráter de urgência com que foi tocada essa ação – "imediatamente", como disse o funcionário. A relação com o prefeito Pereira Passos é reatualizada aqui, aproximando as dimensões de "remoções" e "recolhimentos". Ainda para Scarpin (2010), Eduardo Paes negou que tenha sido sua a ideia dessa transferência, mas disse

concordar que tenha sido uma decisão acertada: “Mudar para a Ilha não foi escolha minha, mas foi uma boa escolha. E certamente tem a ver com dificultar a volta para as ruas”.

Em março de 2010, poucos meses depois dessa transferência, uma juíza da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso pediu a interdição do local por conta da “superlotação” e da “infraestrutura precária do equipamento”. O então secretário de assistência social – Fernando William – reconheceu a superlotação, mas disse que “eram piores as condições em que os internos viviam na unidade Tom Jobim, na Praça da Bandeira. [...] A superlotação é resultado de um bom trabalho. Do contrário, eles teriam ido embora, já que são livres” (TERRA, 2010). Fato é que, se, enquanto localizado na Praça da Bandeira as pessoas que eram levadas para lá podiam acessar a rua e tomar outros rumos, ali na “ilha” essas condições se tornavam desfavoráveis ao ponto de, mesmo “livres”, não poderem se livrar facilmente do lugar.

1.2.2 Em “*antares*”

A territorialização que encerra o Rio Acolhedor guarda algumas diferenças e muitas semelhanças em relação à “*ilha*”. Esse “equipamento” foi inaugurado no mês de maio de 2010, como “central de recepção de grande porte” com capacidade para abrigar 400 “metas” (pessoas), dentre “adultos e idosos, homens e mulheres”, segundo sua página na web (RIO ACOLHEDOR, 2017), tendo sido reinaugurado em 2011 como “projeto piloto”, a primeira Unidade de Reinserção Social (URS) do Município.

Se a CRAF Tom Jobim foi instalada em um “complexo do Sistema Socioeducativo”, como colocado no Relatório do MEPTC/RJ (2012), o Rio Acolhedor foi instalado em um “complexo educacional” do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), como dito em sua página na web. Arquitetura semelhante “do confinamento” e do controle esses complexos educacionais seguem, sendo pedagógicos não só essas arquiteturas como os territórios em que estão inseridas – como busco sinalizar adiante.

Assim como a “ilha”, interditada em 2010 pela “superlotação”, o Rio Acolhedor, embora não tenha sido interditado, foi alvo de denúncias dos Relatórios dos CRSS/CRP (2010), do GAP/MP (2011) e do MEPCT/RJ (2012), pela “superlotação” associada às constantes Operações do Choque de Ordem, às “calamitosas” e “inadequadas” estruturas físicas, caracterizado como “depósito humano”, “infestado de percevejos” e “inóspito”.

O Relatório dos CRSS/CRP (2010, p.2), chama a atenção, ainda, para a “indefinição da natureza do equipamento de acolhimento por parte da Gestão”: seria uma clínica de recuperação de pessoas usuárias de crack e outras drogas ou seria um abrigo de acolhimento?

No dia de sua reinauguração, uma reportagem promocional das práticas de recolhimento compulsório veiculada em um telejornal da cidade apresentava o abrigo associando-o ao "drama dos usuários de crack" e "à vida de quem vive nas ruas do Rio de Janeiro" – esse último, o título da reportagem (RJTV, 2011). Nessa, o âncora começa perguntando aos telespectadores se esses sabem que "90% das pessoas recolhidas nas ruas acabam voltando para as cracolândias". Diz que "é um grande desafio" manter os adultos em abrigos, posto que "eles são encaminhados, mas não são obrigados a ficar". Então, aponta o Rio Acolhedor como uma peça-chave na "resolução do drama de quem vive nas ruas". Esse equipamento não seria "só um abrigo". Ali seriam realizadas diversas atividades (ginástica, informática, ensino profissionalizante, dentre outras), como anuncia o secretário da SMAS, Rodrigo Bethlen, complementando: "Nós vamos tratar do ser humano de forma completa. Nós vamos tratar do álcool e da droga, mas nós vamos também estar trabalhando a reinserção dele no mercado de trabalho, a profissionalização dele, a alfabetização dele se for o caso, a atividade física. Enfim, nós vamos estar trabalhando ele de forma geral. Então eu acho que com isso a possibilidade de êxito é muito maior" (RJTV, 2011).

A associação que a reportagem faz entre "usuários de crack" e "moradores de rua" reverbera na confusão a respeito da "natureza da instituição" que, por sua vez, "dificulta o trabalho da equipe técnica", como apontado no Relatório acima referido. Além de sinalizar essa confusão, esse mesmo Relatório sinalizava para "ociosidade" que ficavam seus usuários, diferente do complexo de atividades para as quais apontava a reportagem. Essa associação se repete em discurso que tem sido praticado por diferentes governos orientando ações governamentais similares, como mostram os trabalhos de Taniele Rui (2014), Tiago Lemões (2017) e Tomás Melo (2017).

Oficialmente chamado Rio Acolhedor, esse equipamento também era conhecido como "*abrigão de paciência*" e "*antares*". O primeiro, sendo assim chamado mais por funcionários da SMAS, faz alusão ao tamanho (grande) do equipamento e ao bairro (Paciência) onde está localizado. O segundo, sendo assim referenciado mais pelas pessoas usuárias "recolhidas" que por lá passaram, faz referência à favela com a qual o equipamento faz fronteira.

O bairro de Paciência fica cerca de 70 quilômetros distante do centro da cidade. Há uma Estação de Trem da linha férrea da Supervia, Ramal Santa Cruz, chamada pelo mesmo nome do bairro. Alguns dizem que foi a estação que nomeou o bairro e que essa, por sua vez, foi assim nomeada pelo tempo demorado até chegar em sua estação, fazendo com que as pessoas usassem a expressão "*haja paciência!*" para quem deveria ir até lá. Atualmente, a viagem da Central do Brasil até essa estação demora em torno de 1 hora.

A localização desse equipamento chamou a atenção também da equipe que fez o Relatório da CRSS/CRP (2012), que destacaram algumas questões como fatores de "preocupação". A primeira, seria por conta dessa distância do centro da cidade que dificultaria o "acesso a renda". A segunda, seria a constatação de que havia, ao lado do equipamento, uma "boca de fumo", sendo fator de preocupação levar "usuários de crack para perto de uma boca de fumo". Já o MEPCT/RJ (2012, p.8), destaca em seu Relatório que o Rio Acolhedor está situado em área "intermediária entre duas favelas sendo que uma, Antares, é "conhecida pelo comércio de drogas" e a outra, Três Rios, dominada pela milícia. Fato que, "segundo relato, os conflitos costumam ser constantes".

Como propõe Ferguson (2006), um olhar mais proveitoso sobre essa localização não seria tomá-lo como uma *falha* administrativa, de gestão, mas tomá-la pelo que de fato ela produz – a exposição à morte. Assim, seria mais proveitoso pensar essas localizações como uma forma do Estado produzir parcerias na gestão dessas populações, delegando-as às *ilegibilidades* de seus códigos e a possíveis confusões mortíferas. São zonas fronteiriças entre o tráfico e a milícia, zonas de indeterminação, zonas onde são produzidas e mantidas diferentes gestões territoriais, que produzem certo embaralhamento dos códigos de conduta que regem uma e outra, tornando o trânsito entre umas e outras ainda mais dramático. Zonas de fronteira, ou fronteiriças, como uma das expressões da *necropolítica* (MBEMBE, 2018b).

Sobre a os efeitos da atuação de milícias em determinados territórios, Inácio Cano e Thais Duarte (2012) apontam que, se por um lado, as mortes, surras e os desaparecimentos perpetrados por esses agentes gerassem rejeição social entre os moradores dos territórios controlados por elas, por outro, tinha-se a categoria de "mortes normais" que não a gerariam. Essas "mortes normais vitimam pessoas consideradas indesejáveis porque praticam crimes e usam drogas" (2012, p. 72), duas dimensões que povoam o imaginário social sobre esses que chegam aos montes nos ônibus da assistência para povoarem os abrigos. Podemos presumir que a execução de pessoas que não são moradoras desses territórios, que são levadas para lá em operações de recolhimento, que frequentam a boca de fumo e usam drogas, são apreendidas como mortes normais, não causando rejeição social, nem revolta, nem denúncias. Os corpos que porventura venham a desaparecer nessas territorialidades dificilmente seriam *reclamados*[24], pois estão pré-inscritas no "terreno da desimportância social e simbólica", suas mortes (e vidas)

[24]Em pesquisa realizada com Laudos do Exame Cadavérico produzidos no Instituto Médico Legal e ocorrências policiais produzidas em diferentes Delegacias de Polícia Circunscricional do Distrito Federal, Rosimeire da Silva e Tomás Melo (2015) apresentam o que chamam *mortes de rua*, caracterizadas pelo anonimato, com o termo sugerido por agentes e servidores da polícia civil do DF como o indicador mais confiável da situação de rua: *os corpos não-reclamados.*

são "enquadradas em categoriais de irrelevância social", como definiu Adriana Vianna (2014a, p. 215) para caracterizar a apreensão de outras mortes – a de jovens cujas mães lutam por justiça.

Aqui, as reflexões de Foucault (1999) sobre o *racismo de Estado* nos ajudam a pensar sobre as premissas que sustentam a possibilidade da execução dessas ações praticadas por agentes do Estado. A função do racismo, para Foucault, é justamente produzir cortes no interior da população – fragmentá-la – entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer, estabelecendo uma relação positiva entre a morte de uns e a vida de outros. Ou seja, "a morte do outro, da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal ["*cracudo*", "*de rua*"]) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura" (1999, p. 305). Mas, nesses casos, tirar a vida não necessariamente se dá pelo assassínio direto, como os casos relatados na Ação Civil apresentada acima (corpos jogados de viadutos). Também, de forma indireta ao deixar morrer, expor à morte e/ou ampliar os riscos de morte para alguns (1999, p. 309). Mbembe (2018b, p. 71) chama de *necropoder* essas "formas contemporâneas de subjugar a vida ao poder da morte". Por isso, parece mais rentoso tomarmos essas localizações dentro da chave da *necropolítica*.

***

Em uma manhã de julho de 2008, três jovens negros saiam de um Baile Funk no Morro da Providência, região central da cidade, quando foram abordados por um grupo de militares que ocupava o Morro naquela ocasião por conta da realização de uma obra urbanística, o Cimento social. Os jovens foram levados para a delegacia judiciária militar do Quartel, localizado próximo a uma das entradas da favela, por supostamente terem desacatado os militares. Uma vez liberados pelo capitão que respondia pela delegacia naquele momento, os jovens foram colocados em um carro do exército pelo tenente, pelo sargento, pelo soldado e mais outros cinco militares e levados até o Morro da Mineira, localizado cerca de dois quilômetros do Morro da Providência. As facções de traficantes que atuavam nesses dois Morros eram rivais, estando o Comando Vermelho na Providência e o Amigo dos Amigos na Mineira. Os sete soldados, três sargentos e um tenente do 1º Batalhão de Infantaria Motorizada entregaram os três rapazes aos traficantes da Mineira, sendo eles moradores da Providencia. Em depoimento, o tenente disse querer "*dar um susto"* nos rapazes, um "*pequeno castigo" e "dar um presentinho"* aos traficantes. Os corpos dos três jovens foram encontrados um dia depois no aterro sanitário de Duque de Caxias, cidade da Baixada Fluminense, cerca de 20 quilômetros do Morro.

1.2.3 Cartografia do acolhimento

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) contabiliza sua estrutura de Serviços de Acolhimento Institucional através das "vagas" materializadas na quantidade de colchões, ou leitos, que dispõe em determinado "equipamento". Os dados sobre essas vagas são sensivelmente variáveis, acompanhando a dinâmica própria da abertura e fechamento (provisório ou definitivo) de abrigos e o estabelecimento de contratos com instituições privadas – o chamado "aluguel de vagas".

Em agosto de 2016, a SMAS contabilizava 1 mil 208 "vagas" entre instituições públicas e privadas, segundo tabela administrativa de circulação interna da Secretaria. Destas, 963 eram da Rede Municipal; 245, da rede privada. As vagas da rede municipal estavam assim distribuídas pelas zonas da cidade: Zona Sul, 0 vagas; Zona Centro, 125 vagas (em Albergue); Zona Norte, 366 vagas; Zona Oeste, 472 vagas. Já na rede privada estavam assim: Zona Sul, 0 vagas; Zona Centro, 0 vagas; Zona Norte, 117 vagas; Zona Oeste 128 vagas. Unindo o número de vagas das redes municipal e privada, as vagas ficavam assim distribuídas: Zona Sul, 0; Zona Centro, 125; Zona Norte, 483; Zona Oeste, 600.

Embora a quase totalidade das vagas estivessem localizadas nas zonas norte e oeste da cidade, a "origem" das pessoas que ali chegavam não era dessas zonas, como mostra o *Perfil dos Acolhidos: origem das abordagens dentro do Município do Rio de Janeiro*, documento produzido por funcionários do Rio Acolhedor dois anos após sua inauguração. O objetivo da pesquisa realizada seria fazer um "levantamento sobre a origem dos acolhidos" ou "de que região do município eles são provenientes" (RIO ACOLHEDOR I, 2012, p.3), ou seja, de que região da cidade as pessoas que ali chegavam haviam sido "recolhidas" pelas "operações de recolhimento". A pesquisa se embasou no "controle de entrada e saída dos acolhidos", sendo ressaltado que "quantitativo apresentado no levantamento diz respeito a pessoas que foram abordadas e conduzidas ao abrigo, o que não significa que todos esses acolhidos foram acolhidos, pois no momento da chegada ao abrigo é facultativa a permanência" (Idem).

Os bairros da cidade foram reunidos seguindo as regiões administrativas do município, quais sejam: Zona Oeste, Zona Norte, Zona Centro e Zona Sul. Além dessas quatro regiões, outras duas localidades "de origem" foram agregadas: Manguinhos e Jacaré. A justificativa desse destaque foi "devido à ênfase dada a essas localidades como ponto de concentração de moradores de rua usuários de crack" (Idem). A pesquisa previu, ainda, a "origem dos acolhidos" em "Outras Instituições Municipais', especialmente as ligadas a Rede Socioassistencial – como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência

Especializado em Assistência Social (CREAS) e outras Instituições de Acolhimento. Por fim, a categoria "Outros", previa essa "origem" em outras instituições governamentais que não as municipais.

Ao total, entre maio de 2010 e setembro de 2012, foram registradas 56 mil 507 "entradas" no Rio Acolhedor. Como já foi dito sobre a metodologia adotada na pesquisa, uma pessoa podia ser contabilizada mais de uma vez, posto que a cada nova entrada sua, um novo número era produzido. Importante frisar novamente que esse número não trata de pessoas, mas sim atos administrativos – as "entradas".

Ao total, entre os anos de 2010 e 2012, deram entrada no RAP 56 mil 507 pessoas. Desse total: 26 mil 399 (46,7%) foram abordadas na Zona Sul; 16 mil 839 (29,8%) na região Centro; 8 mil 517 (15%) na região Zona Norte; 501 (0,89%) na Zona Oeste; 299 (0,53%) em Manguinhos; 1 mil 924 (3,4%) no Jacaré. Do total de pessoas que deram entrada na instituição, 5 mil 839 (10%) foi no ano de 2010; 29 mil 993 (53%), no ano de 2011; e 19 mil 921 (35%) até setembro de 2012.

A partir desses dados, vemos que das Zonas Norte e Oeste – onde estavam localizadas as duas CRAFs (Tom Jobim e Rio Acolhedor) e por onde estavam localizadas a quase totalidade das "vagas" das Instituições de Acolhimento – foram feitos 9 mil e 18 "recolhimentos", ou seja, 15,89% do total dos 56mil e 507. Já das Zonas Sul e Centro – onde não havia "vagas" – foram feitos 43 mil e 238 "recolhimentos" ao longo desse período. Ao total, somadas, das Zonas Sul e Centro chegaram ao Rio Acolhedor 76,5% dos "recolhidos". Das outras instituições (municipais e não municipais) chegaram 0,47%. E, por fim, de Manguinhos e Jacaré, localidades destacadas como "ponto de concentração de moradores de rua usuários de crack", foram feitos 2 mil e 223 "recolhimentos", ou 3,93% do total. Fluxo esse que não corresponde à "natureza da instituição" apresentada na reportagem televisiva acima descrita.

Esses dados evidenciam os fluxos produzidos pelas ações estatais para gerir, sobre o tecido urbano, esses pobres que não se conformam nas projeções da cidade olímpica. A partir deles, vemos que os pontos de concentração das operações de recolhimento são as Zonas Sul e Centro e o ponto de destino são as Zonas Norte e Oeste. Assim que os vetores que estavam orientando esses fluxos se posicionavam das direções Sul/Centro para Norte/Oeste. No entanto, como veremos a seguir, um ponto de fuga facilitava o retorno da Zona Oeste para o Centro, produzindo um circuito de retornos, calculado também pelas ações estatais.

1.2.4 O “buraco na linha do trem” e a circulação compulsória

O Rio Acolhedor fica próximo a uma estação de trem, onde havia um buraco em um dos muros que cercam a plataforma da estação, esse conhecido e referenciado como “o buraco da linha do trem” por agentes estatais e pessoas usuárias da rede de assistência. O buraco nesse muro ficava na altura da favela de Antares. Ao acessar esse buraco, a pessoa está dentro da plataforma da estação podendo, de vinte em vinte minutos, mais ou menos, pegar um trem rumo à Central do Brasil. Este não é o único buraco que dá acesso às plataformas de estações de trem – fato bastante comum, especialmente, em estações distantes do centro da cidade. Mas, era por esse buraco que muitas das pessoas “recolhidas” nas Operações de Recolhimento e que chegavam às centenas por dia no Rio Acolhedor, acessavam a plataforma e retornavam para o centro da cidade.

Ao contrário das pessoas “encaminhadas” à “*ilha*” que tinham dificuldades em retornar ao centro da cidade, quem chegava ao “*abrigão de paciência*” garantia certa facilidade para esse retorno, mesmo que em quilometragem esse fosse mais distante do que aquele. O subprefeito da Zona Sul declarou à jornalista Paula Scarpin, referindo-se às Operações de Recolhimento que aconteciam na zona que ele administrava, que “há casos aqui de a gente acolher o mesmo cara dez, doze vezes [...] **Nossa ideia é vencer pelo cansaço, fazê-lo desistir**” (SCARPIN, 2010, p.4, grifo nosso).

Assim, retomando as reflexões de James Ferguson (2006), não tomamos aqui o “buraco da linha do trem” como uma *falha* administrativa, mas sim a partir do que esse buraco de fato produz: circulação e cansaço. Como vimos nos dados apresentados acima, entre os anos de 2010 e 2012, “deram entrada” no Rio Acolhedor 56 mil 507 pessoas. Nesse número não estão incluídas as pessoas que, mesmo carregadas até lá, pegaram o trem de retorno imediatamente, sem “dar entrada” na instituição. Mesmo pretendendo-se uma instituição de “grande porte”, com “capacidade para 400 metas [vagas]”, durante esse período a instituição passou ininterruptamente superlotada. Assim que o buraco na linha do trem, não só facilitava a vida daqueles que não queriam estar ali, como também daqueles que ali trabalhavam, funcionando como ponto de escape para o agravamento da já “degradante” condição.

Não se tratou de retirar essas pessoas das ruas e deixá-las semiconfinadas em instituições de acolhimento que seriam sempre insuficientes. Tratou-se de mantê-las circulando, em uma *circulação compulsória e permanente*, estimulando com que essas pessoas fossem ejetadas pelos buracos, seja esse buraco que faz com que elas acessem a linha do trem e novamente sejam postas em trânsito ou os buracos produzidos dentro das redes da burocracia estatal (os

quais abordarei nos próximos capítulos). Tratou-se de não as deixar sedentarizar em espaços reivindicados como "espaço público", como posto no PMOP. Essas táticas podem ser lidas na chave da produção de uma *transitoriedade permanente*, como chamou Raquel Rolnik (2015) os efeitos da financeirização das terras e moradias urbanas sobre a vida dos pobres. Assim que tomamos esses buracos não como despreparo, falta de infraestrutura, erro de cálculo ou falha das políticas governamentais, senão como a base na qual essas políticas que gerem os pobres são sustentadas: a exposição a circunstâncias mortíferas e a uma *circulação permanente*.

1.3 **Circulando, "*circulando*"**

O Projeto Circulando foi criado no âmbito das reformas que a Secretaria de Assistência passou no ano de 2013 (e que será apresentada nos Capítulos 2 e 3). Foi dentro desse projeto que aconteceu a visita ao Museu do Amanhã. No *Relatório de Gestão 2013-2016,* documento que reuniu os projetos desenvolvidos ao longo desse período, o Circulando é apresentado tendo como objetivo "levar atividades itinerantes, com a realização de oficinas artísticas, culturais, esportivas e sociais, que transformam o convívio coletivo e a consciência individual, contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos acolhidos na rede", ofertando "acesso à cultura, lazer, esporte e arte, do Direito à Cidade para a população acolhida nos abrigos públicos do Rio de Janeiro" (SMDS, 2016, p.38) Ainda esse documento diz que o conteúdo das atividades desenvolvidas contribuiria para o "crescimento, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das potencialidades dos acolhidos", buscando incentivar o "protagonismo, o empoderamento cultural, a cooperação e a capacidade criativa de seus participantes" (Idem). Por fim, diz que o Projeto implementou uma "nova metodologia de atendimento à população acolhida na cidade do Rio de Janeiro", buscando "viabilizar o acesso a espaços antes desconhecidos e lhe proporcionar novos conhecimentos e experiências, além de servir como estímulo à prática esportiva, ao uso da criatividade e inventividade, das habilidades individuais e coletivas, do desenvolvimento motor e da psicomotricidade" (Idem).

Adilson Pires, nessa altura secretário da Assistência, disse, em reportagem sobre o primeiro ano do Projeto, que "a partir do circulando, os acolhidos se reinventam e refletem sobre a vida, sua história e sobre o seu futuro", tendo os idealizadores percebido "quão importante é ofertar experiências e sentimentos, pois são momentos que têm o poder de transformar a realidade de cada residente, resgatar a afetividade e trazer novas perspectivas" (SMDS, 2014)

"*Vaza*", "*andando, andando"*, "*sai daqui*", são expressões que, assim como "*circulando, circulando*", marcam as vivências "de rua". É comum que essas expressões sejam acompanhadas por atos de violência física que incluem pontapés, cassetetes, vassouradas e outros objetos pesados, perfurantes e cortantes como busquei destacar ao longo desse capítulo. O ato de fazer circular – seja pelas ruas, seja pelas instituições – perpassa essas existências. Assim, é interessante notar que Circulando tenha sido a expressão escolhida para nomear um projeto que visa "viabilizar o acesso a espaços antes desconhecidos".

"*Até já fui num desses passeios*", diz Cosme, "*mas é muito ruim. Fica todo mundo te olhando. A gente chega no ônibus* [do projeto], *ai já vem escrito* [identificado a sigla da Secretaria de Assistência e a marca do Projeto]. *Tem também o pessoal com os coletes da Secretaria. Todo mundo sabe que é Secretaria de pobre. Você sai do ônibus e fica um monte de gente na tua cola. Fora os educador social que ficam em cima o tempo todo. Parece que a gente é criminoso que saiu da jaula*" (Nota de Campo, *Sobre Circulando*, março de 2016). Joana preferiria não participar dos "*passeios do projeto*", justificando ser muita exposição: "*Fica todo mundo te olhando, parece que a gente é animal*". Gostaria de ir a esses lugares sozinha, não "*amontoada de gente*" (Nota de Campo, *Sobre Circulando*, fevereiro de 2016). Rui diz que não participa mais desses passeios. Quando estava no Rio Acolhedor, participou de visitas ao Centro Cultural Banco do Brasil, à Vista Chinesa e ao Museu do Parque do Flamengo [MAM]. Entretanto, desistiu de participar porque a chegada das "*turmas*" a esses espaços "*dava mais medo do que o carro da SOE* [Seção de Operações Especiais, prestam serviço de transporte a presidiários]. "*A turma já chega botando o terror. Os seguranças já ficam de olho. Alguns vacilam mesmo. Ficam de brincadeira. Mas a maioria tá lá na moral. Quer só não chamar muito a atenção*" (Nota de Campo, *Sobre Circulando*, março de 2016). Matilde odeia ir a esses passeios: "*Não pode fumar, não pode mexer em nada, não pode chegar perto de nada, parece que tudo é de cristal, tem que seguir os educadores, tem que ficar todo mundo junto o tempo todo. Eu odeio ficar perto de muita gente*" (Nota de Campo, *Sobre Circulando*, maio de 2016). Cláudia me relata um passeio que fez ao Jardim Burle Max: "*um lugar bonitão* [...] *dava para a gente se jogar, só mato, nada que fosse quebrar, mesmo assim, os seguranças não saíram da nossa cola. Ai me diz que não é por que acham que a gente é tudo marginal? Que prejuízo a gente podia dar ali? Arrancar uma flor? Tirar uma pedra do lugar?*" (Nota de Campo, *Sobre Circulando*, março de 2016). Jackson disse não gostar dos passeios porque "*é sempre onde eles querem que a gente vá. Nunca é a onde a gente quer ir. A gente pede para ir para a praia e não dá. Aí aparece a van e quer levar a gente para o parque. Eu nunca vou. Só de raiva*" (Nota de Campo, *Sobre Circulando*, abril de 2016).

Costura essas falas um certo constrangimento por estarem sendo vigiados, posto que suas presenças são acompanhadas da presença dos coletes da Assistência que deixa em alerta os olhares vigilantes e policialescos. A sensação de parecer animal, de estar em jaula, de amedrontar as pessoas, de não poder fazer nada, de ter que ficar todos juntos, dos seguranças que não saem da cola, de não poder ir aonde se quer, de ter que ir aonde se programa para que se vá marcam essas vivências. A "experiência" e os "sentimentos ofertados", como dizia o secretário, remete a uma experiência controlada, vigiada, conduzida, induzida. Remete, também, a sentimentos e emoções controlados, vigiados e conduzidos por psicofármacos, como tão bem instituído estão nos Serviços de Acolhimento Institucional.

A condição em que circulam por esses, e outros, espaços, remete ao *poder tutelar* que, como caracteriza Antônio Carlos Souza Lima (2002, 2014), delimita um espaço circulatório possível, infantiliza e faz mediações entre os "destituídos" e os "bens da nação". *Circulação mediada*, portanto. Essa mediação toma corpo, justamente, em distintivos (coletes, ônibus, projeto, serviços) que os identificam como pobres (a "*secretaria de pobres"*). E a pobreza que é anunciada por esses distintivos inspira vigilância e controle sobre seus passos e atos. Se esses distintivos da *secretaria dos pobres* funcionam como *senhas de acesso* a uma série de espaços de outra forma interditados, são também essas senhas que produzem a desconfiança em relação a esses corpos. Ali, eles acionam os dispositivos de controle (homens altos e fortes – que, como vimos, também marcam as experiências com os educadores sociais que "mais parecem milicianos" –, radinhos de comunicação, olhares vigilantes) por serem eles (e a pobreza inscrita em seus corpos) os elementos de desordem. Assim, vai se intensificando e capilarizando a gestão militarizada de seus espaços de existência e as práticas policialescas sobre suas condutas e circulação.

***

Neste capítulo, busquei lançar luz sobre os dispositivos para gerir a circulação dos indesejáveis da cidade olímpica. Ou, dito de outra forma, lançar luz sobre as estratégias mobilizadas para minimizar os impactos dessas existências *indesejadas* sobre as *boas circulações* que deveriam ser maximizadas.

Através das duas grandes políticas governamentais que orientaram as ações de "segurança pública" e do "ordenamento urbano" – a Política de Pacificação e a Política de Ordem Urbana –, nesse contexto olímpico, busquei destacar como a vigilância e controles policialescos sobre corpos, espaços e circulações e a militarização da vida ganharam forma.

Tanto produzindo mais indesejáveis – as pessoas removidas, seja pelas políticas de ordenamento urbano, seja pelas de habitação ou segurança –, quanto gerindo sua circulação pelos espaços urbanos.

É nesse contexto que busco desenhar uma cartografia do acolhimento, ou seja, da distribuição dos abrigos pela cidade, a fim de tramar as linhas, aparentemente dispares, que compõem a internacionalização da cidade, seus projetos urbanos e a gestão de seus indesejáveis.

Se até aqui perspectivei os movimentos governamentais sobre os pobres, onde são destacadas as dimensões de coerção e compulsoriedade em suas práticas, a partir de agora, passo a perspectivar esses sujeitos – aqueles e aquelas que "acessam" os serviços de Acolhimento Institucional – desde dentro dos abrigos. A partir daqui, junto à coerção e compulsoriedade, entram práticas de resistência, *contornamentos* e desejos.

2 **CAMPOS DE ACOLHIDA, CAMPOS DE BATALHA**

No capítulo anterior, apresentei duas Centrais de Recepção de Adultos e Famílias, nas quais não realizei campo, mas das quais são produzidas múltiplas narrativas – e com as quais busquei as contextualizar. Neste capítulo, irei apresentar dois abrigos onde realizei trabalho de campo, quais sejam, o Antônio Arthur e o Maria Bethânia. Como buscarei destacar, essas instituições, em seus diferentes níveis dentro do organograma estatal, estão implicadas com as dinâmicas das ruas e de outras instituições de confinamento ou semiconfinamento.

Desde já, sinalizo, novamente, para a porosidade das fronteiras entre ruas e abrigos. As pessoas usuárias dos abrigos que chegam desde as ruas carregam consigo moralidades, práticas e expressões que se manifestam e organizam as práticas, moralidades e expressões daquelas pessoas responsáveis por gerir, cotidianamente, o espaço dos abrigos. O caminho de contágio também acontece de forma inversa, sendo a experiência abrigal um dos aspectos que compõem a vida de tantas pessoas que moram nas ruas.

No organograma governamental, as Centrais de Recepção seriam espaços transitórios entre as ruas e os abrigos, para onde são levadas as pessoas recolhidas em Operações diversas e, a partir dali, encaminhadas aos abrigos que preveem um tempo de permanência maior – aqui, no recorte temporal dessa pesquisa, de 3 a 9 meses. É nesse sentido que as Centrais de Recepção cumprem o papel de retaguardas das intervenções policiais e urbanísticas, como destacado por Daniel DeLucca (2007, 2013). Já no caso dos abrigos, esse sentido se dilata, assumindo outras posições, fluidas e plásticas, dentro da miríade de instituições responsáveis por gerir misérias.

Inscrevo, assim, os abrigos em uma *zona de indefinição* que lhes garante plasticidade e transitoriedade em seus estatutos e práticas, sensíveis não só às políticas urbanísticas, assistenciais e penais, como às políticas do campo da saúde geral e mental.

Um desses aspectos, é o que chamarei aqui como *campos de acolhimento* e *campos de batalha*. Ainda Daniel DeLucca (2013, p.46), ao se debruçar sobre o cotidiano dessas instituições, aponta para o que chama *ambivalência funcional*, que sintetiza a *hostilidade* e *hospitalidade* praticadas nessas instituições, revelando “as duas faces do dispositivo de gestão da população de rua: tutela e captura institucional, espada e escudo”. O campo de tensão que se estabelece nesses espaços tem como uma de suas características essa ambivalência.

Campo de acolhimento remete ao campo lexical conformado pela Assistência Social, especialmente nesse nível de intervenção, ou “proteção”: “acolher”, “acolhedor”, “acolhida”, “acolhimento” são palavras que direcionam e organizam as práticas no nível das leis e regulamentações. Acolhimento também compõe o campo semântico que estrutura a Assistência

Social: “atenção”, cuidado”, “acolhimento”. Mas, também diz sobre as expectativas de quem usa esses serviços e de quem trabalha para ele – ou nele. Acolher e ser acolhido produz imagens de genuinidade das ações que envolvem o cuidado – esse, figurado como território livre de conflitos.

Sobre *campos de batalha*, a referência vem de Foucault (2006b) quando discorre sobre a operacionalização do poder médico dentro dos asilos. Diz o autor que esse poder só funciona porque se *dilui* em outros agentes para além do médico. Partindo da premissa de que o *poder*, não só no asilo, “[…] nunca é aquilo que alguém detém, tampouco é o que emana de alguém […] não pertence nem a alguém nem, aliás, a um grupo […]”, a condição para sua existência e funcionamento é um *sistema de diferenças* e uma *disposição tática do poder* embasado na “[…] dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens, etc.” (idem, p.7). Com isso, o autor volta seu olhar para os diferentes agentes envolvidos no cotidiano dessas instituições que constroem uma rede de vigilância sobre o doente e produzem, em conjunto, a partir de suas diferentes disposições táticas dentro das redes de hierarquia e autoridade, a verdade sobre a doença e sobre sua cura, o olhar e ação sobre o paciente. Assim, “[…] o problema, […] para poder ser o problema do conhecimento, da verdade da doença e de sua cura, deve, antes de mais nada, ser um problema de vitória. Logo, é um campo de batalha que está efetivamente organizado nesse asilo” (2006b, p.10).

Retornarei, adiante (Capítulo 3), a essas reflexões. Por ora, sinalizo para os efeitos dessa *disposição tática do poder* dentro dos abrigos que torna o espaço um campo de batalha entre as pessoas usuárias, umas em relação as outras, essas em relação ao corpo de funcionários e funcionárias. A vitória, aqui, passa pela descoberta da “verdade” das pessoas usuárias e, com isso, seu merecimento em estar nesses espaços. Como pano de fundo desse *campo de batalha*, temos os parcos recursos materiais destinados a esses serviços. Diante da escassez, a triagem de quem deve e merece, ou não, estar nesses espaços, é feita e avaliada cotidianamente.

Além dessa *triagem do merecimento*, é preciso reafirmar o espaço do abrigo como um espaço de “*passagem*”, uma “*vaga temporária*”, afinal, a “*fila deve andar*”, “*há outras pessoas precisando*”. Há uma inquietação por parte das equipes técnicas em relação ao tempo de permanência das pessoas usuárias nessas instituições. Se, por um lado, como veremos a seguir, há uma categoria de pessoas classificadas como “doentes mentais” que vão ficando nos abrigos por tempo indeterminado – até que as técnicas consigam os alocar em outra instituição ou fazer sua “reinserção social”; por outro lado, há aquelas que devem ser lembradas da sua condição “*de passagem*”, e não permanência. Falas como “*o abrigo não é casa de ninguém*”, “*abrigo é*

fundo do poço", "*não dá para deixar que as pessoas se acomodem aqui*" – cotidianamente repetidas – cumprem com esse papel.

Essas falas expressam práticas que chamarei de *táticas de desacomodação* que são acionadas para manter o estado de transitoriedade nas pessoas usuárias, para que elas se mantenham em estado de permanente alerta em corresponder aos anseios pedagógicos que a instituição busca imprimir.

Ao longo deste e dos próximos capítulos, irei apresentar e explorar etnograficamente o cotidiano abrigal, buscando destacar os aspectos que conformam os abrigos nessa *zona de indefinição* – a plasticidade e transitoriedade de seus estatutos e práticas –, as *táticas de desacomodação* acionadas para garantir a transitoriedade das pessoas usuárias e os diversos usos que essas pessoas fazem desse serviço.

***

Fazia três dias que Janaína estava no abrigo Maria Bethânia aguardando a visita de seu namorado. Há quatro dias, ainda estavam juntos na "*ilha*". Havia o conhecido há pouco tempo, na Lapa, onde passaram a viver juntos até serem "*recolhidos*" por uma Operação do Choque de Ordem. "*Apaixonada*", só aceitou ser transferida para o Maria Bethânia, sob a promessa de ele ir a visitar. Após três – longos – dias de espera e "*nem sinal*" dele, ela decidiu que, ao final daquele terceiro dia, após a janta servida no abrigo, iria para a Lapa "*pegar o recolhimento que passa lá às dez* [da noite]" para retornar à "*ilha*". Assim, "*amanhã de manhã quando ele acordar, eu já to lá. Porque tem que ter o elemento surpresa, né? Amanhã de manhã ele vai dar de cara comigo no café da manhã*". Dinorá, a diretora do abrigo, e com quem Janaína conversava, se disse "*impressionada com sua sinceridade*". Jana, então, arremata: "*É que nós estamos no Brasil, dona Dinorá. Aqui tudo é truque*" (Notas de Campo, *Aqui tudo é truque,* 15 de outubro de 2015).

No cotidiano administrativo dos abrigos, as pessoas usuárias "acessam" ou tem suas "entradas" de múltiplas formas. Entre a coerção e compulsoriedade (Capítulo 1) e a espontaneidade de Janaína que, ao invés de ser "recolhida", "*pega o recolhimento*", há gradações e nuances nas formas de entrar ou acessar essas instituições.

Na Resolução n° 109 do Conselho Nacional da Assistência Social são previstas três condições e formas de acesso aos Serviços de Acolhimento Institucional: "por encaminhamento de agentes institucionais de serviços em abordagem social; por encaminhamentos do CREAS ou demais serviços socioassistenciais, de outras políticas públicas setoriais e de defesa de

direitos; e por demanda espontânea" (BRASIL, Resolução n° 109 do Conselho Nacional da Assistência Social). Cada uma dessas três formas revelam tensões, conflitos e níveis de precarização dessas vidas.

Por meio do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Amaro chegou ao Antônio Arthur. Antes, estava vivendo sob a marquise da Defensoria Pública. Foi ali que conheceu o defensor que expediu um ofício direcionado à diretora do Antônio Arthur. No documento, lacônico, dizia que Amaro não podia ser encaminhado para as Centrais de Recepção, por "questão de segurança", e solicitava uma vaga para ele no abrigo. Também foi "por questão de segurança" que a diretora de um abrigo da Zona Oeste da cidade expediu ofício para a diretora do Antônio Arthur solicitando que essa recebesse Baltasar ali, por ele estar "correndo risco de vida" ao permanecer naquele equipamento. Plínio teve sua transferência do Manicômio Judiciário, onde passara os últimos dez anos, para o abrigo por "*ordens do juiz*". Bentinho foi do hospital psiquiátrico ao abrigo através da solicitação de vaga articulada pela assistente social desse hospital. Tobias também teve sua vaga garantida no Antônio Arthur através da articulação da assistente social do hospital geral onde estava para se curar dos machucados causados por um atropelamento de ônibus enquanto catava lixo nas ruas do Centro da cidade.

Guardas municipais, policiais militares, promotores, defensores, juízes, médicos, psicólogos, assistentes e educadores sociais, cada qual com seus saberes, são todos agentes ativos na produção de *mediações* para o acesso aos abrigos e para os "encaminhamentos" a esses. Essas entradas, e seus mediadores, localizam os abrigos dentro de uma rede de instituições que vão da saúde a justiça, servindo como retaguardas para corpos adoecidos, corpos a ser, ou seguir sendo, vigiados e cuidados, que não podem seguir em instituições de confinamento e saúde, mas delas não devem ou não podem ser desvinculadas.

A seguir, entraremos no Antônio Arthur e, após, no Maria Bethânia.

2. 1 **No Antônio Arthur**

Foi no contexto dos Eventos Preparativos do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos, que uma comitiva inglesa – a qual já havia realizado trabalhos junto aos *homeless* durante as Olimpíadas de Londres – desembarcara na cidade, em novembro de 2015, para cumprir com uma agenda de compromissos junto à funcionários e funcionárias da Secretaria de Assistência Social, a fim de "*trocar experiências*" sobre "*formas de integrar a população de rua na organização dos jogos*". E foi nesse contexto que essa comitiva fez uma visita ao Antônio

Arthur em uma tarde calorosa da primavera carioca. Para recebê-la, o abrigo foi arrumado. Na Sala de Convivência foram colocadas cadeiras e uma mesa farta de salgadinhos e sucos de caixinha. Um projetor de imagens também foi instalado, vindo a falhar na hora da apresentação. A comitiva chegou acompanhada de Maria, uma alta funcionária executiva da Secretaria, que convidou a diretora a começar a apresentação do abrigo. Deyse, então, iniciou sua apresentação dizendo da importância de contextualizar o abrigo no mapa da cidade: "*no centro da cidade, ao lado da linha férrea, com grande oferta de transporte para a cidade inteira,* [ou seja] *o acesso à renda é facilitado pela mobilidade e centralidade desse lugar*" (Notas de Campo, *Pra inglês ver*, 11 de novembro de 2015).

No mapa administrativo municipal, o abrigo encontra-se na Zona Norte da cidade, mas, como fica evidente na fala de Deyse, suas referências simbólicas e afetivas o localizam na zona central. O bairro guarda resquícios arquitetônicos de um passado imperial e, depois, industrial. Hoje, segunda década do século XXI, é um bairro de intensa movimentação viária, sendo conectivo de bairros cariocas e rotas para outras cidades fluminenses. Além disso, fica próximo a importantes centros de estudo e pesquisa e centros de diversão e lazer.

Seu prédio está conformado embaixo de um complexo de viadutos: em cima, ao lado, na frente. Em uma conversa com Vagner, funcionário da equipe técnica do abrigo, ele dizia o que pensava sobre essa localização: "*Tem um pessoal* [da SMDS] *que acha uma vergonha o abrigo ficar embaixo do viaduto. Eu acho que não, eles* [moradores de rua] *já ocupam esses espaços pela cidade. O que a prefeitura faz é se apropriar e ressignificar eles. No final é tudo puxadinho mesmo, todos os equipamentos da assistência são em puxadinhos"* (Nota de Campo, *No final é tudo puxadinnho mesmo*, 2017).

O teto trepida constantemente e o ruído também é permanente. A proximidade com uma área arborizada traz um pouco de ar fresco àquela atmosfera aquecida pelo calor de tanto concreto. Na trama entre concretos e árvores, há um espaço híbrido: o pátio em frentes à entrada do prédio. Ali, ficavam dispostos alguns bancos entre arbustos e árvores. Esse era um espaço de sociabilidade importante, especialmente entre os homens que estavam ali na condição de "usuários do serviço de acolhimento institucional". Sentados nos bancos, deitados entre as raízes das árvores, em pé ou acocorados, eles ocupavam aquele espaço para descanso, arejamento, conversas e fumos. Espaço onde podia-se conversar longe dos "*muitos ouvidos*" da instituição – como me disse Jorge, um cego que estava ali na condição de usuário enquanto eu estava ali na condição de pesquisadora. Esse espaço, relativamente arejado – dado o contexto de concretos – e ruidoso – dada a constância do trânsito de veículos, foi onde passei grande parte do tempo em que estive no Antônio Arthur na companhia de seus usuários.

Ao longo dos dois anos em que frequentei a instituição, ao lado do prédio, um cano de esgoto permaneceu estourado, vazando, sendo alvo de alguns remendos. À atmosfera aquecida, juntava-se o cheiro fétido daquela água que jorrava sobre uma das calçadas de acesso ao abrigo. Os primeiros contatos que fiz com sua direção, em agosto de 2015, foram marcados pela reinauguração da Unidade que aconteceria em breve. A solenidade desse evento marcaria o final das reformas em sua estrutura física: nas paredes e no mobiliário; o encanamento não.

Especialmente, aquela reforma marcava uma mudança no número de pessoas atendidas pela instituição, ou no número de "*vagas*" que seriam oferecidas. A reforma desativou uma área que funcionava como quarto onde estava comportada cinquenta camas. Esse grande dormitório era chamado "*maracanãzinho*" em referência ao anexo do estádio de futebol Maracanã, espaço de aglomeração. Das cem vagas que dispunha, o abrigo passou a ter cinquenta, adaptado, portanto, às tipificações do Conselho Nacional de Assistência Social que previa esse máximo de pessoas por equipamento (Resolução n° 109 do Conselho Nacional de Assistência Social). Nessa área desativada, foram colocados sofás, mesas, cadeiras, uma televisão e uma estante com livros – sendo com isso transformada em uma Sala de Convivência. E foi nessa Sala que a comitiva inglesa foi recebida naquele novembro de 2015.

A reforma contou, ainda, com a colocação, nos dormitórios, de placas de compensado como divisórias entre pares de beliches e armários, criando pequenos espaços com quatro camas. Essas divisórias viriam a se tornar, pouco tempo depois, foco de proliferação de percevejos, pequenos insetos que se alimentam exclusivamente de sangue. Ali, no caso, exclusivamente do sangue de humanos.

Como o sangue de Plínio. Residente há três anos do Antônio Arthur, vindo do manicômio judiciário – para quem a equipe organizava festas de aniversário, onde, por certo, todos os outros aniversariantes podiam ser contemplados – e que vivia às voltas de pedir alguma coisa, qualquer coisa, a quem chegasse lá. Em uma manhã do verão de 2017, o encontro sem a habitual simpatia. Ele me mostra suas pernas como resposta à pergunta de como havia passado a noite. Estavam, as duas, tomadas por picadas e feridas. Me diz que são os percevejos que estão o "*castigando*" e, como solução, diz: "*vou chamar o exército para acabar com esses percevejos. Eles estão me castigando!*" (Notas de Campo, *Um exército para os percevejos*, 2017).

O abrigo é organizado em torno de um longo corredor que corta em dois o prédio de um andar. Ao longo desse, foram colocados, ainda nas ações dessa reforma, grandes banners com fotos de antigos e atuais usuários sobre as quais estavam grafadas frases como: "não sou o que poderia ser, mas não sou mais o que era antes"; "mude seu pensamento e você mudará o seu

destino"; "a alegria evita o mal e prolonga a vida"; "o que nos define é a forma de nos levantarmos depois da queda"; "quando as pessoas são determinadas elas conseguem alcançar qualquer coisa"; "o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante"; "a vida não consiste em ter boas cartas na mão e sim em jogar bem as que se tem".

Entre um banner e outro, várias portas que levavam para diferentes lugares: a Sala dos Educadores Sociais, onde estes e estas dividiam o armário de seus pertences com os medicamentos a serem distribuídos aos usuários que formavam, na porta, filas para isso em horários marcados; a Sala de Atendimento, onde as psicólogas e assistentes sociais realizavam as "entrevistas" e "consultas" e onde ficavam documentos como o Plano de Desenvolvimento Individual; a Sala da Equipe Técnica, onde esta trabalhava em torno de computadores e telefones; a diminuta Sala da Direção, a cozinha, os dois quartos, os dois banheiros e o almoxarifado. E, ao final desse longo corredor, a Sala de Convivência, onde foram recebidos os ingleses.

Retornando a eles, à visita da comitiva inglesa, Deyse, a diretora, seguia sua apresentação traçando "o perfil do acolhido" naquele ano de 2015: "*cinquenta por cento do nosso público são casos psiquiátricos e oitenta e cinco por cento são alcóolatras, tem problemas com drogas*". Quando ela sugere a "*deficiência do sistema de saúde para absorver esse perfil de usuário*", Maria, a alta funcionária, se apressa em dizer que *"as interfaces entre a política pública de saúde e de assistência social estavam sendo construídas*".

Em um artigo onde narram a história institucional do Antônio Arthur, Thatiana Santos e Delico Santos (2015, p.71), escrevem que o abrigo foi inaugurado no ano de 2000 a fim de "dar suporte aos trabalhadores e trabalhadoras informais que atuavam no centro da cidade e não tinham onde dormir". Já em 2002, mantendo o perfil do acolhido vinculado a representação do "trabalho informal", passaria a ser exclusivamente um abrigo masculino. Em 2005, com o fechamento da Fazendo Modelo, seus usuários foram encaminhados para o Antônio Arthur, transformando-o em um híbrido de hospital psiquiátrico e hospital geral, além de continuar recebendo aqueles homens que trabalhavam pelas cercanias do centro da cidade. O "perfil dos acolhidos" passou a ser caracterizado, então, por "pacientes da saúde mental, dependentes químicos (álcool e drogas), além daqueles acometidos por outras enfermidades, como acidente vascular cerebral, infecção por HIV/AIDS, tuberculose, dificuldade motora, feridas crônicas, doença renal crônica, câncer etc" (2015, p. 72). Com isso, seguem os autores, "o equipamento [...] adaptou-se fisicamente as dificuldades dos novos residentes/usuários, que, muitas vezes, não tinham qualquer autonomia para a realização de atividades da vida diária, cabendo à equipe

inclusive, ser responsável por troca de fraldas e monitoramento de medicação, alimentação e higiene pessoal" (2015, p. 72).

Um dos convidados ingleses perguntou se alguma atividade (oficina) lúdica e/ou profissionalizante era desenvolvida ali. Ao que Maria, apressou-se em responder que ali estava sendo desenvolvido um "*reordenamento do processo de serviço de acolhimento*" que estimularia o "*acesso ao território dentro do plano nacional de incentivar a autonomia e não o enclausuramento*", concluindo que "*não faz sentido o abrigo oferecer tudo posto que o estímulo é para que eles saiam para buscar sua autonomia*". Seguindo essa fala, Deyse complementa que "*as portas do abrigo ficam abertas durante todo o dia*", tendo os usuários "*livre-trânsito*", podendo "*entrar e sair a qualquer hora*", sendo fechada às nove horas da noite, ficando a entrada condicionada à prévia autorização da "técnica de referência".

Ali estavam presentes também alguns homens na condição de usuários do Antônio Arthur e de outros abrigos municipais. Um deles, Sílvio, pediu a palavra. Senhor, magro e corcunda, de pele e olhos amarelados, disse ter ficado por 35 anos preso em um manicômio no Ceará. Diz que "*lugares como o abrigo*" eram muito importantes para que "*acabem os manicômios*" e, encerrando sua fala grita "*Manicômio Nunca Mais!*", sendo aplaudido por todos os presentes. E, assim, a bandeira da Reforma Psiquiátrica tomava de assalto a apresentação do abrigo.

As "*interfaces entre a saúde e a assistência*", como dizia a alta funcionária, é uma boa caracterização para os abrigos, inscrevendo-os nessa *zona de indefinição* que organiza seus cotidianos – confere uma plasticidade não só aos usuários, como as táticas de condução de suas condutas e às regras que as orientam. Por um lado, usuários – que segundo a diretora seriam a metade – que seriam "*casos psiquiátricos*", para os quais as vagas seriam de permanência de tempo indefinido; por outro, usuários que tem um tempo de permanência definido (nove meses) e sobre os quais são acionados dispositivos para os fazerem circular por entre outras instâncias estatais ou não. São sobre esses últimos que recai as *táticas de desacomodação* – para os quais fala-se que "*abrigo não é casa de ninguém*", "*abrigo não é para se acomodar*". Sendo a permissão de permanência para uns e o estímulo à transitoriedade para outros mais uma dimensão da plasticidade dessas instituições.

***

"*A menina dos olhos do secretário*": assim se referiam funcionários da Secretaria de Assistência Social ao abrigo Antônio Arthur. Conformado às normas técnicas do Conselho

Nacional de Assistência Social, conformado em um território central e de fácil locomoção da cidade, conformado em um prédio com paredes pintadas e banners pendurados, esse abrigo foi, durante os anos de 2015 e 2016, palco para outras visitas de outras comitivas, para realização de oficinas e festas que englobavam outros abrigos. E, claro, para o trabalho de campo onde esta pesquisa aconteceu. Pelo excesso de visibilidade que o abrigo ganhou na economia das visibilidades institucionais das políticas públicas, alguns de seus funcionários me diziam preferir trabalhar nos abrigos da Zona Oeste da cidade, onde o trabalho poderia transcorrer sem tanto controle da Secretaria. Também eu gostaria de ter podido realizar pesquisa de campo em outros abrigos sem esse excesso de visibilidade.

Em 2017, com a troca do governo municipal e a mudança do secretariado da Assistência, o abrigo se transformou em mais um campo de disputa política. De "*menina dos olhos*" de um secretário, foi tomada pelo outro como o espaço de "*denúncia*" da "*má gestão*" anterior[25]. A infestação de percevejos, a ausência de rampas para o acesso aos banheiros e dormitórios, assim como o calor do prédio, foram os pontos destacados dessas "denúncias". Urgia mais uma reinauguração daquela instituição, como marca da refundação das políticas de assistência social para o município. Isso foi feito após um período de reformas onde as divisórias foram arrancadas, rampas foram instaladas e as paredes novamente pintadas. A quem quisesse, podia acompanhar o cotidiano daquela reforma através das redes sociais do novo secretário que mostrava, com constância, o que estava sendo feito. Além disso, usava suas redes para pedir doações de ar-condicionado para serem instalados nos dormitórios.

Como disse, meus primeiros contatos com a direção do Antônio Arthur, em agosto de 2015, foram marcados pela reinauguração da instituição que aconteceria em breve. Por isso, a direção sugeria que eu fosse lá pela primeira vez depois desse evento. Assim, não pude acompanhar tal solenidade. Já a segunda reinauguração, que aconteceu vinte e seis meses após a primeira, pude acompanhar.

Nesse dia, estavam presentes o Prefeito Marcelo Crivella, a Subsecretária de Proteção Básica e Especial, o Subsecretário de Políticas para Idoso, a Subsecretária de Integração e Cidadania, a Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) daquela região, representantes da Coordenadoria Social de Direitos Humanos, o Administrador Regional da Região Administrativa em que fica o abrigo, o Administrador Regional de uma

[25] Aqui me refiro, nominalmente e partidariamente, à Adilson Pires, filiado ao PT, que foi Secretário Municipal desta pasta entre 2013 e 2016 e Pedro Fernandes, que, entre outubro de 2017 e abril de 2018, foi o Secretario e, naquela altura, estava filiado ao MDB.

região próxima, o presidente da COMLURB e duas vereadoras – uma, a mãe do Secretário, outra, ligada às demandas da assistência e dos deficientes físicos.

A Guarda Municipal e a Polícia Militar organizavam o fechamento de uma rua de acesso onde carros oficiais estavam estacionados. A Sala de Convivência, onde, dois anos antes era o "*maracanazinho*", estava lotada. Havia Mestre de Cerimônia, equipamento de som, mesa com caixas de suco e alguns salgados. Depois fiquei sabendo que a mesa de comes e bebes havia sido paga pelos funcionários da equipe técnica do abrigo. Já o Mestre de Cerimônias, que também era o dono e operador do equipamento de som, fazia outros eventos de inauguração de obras da prefeitura, naquela gestão de Marcelo Crivella, e, nas horas vagas, dava aulas de hidroginástica na academia onde eu nadava.

Foi ele quem começou a cerimônia, assim que o prefeito chegou no abrigo quando o salão já estava lotado. Depois de uma breve apresentação, chamou o Secretário Pedro Fernandes. Esse, por sua vez, depois de agradecer as presenças, diz: "*Eu cheguei aqui, Prefeito, logo no segundo ou terceiro dia que tomei posse, confesso que fiquei muito chocado com o que eu vi, eu me emocionei aqui, me emocionei em casa conversando com a minha família sobre o que a gente encontrou aqui a situação subhumana que as pessoas viviam em nossa cidade. Eu fiquei muito chocado, na mesma hora transferi quase meu gabinete pra cá, fiz questão de trazer todo primeiro e segundo escalão da secretária aqui pra conhecer essa realidade, pra me prometer que junto comigo iriam mudar essa realidade que a gente encontrou aqui, não só aqui a gente tem interesse em todos os abrigos da cidade do Rio de Janeiro.* [...] *infelizmente quando a gente chegou aqui a gente ouvia das pessoas que preferiam dormir na rua do que dormir nos nossos abrigos. E eu vou dizer pro senhor o seguinte, Prefeito, a gente ta há trinta dias na frente da secretária, mas hoje eu já recebi a maior gratificação que eu poderia receber como profissional, como cidadão e como pessoa que é ouvir de um dos nossos abrigados que hoje eles preferem dormir em nossas unidades e do que na rua*". Essa sua fala é seguida de um entusiasmado aplauso; depois ele segue para uma listagem do que pretendia realizar como secretário dessa pasta; após, passa a palavra para o prefeito: "*Meus amigos, que dia bonito, satisfação imensa! Quero agradecer ao Pedrinho pela oportunidade de compor o nosso governo, de fazer o que tem feito de maneira incansável! É preciso enfrentá-los com coragem!* […]. *Olha, eu digo sempre isso: um abrigo desses, com tantas pessoas nos momentos de glória e verdade tem tanto valor quanto os estádios dos momentos olímpicos. Aqueles estádios tiveram instantes de glórias, vamos dizer assim, que passou ...aqui cada vez que um cadeirante desse que vai ao banheiro sem ajuda de todos é um instante de glória; que as pessoas veem uma roupa limpa, tomam banho, abre o seu armário, tiram uma roupa e vestem, e vão em busca da*

sobrevivência, é um momento de glória muito mais permanente. [...] *hoje lá estão os heróis que nos encantam com seu atletismo e seus jogos. Aqui é a sua realidade, é a olimpíada da fraternidade, do amor ao próximo. Pedrinho é o nosso campeão olímpico! A medalha que aqueles outros têm não será em equipe, ta escrito seu próprio nome. Essa medalha do Pedrinho, às vezes é sobretudo da sua equipe"* (*Solenidade de Inauguração do Antônio Arthur*, 14 de novembro de 2017).

Nesse dia, para chegar ao abrigo, tive de desviar do caminho habitual que era a calçada do cano de esgoto estourado. O desvio não foi pelo fechamento da GM e da PM da rua de acesso, pois o trânsito estava interditado exclusivamente para automóveis. O desvio foi pela poça de água do esgoto brotado na calçada. Nesse dia, o cheiro estava especialmente intenso. Ingenuamente, lamentando com um funcionário do abrigo sobre aquela poça de esgoto que permanecia após a reforma, este me responde: "*ah, essa reforma foi só mais uma maquiagem*".

Em um período de 2 anos, duas reinaugurações marcaram a trajetória social do abrigo Antônio Arthur: períodos de reformas seguidos de atos solenes. A perceção de seus funcionários e funcionárias, contudo, de que na assistência tudo são "*puxadinhos*" e "*maquiagem*" é perene. A essas constantes transformações, Daniel DeLucca (2013, p.46) atribui uma "permanência mais profunda" qual seja, a de que as "vidas de rua são também objeto de uma constante experimentação política". Disso, destaco a manutenção de um estado de provisoriedade permanente atrelado ao estado de precariedade material, tornando essas instituições sintetizadoras dessas duas constantes nos processos de vulnerabilização dessas vidas.

2.1.1 Livro de Ocorrências

"*Tudo o que acontece eu anoto aqui*", "*a gente tem que escrever tudo aqui nesse caderno*", "*daqui ninguém escapa, está tudo registrado*", "*eu deixo um punho aqui todo o dia* [se referindo ao esforço físico empenhado no ato do registro]": essas são algumas referências feitas ao Livro de Ocorrência por educadoras e educadores sociais do Maria Bethânia e do Antônio Arthur.

O Livro de Ocorrência é um instrumento polivalente. Nas palavras daqueles que seriam os principais responsáveis por sua administração, como registrado imediatamente acima, ele seria suporte para "*tudo*" o que acontece nos abrigos; e é claro que esse "*tudo*" é uma impossibilidade, mas seu enunciado parece produzir efeitos bem concretos.

Ao que parece, é imprescindível que se anote os acontecimentos liminares, aqueles em que fronteiras são atravessadas, protagonizados, especialmente, pelos usuários e usuárias: o

atravessamento de regras estabelecidas como, por exemplo, quem não realizou as refeições e porquê, quem não tomou o medicamento prescrito e porquê, quem discutiu com quem, falou o que para quem, quem agrediu e quem foi agredido, falas estridentes e sobressalentes, ofensas, deboches e provocações, dentre outros imponderáveis que marcam a rotina dessas instituições que aglutinam gente.

Assim como as "regras de convivência" que orientam os abrigos são fronteiras nebulosas, podendo ser negociadas a todo o instante, nesse espaço da "ocorrência", tudo o que é registrado pode ser negociado, a depender de quem é o negociante e as circunstâncias dessa negociação. As negociações mais rotineiras se dão entre equipes técnicas e educadores e educadoras sociais, sendo destacado mais o imperativo de determinados registros do que sua supressão.

Numa ocasião, acompanhei a discussão entre dois usuários no lado de fora do abrigo e a intervenção de um educador social dizendo que anotaria no Livro de Ocorrência a desavença. Enquanto o educador escrevia, os litigiosos tentavam disputar o que seria registrado gritando, um mais alto do que o outro, o que e como deveria ser registrado. A exaltação dos briguentos se contrapunha a tranquilidade do educador social que se limitou a dizer: "*vou escrever o que eu vi*". E o que viu o educador? O Livro de Ocorrência é um espaço, portanto, do ponto de vista – impregnado por impressões prévias – dos educadores e educadoras sociais. Mas aberto a negociações.

Ao final de um dia de pesquisa nos arquivos do Antônio Arthur, me dei conta de que as horas já avançavam noite adentro e que as profissionais responsáveis por abrir e fechar a sala onde eu estava já haviam ido embora. Por essa razão, foi com espanto que me olharam os educadores sociais que faziam plantão naquela noite e estavam reunidos na portaria do abrigo. Depois que relatei o que acontecera, um deles disse, sugerindo certa ameaça: "*a porta vai ficar a noite toda aberta, mas não tem problema, é só anotar no Livro de Ocorrência*". Antes que eu me tornasse responsável pelo que poderia vir a acontecer naquele espaço, pedi para que eles fizessem uma inspeção na sala e na minha mochila e, depois, que anotassem no Livro de Ocorrência o horário que eu saia, destacando que eu não levava nada que pertencesse ao abrigo. Acompanhei o registro com atenção, deixando claro a eles que me interessava não ser responsabilizada depois por qualquer coisa que viesse a acontecer com os arquivos e com aquele espaço, mas especialmente com os documentos com os quais eu vinha trabalhando. Eles entenderam, concordaram e chegamos a um acordo onde responsabilidades foram distribuídas. Ali atravessava a porta da instituição sem poder vir a ser acusada de estar levando algo ou de ter danificado algo, o que, devido aos acordos feitos para que eu pudesse ter acesso aos

documentos, rondava minhas tarefas sempre como ameaça. Naquele breve registro, de algumas poucas linhas, ficava contido meu medo de sofrer alguma penalidade e, impulsionada por isso, o pedido de abertura de um espaço de negociação na "visão do educador" (Notas de Campo, *Negociando a Ocorrência*, 6 de julho de 2017).

Em certo sentido, a performance da escrita, frequentemente pública, feita em um grande caderno disposto ao alcance de todos os olhos, lembra a história contata por Levi-Strauss (2010, p. 280) do chefe dos Nambiquara que encenava atos de escrita para sugerir ao seu grupo que ele fizera uma aliança com o homem branco e que passara a partilhar de seus segredos. Essas performances de escrita feitas pelos educadores e educadoras sociais parece reordenar certo poder que circula mais facilmente entre esses e as pessoas usuárias, ambos grupos que se aproximam na precarização de suas vidas materiais. Nesse sentido, esses atos de escrita, mais do que as falas, funcionam, por um lado, como mecanismo de controle burocrático de "*tudo*" o que acontece naquele espaço, e, por outro, como construção e afirmação de autoridade (VIANNA, 2014b).

Outra engrenagem que faz o educador "*deixar um punho*" todo dia naquele Livro de Ocorrências é o medo. Muitos profissionais da assistência social respondem a processos administrativos internos e externos a essa Secretaria. Os cargos de direção, especialmente, acabam por canalizar às responsabilidades do que pode ser denunciado, sendo mais graves os casos de maus-tratos, abuso sexual e morte dentro dos abrigos. Quanto à categoria dos educadores sociais, que não são funcionários públicos, não responderão a processos administrativos, mas trabalham sob uma ameaça permanente de demissão "por justa causa", restando-lhes produzir registros que lhes sirvam como retaguarda em caso de intervenções jurídicas sobre o abrigo ou mesmo em caso de desavenças internas. É assim que uma técnica o qualifica, como instrumento de "*respaldo*" dos funcionários: "*desde você anotar que fulana de tal foi encaminhada para ir ao médico e não foi porque disse que estava com dor de cabeça ou disse que não estava a fim de ir. Depois, se der alguma merda, ou se o Ministério Público bater lá, se tiver algum tipo de fiscalização... Porque a vida dessa mulher não esta andando? Porque ela está aqui há três meses e ainda não foi para o médico? Está aqui oh, você está vendo que ela sai todos os dias, mas para o médico ela não vai. Então o livro de ocorrências está muito mais ali como um respaldo à equipe do que como uma ocorrência."* (Entrevista com uma psicóloga, 17 de julho de 2017).

Uma educadora social fala sobre uma cena mais corriqueira, a administração de remédios a alguns usuários que fica a cargo desses profissionais: *"vai que ele tenha uma convulsão por que deixou de tomar um medicamento? E aí vão atrás de quem? Quem era o*

responsável por dar os remédios daquele usuário? Ah, e porque não anotou no livro de ocorrência que ele não quis tomar? A gente não pode obrigar eles a tomar, não tem camisa de força, mas se eles não querem tomar, a gente tem que anotar. É a nossa proteção." (Entrevista com uma educadora social, 14 de fevereiro de 2017).

Proteger-se de quem deve ser protegido. A noção de "*proteção*" permeia os discursos e práticas institucionais em um campo de tensão entre as noções de protegido e protetor sob a constância da ameaça. Como diz Camila Fernandes (2018, p.47), "'tomar conta' é viver no medo, no risco e na incerteza".

Nesses depoimentos a respeito da prática de anotações e registros nos Livros de Ocorrência, o que parece estar sendo salientado como imprescindível escrever é uma distribuição e ratificação de responsabilidades – a responsabilidade da técnica de realizar o encaminhamento, a da abrigada de executar o encaminhamento; a responsabilidade da educadora social em entregar na mão do usuário o medicamento e a responsabilidade do usuário de levá-lo à boca etc. Dessa forma, O livro de Ocorrência se inscreve em uma cadeia produtiva de documentações sobre a pessoa usuária e que cumprem com a função de "*respaldar*" as ações realizadas sobre esses. Como coloca Goffman (2015, p.70), é preciso que se gere "recibos" dessas ações para acompanhar o que está sendo produzido, por um lado, e, por outro, para localizar "responsabilidades".

O Livro de Ocorrências, assim, é um dos dispositivos que materializa algumas das batalhas (e estratégias de desacomodação) que se passam, cotidianamente, nos abrigos enquanto campos de batalhas.

2.2 **No Maria Bhetânia**

O portão de ferro ficava trancado com uma grossa corrente e um imponente cadeado. O som do atrito entre corrente, portão de ferro e cadeado marcava cada entrada e saída da instituição. Esta, fica em um pequeno prédio de dois andares contíguo – anexo ou "*puxadinho*" – a uma antiga casa, do início do século XX, onde, hoje, funciona uma Agência dos Correios em um bairro da Zona Centro da cidade. Só o que ficou de ligação entre esses dois prédios públicos foi uma parede que sugere a contiguidade da construção e o porão da casa principal que se tornou o almoxarifado do puxadinho.

Josi chegou ao Maria Bethânia vinda do hospital onde ficara internada depois de ter sido atropelada. Por não ter para onde ir depois de receber alta, sua "transferência" para o abrigo fora solicitada pela assistente social do hospital. Passou pelo portão, desceu os quatro degraus

da escada que leva ao pátio, e acomodou seu corpo, ainda machucado, em uma cadeira dessas de classe escolar. Eu estava ali naquele dia. Eu, a cozinheira e Kátia, a educadora social. Como o abrigo estava vazio, sem ruídos, pude acompanhar Josi em sua chegada e Kátia em sua performance de recepção. Quando ela chegou, eu lia alguma coisa no pátio.

Ao redor desse pequeno pátio, ficam as portas que levam ao almoxarifado, a um banheiro de uso exclusivo de funcionárias e funcionários, a uma pequena lavanderia e a porta que leva à parte de dentro da instituição. Ali, naquele diminuto espaço, meio coberto, meio descoberto, de chão azulejado, ficavam duas ou três cadeiras ao redor de uma mesa de quatro lugares, algumas plantas, um latão de lixo, uma estante com livros, revistas e um rádio que costumava, durante os dias, ficar sintonizado em uma estação FM dedicada à MPB e, à noite, ficar sintonizado em estação AM de notícias e músicas sertanejas.

Josi colocou o saco de plástico preto em que trazia seus pertences ao lado da cadeira enquanto aguarda orientação de Kátia. São em sacos de plástico pretos que as pessoas devem colocar seus pertences para serem "*transferidas*" de uma instituição à outra. Assim, todas as pessoas que chegam nos abrigos vindas das CRAFs, de hospitais, presídios ou outras instituições, vêm carregando esses sacos.

Kátia chamou Josi para se sentar ao lado de sua mesa na Sala da Direção. Essa Sala, também pequena (e daqui para frente não farei mais essa marcação espacial, pois todos os espaços são pequenos), é uma sala-corredor, pois nela estão as portas para o pátio, para a cozinha e para a Sala de Convivência. É um espaço nevrálgico do abrigo e, no alto, em uma das paredes, fica uma placa escrita Sala da Direção. Nele ficam duas mesas – a da diretora e a das educadoras e educadores sociais – e um armário onde as funcionárias e funcionários guardam seus pertences e os medicamentos, documentos e outros objetos das usuárias. Dessas mesas, é possível observar o que acontece e o que é dito tanto no pátio, como na Sala de Convivência e na cozinha. A porta da cozinha é uma porta holandesa (daquelas que são divididas ao meio), cuja parte de cima fica aberta durante o dia. Na Sala de Convivência fica uma mesa de seis lugares, que marca um espaço chamado Refeitório. Ao lado da mesa, dois sofás de dois e três lugares cada um, formam um L em frente a uma televisão e demarcam um espaço chamado Sala de convivência – todos esses espaços sinalizados com placas. Ao lado desse espaço, está a única porta que fica fechada e que leva para a Sala da Equipe, onde trabalham a psicóloga e a assistente social, onde ficam os computadores e onde ficam os Planos de Desenvolvimento Individual. No Maria Bethânia, os espaços vão sendo marcados e delimitados pelos usos e pelo mobiliário ordinário de uma casa (sofás, mesa de jantar, escrivaninha) e nomeados pela

racionalização dos espaços institucionais – tornando ainda mais turvas as dimensões de casa e instituição que carrega aquele espaço.

Josi se sentou em uma cadeira ao lado da mesa de Kátia. Esta, por sua vez, tomou os documentos que Josi carregava consigo e partiu para o preenchimento dos formulários. No primeiro, o Formulário de Recepção de Acolhida, Kátia preencheu com as informações do Registro Geral de Josi e fez um inventário dos documentos que aquela carregava consigo. O segundo, o Formulário de medicamentos, seria preenchido com os medicamentos que Josi traria consigo, mas ela não trazia nenhum. Embora vinda de um hospital e embora ainda sentindo muitas dores, ela não trazia nenhum. Disse que tomava no hospital uma "*dipironinha*" para a dor, mas lá "*eles não deixaram nenhum pra mim trazer*". Kátia, então, avisou que se houvesse, e haveria, a necessidade de tomar algum medicamento "*qualquer que seja*", Josi deveria passar por uma avaliação no Posto de Saúde, e a médica lhe daria a receita. Ali, as abrigadas só poderiam tomar medicamentos com receita: "*até os medicamentos mais simples para dor, quem avalia a necessidade e libera o uso é a médica do Posto de Saúde*".

Kátia chama Josi para irem ao pátio. Pega o saco de plástico preto, coloca luvas cirúrgicas e o abre. Vai tirando, uma a uma, as peças de roupa e sacudindo-as com expectativas de que delas se desprendam percevejos. A justificativa oficial para que os pertences sejam carregados em sacos de plástico pretos passa por esse temor.

É nesse momento de "*triagem*" dos objetos – ou, como dizem, dos "*pertences*" – que as regras em relação aos seus usos vão sendo passadas. Kátia vai dizendo o que poderia e o que não poderia ser vestido, guardado ou carregado; frisava o tamanho das roupas, pedindo que Josi selecionasse roupas compridas, pois "*não pode andar de shortinho ou roupa muito decotada e, por baixo dos vestidos, tem que usar uma bermuda porque o sobe e desce das escadas pode fazer aparecer a bunda das mulheres*"; também disse que "*não pode usar camisola, porque tem educador social homem que trabalha a noite*". Desodorantes, lâminas de depilar, canetas, lápis, objetos que pudessem produzir fogo, corte ou perfuração não são permitidos. Esses objetos, caso os tragam as usuárias, ficam naquele armário onde também estão guardados medicamentos e documentos das usuárias, além dos pertences das funcionárias: mobília central da Sala da Direção. Quando aquelas desejam ou precisam usar algum desses objetos, devem solicitar a estas que guardam a chave que abre o armário. E, assim, os "*pertences*" de Josi vão sendo escrutinados, tirados do saco e avaliados por Kátia. Ela também ajuda Josi no processo de decisão sobre o que guardar consigo, no armário ao lado de sua cama, e o que deixar no saco de plástico preto que ficaria depositado no almoxarifado.

Findado o processo de triagem, Kátia leva o saco preto até o almoxarifado e volta de lá trazendo o "*kit*"de Josi: toalha de banho, roupas de cama e travesseiro. Para completar o *kit*, pega em sua Sala uma chave pendurada em um cadarço de tênis. Coloca e retira a chave do pescoço como demonstração e sugere que Josi "*pegue o hábito*" de fazer o mesmo. Diz que é a chave do armário. Ela tem o mesmo número da cama, da roupa de cama, da toalha e deve ser entregue a educadora ou educador social toda vez que for sair. E assim que retornar da rua, deve a solicitar. Na Sala da Direção, há um quadro destacado onde elas ficam penduradas. Dessa forma, a chave pode produzir um controle sobre a circulação das mulheres. Frequentemente, para saber se uma usuária está ou não no abrigo as funcionárias vão até esse quadro de chaves – mais um dispositivo de controle dessa circulação que fica no ponto nevrálgico do abrigo.

As escadas que levam para o segundo andar do prédio também ficam na área externa, ao lado do portão de entrada. Aliás, atravessando o portão, ou se desce para o pátio, ou se sobe para os quartos. Subimos. Na parte de cima, fica o quarto e o banheiro para as usuárias. Havia oito beliches, onde estavam dispostos dezesseis colchões – ou vagas – e, entre eles, seis armários. No banheiro, havia uma privada, um chuveiro, uma pia e um espelho sobre ela.

A pasta de dente é coletiva. O shampoo, sabonete, condicionador, sabão para lavar roupa, absorvente, produtos de higiene pessoal também, "*se quiser, é só pedir para o educador social*". A toalha de banho deve ficar estendida na beirada da cama. A cama deve ficar arrumada durante o dia, enquanto não estiver ocupada. Toda vez que tomar banho, deve lavar roupa. Aos sábados, a cozinheira recolhe todas as roupas de cama para lavar. A máquina de lavar roupa é só para isso e para aquelas usuárias que estão incapacitadas do serviço, "*o que não é o seu caso, Josi*". Pela manhã, após o café, há uma distribuição de tarefas de faxina da casa, e cada usuária fica responsável por limpar algum dos cômodos. Depois, "*você está liberada para fazer o que tiver que fazer*".

"*Não discuta com as outras internas. Se ver, ouvir ou sumir alguma coisa, não fala com elas, não fica batendo boca. Desce e fala com o educador. Ninguém é amigo de ninguém aqui dentro*". E "*não pode trazer nada de comer ou beber da rua. A nutricionista elabora um cardápio equilibrado. Então é bom segui-lo. Não pode beber nada enquanto estiver aqui";* "*Eu não bebo, só bebo uma cervejinha, mas não tenho nem dinheiro pra isso"* – diz Josi; "M*esmo se tivesse um milhão, não poderia beber aqui dentro, nem lá fora enquanto estiver internada. A gente tem como saber quem bebe só uma cervejinha"*, responde Kátia; *"tá bom"* – lamuria Josi; "*A senhora não está presa aqui, viu, se quiser sair é só pedir"* – sentencia Kátia. (Notas de Campo, *A chegada exemplar*, 27 de junho de 2016).

A zona de indefinição onde o abrigo se insere, produz a confusão na recepcionada, mas também na recepcionista, quanto ao seu caráter de confinamento ou não. Essa confusão é retomada na narrativa de origem dessa instituição. Dinorá, sua diretora desde a inauguração, é quem narra seu contexto de criação em novembro de 2009.

Chamada para dirigir um abrigo "*da noite pro dia*", ela – Dinorá – tratou o convite como um "*grande desafio*" em sua vida profissional: "*a casa não tinha nada, não tinha cama, não tinha colchão, não tinha nada! Haviam feito, no prédio, uma reformazinha boba*". O dia da inauguração seria o dia seguinte ao do dia em que lhe foi feito o convite: "*Olha que desafio! Eu igual uma louca, pegando colchão até meia noite, arrumando a cama para no dia seguinte ter a inauguração*". No dia seguinte, "*aí veio o prefeito, a mulher* [do prefeito], *o secretário da assistência... aí bom, enfim, teve a inauguração* [...] *aí rolou aqueles discursos lá todos*" (Entrevista com Dinorá, 06 de agosto de 2017)

O contexto de recolhimentos e internações compulsórias de usuárias de crack marcou essa inauguração: "*Então, assim, eu fui recebendo as primeiras mulheres e aí eu não podia deixar nenhuma delas saírem porque naquele momento ali seria uma coisa compulsória*". Nesse início, Dinorá diz que muitas mulheres chegavam ao abrigo achando que ali era a "*clínica do Wagner Montes*". Isso porque, Wagner Montes – político e apresentador de um programa policialesco e sensacionalista – fazia reportagens nas cenas de uso de crack e, seguidamente, destacava, ao vivo, uma pessoa usuária desejosa de "*sair daquela vida*", pedindo "*uma resposta*" da Prefeitura para aquela pessoa. Para as mulheres, a Prefeitura não tinha, antes da inauguração do Maria Betânia, "*uma resposta para o Wagner*", posto que as vagas destinadas às mulheres estavam ou nas CRAFs, ou nas instituições privadas.

"*Só que a prefeitura, ela só me deu a chave da casa, ela não me deu técnico, ela não me deu nenhum subsídio pra que eu pudesse levar aquele trabalho numa boa*", continua Dinorá. Não havia fogão, não havia cozinha no espaço. Cotidianamente, eram distribuídas as quentinhas fornecidas por uma empresa terceirizada. Entregavam o almoço e a janta, sem café da manhã e lanche da tarde: "*E ali eu descobri, agora você vê, que usuário de droga tinha uma fome infernal quando ele não usava droga. Gastei muito dinheiro do meu bolso... E eu comprei uma leiteira, um coador, comprei café... Eu comprava pão todo dia com mortadela pra dar pra elas. Aí depois o almoço começou a atrasar, dava duas horas da tarde e cadê a comida? Quando chegava, chegava azeda e eu mandava voltar e ia eu lá comprar pão. Todo santo dia eu com dezesseis mulheres usuárias de crack, só!"*.

As condições estruturais descritas pela diretora para a abertura desse espaço, assim como as condições dadas em outros abrigos, como o Rio Acolhedor e a Unidade Tom Jobim

(Capítulo 1), nos remete às políticas de "pacificação de indígenas" ao longo do século XX, onde, como coloca João Pacheco de Oliveira (2014, p. 147), uma vez cumpridas as ações de *repressão* e *controle* sobre os povos indígenas levadas a cabo pelas forças armadas, deveriam entrar em cena as esferas de proteção à saúde, benefícios sociais etc. O que acabava acontecendo, contudo, é que raramente esses programas chegavam, sendo o projeto de *pacificação* estancado, não raro, na etapa posterior à da repressão e ao do controle. Ou seja, o projeto de pacificação estaria consolidado nessas etapas.

Dinorá diz que "*conhecia os usuários de crack na televisão, eu nunca tive nenhum tipo de contato. Eu pra mim eu imaginava que seria aquela mulher que explodisse cérebro, que quebrasse tudo... E na verdade não, é diferente*". Desconhecendo o público que atenderia e sem os recursos materiais e aporte técnico e estrutural para as manter ali de forma compulsória, ela foi desenvolvendo suas estratégias. Dentro do abrigo, Dinorá disse ter "*que arrumar defesas ali dentro*", pois "*nem sempre eu recebia realmente mulheres sofridas maneiras, recebia sofridas agressivas, entendeu?*". As "*sofridas agressivas*" seriam, aquelas "*que não querem nada com nada, que te desafiam, falam palavrão, querem montar banca*". Além delas, havia os cafetões [das usuárias] que faziam "*plantão na porta do abrigo, ameaçando as mulheres ali de dentro*". Dizia ter "*que proteger as mulheres ali dentro umas das outras, mas proteger elas das ruas também*". Então, estabelece-se uma economia das proteções onde Dinorá deveria proteger as mulheres de si próprias, umas das outras e de seus cafetões e proteger a si e a sua "*matrícula*" – seu emprego, sua carreira atrelada a capacidade de criar e mobilizar recursos para "*proteger*" aquelas mulheres que, no limite, significava mantê-las com vida.

A primeira forma de proteção seria "*impor respeito*" diante das mulheres. Nascida e criada na região, com um histórico de militância comunitária, Dinorá mantinha um bom trânsito entre homens em posição de poder e de diferentes forças armadas da região. Por isso, era acionada a subir os morros para realizar o trabalho da assistência social quando havia deslizamentos nesses lugares. Nessas oportunidades, dizia levar consigo as mulheres "*sofridas agressivas*" para que elas vissem o respeito que ela tinha entre os "*donos do morro*" e, assim, "*ficar mais calmas*". Valia-se, então, da coerção simbólica produzida por homens armados ligados à forças "ilegais".

Mas, não somente. Ela também fazia uso desse mesmo poder simbólico localizado no campo da legalidade. Para "*arrumar defesas ali dentro*", colocou uma agenda da Polícia Militar no abrigo: três vezes ao dia e três vezes a noite, policiais militares iam até lá assinar o ponto. Esse entra e sai de policiais, "*começou também a inibir um pouco aquela agressividade delas*".

Ela diz, porém, que "*esse serviço ele não era pra inibir a mulher, era mais para proteger, porque tinha medo de algum homem pular ali dentro, de alguma mulher que fez alguma merda eles chegarem e matar todo mundo, sabe?*". Ao expor e explicar suas estratégias para "*impor respeito*" entre as mulheres e, simultaneamente, sobre os homens ("cafetões") que figuram como ameaça a elas nas ruas, e que poderia se estender para dentro do abrigo, aponta, mais uma vez, para a dimensão das práticas policialescas que recaem sobre essas pessoas. Às mulheres são acionadas as forças simbólicas de coerção de homens armados, sejam elas do plano "formal" e "legal" do Estado, como a Polícia Militar, seja ela do plano "informal" e "ilegal", como os traficantes. O contato com o Batalhão de Polícia que a possibilitou "*colocar a agenda*" ali dentro, foi tecido na mesma circunstância em que foram tecidos os contatos com traficantes: como líder comunitária do Morro em que foi "*nascida e criada*".

Sua trajetória circulante entre espaços dos poderes formais e informais, legais e ilegais, lícitos e ilícitos, abriam as possibilidades de ação diante dos parcos recursos materiais e estruturais que lhe era disposto. Não que isso não fosse previsto. Agentes estatais como Dinorá tecem e cravam as *margens do estado* (DAS; POOLE, 2004) por dentro do Estado. Como define Vera Telles (2010, p.220), essas margens são espaços de *criatividade* e *experimentação*, em que as pessoas, individual ou coletivamente, "reinventam seus recursos, lançam mão de elementos do próprio Estado, transitam também entre o fora e o dentro do Estado, maquinam artifícios também nas fronteiras incertas do legal e ilegal, negociam regras, limites, protocolos, agenciam contra-condutas".

2.2.1 "Mãezona"

"Como é lá nesse abrigo; Oh, lá a diretora é uma mãezona, mas só pra quem quer arrumar a vida. Se não quiser arrumar a vida lá não se cria" (Nota de Campo, *A chegada de Mary*, 7 de abril de 2016). Esse diálogo aconteceu entre duas mulheres, uma antiga usuária e outra recém-chegada, enquanto esperávamos, nós três, o restante da equipe dentro da van que partiria da CRAF da Ilha para o Maria Bethânia levando a nova usuária.

Dinorá, a diretora, é chamada de "*mãezona*" por algumas usuárias. Diz não se importar e parece mesmo encorajar: "*eu entendo das perdas que elas arrumaram pra elas mesmas, e nessas perdas, quando elas se identificam com alguém aí tem essas coisas – 'mãe' pra cá, 'mãe' pra lá. Aí eu finjo que não escuto* [...] *se satisfaz a elas, e não está me tirando um pedaço eu não ligo, entendeu?*". Compreende que "*muitas delas querem colo, e se eu posso dar eu dou*". Essa relação que estabelece com as usuárias, diz ela, é alvo de críticas "no sistema, na

instituição"; colegas que sugerem que ela não poderia permitir esse tipo de tratamento entre a diretora e as usuárias: "*ela não é tua parente, ela não é tua família. Você é a diretora!*". Embora saiba que exista essa "*separação*", diz não saber como fazer: "*eu não sei fazer isso, é incrível, eu não sei fazer isso, eu deixo acontecer e eu deixar acontecer da forma que o carinho dá certo. Não está me trazendo prejuízo nenhum, entendeu?* [...] *me acusam de ser pouco profissional, de não saber ser técnica.* [...] *Não tem como ser, cara!*".

Com quinze anos, Dinorá começou a atuar em um projeto comunitário no alto do Morro onde nasceu e foi criada. Era um trabalho em uma escola comunitária, e sua função seria fazer atividades que integrassem as "*crianças do alto do morro"* ("*onde viviam crianças muito pobres*") com "*as da parte de baixo do morro"* ("*onde viviam crianças com uma condição econômica um pouco melhor*"). O projeto foi ampliado, e Dinorá protagonizou a expansão deste para dentro da Igreja Católica que havia na parte alta. A esse processo, ela credita o início de sua "*liderança*": "[...] *sem eu perceber, eu tanto era respeitada na parte alta quanto na parte baixa, tanto o dono* [traficante] *de cima quanto o de baixo, eles tinham um respeito por mim terrível, menina!*". Um desentendimento com a Igreja a fez procurar a direção de uma Escola de Samba do Morro, que acolheu o projeto. Passou a ocupar um camarote dessa escola. Paralelo a isso, procurava um terreno para construir uma creche comunitária – "*sem depender de ninguém; nem Igreja, nem Escola* [de samba]". Encontrou um terreno usado como lixeira pela comunidade, liderou a invasão e, depois, a negociação com a prefeitura para a liberação da verba para construção do prédio. Nos anos 90, atuou por meio de uma Organização Não Governamental em projetos sociais nesse Morro e, nos anos 2000, foi "*referência*" do Programa Favela Bairro ali também. Quando, em 2004, a administração das creches saiu da Secretaria de Assistência e passou para a Secretaria de Educação, Dinorá foi trabalhar na Coordenadoria Regional, que hoje é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Em 2008, foi transferida para um Hospital Público. Nesse período, ficou deprimida e creditou o mal a essa transferência, a problemas familiares e de saúde. "*Pedindo a Deus uma luz*", recebeu a ligação-convite para trabalhar na direção do abrigo que seria inaugurado.

Sua história me foi narrada em uma entrevista realizada fora do abrigo, mas essas narrativas já eram por mim conhecidas, com algumas variações, posto que uma de suas estratégias para se aproximar das mulheres usuárias, era, justamente, contar suas histórias em tom informal, sentada no pátio do abrigo, compartilhando cigarros com elas.

Outra estratégia era não usar o colete da assistência dentro dos abrigos e, algumas vezes, para algumas usuárias recém-chegadas, não se apresentar como a diretora da instituição. Dessa forma, tinha conversas que, de outra, não teria. No papel de diretora, frisava histórias que

destacavam suas relações com homens armados e com agentes de diferentes níveis da prefeitura localizando-a em uma trama de contatos e poderes – contatos poderosos.

"Eu sou o anjo e o carrasco ao mesmo tempo. E é espontâneo. Eu sou assim, eu não criei isso, sabe? Eu sou assim. Eu não sei fazer de outra forma. Eu não sei sentar e falar 'Você... Ah, como é seu nome? Você... Não sei o que, não sei que lá...' Eu não sei fazer isso. Eu sei trocar. Que eu acho que a vida é um jogo, a gente joga constantemente. Eu sei jogar, dar as letras e receber o troco. Então é essa a linguagem, eu não sei trabalhar diferente e aí eu consigo muitos resultados bons, consigo respostas maravilhosas".

O conflito entre técnica e afeto é apenas aparente. Palloma Menezes (2015) apresenta Priscilla Azevedo, a "primeira mulher policial a comandar uma Unidade de Polícia Pacificadora" por uma série de "ferramentas" que essa acionava para se "aproximar" dos moradores do Morro Santa Marta, onde atuou. As "ferramentas de aproximação", como chamou Menezes, passavam por distribuir o número de seu telefone celular para as pessoas que ia conhecendo nas ruas e também em programa de rádio; passava por andar pela favela a pé, dia e noite, cumprimentando transeuntes e disponível para conversar com moradores, comerciantes, líderes comunitários e religiosos; passava, também, por promover excursões, passeios e festas dentro e fora da favela (2015, p. 162). Paralelo a essa aproximação, rumores passaram a circular de que Priscilla "é mãezona, mas quando precisa ela bate feito um homem" (2015, p.164). Sua "fama de durona" foi construída com a ajuda de policiais, moradores e a mídia corporativa. Ela não atuaria apenas na "prevenção e no trabalho de aproximação", mas também mediando conflitos e sendo "firme", tomando "atitude quando tem que tomar", e não fugindo do "trabalho pesado" exemplificado nas rondas noturnas que faria portando sua pistola, e no porte de fuzil, ao lado de seus colegas homens quando da ocupação do Morro. Ao "traçar" o perfil da major, as reportagens enfatizavam o sequestro que ela sofreu anos antes e do qual ela conseguiu fugir. Mas não só, ela teria ido atrás dos bandidos e pego um por um: "ela não perdoa quem anda na vida errada", disse um morador à pesquisadora (2015, p. 165-166). Palloma pensa a aprovação que Priscilla ganhou por sua atuação dentro e fora do Morro, pois realizava, por um lado, ações preventivas; por outro, repressivas. Era "doce" e "delicada" com um público (crianças, idosos e "pessoas de bem"), mas sabia atuar seu "ethos guerreiro" com "quem merecia" (2015, p. 170).

Bila Sorj (2016) nos apresenta outras *mães* forjadas no bojo de políticas governamentais. Analisando o papel desempenhado por mulheres no Programa Mulheres da Paz, a autora chama a atenção para como a categoria mãe foi mobilizada pelo programa. O objetivo desse seria capacitar "mulheres das comunidades" para atuarem na prevenção da violência nesses territórios, pela identificação de jovens que estariam em "situação de risco" e encaminhamento

desses a outro projeto que previa sua capacitação profissional (2016, p.109). O principal objetivo do programa seria o "resgate dos jovens" em "situação de risco", estando "a construção simbólica dessa atividade", fundada em valores "associados ao feminino", a figura e atividades de cuidado que estariam atreladas ao papel materno, sendo o Estado responsável, através das políticas sociais, por reforçar e perpetuar "normas tradicionais de gênero e desprofissionalizar o trabalho de cuidado". Como aponta a autora, a "noção de 'resgate' se funda na suposição que a experiência feminina, sobretudo a maternidade, confere credibilidade, autoridade moral e competências específicas para o desempenho dessa função" (2016, p. 118). Sorj sinaliza como esse pressuposto baseou a construção do programa, sendo sua "eficácia" defendida por uma alta autoridade da Secretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro em sua avaliação do Programa: "ressaltando a importância da categoria mãe para o resgate dos jovens, afirma [a alta autoridade] que ninguém poderia fazer esse trabalho melhor do que elas, posto que só elas entravam na boca de fumo e puxavam a orelha do filho ou marido, dizendo 'você não vai ficar aqui', e os traficantes pareciam entender isso" (2016, p. 118).

Dinorá, Priscilla e as "mãe do território da paz" não são um desvio da técnica com que o Estado atuaria – uma "gestão técnica". Elas são incitadas a cumprir esse papel, não havendo contradição entre técnica e afeto; pelo contrário, os afetos são acionados como uma dentre outras técnicas. Essas duas dimensões são compositórias e potencializam a aproximação, elemento central e estruturante dos trabalhos que essas mulheres estariam escaladas a cumprir: a do "resgate" – de um "território", de mulheres usuárias dos abrigos e de jovens "em situação de risco social". Mas, Dinorá e Pricilla, e talvez as mães do território, não são somente "mães", são "mãezonas", que reforçam as dimensões de controle e repressão: a "*mãezona*" "*puxa a orelha*", é "*durona com quem merece*", "*não perdoa quem está na vida errada*", "*não deixa se criar quem não quer arrumar a vida*".

2.2.2 "Eu não sou psiquiátrica"

Selma estava sentada na escada próxima a entrada, quando me aproximei do portão encadeado. Antecipando que eu intencionava entrar, desceu alguns degraus e, em direção à sala das educadoras gritou: "*porteiroooo*". Depois, voltou e nos cumprimentamos breve e gentilmente. Valter, o educador social, apareceu rapidamente e visivelmente irritado, advertindo-a: "*ta vendo algum porteiro aqui? É educador social. E-du-ca-dor So-ci-al!*".

Assim que atravesso o portão, ainda ouvindo o som do cadeado sendo fechado atrás de mim, Selma me interpela: "*você tem algum curso para mim? Artesanato, culinária, costura,*

qualquer coisa". Surpresa, digo que não sabia de nenhum curso, mas poderia procurar com ela. E ela faz questão de justificar seu desejo: "*É que não tem nada para fazer aqui. Agora estão todas lá em cima dormindo. Mas eu não sou psiquiátrica, eu não tomo remédio, aí eu não tenho sono*. Nesse momento, Vânia, a educadora social, aparece perguntando se Selma teria alguma reclamação a fazer – "*você quer reclamar de alguma coisa?*", diz ela projetando seu pequeno corpo para frente e para o alto. Ficava claro que estavam em algum litígio prévio.

Aos poucos fui entendendo que Selma estava aflita para fazer algo – "*qualquer coisa*" – e que, naquele momento, esse desejo era depositado na vontade de assistir televisão. Mas, por alguma razão que não pude entender, a educadora e o educador social não estavam permitindo. Não era incomum a televisão ligada a tarde, após o almoço. Mas naquele dia não podia. Vânia argumentava que eram "*as normas da casa*" e dizia que ela poderia subir para dormir, que ninguém a impediria. Selma argumentava dizendo não querer dormir, que não tinha sono, que não tomava remédios para ter sono. Depois de um estendido tempo de tensão, onde as partes repetiam, e repetiam, seus argumentos, Selma gritou acomodando suas mãos na cintura: "*Por acaso vocês são os donos daqui? Ah, sim, aqui é a casa de vocês então! Porque se não é, parece!*". A resposta lacônica de Vânia veio imediatamente: "a*gora mesmo que você não assiste a televisão*".

Parecendo satisfeita com o eco de suas palavras, Selma puxa uma cadeira e se senta ao meu lado na varanda. De dentro de sua sala, Vânia grita para mim uma pergunta: "*você sabe que ela está impedida de ver seus filhos? Impedida*". Em um rápido impulso corporal, Selma se põe em frente a educadora e com uma voz mansa diz: "*isso é assunto da minha intimidade, você não pode falar dela* [a intimidade] *assim*".

Volta para sua cadeira e me diz: "*eu tô com 36 anos, mas acabada como uma mulher de 60*". Porque, eu pergunto. "*A mulher negra sofre muito. É muita dor e a dor faz envelhecer mais rápido*" e me mostra suas pernas tomadas de varizes; "*cada variz dessa é um sofrimento*". Aos trinta e seis anos, estava com diabetes, hipertensão e problemas vasculares. Era alta e corpulenta, com a barriga sobressalente, os pés inchados, a pele ressecada e feridas nas pernas. Os tratamentos pareciam intermitentes. Acabara de tomar uma cartela de Amoxilina, "*por causa da infecção no útero*", mas havia perdido as outras cartelas. Então, "*agora nem adianta voltar no posto de saúde porque eles só dão uma vez* [os medicamentos]. *Só depois de um tempo eu posso voltar lá para começar tudo de novo: pedir exames, fazer exames, esperar o resultado dos exames, para aí a médica dar a receita para buscar os comprimidos*". E completa: "*por mim mesmo eu tirava o útero. Menos um órgão para ter que sofrer*".

Enquanto essa frase ecoava em minha cabeça e produzia uma sensação de desconforto generalizada em meu corpo, ao fundo iniciava-se um burburinho. As mulheres que antes dormiam, agora desciam para "a hora do lanche" (15h). Organizando-se em fila indiana para pegar o alimento distribuído pela cozinheira na porta da cozinha, elas começavam a encher o espaço da varanda. Cadeira vai, cadeira vem, um cumprimento aqui, outro ali, quando vejo, Selma já estava do outro lado da varanda. É de lá que a ouço dizer que "*não tem cursos profissionalizantes, nem para nos distrair. Se fosse um lugar decente teria atividades para nós, não só remédio. Só se pode dormir aqui, nada mais pode se fazer. Só tomar remédio e dormir*". Ao meu lado, Sônia come seu lanche (um iogurte) calmamente e comenta, observando Selma: "*isso é caso psiquiátrico*". Então grita para Vânia, que estava distante em sua sala, a pergunta: "*ela não passou pela psiquiatria?*". Sem que Vânia tivesse ouvido, volta-se para mim e conta: "*eu mesma passei pela psiquiatria. Eu era assim igual a ela. Depois que descobri que eu era bipolar e comecei a tomar remédio, aí eu melhorei. Não fico mais assim nesse estado de nervos. Provavelmente o caso da Selma é o mesmo que o meu".*

Enquanto Selma seguia suas reivindicações e observações sobre o abrigo, Vânia volta a falar de seus filhos: "*Olha, se você não se comportar a gente vai acionar o conselho tutelar, viu?*". Com essa ameaça explícita e pública, Selma se agitada, seu corpo se sobressai, o tórax infla, a já alta mulher parece maior e mais forte, de punhos cerrados. Nesse momento, algumas mulheres riem, alguém diz "*ih, vai ter circo*", outras ficam apreensivas e alguém se põe de pé, em posição de alerta, entre a que ameaçou e a que foi ameaçada. Ao que me pareceu uma rápida avaliação da circunstância, Selma pediu para que abrissem o portão para ela sair. Nesse dia fui embora antes de Selma voltar. Quando voltei, dias depois, ela já havia sido "desligada por não aceitação das regras" (Notas de Campo, "*Eu não sou psiquiátrica*", 22 de janeiro de 2016).

Selma, além de questionar as regras do abrigo, trazia para a varanda, na hora do lanche, a questão dos remédios e os "casos psiquiátricos" dos quais ela buscava se diferenciar. Ao se diferenciar, questiona o estatuto do abrigo, que não teria espaço para quem não é medicalizada. Questiona se uma existência medicalizada é a única possível ali.

Selma e Alex concordariam em seus temores. Alex estava de passagem pelo Antônio Arthur quando o conheci e me chamou a atenção o termo que usava para se referir ao uso de medicamentos naquele abrigo: "*lobotomia*". Dizia que alguns usuários eram "*lobotomizados*", pois eram medicalizados e passavam os dias dormindo em suas camas – com aval psiquiátrico e autorização da direção. Ele dizia ser atento, cuidadoso "*para não parecer maluco*", pois temia ser obrigado a tomar "*drogas pesadas".*

Fábio Mallart (2016) sinaliza para a grande quantidade de medicamentos psicotrópicos que circula nas prisões. Defende que operam como *mecanismo químico* de administração de corpos e mentes: “nas prisões, sintomas decorrentes da própria experiência do encarceramento em massa são objeto de medicalização. As condições mortíferas do cárcere, produto de sua mecânica de funcionamento, desencadeiam efeitos físicos e mentais que são geridos via substâncias psiquiátricas”. Também, há a noção de *contenção química* – um procedimento corriqueiro em hospitais psiquiátricos que substitui a *contenção mecânica* para barrar processos de surtos psíquicos, como eletrochoques –, para caracterizar o processo de medicalização que acontecem em presídios e asilos. A experiência de Selma, Alex, Catarina (BIEHL, 2008) e tantas outras existências em confinamento carregam a reflexão e revolta em relação as suas condições de existência medicalizadas nesses espaços.

3 **CONDUZINDO CONDUTAS**

Milhões de existências-relâmpago destinadas a não deixar rastros, a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas: assim Foucault (2003b) nos apresenta a vida dos *homens infames*. No entanto, um feixe de luz as arranca da noite de onde elas deveriam ter ficado; esse feixe é o encontro, ou o choque, com o poder: vidas que se lançaram aos pés de Vossa Majestade para solicitar, suplicar, denunciar, queixar-se, ou vidas sobre as quais Vossa Majestade tenha querido intervir e tenha julgado e decidido sobre. Vidas minúsculas que deixaram um rastro documental minúsculo – poucas linhas que informam uma existência.

Como essas existências infames recuperadas de arquivos por Michel Foucault, sobre nossos infames também se produz registros escritos e arquivos quando do choque com o poder. Ao contrário dos de outrora sobre os quais se lançou um feixe de luz, nesses sobre os quais versamos são lançados canhões de luz que produzem uma massa documental robusta sobre suas existências minúsculas. Isso por que o Estado Moderno está fundado sobre a produção documental e práticas escritas (FOUCAULT, 2003b, 2006, 1995; DAS, 2007; GUPTA, 2012), sendo as práticas de documentação característica *onipresente* da vida moderna tardia (RILES, 2006).

Seguindo com Foucault (2003b, p. 211), o cristianismo organizou o poder sobre o dia a dia da vida em torno da confissão: da "obrigação de fazer passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia a dia, as faltas banais, as fraquezas mesmo imperceptíveis, até o jogo perturbador dos pensamentos, das intenções e dos desejos". O mal teve que ser confessado "na primeira pessoa, em um cochicho obrigatório e fugidio". É na passagem do século XVII para o XVIII, quando a institucionalização eclesiástica perde forças, que esse mecanismo religioso se multiplica e se capilariza por todo o corpo social, sendo absorvido como mecanismo administrativo por múltiplas instituições (FOUCAULT, 1995, p. 237): "agenciamento administrativo e não mais religioso; mecanismo de registro e não mais de perdão". É nesse mesmo contexto histórico que Foucault localiza o que chamou de "desbloqueio tecnológico da produtividade do poder", onde se instaurou uma "nova economia do poder", embasada em "procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e 'individualizada' em todo o corpo social" (FOUCAULT, 2006a, p.8). Nesse percurso em que emergem os papéis produzidos em relações de poder – os documentos administrativos –, à confissão juntam-se outros procedimentos: "a denúncia, a queixa, a inquirição, o relatório, a espionagem, o interrogatório.

E tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos" (FOUCAULT, 2003b, p. 211). E, como buscarei ressaltar neste capítulo, esses dossiês e arquivos produzem efeitos administrativos e instauram mundos institucionais.

Desde 2013, é o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que reúne, orienta a produção e organiza as informações sobre as pessoas usuárias em todos os abrigos municipais. Também é dele que se produzem as "demandas" e "encaminhamentos" que orientarão a permanência das pessoas usuárias dentro dos abrigos. Trata-se de um Questionário seguido de um Cronograma de Ações e uma Ficha de Evolução.

Da materialidade do documento e de seus rituais de preenchimento, desprende-se a produção de *sujeitos governáveis*, a produção de *demandas, desejos e resistências*, a idealização de um itinerário institucional, de um tempo administrativo, de um "processo de reinserção" – ideal – e os marcadores da adesão a ele. A partir dele, também, são produzidos os encaminhamentos – dispositivos que fazem uma circulação mediada e controlada intrainstitucional.

Assim, tomo os PDI dentro de um conjunto de estratégias para o exercício de poder dentro dos abrigos, e para fora deles, que "opera no campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos", organizando um *conjunto de ações sobre ações possíveis*, "incitando, induzindo, desviando, facilitando ou tornando mais difícil, ampliando ou limitando, coagindo ou impedindo em absoluto", as ações: *uma ação sobre ações*. Um instrumento pelo qual se busca *conduzir as condutas* (FOUCAULT, 1995, p. 24).

Neste capítulo, através da apresentação desse documento, busco abordar o cotidiano administrativo que o organiza e que, a partir dele, é organizado, dando especial destaque para os efeitos que ele produz sobre esse cotidiano, para as moralidades que dele emergem e para as balizas dos possíveis que ele instaura. Com isso quero dizer que desse documento, ao final, emergem ser os mecanismos que produzem sentido para a permanência dessas pessoas nos abrigos, criando as balizas sobre as quais agem as equipes e devem agir as pessoas usuárias, sendo também uma *tática de desacomodação*, que faz as pessoas circularem, seja por outras instituições ou evadindo – sendo "desligadas".

3. 1 **Um Plano de Desenvolvimento Individual**

Nos dias que sucedem à chegada da pessoa usuária ao abrigo, essa passará por uma entrevista com uma profissional da equipe técnica (assistente social e/ou psicóloga). Essa entrevista será orientada pelo preenchimento de um documento-questionário que, por sua vez,

dará forma à um plano de ação a ser executado pela pessoa usuária sob a supervisão e acompanhamento de uma técnica que se tornará a referência dessa pessoa dentro do abrigo – "técnica de referência". Essa entrevista será como um ato inaugural: a partir de então, a pessoa está formalmente vinculada à instituição e a um tempo de permanência, dando-se início à um percurso institucional.

Até 2013, esse documento-questionário era nomeado por diferentes nomes a depender de cada abrigo. Entrevista Social, Entrevista Psicológica, Entrevista Psicossocial, Entrevista Admissional e Plano de Atendimento Individualizado eram alguns desses nomes. Tão variados quanto os nomes, eram as formas de colocar as questões que compunham cada um deles. Para esses documentos não havia padrão gráfico: folhas soltas, folhas de rascunho vindas da Secretaria de Educação, da Secretaria do Trabalho, papéis de carta, folhas rabiscadas – qualquer papel A4 com um dos versos em branco era passível de ser suporte às informações sobre as pessoas que por ali passavam como usuárias desse serviço. Essa observação foi feita enquanto eu pesquisava os PDI nos arquivos dos abrigos Maria Bethânia e Antonio Arthur.

Como foi dito acima, desde 2013, é esse documento-questionário que reúne, orienta a produção e organiza as informações sobre as pessoas usuárias em todos os abrigos municipais. Esse documento foi um instrumento administrativo produzido no âmbito das "reformas metodológicas" por que passava a Secretaria de Assistência (Capítulo 1), por um grupo de psicólogas e assistentes sociais junto a "gestores" que coordenavam os trabalhos. Os dados produzidos da resposta dada aos questionários – agora unificados em todos os abrigos da rede – eram, todos os meses, "lançados" em uma plataforma de gerenciamento de dados desde onde se produziam outros: as estatísticas. A produção desses números corresponderia às expectativas em relação à produção de políticas voltadas para esse segmento da população.

Dessa forma, essas informações teriam uma dupla entrada na esfera administrativa: alimentariam um banco de dados que visava produzir estatísticas sobre "quem é essa população de rua" da cidade, cujas respostas serviriam para a equipe técnica como pista sobre por onde agir, ou como "intervir" – "identificação de demandas" e "encaminhamentos" – sobre aquela trajetória. Produzir um conhecimento sobre a pessoa usuária, portanto, em um nível administrativo onde seria produzida uma estatística que traça o "perfil do usuário" e, em outro nível, onde seria traçada a trajetória que a pessoa deveria percorrer na "rede" para "sair da rede". O documento é produzido, portanto, na tensão entre as forças que buscam individualizar as pessoas usuárias (na produção de um plano individual), por um lado; e, por outro, universalizar um conhecimento sobre a população em situação de rua. Como coloca Foucault (1995), assim se constitui o poder do Estado: como uma forma de poder tanto individualizante quanto

totalizador, combinando em seu interior uma série de técnicas de individualização e procedimentos de totalização.

No período entre a "data de acolhimento" e a "data de desligamento", esse documento é retomado, e novas informações podem ser acrescentadas tanto no questionário como na "ficha de evolução" (que será apresentada a seguir). Assim, além de ser um documento polifônico – onde se cruzam as vozes de assistentes sociais, psicólogas e pessoa usuária – contém muitas camadas temporais.

Quatorze folhas servem de suporte às questões direcionadas às pessoas usuárias e a uma série de observações que serão apontadas pelas equipes técnicas ao longo da permanência dessa pessoa no abrigo. No cabeçalho da folha frontal, o logotipo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social divide espaço com dois outros logotipos: RioOlímpico e Rio2016. Nas notas de rodapé de cada folha estão grafadas a Coordenadoria à qual o abrigo está vinculado, assim como seu endereço, telefone e e-mail – informações que individualizam o documento.

As marcas da cidade olímpica, dos fluxos de capitais e investimentos na gestão desse segmento da população ali se materializam. Percebemos isso em contraste: a quantidade de folhas, a produção gráfica, a padronização para todos os abrigos e – simultaneamente – individualização de cada um (com as informações que o localizam territorial e administrativamente), contrastam com a precariedade dos documentos que o precedeu. Antes, cada abrigo desenvolvia seu próprio questionário e as respostas podiam ser anotadas até em pedaços de papéis-rascunho, como dito acima.

***

Também como dito acima, O PDI está dividido em duas partes: na primeira, está o questionário; na segunda, o Cronograma de Ações para a Execução do PDI.

Dez itens compõem o questionário, estando organizados nesta ordem: Identificação, Documentação, Situação Jurídica, Situação Ocupacional, Situação Previdenciária, Situação de Saúde, Situação de Rua, Histórico de Institucionalização, Situação Familiar ou Afetiva e Rede Socioassistencial.

Identificação reúne um conjunto de questões que vão desde aquelas presentes em documentos civis – nome, data de nascimento, idade, naturalidade, nacionalidade, estado civil –, até aquelas que localizam socialmente a pessoa – principal língua falada, religião, cor ou raça, masculino ou feminino, orientação sexual, município de onde vem e último lugar de

moradia. Já em documentação, há espaço para o registro de todas as informações (numéricas, especialmente) que contêm as Certidões de Nascimento e de Casamento, o Registro Geral, a Carteira de Trabalho, o CPF, O PIS/PASEP, o Passaporte, o Título de Eleitor e a Carteira de Reservista.

Em Situação Jurídica, quer-se saber se a pessoa usuária responde a algum processo judicial (em caso positivo, há o espaço para o registro de qual seria). Situação Ocupacional traz perguntas acerca de profissão, emprego e trabalho (destacando o que seria o trabalho formal do informal). Situação Previdenciária, por sua vez, quer saber se a pessoa é aposentada (por tempo de serviço ou invalidez), se já contribuiu para a previdência, se recebe algum auxílio-doença, se é pensionista, se é contribuinte, se recebe o BPC ou o bolsa família.

Em Situação de Saúde, o corpo é investigado através de doenças e dependências químicas. Alergias, deficiências físicas, transtornos mentais, problemas respiratórios, doenças crônicas degenerativas, saúde oral, desnutrição, restrição nutricional, visão, problemas dermatológicos são as partes destacadas como doenças. Quanto à dependência química, o tabaco, o álcool, a cocaína, a maconha, o crack e/ou outros são as substâncias destacadas. Indaga-se se faz tratamento; em fazendo, onde faz, o nome do técnico de referência e a periodicidade com que o faz. Verifica-se se há o desejo de fazer algum tratamento. Pergunta-se se há ou já houve casos de dependência química na família. Por fim, no caso de já ter feito uso de algum entorpecente, verifica-se qual foi, o tempo de uso, o tempo de abstinência e como parou. Pergunta-se, ainda, se a pessoa faz algum tratamento e, caso o faça, quer-se saber onde.

O corpo assume centralidade nesse documento; o corpo, suas doenças e seus “vícios”; o corpo que deve ser escrutinado atrás de alguma doença contagiosa, mas também atrás dos possíveis encaminhamentos para a saúde geral e mental, assim como para a produção de algum benefício.

Em Situação de Rua, levantam-se algumas possibilidades como motivo de “ida à rua” (desemprego, falta de moradia, conflito familiar, violência urbana, desligamento de outra instituição, dependência química, maus-tratos e/ou outros motivos); e pede-se para especificar o tempo de vivência nessas (se dias, de um a seis meses, de seis meses a um ano, de um a dois anos, ou, se mais de dois anos, quanto tempo?). Quer-se saber, também, o local onde se vivia, com quem se vivia e o que se costumava fazer nas ruas.

O Histórico de Institucionalização traz arroladas as principais instituições por onde circulam também quem circula pelos abrigos: abrigo para criança, abrigo para adolescente, albergue, república, abrigo para família, Fazenda Modelo, Leão XIII, Hospital de Custódia, Hospital, Clínica de Recuperação, Casa de Detenção ou outra Unidade de Acolhimento para

Adultos nacional ou estrangeira. Caso a pessoa questionada tenha passado por alguma dessas (ou outra) instituições, quer-se saber há quanto tempo ela esteve lá e por quanto tempo ficou. E, claro, qual o motivo declarado de seu desligamento.

Em Situação Familiar ou Afetiva, busca-se uma "pessoa de referência". Há um quadro com o nome, o vínculo (grau de parentesco ou elo afetivo) e a residência/telefone da(s) pessoa(s) de referência. Pergunta-se também se a pessoa usuária mantém contato com a família ou pessoa de referência, com que frequência vai à casa da família ou pessoa de referência, por que se afastou da família ou pessoa de referência, com quem residia anteriormente, se gostaria de retornar para casa ou ao convívio anterior e com quem moraria. Ainda buscando vinculações, em Rede Socioassistencial, pergunta-se se há algum CRAS ou CREAS de referência e anota-se o endereço, o telefone, e o profissional de referência dessas instituições – caso haja (raramente há algum registro). Quase todos homens e todas mulheres diziam viver nas ruas "sozinho/sozinha". Dentre os documentos por mim pesquisados, a exceção foram três jovens mulheres, com idades entre 18 e 25 anos que responderam viver com "amigos" e "namorada". Quem dizia ter passado já por abrigos municipais, respondia não lembrar o nome. Dentre as "pessoas de referência", quando apontadas, eram referidas mães e irmãs tanto nos masculinos quanto nos femininos. Também nas respostas a pergunta "com quem residia anteriormente" são referidas mães e irmãs ou sozinho/a. Por fim, em "com quem moraria", volta a ser referida a figura da mãe com constância, tanto para homens quanto para mulheres.

Por fim, a pergunta que encerra o questionário: "de quais atividades gostaria de participar?". Das centenas de documentos que folheei, apenas um havia uma anotação nesse quesito. Foi nos arquivos do Maria Bethânia e dizia que a usuária gostaria de participar de projetos de esporte na favela da Mangueira. Na sua ficha de evolução, contudo, não havia mais nenhuma referência, como, por exemplo, um encaminhamento nesse sentido. Ali era um espaço, o único ao longo do questionário, onde se registraria um desejo não orientado, como os outros em relação a família e os tratamentos de saúde.

Diz Foucault (2006b) que o interrogatório é uma maneira de vincular e fixar o indivíduo à norma da sua própria identidade social. Identificação e fixação da pessoa em uma identidade social passível de ser administrada, ou sobre a qual serão produzidas as táticas para sua administração. Essa forma de poder "categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele" (Foucault, 1995, p. 235). É, portanto, uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.

Nos rituais de preenchimento desse longo questionário, revelam-se as investidas administrativas em produzir um *sujeito governável*. Ali, há tentativas em cartografar referências possíveis que vinculem essas pessoas a outras (família ou pessoa de referência), a outros territórios (CRAS, CREAS etc.), outros locais de tratamento, a outras redes de cuidado pelas quais elas possam ser absorvidas (CAPS, IPUB, CPRJ etc.). Busca-se, também, cartografar possíveis qualidades que as remetam a outros Serviços, Programas e Benefícios pela identificação de marcadores corporais e sociais (ser egressa do sistema prisional e/ou ter alguma doença incapacitante para o trabalho, por exemplo). Busca-se, assim, identificar – e produzir – "demandas" em relação ao corpo, à benefícios, ao acesso à renda e à vinculação a possíveis redes de cuidados. O trabalho das equipes técnicas vai no sentido de extrair, ao máximo, informações que possam potencializar o que pode aquele corpo e como pode ser produzido um sujeito de benefícios. Essas questões, ao mesmo tempo, circunscrevem e indicam um campo de atuação possível por parte das equipes técnicas.

Mas o longo questionário traz mais silêncios do que falas. Minha dificuldade inicial em selecionar os documentos passava por, justamente, a maioria conter mais lacunas do que respostas. Mesmo para questões aparentemente objetivas – como idade, naturalidade, nome dos pais – havia lacunas ou anotações como "não sabe responder". Estar despossuído de documentação, de territórios e pessoas de referência, de rastros na rede de saúde e de assistência e, também, das tramas jurídicas, pode ser lido como uma estratégia de acesso e permanência nos abrigos. São elas mesmas, as pessoas usuárias, encarregadas de apagar os rastros que insistem em ser produzidos e compartilhados pelas instituições por onde passam. Também porquê, no Nível de Alta Complexidade em que se encontram os Serviços de Acolhimento, os marcadores sinalizados como condição de "vulnerabilidade" e "risco" são, justamente, estar sem lugar de moradia, estar com os "laços familiares rompidos" e não ter "pessoa de referência".

Como aponta Adriana Vianna (2014b, p. 54), a escolha sobre como se apresentar "carrega sempre o peso de produzir uma versão de si mesmo que possa ser tomada como positiva perante os especialistas com quem a interlocução assimétrica está sendo estabelecida". Assim, em muitos casos, a versão mais positiva de se apresentar diante das especialistas (equipe técnica) dos abrigos será a versão pelas faltas – de documentação, de família, redes de refêrencia, de cuidado, de renda – como apontam, em contextos semelhantes, os trabalhos de Maria Filomena Gregori (2001), Didier Fassin (2003; 2014, 2017), Adriana Fernandes (2013), Bruno Latuier (2014), Patrice Schultz (2015).

***

Na porta de uma Central de Recepção de Adultos e Famílias uma enorme placa sugere "Aqui começa uma nova caminhada". No PDI, essa caminhada é idealizada através do Cronograma de Ações para a Execução do PDI. O percurso começa com Procedimentos Obrigatórios, passa por Procedimentos para a Desinstitucionalização indo até às Ações que visam à concretização da reinserção. Organiza um conjunto de ações a serem executadas dentro de uma temporalidade cujo objetivo é a Reinserção Social.

O percurso institucional começa a ser traçado com o preenchimento do questionário (acima apresentado) de onde surgirão as "demandas", tratadas como "identificadas" pela equipe técnica, mas, podemos dizer, também produzidas na relação que se estabelece entre a equipe e a pessoa usuária, uma vez que determinadas demandas atestariam o interesse da pessoa em ser "reinserida" – razão e passaporte para sua permanência nos abrigos.

Através desse Cronograma, é instaurado um tempo administrativo dentro do qual deverão ser organizadas as ações para a reinserção. Esse tempo é dividido em três bimestres, com prorrogação de mais um trimestre; completando-se um total de nove meses – tempo estipulado como máximo de permanência nos abrigos (as exceções são os "casos psiquiátricos" que ficam até as equipes conseguirem fixá-los a um território e vinculá-los a uma rede de cuidados como vimos acima e veremos adiante). O tempo de nove meses é frequentemente associado ao tempo de gestação de humanos e faz-se referência ao que seria o tempo de gestação de uma nova pessoa.

O Cronograma está dividido nesses três bimestres onde, para cada um, estão destacados os campos de ação onde devem atuar a equipe técnica (encaminhando) e as pessoas usuárias (respondendo aos encaminhamentos). Os "procedimentos obrigatoriamente a serem executados nos dois primeiros meses de acolhimento" são: Documentação, Saúde, Benefícios, Cadastro Único e Localização de Família Extensa ou Pessoa de Referência – nessa ordem. Ao final desse primeiro bimestre, há uma Avaliação Técnica Bimestral, onde se pede que sejam registradas as "demandas/necessidades identificadas", os "processos de adesão aos encaminhamentos propostos" e as "percepções sobre o acolhimento".

Esse percurso também sinaliza um encadeamento entre diferentes esferas administrativas e aponta para um escalonamento das urgências. O corpo – frequentemente suas dores, mas especialmente seus contágios –, requer que seja conhecido com urgência. Assim, os primeiros encaminhamentos costumam ser para os "exames rápidos de sangue" onde se verifica as doenças sexualmente transmissíveis e a tuberculose.

Os “procedimentos” a serem executados no segundo bimestre são a Escolaridade/Qualificação Profissional, o Acompanhamento junto à Família Extensa e os Procedimentos para a Desinstitucionalização que seriam: aluguel, Minha Casa Minha Vida, apoio a moradia, retorno a casa ou convívio com pessoa de referência, entre outros. Na avaliação técnica bimestral, o item destacado para ser considerado, além do processo de adesão aos encaminhamentos propostos, é o Desenvolvimento da Autonomia. E, por fim, no terceiro bimestre é destacado o que seriam as Ações que visam à concretização da reinserção familiar /ou comunitária, tendo como único item a “empregabilidade”.

Assim, esse percurso começaria com os procedimentos obrigatórios – a produção de documentações, questões de saúde, benefícios –, passando pela escolarização e/ou qualificação profissional, até chegar aos procedimentos considerados para a “desisntitucionalização” que seria a produção de vínculos e fixações em outros territórios – família, pessoa de referência, aluguel etc. O desenho desse itinerário, assim como o longo questionário, produzem um roteiro padrão a ser seguido por todas pessoas usuárias – embora o documento seja intitulado como “individual”.

Em relação às “demandas”, como já foi colocado, elas são produzidas na relação que se estabelece entre a pessoa usuária e a equipe técnica. Essas demandas produzirão “encaminhamentos” – atos administrativos materializados em documentos – que devem ser cumpridos, sendo eles o principal sinalizador da adesão ao “processo de reinserção”. Por exemplo, se a pessoa não possui documentos, deve, invariavelmente, se encaminhar até os órgãos responsáveis pela produção do documento e realizar sua solicitação. Ela carregará consigo um papel onde está escrito a instituição que a encaminha, o lugar para o qual está sendo encaminhada e o motivo do encaminhamento. Esse documento faz a mediação entre aqueles que solicitam algo e a agência solicitada. É a voz da instituição que legitima o solicitante diante do serviço solicitado. Assim, por um lado, é um dispositivo que incita a circulação e, por outro, que materializa a dimensão de mediação do *poder tutelar* entre as pessoas solicitantes e as variadas instâncias governamentais e não governamentais.

Percebe-se esse controle das ações, por meio dos encaminhamentos, quando é solicitado para a pessoa usuária por parte da equipe técnica que o papel-encaminhamento seja trazido de volta para a instituição e que contenha o carimbo da agência para a qual foi solicitado o serviço. Assim, através dos carimbos, uma comunicação entre instituições é estabelecida com a finalidade de produzir um controle sobre a circulação desses sujeitos através desses papéis. Os encaminhamentos, assim, em sua produção (na “identificação” e resposta às “demandas”) e em sua materialidade, são dispositivos que fazem circular, não apenas pelo tecido urbano, senão

agora pelas instituições – governamentais e não governamentais, da assistência, da saúde, da justiça dentre outras – de forma nem sempre consensual, de forma também compulsória. É preciso que se faça *circular* para *vincular* e *fixar*.

3.2 **Um instrumento "literalmente técnico"**

Uma das motivações para a produção do PDI – no formato que assumiu e com as questões que foram colocadas –, nas palavras de uma técnica que participou de sua elaboração, é que seria "*um instrumento literalmente técnico, de estudo. Não é apenas de acolhimento. É de estudo da vida do usuário. E, se você está falando de vida, quanto mais informações você tiver mais facilita esse estudo: Quem são essas pessoas*?". Por isso, seria um "*instrumento potente não só de acompanhamento, mas de conhecimento do sujeito, dando voz a ele: é possível dizer mais, é possível falar sem medo*" (Entrevista realizada com Assistente Social no dia 18 de novembro de 2018). Para o estímulo, a incitação a falar mais e sem medo, intencionou-se criar "*questões mais técnicas*", que não fossem "*estigmatizadoras*".

Discursos que abordam e sustentam "a técnica" em um lugar de neutralidade e assepsia tomaram o debate público durante as gestões dos governos federal, estadual e municipal desse período. Uma série de pesquisas vêm mostrando múltiplos campos em que a forma desse discurso se instaurou. Alexandre Magalhães e Daniela Petti (2018), por exemplo, abordam o recurso ao discurso técnico como uma das formas de gestão de populações no contexto do Rio Olímpico, especificamente no caso das remoções. Autor e autora tomam os "laudos" e "autos de interdição" produzidos por agentes estatais atestando a condenação de determinadas casas e favelas como estando "em risco" e justificando suas demolições e remoções. Lia Rocha, Monique Carvalho e Frank Davies (2018), por sua vez, partindo de uma fina análise de "reuniões comunitárias" realizadas em favelas onde foram implementadas as Unidades de Polícia Pacificadora e onde se reuniam moradores e gestores públicos (civis e militares) para tratar de questões pontuais à gestão da vida cotidiana, apresentam-nos um processo perverso de deslegitimação e silenciamento de determinadas vozes pelo crivo da abordagem técnica. Como mostram autoras e autor, restava aos reivindicantes se ajustar ao discurso técnico para produzir suas reivindicações.

O estímulo a "*dizer mais e falar sem medo*", passaria, como foi dito acima, pela elaboração de "*questões mais técnicas*". O exemplo dado pela entrevistada foi em relação à "situação jurídica". Na "entrevista psicológica" do abrigo feminino, por exemplo, a questão era colocada das seguintes formas: "tem algum problema com a justiça?", "tem alguma pendência

com a justiça?", "egressa?", "está cumprindo medida?". No PDI, a questão é recolocada como "situação jurídica" – se "responde a algum processo" e, caso positivo, qual. Essa informação teria "*papel importante no acompanhamento, não no sentido de tachar alguém como criminoso ou não, mas no sentido de fazer determinados encaminhamentos, ajudar a pessoa com os processos, acessar a VEP* [Vara de Execuções Penais] ...". Como coloca a assistente social, muitas pessoas teriam "*receio de revelar a situação jurídica com medo de retaliação, ou impedimentos, como, por exemplo, no mercado de trabalho. O que elas não sabem é que com essa informação, muitas vezes até facilita o acesso a alguma renda. Mas tem aquele estigma, né. Então, a ideia era trazer a questão de forma mais clara e justamente desestigmatizar a questão da classe perigosa*". Acontece que "pendência com a justiça", "egressa", estar "cumprindo medida" e estar "envolvida com a lei" são expressões correntes mobilizadas inclusive pelas pessoas usuárias para se referirem a esse amplo campo chamado "situação jurídica". Por isso, muitas técnicas continuavam acionando essas expressões como forma de elucidar a pergunta "mais técnica".

Se, como coloca Vera Telles (2017, p. 3), e como busquei destacar ao longo do primeiro capítulo, pelo tecido urbano "a polícia, os gestores urbanos, os operadores de agências estatais, acionam dispositivos vários pelos quais se tenta 'apagar os rastros', limpar da cidade os sinais dessa presença indesejável [pessoas em situação de rua]", dentro dos abrigos essa gente indesejável é convocada, incitada a falar sem medo, dizer mais, trazer suas verdades através da aplicação de longos questionários e produção de relatórios. Produzir, para a máquina administrativa, informações que aperfeiçoassem suas políticas para esse segmento. Mas nem todas estão convencidas de que esse Estado que as tenta eliminar das ruas queira socorrê-las nas instituições de acolhimento; então escorregam – como vimos acima e veremos adiante.

3.3 **Um território de "muitos ouvidos"**

Mas o trabalho das equipes não se esgota na entrevista de preenchimento dos PDI. Há uma busca permanente pela "verdade" da pessoa usuária, onde estão envolvidos outros "ouvidos" que não só os das técnicas. Entram em ação educadores sociais, diretores, motoristas da *van*, cozinheiras, faxineiros. Jorge, um interlocutor cego de passagem pelo Antônio Arthur, comentava que "*o abrigo tem muitos ouvidos*".

Ouvidos atentos às falas, às miudezas de onde podem emergir outras "verdades" – é o que diz Dinorá: "*Uma coisa que eu acho é que elas* [as mulheres usuárias] *já trazem a sobrevivência delas. Elas trazem da rua toda uma sobrevivência, todo um afastamento. Quando*

eu digo em sobrevivência e afastamento eu digo na fala. Na fala delas. Elas se anulam na verdade. Elas não contam o necessário. Elas entram no abrigo já se protegendo pra não abrir a guarda pra ninguém. A verdade pra elas ali é que é assim, ó: tem coisas que elas falam pros técnicos, mas tem coisas que elas não falam. Mas eu jogo e descubro. Um fato comum, entendeu? Então, assim, elas trazem isso com elas. Toda uma questão de se proteger na fala, na história do que aconteceu, entendeu? [...] *eu vejo isso mesmo, o afastamento do não falar: 'é a minha proteção'"* (Entrevista realizada com Dinorá, diretora do Maria Bethânia no dia 06 de agosto de 2017).

Gisa, educadora social, diz assim: *O educador sabe mais da vida do usuário, a vida real dele porque a gente tá ali no mundo dele. E o assistente social sabe o discurso que a pessoa dá. Que ele dá pra todos! Que ele vai passar e vai falar aquilo ali, mas o educador não, porque está com ele no dia a dia, né? Então, nós educadores temos como identificar "oh, esse daí não quer nada. Não quer nada com a vida". Nós sabemos mais da vida deles porque eles contam da vida deles pra gente. Às vezes, pra uma técnica eles não contam porque eles têm medo, sei lá, o que vai acontecer, "será que vão me deixar aqui?". Já o educador não. Eu tô falando educador do social: educador que senta, que conversa"* (Entrevista realizada com Gisa, educadora social no dia 14 de fevereiro de 2017).

Se "*anular na verdade*", não "*contar o necessário*", não "*abrir a guarda*" seriam estratégias para se proteger e para sobreviver nas ruas. Dentro dos abrigos, porém, esse afastamento do "*não falar*" deve ser superado e, se não o for, o "*necessário*", "*o que aconteceu*", deve ser "*descoberto*". Deve-se "*abrir a guarda*" para que essas pessoas sejam "resgatadas" da rua. Uma vida real é contraposta ao discurso que a pessoa dá para a equipe técnica, talvez por medo (de quê? De quem?). Todos esses outros agentes que ocupam diferentes postos dentro dos abrigos e não compõem o núcleo técnico, estariam em uma posição mais favorável: teriam mais instrumentos, posta essa proximidade rotineira, para descobrir a vida real dessas pessoas, que se contraporia ao discurso institucional. Assim, poderiam identificar quem "*não quer nada com nada da vida*" e quem "*realmente quer se reinserir*".

A suspeita, assim, é colocada como premissa que orienta o trabalho dos agentes dentro dos abrigos. Como indica Talal Asad (2008, p.54), a suspeita se opõe à confiança, minando-a e produzindo mecanismos que busquem "atravessar a máscara que permita perceber a desagrádavel realidade que subjaz por trás dela", sendo a iniciadora e parte integral de uma investigação. É sob a suspeição que se inicia e se estabelecem as relações entre pessoas usuárias e agentes responsáveis pela gerência de suas vidas dentro dos abrigos. Como me disse uma técnica, quando eu garanti que era verdade a história narrada por uma usuária cujo episódio eu

presenciara: "*desculpa, é que é tanta mentira que a gente enlouquece, nunca sabe se acredita ou não*".

Sobre "*jogar e descobrir*" como uma estratégia para fazer funcionar o trabalho dentro do abrigo, que, em última instância, seria buscar pistas para uma reinserção ou para o desligamento – de toda forma, para fazer a circulação das pessoas usuárias –, Dinorá, a diretora, diz que tem coisas que elas falam para as técnicas, mas tem coisas que elas não falam, então ela joga e descobre.

Acompanhei um episódio em que se desenrolava algo como um jogo de descoberta. Em uma roda, três interlocutoras de passagem pelo abrigo conversavam com Dinorá, e essa perguntava sobre sonhos e expectativas: "*o que vocês querem fazer quando saírem daqui?*". As respostas eram domesticadas pelo espaço institucional, pois iam todas ao encontro dos desejos produzidos pela instituição, pelo PDI, pelo processo de reinserção, enfim. Em linhas gerais, diziam elas querer retomar os estudos e batalhar por um trabalho honesto. Uma, a mais nova, queria dinheiro para morar com sua namorada, só as duas. Outra queria dinheiro para retomar a guarda de sua filha. Por fim, Jéssica queria dinheiro para ajudar sua avó. "*Avó*?", pergunta Dinorá, "*então você tem família?*". Uma avó doente, que ela não via há muito – Jéssica se apressou em responder. Essa informação não fora dada às técnicas, quando se apresentou como sem "pessoa de referência". Dinorá inicia uma conversa sobre a "*benção de ter alguém no mundo*", de não ser completamente sozinha. Pergunta o que as outras moças achavam sobre isso, e elas confirmam com a cabeça. Ajudar a avó seria um "*propósito de vida*", ela deveria "*batalhar*" para isso. Quando voltei dias depois, soube que a equipe localizara a avó de Jéssica e que essa, depois da localização, saíra e não voltara mais.

Se, de um lado, há um esforço mais técnico pela elaboração de questões que seriam mais neutras, menos estigmatizantes, que estimulassem as pessoas a dizer mais e falar sem medo, de outro, há aproximações, ouvidos dispersos e atentos, jogos de descoberta. Longe de se antagonizar, eles se compõem, como a técnica e afeto da "mãezona" (Capítulo 2).

Como coloca John Comerford (2014, p. 421), refletindo sobre o *poder tutelar*, "os agentes burocráticos precisam aprender a conhecer, e bem, as fofocas, as pequenas histórias [...]" mas, "conhecer uma fofoca, obter uma informação de ordem moral não tem como ser um ato neutro, burocrático – pressupõe e produz envolvimento [...]. Não é um conhecimento que possa ser pautado na busca de objetividade". Há que se desenvolver as estratégias de aproximação que passam, invariavelmente, pelos afetos. Esta trama de gente envolvida em descobrir a verdade das pessoas usuárias, é o que Foucault (2006b) chamou de *disposição tática*

que permite que o poder seja exercido, diluindo o poder do corpo técnico entre os leigos e que tornam os abrigos, assim como os asilos, *campos de batalha* (Capítulo 2).

Discorrendo sobre o poder do médico dentro dos asilos, Foucault (2006b, p. 07-10) aponta para sua diluição, razão pela qual ele funcionaria: "[...] esse poder do médico, claro, não é o único poder que se exerce; porque, no asilo como em toda a parte, o poder nunca é aquilo que alguém detém, tampouco é o que emana de alguém. O poder não pertence nem a alguém nem, aliás, a um grupo; só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens, etc.".

E segue destrinchando essa rede por onde o poder se distribui, destacando algumas funções (subalternizadas) que raramente são consideradas no âmbito das leituras dos poderes que constituem essas instituições. Assim, apresenta a figura do vigilante, a quem "seria reservada a tarefa de informar sobre os doentes, de ser o olhar não armado, não científico, uma espécie de canal ótico através do qual vai se exercer o olhar científico, isto é, o olhar objetivo do próprio psiquiatra" (2006b, p. 9). Já o servente seria o último intermediário dessa rede; é "o poder de baixo", por um lado, por estar no último nível da hierarquia e, por outro, por dever estar abaixo do doente. Sua posição se tornaria estratégica (abaixo do paciente), uma vez que "aparentemente obedecem às ordens destes [doentes], assistem-lhes materialmente, mas de tal modo que, por um lado, o comportamento dos doentes possa ser observado por trás, por baixo, no nível das ordens que podem dar, em vez de ser visto por cima, como pelos vigilantes e pelo médico" (2006b, p.9). Nos abrigos, as figuras de vigilante e servente se atualizam nas figuras dos motoristas das vans, dos educadores e educadoras sociais, cozinheiras, faxineiros e faxineiras. São eles e elas quem mais se aproximam das pessoas usuárias. Mas a busca da verdade não é a única motivação dessas relações. São nelas em que trocas de favores acontecem e, também, onde cumplicidades e amizades são estabelecidas.

A partir dessa vigilância permanente, um saber é construído por quem vigia sobre quem é vigiado: um saber que tem por característica "determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, se progride ou não. Esse saber [...] se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que deve ou não fazer" (Foucault, 2003a, p. 88). Nos abrigos, o parâmetro que baliza essa norma é o que se chama de "adesão aos encaminhamentos", ou seja, a atividade sobre o que é definido com as equipes técnicas e que visam à "reinserção social" da pessoa usuária. É importante frisar, aqui, que essa avaliação recai sobre as pessoas usuárias que não são tomadas como "casos psiquiátricos", pois, quanto a essas, há a compreensão de que elas permanecerão ali até que a atividade das equipes técnicas (agentes protagonistas desse processo de reinserção) consiga produzir outras fixações e vinculações.

Ângela Facundo (2014), em sua pesquisa que escrutinou a figura contemporânea do refugiado no Brasil, aponta caminhos semelhantes aos percorridos por meus interlocutores e interlocutoras, em muitos aspectos, também refugiados. Em troca de proteção por parte de agências estatais e de órgãos internacionais, é solicitado que o refugiado ofereça uma *verdade sobre si mesmo* "em múltiplos e repetidos exercícios de narração e reconstrução de suas histórias como refugiados, assim como a expressão sincera de 'sua verdadeira vontade de se integrar' e a demonstração contínua dessa sinceridade por meio de suas ações" (2014, p. 151).

Se na trama analisada por Facundo há uma série de dispositivos oficializados que fazem o refugiado falar – múltiplos documentos a serem preenchidos e entrevistas a serem realizadas que pedem uma narrativa de si –, no universo dos abrigos essa *verdade sobre si* não é somente produzida pela pessoa usuária, mas a partir de outros recursos, que envolvem proximidade e afeto, como a espionagem, as denúncias e as queixas (os muitos ouvidos, os jogos, o contato do dia a dia).

São nas falas soltas, nas brechas, nas baixas das guardas, conversas informais, fora do ritual de entrevista-interrogatório que são reunidas as informações que avaliarão o real interesse de reinserção, a "adesão aos encaminhamentos" e, também, as potencialidades desses corpos e dessas trajetórias em produzir reinserções recorrendo a benefícios ou – como no caso de Jéssica – remetê-los a territórios de vinculação e fixação, como as famílias e pessoas de referência.

3.4 **Um "*caso de sucesso*" e muitos "*desligamentos*"**

Quando cheguei nos abrigos com a autorização para ter acesso aos PDIs, em ambos, as equipes perguntaram como eu faria a seleção dos documentos, o que eu procurava, se eu tinha algum "perfil preferencial". Diante de minhas evasivas a essas perguntas, posto que não havia delimitado marcadores para orientar a seleção do material, em ambos, as equipes sugeriram que eu trabalhasse com os "*casos de sucesso*". Embora esse critério de seleção não tenha me interessado para selecionar os documentos, interessei-me em saber o que conformava a categoria "casos de sucesso".

No Antônio Arthur, as técnicas me apresentaram a história de Cândido e Cláudio. Cândido havia sido "*resgatado da rua*", um "*caso psiquiátrico*" para quem elas conseguiram um Benefício de Prestação Continuada e, com ele em conta bancária, conseguiram com que fosse "*reinserido na família*", que também foi localizada por meio de uma engenhosa articulação envolvendo um Centro de Atendimento Psicossocial e um Centro de Referência da Assistência Social em uma cidade no interior do Estado onde moravam seus familiares. Essa

reinserção havia acontecido há alguns anos e, ao que parecia a elas, ele não havia voltado para as ruas. Já Cláudio teria sido um "*caso de reinserção comunitária*". Sem família na cidade, vindo do Nordeste para "*trabalhar na Copa* [do Mundo]", procurou o abrigo até se estabelecer na cidade. Através de articulação com a Subsecretária de Inserção Produtiva, conseguiram um trabalho para ele como Auxiliar de Serviços Gerais e, quando esse recebeu seu segundo salário, foi morar em um quarto de pensão em um bairro próximo ao abrigo. Assim que tinham notícias dele por funcionários do abrigo que o encontravam pelas cercanias.

No Maria Bethânia, fui remetida à história de Magali como um caso de sucesso. Magali ficou no abrigo por quatro anos. Também um "caso psiquiátrico", era beneficiária do BPC, mas não tinha a "*mínima autonomia*". Precisava ser cuidada. Uma irmã sua foi localizada por um CRAS depois de muito tempo e "*sabendo que ela tinha o BPC*", foi buscá-la no abrigo. A recordação da história de Magali gerou uma reflexão sobre se seria mesmo esse um caso de sucesso, posto que essa irmã que agora voltava para buscá-la teria sido a mesma que, há quatro anos a largara em uma avenida distante de sua casa e na qual Magali foi pega pela Guarda Municipal e encaminhada ao abrigo. História semelhante seria a de Tina. Uma tia responsável por seus cuidados, um caso psiquiátrico, maus tratos em um passado, o abandono, o recebimento do BPC e o despertar do interesse em cuidar da sobrinha – "*é incrível como dinheiro na conta bancária dessas mulheres desperta o interesse da família*", comentavam. Acompanhei a equipe até a cidade do interior onde morava a tia de Tina e na reunião com a equipe do CAPS local que ficaria responsável por acompanhar Tina e fiscalizar os cuidados que ela receberia de sua tia. Quando partimos da casa em que Tina passaria a morar (a casa da tia), a equipe não comemorava uma reinserção – uma "*meta*" atingida. Restavam dúvidas em relação às intenções dessa tia: a casa precisando de reboco, as festas de final de ano chegando, a conta bancária de Tina com uma quantia considerável para aquela realidade socioeconômica. Confortava-as certa compreensão de que Tina seria capaz de denunciar, agora à equipe do CAPS, possíveis maus-tratos.

Essa conta nos dedos de "*casos de sucesso*", ou reinserção, também é evidenciada nos PDI, onde, em sua maioria, nos Termos de Desligamento (documento que justifica a saída da pessoa), são sinalizadas as Desistências (por "conflito com outro abrigado", "conflito como profissional da Unidade de Reinserção Social", "não aceitação das regras", "síndrome de abstinência de substâncias psicoativas" ou "sem motivo identificado"). Sem Motivo Identificado, por sua vez, figura com mais frequência. Também nesse Termo, além das Reinserções ("através do Projeto de Volta a Terra Natal", "comunitária/autonomia" e "em

família"), há as Transferência (para "Clínica de apoio à Saúde", "delegacia de polícia por cometimento de ato infracional" e "outra Unidade de Reinserção Social").

Na compreensão de uma psicóloga que trabalha em abrigos: "*O caso de não sucesso é um caso em que a mulher evade. Os casos que não têm sucesso são esses. Mas ao mesmo tempo, ela pode ter evadido, mas finalizou o tratamento para a sífilis. Que seja, para mim já é um caso de sucesso. Então eu vejo um caso de sucesso como assim: eu consegui atingir algum objetivo em relação a alguma demanda dela? Nem que seja um objetivo? Então já foi um caso de sucesso. Porque eu não vejo o caso de sucesso como a reinserção social. Para mim, isso não é sucesso. Porque às vezes para bater meta você tem que fazer uma reinserção de merda. Então, você vai ter que levar ela para aquela família que não quer ela, mas que recebe o benefício social e a família é praticamente obrigada a aceitar aquela pessoa de volta. Ou você vê que a reinserção ela é muito contraditória. Você vê que a pessoa alugou um lugar lá para ela morar, mas muitas vezes você vê que ela não vai conseguir se sustentar naquele lugar que ela alugou para morar e por ai vai. Ou então que ela decidiu voltar para o namorado que enfia a porrada nela, isso é uma reinserção, ela mora em uma casa, mas para mim isso não é um caso de sucesso. Qualquer demanda ali concretizada, para mim é um caso de sucesso. Porque é uma galera que roda tanto, que é tão faltante de tudo que atingir ali alguma coisa para mim já é um sucesso. Será que ela morar do lado de uma boca de fumo que tem tiroteio todo o dia é um sucesso? Ou é melhor estar em um abrigo? não sei...será que é melhor ela estar em contato, estar com essa família que maltratou ela a vida inteira mas é o que tem ou será que é melhor esperar mais dois ou três meses para ver se ela consegue um trabalho e alugar um lugar para ela. Só que o tempo do abrigo não é o tempo da mulher, que não é o tempo da prefeitura, que cobra, que tem prazo*" (Entrevista com psicóloga, realizada em 18 de julho de 2017).

Ao que sugerem essas falas, seria possível contar nos dedos os "casos de sucesso" e, ao que sugere a fala da psicóloga, o nível de expectativas em relação ao trabalho de "reinserção" deve ser diminuído e a compreensão dos "casos de sucesso" alargada. Há o investimento naquelas pessoas que reúnem "chances" de conseguir algum benefício e naquelas que se mostram empenhadas nos encaminhamentos. O cerco pela verdade da pessoa usuária, como apresentado acima, produz um conhecimento sobre quem estaria realmente interessado em "*mudar de vida*" e aquelas que "*não querem nada com nada*". Mas a noção de "reinserção social" é o terreno onde se justifica a existência dos abrigos e trabalho das equipes. Onde "*inserir*"? "Resgatar" das ruas para "enviá-las" para onde?

A psicóloga destaca uma questão que parece importante frisar: "*bater metas*". Essa gestão empresarial foi capilarizada em outras esferas do funcionalismo público estabelecendo

metas e gratificações. As equipes que conseguiam ter o maior número de “reinserções”, “casos de sucesso”, ganhavam um adicional em seu salário. Mas não de todos os profissionais dos abrigos, apenas os funcionários da prefeitura, que são as assistentes sociais, direção e assessores da direção. Ficavam de fora desse benefício eventual as psicólogas e educadoras e educadores sociais, contratados pelas Organizações Sociais.

3.5 **Uma “autonomia” incontrolável**

Dos critérios de avaliação do trabalho das equipes dentro dos abrigos e das respostas que são dadas pelas pessoas usuárias o “desenvolvimento da autonomia” é enfatizado. “Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia”, “possibilitar a construção de projetos pessoais visando à superação da situação de violência e o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para o desenvolvimento de autonomia pessoal e social”, “desenvolver capacidades para autocuidados, construir projetos de vida e alcançar a autonomia”, são algumas das diretrizes expostas na tipificação do trabalho que deve ser realizado dentro dos abrigos – conforme a Resolução n°109 do Conselho Nacional de Assistência de 2009.

Autonomia é uma noção bastante acionada de forma difusa pelas profissionais que compõem as equipes técnicas e por educadores e educadoras sociais. Também é noção que compõe o léxico de luta daquelas pessoas que se mobilizam em torno do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua, especialmente quando se encontram com os Serviços de Acolhimento Institucional, como mostram os trabalhos de Tomás Melo (2017) e Tiago Lemões (2017).

Noção difusa, mas que é avaliada em práticas concretas que indicariam a capacidade de assumir os cuidados com o corpo, com seus pertences, gerir seu tempo, ou o tempo de suas obrigações dentro e fora das instituições. Dentro dos abrigos, o “grau de autonomia” é avaliado pela capacidade da pessoa em administrar seus remédios – ao que é dada especial ênfase –, gerir sua renda, os horários de suas atividades, o cumprimento com os encaminhamentos, sem que precise ser lembrada ou mesmo levada e trazida pelas equipes na *van* do abrigo.

Uma técnica do Antônio Arthur comentava que seria muito difícil desenvolver a autonomia de quem vem de outras instituições: “*uma vida inteira entre instituições e as ruas. Tem hora marcada para tudo, hora para levantar, hora para comer, hora para tomar banho, hora para fazer qualquer atividade. Aí, a pessoa nunca aprendeu a ter uma mínima organização do seu tempo, por que sempre agiu sobre o tempo da instituição. De uma hora*

para outra, a pessoa tem que se tornar um ser autônomo, sendo que os mecanismos para isso continuam não existindo. Assim.... ela continua sendo submetida a um tempo da instituição" (Notas de Campo, 27 de fevereiro de 2016).

Essa fala se apresenta como dilema dessa e de outras instituições e é enunciado também de outras formas como, por exemplo, "*o sistema cria a dependência*" e "*a pessoa institucionalizada não consegue desenvolver autonomia*" (Notas de Campo, s/d). Se esses enunciados aparecem de forma aguda, o que é cronificado na rotina institucional são atos de tutela cristalizados nas ações corriqueiras, como por exemplo, o itinerário institucional arquitetado (acima exposto), o acompanhamento de educadores e educadoras sociais aos atendimentos, encaminhamentos, onde estes seguram pela mão a pessoa usuária, falam em seu nome nos balcões de atendimento, carregam seus documentos, possuem a agenda onde os atendimentos estão marcados. Essas ações, é preciso sinalizar, não são unilaterais, sendo também demandadas pelas pessoas usuárias que estão no emaranhado das linhas de força do *poder tutelar*. Ser infantilizado e se infantilizar é uma das técnicas desse poder, como aponta Antônio Carlos de Souza Lima (2014); ou, como coloca Adriana Vianna (2002), *técnicas de menorização* desses sujeitos. Entre a cristalização dessas práticas tutelares e as premissas do "desenvolvimento da autonomia", nota-se a ambivalência em que se inscrevem as práticas cotidianas nessas instituições.

Algumas vezes, essa ordem é rompida.

Dorico, homem negro, ensino fundamental completo, com 41 anos (em 2015), tinha passagens registradas pelos Serviços de Acolhimento Institucional da assistência municipal desde 2009. Em seis anos (de 2009 a 2015), passara por abrigos e hotéis da assistência, tendo sido algumas vezes encaminhado diretamente por altos funcionários da Secretaria. Nesses encaminhamentos, pedia-se que as equipes técnicas mantivessem sua vaga nessas instituições mesmo ele se ausentando por mais de dois dias (o que, para a média das pessoas usuárias, ficar por dois dias fora da instituição significa "desligamento automático"). Dorico participava das mobilizações em torno dos direitos das pessoas em situação de rua e de eventos que discutiam a qualidade dos Serviços prestados pela Assistência. Realizava cursos de comunicação e buscava, nesse período, trabalho em obras dos grandes eventos que estavam acontecendo ou iriam acontecer na cidade. Era uma figura circulante, conhecida pelos agentes da assistência dentro e fora dos abrigos.

Foi através do encaminhamento de uma alta funcionária que Dorico entrou no Antônio Arthur. Em seu PDI foi registrado que, durante a entrevista para o preenchimento desse documento, este teria feito questionamentos em relação à pertinência de determinadas

perguntas como “sexualidade”, “vivência nas ruas” e “outras passagens por equipamentos” da rede. Também nesse momento se apresentou como “representante da população em situação de rua”.

Ficou registrado também que Dorico passava os dias fora da instituição tendo “passado por poucos atendimentos” com a equipe técnica – onde se definem demandas e estabelecem-se encaminhamentos. Foi-lhe informado que ele deveria ser “acompanhado pela equipe que avaliaria sua evolução”. Ele teria pedido, então, que fosse convocada uma reunião com ele e que essa fosse registrada no Livro de Ocorrência, posto que ele tinha “muitos compromissos e não poderia ficar à disposição das técnicas”. Ao ser encaminhado para agências de emprego, disse não precisar de encaminhamentos posto que já as conhecia e poderia ir até lá sem ser encaminhado. Ao que é feita essa anotação: “nos encaminhamentos realizados não é possível a construção do plano de acompanhamento individual e nem do projeto de autonomia com o usuário, já que o mesmo não se disponibiliza a reflexão e ao diálogo em relação as suas demandas pessoais. Ele alega que suas questões são resolvidas por ele mesmo. Fala que não quer procurar emprego para não desviar de seu foco que é o trabalho com comunicação. É esclarecido que a proposta do abrigo de curta permanência é a reconstrução da autonomia do usuário” (Plano de Desenvolvimento Individual, setembro de 2017).

Dorico, junto com outros usuários, percorreram Delegacia, Defensoria, Conselho Municipal de Assistência, organizaram abaixo-assinado para fazer reclamações e denúncias dos abrigos e suas equipes. É anotado em seu PDI, que “fica evidenciado em suas ações que sua motivação maior está em realizar militância também na Unidade de Acolhimento, dificultando a construção de qualquer proposta de trabalho com o mesmo” (Idem).

Depois de três meses no abrigo, Dorico se desentendeu com alguns funcionários durante um final de semana e, por isso, foi “desligado” do equipamento – “desligado por desrespeitar profissional”. Havia falado que “os funcionários só estavam ali por causa os usuários e outras coisas que afeta a integridade dos educadores sociais”. Assinaram essa carta um auxiliar de serviços gerais, duas auxiliares de cozinha, o motorista e seis educadores sociais.

Essa trajetória institucional de Dorico nos remete às figuras do *bom* e do *mau pobre* forjadas no cristianismo, como mostram Robert Castel (2015) e Bruno Lautier (2014). A assistência aos pobres se desenvolve produzindo e estimulando a figura do *bom* pobre, aquele que é humilde – o pobre envergonhado – que aceita as inquirições feitas por esses Serviços, que concorda em ser reeducado, que articula a linguagem dos favores em detrimento da linguagem dos direitos. O *mau* pobre seria aquele que toma a “ajuda assistencial [Benefícios e Serviços]

como uma obrigação e recusa a existência de contrapartidas a essa ajuda" (LAUTIER, 2014, p. 426).

Dorico, ao apresentar-se como "representante das pessoas em situação de rua", ao questionar as questões que estavam colocadas no questionário e que ele deveria responder, ao dizer não precisar ser encaminhado às agências de trabalho, ao alegar que suas questões são resolvidas por ele mesmo, ao denunciar a infraestrutura e trabalho dos agentes do estado dentro dos abrigos, vai minando, um a um, os enquadramentos possíveis ao bom pobre e as expectativas de trabalho das equipes técnicas. Dorico performatiza a rebelião – faz denúncias, abaixo-assinados, questiona, não vai aos atendimentos, não firma contratos, não vai aos encaminhamentos, sequer firma encaminhamentos. O verbo "militar" grafado em seu PDI, é tomado como evidência do que seria sua "maior motivação" para estar no abrigo, figurando como impeditivo do trabalho das técnicas em "construir um projeto de autonomia"[26], que fica embaralhado entre as motivações da pessoa usuária e as contingências das equipes. Alegando que "suas questões são resolvidas por ele mesmo", não seria "possível construir um projeto de autonomia". A "autonomia" de Dorico, nesse contexto, esvazia de sentido o trabalho das equipes. Como vimos acima, uma crítica em relação ao sistema que cria a dependência, que não desenvolve a autonomia, subjaz ao trabalho das equipes técnicas, ao mesmo tempo em que, em outras circunstâncias, a autonomia da pessoa usuária se torna um impeditivo à esse mesmo trabalho.

3.6 **Uma presença disruptiva**

Jane, mulher negra e psicóloga, foi considerada "*fora do lugar*". Ela não fazia parte do perfil a ser atendido pela rede, dizia a assistente. A história que narrou ao chegar dava conta de um rompimento com os laços familiares e uma incapacidade de se sustentar, além de,

[26] Como coloca Tomás Melo, "no momento em que as pessoas em situação de rua começam a se mobilizar no MNPR, geralmente elas se encontram vivendo nas ruas ou utilizando espaços de acolhimento institucional. Tais equipamentos constituem um dos principais elementos sobre os quais o movimento atua e critica em sua luta para melhorar e transformar os serviços existentes, além de demandar a produção de novas vagas e outros equipamentos para acolhimento. A principal delas e mais compartilhada pelos militantes diz respeito ao fato de que fazer parte do MNPR significa ocupar espaços públicos e relatar experiências que potencialmente são contrários aos interesses dos profissionais da gestão desses espaços, em virtude das críticas direcionadas aos serviços, equipamentos e programas. Ou seja, tais sujeitos tornam-se críticos dos serviços a que recorrem e fazem uso, ainda que, ao mesmo tempo, estejam em relação de dependência. [...] Esses locais e sua gestão recebem críticas quanto à sua infraestrutura, regras de regimento interno, nível de especialização e competência dos profissionais, além de muitas denúncias sobre infestação de pragas, qualidade da comida, violência por parte de agentes, omissão de cuidados em saúde e todo tipo de denúncia por violações aos direitos humanos das pessoas em situação de rua" (MELO, 2017, p.229)

provisoriamente, não ter para onde ir, onde dormir. Mas todo seu depoimento foi, pouco a pouco, sendo confrontado a partir da observação de seu comportamento e elementos foram sendo reunidos (ou construídos) para justificar seu "desligamento" – que aconteceu depois de um mês de sua entrada.

Jane dizia estar à procura de um emprego além de estar se preparando para um concurso que aconteceria em breve (concurso esse que também participou a psicóloga do abrigo). Todos os dias saia pela manhã "*muito arrumada*", "*de salto alto, maquiada e com uma bolsa enorme*" – se inquietava à boca miúda. Passava os dias em uma biblioteca pública que havia perto do abrigo.

A equipe técnica estava incomodada, "*ela nunca levou sua carteira de trabalho, quem sai à procura de trabalho sem a carteira de trabalho?*". Presumia-se que ela deveria estar circulando entre as agências de emprego, mostrando-se ativa nessa busca. Logo, uma série de boatos deram conta de que ela era, na verdade, uma "*pesquisadora*", assim como eu, mas que estaria querendo fazer uma pesquisa "*às escondidas*". Chegava à diretora notícias de que Jane estava "*querendo saber demais da vida das outras mulheres, fazendo muitas perguntas sobre os benefícios que elas recebiam*".

Aos poucos, as usuárias foram sendo orientadas a não falar sobre suas vidas com Jane e aquelas que continuavam conversando com ela foram recebendo pequenas represálias ou sendo chamadas à atenção pela equipe. Como no caso de Pâmela que, ao sair com Jane, teve um atraso seu de poucos minutos condenado com o cancelamento de sua janta naquele dia. Jane desafiava a equipe técnica em seus procedimentos. Questionava as normas de conduta que julgava serem criadas para a reprimir – como na proibição do uso do salto alto dentro do abrigo, norma que ela "*não viu escrito em lugar nenhum*".

Para a equipe, Jane estava "*brincando de ser vulnerável*". Era corrente a afirmação de que ela não precisava estar ali "*ocupando a vaga de alguém que realmente precisa*".

Pâmela, uma colega de Jane no abrigo, foi a pivô no processo de seu desligamento. Acontece que Pâmela estava em "processo de reinserção", passando os finais de semana na casa de sua mãe. Foi desde lá que fez uma ligação para o telefone de Jane. Sua mãe ficou transtornada com o fato de sua filha ligar desde o seu telefone para uma "*desconhecida*", e ainda por cima, alguém "*do abrigo*". Esse episódio colocou em suspenção o processo de reinserção, pois sua mão passou a questionar se realmente aceitaria sua filha de volta à casa. Esse foi o motivo que levou a equipe a desligar Jane, com a justificativa de que ela havia "*atrapalhado um processo delicado de reinserção*", colocando o trabalho da equipe "*água abaixo*".

Também Jorge, homem branco, 37 anos, cego, terceiro grau incompleto, não pode ser enquadrado na categoria de "vulnerabilidade social". Quando chegou ao Rio de Janeiro, vindo de uma cidade do interior deste Estado, foi logo encaminhado a um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

O agravamento de sua cegueira fez com que abandonasse a Faculdade de Direito. Também por essa razão, separou-se da sua esposa com quem fora casado por três anos e voltou a morar com o pai, com quem nunca se deu bem. E foi nesse contexto que sua mãe faleceu. A separação de sua esposa, a morte de sua mãe e o abandono da faculdade de direito foram os eventos acionados por ele para justificar o "*momento difícil*" pelo qual estava passando. Sua cegueira era recente, decorrência de uma doença degenerativa. O agravamento da cegueira era tratado ora como consequência, ora como causa desse momento difícil.

Veio para o Rio "*num rompante*". Carregava uma pequena mochila com algumas roupas, seus documentos e um celular. Na rodoviária, passou um dia sentado até que alguém se aproximou oferecendo ajuda (para um cego) lhe encaminhando ao Centro POP. Jorge pediu abrigo: "*queria um lugar para dormir, tomar banho, passar a noite até me organizar*".

Depois de contar sua história a um funcionário desse Centro, esse teria dito não poder ajudar, posto que ele não seria o "*perfil de pessoas atendidas pela rede*": estava com sua documentação em mãos, tinha algum dinheiro no bolso, tinha um familiar com casa. E teria acrescentado: "*nos equipamentos da prefeitura você vai ser visado, vai ficar muito vulnerável. Dentro deles tem de tudo, tem pessoas de bem, mas também tem muito malandro. Você tem celular e não enxerga. Vão roubar fácil*". Sugere que Jorge se "*entenda*" com seu pai e volte para casa. Jorge, então, por fim, pergunta: "*você sabe me dizer quanto de chumbinho* [veneno para roedores] *uma pessoa tem que tomar para morrer?*". Essa teria sido a sentença que lhe deu acesso à rede. O técnico o encaminhou para a assistente social que lhe conseguiu uma vaga no Antônio Arthur.

Depois de três meses nesse abrigo, Jorge alugou uma quitinete na Pavuna (bairro que faz fronteira com a Baixada Fluminense) e se mudou para lá. Na sua despedida, disse para os que ficavam que a "*assistência não fez nada por mim*". Sua "técnica de referência" ratificou a fala de Jorge: "*a assistência não tem nada a oferecer para ele, por que ele não é o perfil da assistência*". Jorge tinha dinheiro e estava prestes a passar a receber o Benefício de Prestação Continuada, já estaria "*documentado*", teria "*noções básicas dos seus direitos*" – havia frequentado a faculdade de direito – e teria condições de "*desenvolver sua autonomia*" – o que esse teria demonstrado a ela através de conversas em que se apresentou "*bem articulado com as ideias, no vocabulário, na organização e nas responsabilidades com os compromissos*

assumidos". É importante dizer que no período em que passou no abrigo, a assistente social articulou seus documentos e agendou atendimento no INSS (para a solicitação do BPC), aconselhou-o a buscar instruções no Instituto Benjamin Constant (para cegos) onde iniciou um curso em que estava aprendendo a conviver com a cegueira – realizar tarefas domésticas, transitar pelas ruas etc.

Jane e Jorge, mesmo acionando os laços familiares rompidos, a impossibilidade de se sustentar e a inexistência de um lugar para dormir, não foram argumentos suficientes para convencer a assistência de que eles poderiam ser o perfil de usuários. Jane tinha o terceiro grau completo, bolsa grande, celular, salto alto, maquiagem, saía não para buscar emprego, senão para estudar para concurso; ou estava realizando pesquisa às escondidas, ou estava "brincando de ser vulnerável". Jorge tinha celular, não enxergava – o que o tornava alvo fácil dentro dos abrigos, vulnerável – tinha um pai com casa, articulado nas ideias, noção básica de seus direitos.

Como vem sendo dito ao longo deste texto, a permanência nos abrigos requer enquadramento dos solicitantes do serviço em determinadas características esperadas ou necessárias, mais forjadas nas dinâmicas cotidianas desses espaços pelos agentes estatais que operam as atividades dos abrigos do que orientadas por Planos e Diretrizes – operações sempre circunstanciais. No caso de Jane, ainda, houve um cerco por sua "verdade", operadas *ilegibilidades* das regras do lugar e a produção de conflitos que pudessem justificar seu "desligamento" – um conjunto de *táticas de desacomodação.*

3.7 **Um tempo de urgências em um espaço de esperas: "*agonias*"**

"*Agoniada*": assim, Vera se definia. Estávamos em agosto de 2016 e fazia nove meses que ela estava no abrigo. Cotidianamente, era constrangida a se questionar até quando poderia continuar ali, afinal, oficialmente, nove meses é o tempo máximo de permanência. Fazia nove meses que sua vida estava "*parada*", ela dizia.

Vera aguardava o atendimento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para dar entrada à solicitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em março daquele ano, havia ido a um primeiro atendimento agendado para levar os documentos necessários. Mas o nome que estava inscrito em sua Certidão de Nascimento "*não batia com o nome do RG*" – tendo sido, por isso, remarcado um novo atendimento para dali cinco meses.

A psicóloga do abrigo que a acompanhava na ocasião tentou argumentar com a funcionária no balcão dizendo que Vera estava em um abrigo municipal e que teria de esperar cinco meses ali dentro, ocupando a vaga de outra pessoa, até a data do outro agendamento. Não

adiantou. "*Não sou eu quem remarca, é o sistema*", disse a funcionária. Estávamos em agosto. No dia em que estava marcado seu retorno, o prefeito da cidade decretou feriado por conta dos jogos Olímpicos. A data do novo atendimento foi remarcada para dali dois meses. Vera não estava "*aguentando a demora*", preocupava-se a psicóloga.

O "*caso de Vera*" mobilizara a equipe: estava com "*todos seus documentos feitos*", tinha "*um bom laudo de esquizofrenia, ouvia vozes*", mas "*tomava seus remédios*", era "*organizada*" e "*comprometida com os encaminhamentos*". Mulher de "*mais de cinquenta anos*", "*analfabeta*", que "*nunca teve carteira assinada na vida*"; "*sua única chance de reinserção é ter acesso ao BPC*", disse a técnica. Mas o tempo de Vera estava acabando. Teria de ultrapassar os nove meses. Ficar por mais dois, completar quase um ano. "*Quem aguenta?*", me questiona a técnica.

As expectativas da equipe sobre a reinserção estavam depositadas no BPC. As de Vera também. Como sublinha Pierre Bourdieu, "somente é possível 'segurar' alguém duravelmente (dando-se então a possibilidade de fazê-lo esperar, na expectativa etc.) na medida em que ele está enredado no jogo e que se possa, de algum modo, contar com a cumplicidade de suas disposições" (2001, p. 282). Por isso, Vera esperava: tinha a esperança de que conseguiria e era convencida pelas técnicas de que conseguiria receber o BPC. Ambas, técnicas e Vera, estavam com as expectativas de "reinserção" enredadas nesse jogo de espera imposto pelos tempos da burocracia estatal e pelo tempo político da cidade. Mas deviam lidar com essa *gestão adversa do tempo* (VIANNA, 2015).

Como colocam Pierre Bourdieu (2001), Javier Ayuero (2011), Mario Pecheny e Mariana Palumbo (2017), o tempo da espera – esperar e fazer esperar – é uma dimensão onde podemos perceber relações de poder e seus efeitos. Entre quem faz esperar e quem deve esperar é estabelecida uma relação assimétrica de subjugação do último ao primeiro. O recado, dizem esses autores, é claro: o tempo de quem espera é menos valioso do que o tempo de quem faz esperar.

Javier Ayuero, acompanhando os pobres que, na cidade de Buenos Aires, se deslocam até as agências da assistência social atrás de seus benefícios, reflete sobre a relação entre esses e o Estado através da dimensão temporal que tece essa relação. Nessas agências, os pobres são postos a esperar. E essa espera se transforma em uma *experiência modal* para os pobres que devem esperar por (quase) tudo: por serviços de saúde, emprego, moradia. Esperar torna-se "um processo, não um evento único" (AYUERO, 2011, p. 10). Processo esse envolto em "incertezas, arbitrariedades, frustrações, confusões persistentes e mal-entendidos", devido à *desorganização*

objetiva que rege esses serviços. O que podemos também apreender na chave das *ilegibilidades* do Estado.

Sentimentos experimentados por Vera, e também pela equipe que se envolvia com seu caso, diante dessa *desorganização objetiva* expressa no adiamento da data de atendimento devido a um feriado imprevisto, ou diante da impossibilidade de negociação de uma nova data por ser o "sistema", em sua impessoalidade e imaterialidade, aquele que responde pelas marcações. Sobre esse último aspecto – o sistema – coloca Ayuero (2010) que a automação desses serviços produz a sensação de *inoperância*, de *insuficiência*, de que nada estaria ao alcance para uma resolução, subjetivando, assim e mais uma vez, a impossibilidade de agir sobre – ser *passivo*, diz o autor.

São a partir desses aspectos que Ayuero sugere que o ato de espera a que estão submetidos esses pobres urbanos forma *subjetividades subjugadas*. E essas subjetividades passam por aprender na prática, quando do encontro com agências estatais, a ser *paciente* caso se deseje algum benefício do Estado: "mostre paciência, espere e você poderá obter um benefício do Estado" (AYUERO, 2011, p. 23). Na busca por soluções para suas necessidades urgentes, os pobres experimentam incertezas, confusão e arbitrariedade. Essas experiências transmitiriam um pedido implícito do Estado para que essa gente seja complacente: "os clientes da assistência social não se tornam cidadãos, mas pacientes do Estado" (2011, p. 6). E o Estado, através de seus porta-vozes autorizados, diz aos pobres que, se quiserem resolver sua reivindicação, devem esperar (2011, p. 20). A raiz latina da palavra paciência (pati) significa *sofrer*, *suportar*. O autor se embasa nessa dimensão da dor para qualificar a espera diante do Estado.

Seguindo com essas pistas analíticas, tomo os abrigos como sala de espera das pessoas usuárias para acessarem os Serviços, Benefícios e Programas que "demandam". Por mais que a única fila que possamos observar ali seja a fila para as refeições, muitas pessoas usuárias que ali estão fazem parte de alguma fila virtual: seja a fila do Sistema de Regulação de Vagas (SISREG) que gerencia os atendimentos do SUS ou, como no caso de Vera, a fila de atendimento no INSS. E, para aqueles que vêm de vivências, por mais ou menos tempo, nas ruas, as filas fazem parte de suas rotinas – como sinaliza, por exemplo, Simone Frangello (2004) em uma interessante abordagem sobre a centralidade das filas como marca das experiências de pessoas em situação de rua. Mas, a imaterialidade e imprevisibilidade dessas filas virtuais para o acesso aos serviços das instâncias estatais torna essa experiência ainda mais dramática e angustiante – "*agonias*".

Sobre o *tempo de espera,* Mariana Palumbo e Mario Pecheny (2017) fazem algumas colocações importantes para os horizontes analíticos: “quando começa uma espera experimentada como tal? O tempo de não fazer algo é uma espera? A espera é ação ou não ação? O que é um sujeito que ‘não faz nada mais além de esperar’? O que faz quem faz esperar? Esperar é deixar de fazer? O que faz uma experiência ou uma prática uma experiência ou uma prática de esperar? Quais esperas são banais, naturalizadas e aceitas como normais? Quais esperas são intoleráveis e violentas?” (2017, p. 22-23).

Laurente Vidal, Alain Musset e Domenique Vidal (2011) diante dos deslocamentos e mobilidades incessantes de populações no mundo contemporâneo, voltam seus olhares para o que chamam *territórios de espera*. Se, por um lado, as sociedades contemporâneas são tomadas por mobilidades incessantes, dizem os autores, por outro, também são constituídas de dispositivos para “pôr em espera e controlar as populações em deslocamento” (VIDAL; MUSSET; VIDAL, 2011, p.82). Os autores propõem uma inflexão no foco analítico, buscando, ao invés de perseguir os deslocamentos, mobilidades e outras migrações, observar esses territórios constituídos como o tempo das pausas, paradas e esperas nos fluxos de movimentações (2011, p. 31).

Mas, apontam esses autores, a espera em questão assume múltiplos significados. Para dar conta de uma qualificação mais abrangente da noção de *espera*, eles recorrem a três expressões em inglês que auxiliam a comunicar diferentes significados do *ato de esperar*. São elas: *to hold on,* que indica “um corte, um tempo morto, uma suspensão, um *entre-deux*, mas deixa prever uma promessa de retomada”; *to wait for,* que indica “uma projeção, um objetivo a atingir, um horizonte de espera”; s*tandstill,* que indica “um ponto morto, uma pausa, uma situação na qual algo não se move ou não caminha” (VIDAL; MUSSET; VIDAL, 2011).

Essas três dimensões, além da dimensão do *sofrer* e *suportar* para a qual remete Ayuero (2011), estão presentes nas experiências abrigais. No caso de Vera, sua espera era objetivada no BPC, depósito de suas esperanças. Mas nem sempre as pessoas usuárias se movem com essa esperança, sendo muitas vezes os processos envoltos em incertezas que tornam o *ato de espera* insuportável.

Elas podem estar ali esperando a confecção de um documento civil, um resultado médico, a marcação de um exame, o agendamento de um atendimento, o resultado de uma perícia, a carta resposta a solicitação de algum benefício, a visita de algum parente, a troca de abrigo, uma sentença judicial, c corpo enfraquecido se fortalecer.

Outras vezes, entendem sua estadia ali como a produção de um corte, um antes e um depois, onde a vida “*bagunçada*”, “*desorganizada*” vai “*entrar nos trilhos*”, vai ser

"*organizada*". O objeto da espera como território em que se deposita um novo começo, as redefinições para outro rumo de vida – "*dar um rumo na vida*" – novos caminhos, o benefício que permitirá o retorno a casa, o exame médico que definirá o tratamento. Espera-se por uma circunstância, um contexto, algo material como dinheiro, comida, roupa, alguma atividade laboral, remunerações, benefícios.

De forma mais radical, há a percepção de que a vida "*vai começar a andar*" a partir dali. A retirada de um documento que faltava para dar entrada a solicitação de um benefício ou a um atendimento médico, por exemplo, pode ser entendida como "*a vida* [que] *está andando*". Sua demora, ao contrário, pode ser a "*vida parada*". A lógica da urgência para a vida "*começar a andar"* é, recorrentemente, contraposta a lógica da morosidade das instâncias estatais.

A espera, ali, está dependente de um calendário, uma agenda. A agenda não fica sob seu domínio. Ela se espalha entre o prontuário, cadernos administrados pelos educadores sociais, que marcam o dia e a hora de tal atividade, de tomar tal remédio. Calendários e marcações de data e horário estão atreladas aos tempos sociais das instituições, aos calendários oficiais do Estado, das celebrações oficiais, aos tempos políticos da cidade.

Ao "*cair na rede*" da Assistência, as pessoas estarão submetidas a dois regimes: o das urgências e o das esperas. Os encaminhamentos devem ser vividos no regime de urgências; as respostas a esses encaminhamentos, no regime das esperas – buscas urgentes para respostas morosas. No meio desse caminho de esperas, muitas vão "evadindo".

Dentro dos abrigos, especialmente, as esperas são ativas uma vez que as pessoas usuárias devem mostrar que estão "*aderindo ao plano de reinserção*" cumprindo com os "encaminhamentos", mostrando-se ativas na produção daquilo que irão esperar. Deve-se esperar circulando. "*O tempo do abrigo não é o tempo da pessoa* [usuária], *que não é o tempo da prefeitura, que cobra, que tem prazo*", diz uma técnica. Assim, um emaranhado se forma entre o tempo das pessoas usuárias, o tempo dos abrigos, o tempo das burocracias estatais e o tempo político da cidade. E, nele, as existências e vivências abrigais vão sendo tramadas.

3.8 **No campo dos possíveis**

Adriana Vianna (2002), por meio da análise de processos de guarda de crianças e adolescentes, mostra como o Estado, com seu aparato jurídico-administrativo, lida com *viabilidades* de cuidado e gerência da infância e não com ideais abstratos dos mesmos; muito embora, sublinha a autora, esses ideais estejam presentes no horizonte das ações administrativas. Das negociações em torno da produção de *arranjos possíveis* para a vinculação

e fixação dos menores, a autora destaca uma faceta pedagógica: “elas ensinam sobre o possível, sobre o tolerável e, por isso, sobre os limites do desejável”. E segue: “se as crianças que são *sujeitos de direitos* na letra da lei estão balizadas pelo ideal, aquelas que comparecem ao Juizado são, sobretudo, objetos do possível” (VIANNA, 2002, p. 238, grifo da autora).

Lidar com “viabilidades”, ser “objeto do possível”, “trabalhar com os limites do desejável”: esse léxico expressa, de forma mais aproximada, o horizonte que mobiliza os encontros entre a gente usuária dos abrigos e as equipes técnicas. Produzindo arranjos possíveis, lidando com viabilidades, recriando o Estado desde suas margens, como nos falam Venna Das e Deborah Poole (2008) e de forma “criativa, reinventando recursos, maquinando artifícios, negociando regras, limites e protocolos entre o dentro e fora do Estado, nas fronteiras incertas do legal e ilegal”, como acrescenta Vera Telles (2010, p. 220).

A seguir, trago histórias que acontecem no campo dos possíveis, mas que não deixam de se orientar em torno dos principais eixos que organizam as ações das equipes dentro dos abrigos a fim de produzir as “reinserções sociais”. E dos percursos para corresponder a essas orientações, emergem moralidades, subjetividades e viragões para garantir uma vaga e para produzir vinculações e fixações – como buscarei apresentar.

3.8.1 As retiradas de Guaraci

Nos recolhimentos compulsórios que ocorrem nas ruas – muitas vezes, com a participação da COMLURB – os documentos das pessoas alvo dessas operações são retirados e jogados em caminhão de lixo junto com outros pertences (Capítulo 1). Por essa razão, a técnica estava bem transtornada com seu trabalho naquele dia quente de quase Carnaval. Dizia estar envolvida em uma tarefa “*insana*”: fazer o levantamento de cartórios de uma cidade do interior do Estado para, depois, enviar solicitação de busca da Certidão de Nascimento de Guaraci, que estava no abrigo fazia quase uma semana. Ele havia sido “*recolhido*” em uma operação da SEOP, ocasião em que agentes da COMLURB jogaram no lixo seus documentos junto com todos os outros pertences. Sua Certidão de Nascimento – documento necessário para a solicitação da segunda via do Registro Geral – havia ficado na casa de um irmão seu; mas esse se mudara, e ele não sabia como o localizar. As técnicas acharam por bem entrar em contato com os cartórios da cidade onde ele fora registrado para localizar esse documento. Depois da localização, deveriam esperar o envio de uma cópia; depois, o tempo da solicitação e feitura do documento até a sua retirada. Essa perspetiva temporal alongada deixou Guaraci desesperado: queria ir na COMLURB atrás de seus documentos, mas foi despersuadido pela equipe e também

por seus colegas de abrigo. A assistente social reclamava: "*a SEOP **retira** os documentos dessa gente, e nós temos que passar por isso para **retirar** de novo os documentos; absurdo!*" (Notas de Campo, *Tarefa insana*, 01 de fevereiro de 2016, grifo nosso).

Mariza Peirano (2006, p. 123) chama a atenção para os documentos como emblemas da identidade cívica que cumpriria a função de distinguir o "cidadão" do "marginal", sendo os documentos produtores de cidadãos "performativos" e "compulsórios", donde a obrigatoriedade legal produziria seu lado inverso, qual seja, "o de impedir o reconhecimento social do indivíduo que não tem documentos" (2006, p. 137). Vemos – no caso de Guaraci, que é de tantos outros e outras – a produção ativa de "não documentados/marginais" por parte de agentes do Estado ligados às "operações de ordenamento urbano", por um lado; e, por outro, assistentes sociais e psicólogas buscando produzir "documentados" para viabilizar mediações, acessos, vinculações e fixações.

O empenho em "*resolver o caso do Guaraci antes do Carnaval*" e a indignação com a situação – "*tarefa insana*", "*um absurdo*" – partiam de uma avaliação da equipe de que, nesse caso, ele, de fato, havia sido "*vítima*" da SEOP. Os indícios seriam a ficha que ele preencheu na Central de Recepção de Adultos e Famílias (CRAF) onde pediu para que colocassem, no item Documentação, uma observação que dizia: "sem documentos/SEOP". Ele não tinha "*demandas*" para além da retirada de sua documentação. Dizia não querer estar no abrigo. O aspecto emocional também estava sendo avaliado: estava "*transtornado*", disseram as técnicas; seu desejo em ir até a COMLURB atrás de sua documentação também era considerado: ele estava "ativo em sua demanda" (Notas de Campo, *Tarefa insana*, 01 de fevereiro de 2016).

Os documentos civis – minuciosamente arrolados no PDI, em suas esferas de atuação – são instrumentos a partir dos quais o Estado legaliza e oficializa tais existências (Certidão de Nascimento, RG, CPF, Certidão de Casamento, Passaporte, etc.) e atividades (Carteira de Trabalho, Título de Reservista, de Eleitor, etc.), buscando tornar os sujeitos e seus passos visíveis e passíveis de controle, cálculo e contabilidade. É o que sinaliza Mariza Peirano (2006, p. 137) ao chamar a atenção para a "lógica múltipla dos documentos" que operam coletivizando e individualizando sujeitos: "por um lado, servem para contar, somar e agregar a população e, por outro, identificar indivíduos para conceder direitos e reclamar deveres". Assim, tanto os elementos particulares (individuais) quanto os conhecimentos sobre coletividades (como contar, somar, agregar a população) são conciliados nos documentos reconhecidos e regulados pelo Estado, que identificam o indivíduo como único. Temos, dessa forma, documentos civis e PDI dentro de uma mesma *lógica*, como propõe Peirano, ou *técnicas*, como propõe Foucault (1995) – de individualizar, por um lado, e coletivizar e totalizar, por outro.

Assim que não são só as circunstâncias dessas Operações que produzem os "não documentados" que chegam aos abrigos. Algumas vezes, a não apresentação dos documentos – a não identificação – é uma forma propositada de ação, sendo estratégia para múltiplos fins; um deles, é o de postergar o tempo dentro dos abrigos. Tomás Melo (2011, p. 165) levanta algumas motivações para o uso dessa estratégia: pessoas "foragidas da lei" buscando não serem identificadas (e, como vimos no Capítulo 1, os *sarqueamentos* seriam facilitados pelo porte de alguma documentação); pessoas de outras cidades buscando não serem remetidas às suas cidades de origem; pessoas de outras cidades buscando algum serviço de saúde e avaliando que teriam o atendimento negado caso fosse identificada sua "terra natal"; e, por fim, como uma forma de evitar o incentivo ao estabelecimento do contato familiar. As finalidades para não carregar os documentos são múltiplas, assim como o são as formas de justificar e escorregar por entre as tentativas de serem enquadrados em uma identidade oficial.

3.8.2 Ora Maira,

No PDI de Maira, mesmo as informações em Identificação (nome, idade, naturalidade, sexo, nome dos pais etc) são preenchidas com reticências. Ao lado da data de nascimento, dia e mês são precisamente preenchidos enquanto o ano é preenchido com "não sabe informar; acha que tem entre 32 e 35 anos". Ao lado do item Nome do Pai, um nome masculino é seguido pela palavra "acha" colocada entre parênteses. As incertezas seguem o preenchimento do item Situação Familiar ou Afetiva, onde estão escritos sete nomes e, entre parênteses, a sinalização do grau de parentesco – todos "filho" e "filha" –, alguns acompanhando uma idade, outros a observação "não soube informar a idade". Também ali, uma observação é registrada: "não sabe informar onde está nenhum filho", sendo posto entre aspas a frase que ela teria dito – "estão por ai". Outras informações, com mais ou menos precisão se desprendem do documento: Maira teria vindo de uma cidade do interior do Estado Fluminense aos 15 anos quando saiu da casa de seus pais por razão de "maus-tratos". Desde que chegou ao Rio de Janeiro, viveu entre "a rua e invasões". Sua "última referência de moradia" foi uma "invasão" no centro da cidade e em "situação de rua" disse estar vivendo na Avenida Presidente Vargas. À pergunta "o que costumava fazer na rua" responde que "costumava fazer nada". Já trabalhara como "catadora" e com "reciclagem", mas ultimamente "não estava trabalhando". Era cadastrada no Bolsa Família, mas não recebia o benefício desde que perdera o "cartão da caixa". Não carregava consigo nenhum documento, mas sinalizara que sua Certidão de Nascimento estava na casa de uma amiga que morava em um bairro distante dali na zona norte da cidade.

Os primeiros encaminhamentos de Maira são para a realização de exames de sangue na Clínica da Família e ao posto da Justiça Itinerante para fazer a solicitação da retirada de sua segunda via da Certidão de Nascimento. Para lá, ela leva o documento de encaminhamento onde está escrito: "A portadora [do encaminhamento] chegou ao abrigo municipal muito confusa, perseguida e demonstrando claro comprometimento mental. Ela possui um longo histórico de situação de rua e invasões, e os dados pessoais fornecidos por ela foram incompletos e incompatíveis**,** impossibilitando a equipe de realizar uma busca eficaz de sua documentação".

Da Justiça Itinerante, ela é encaminhada ao DETRAN, agora portando o encaminhamento de um promotor onde esse solicita a realização da identificação datiloscópica. Neste órgão é informada de que o prazo para a divulgação do resultado é de 60 dias. A equipe do abrigo, "diante dessa morosidade", solicita a Maira que busque, na casa de sua amiga, a Certidão de Nascimento.

Nesse dia, Maira informa à equipe que, na verdade, seu nome é Rose. Diz também que sua Certidão já deve ter sido "queimada" na casa de sua amiga. Mas que talvez haja alguma informação sua em uma Fundação para Menores onde fora acolhida na cidade onde nasceu. A partir desse momento, nos registros em seu PDI, a equipe passa a se referir a ela como "senhora Rose" – assim, entre aspas.

A técnica entra em contato com a direção dessa instituição para menores e solicita que eles levantassem fichas de internas com o nome "Rose" entre os anos tal e tal. Enviam e-mail para um cartório dessa cidade solicitando lista de registros do nome "Rose". E, por fim, enviam email para o Departamento de Sub-Registro da Justiça Itinerante para avisar que o nome da senhora Maira pode ser Rose.

Uma semana depois de Maira dizer se chamar Rose, ela pede desligamento do equipamento alegando estar se indispondo com outra usuária. Diz que irá morar com uma amiga. Da data de chegada até data de seu desligamento, 25 dias se passaram. No meio desses dias, estavam as festas de Natal e Ano Novo. O resultado das buscas solicitadas pela equipe para as diferentes instâncias (Fundação para Menores, Cartório, Departamento de Sub-Registro) vão chegando e sendo incorporadas ao seu PDI mesmo após seu desligamento. As respostas, contudo, dizem não localizar Rose.

Maira, ou talvez Rose, ou nenhum desses nomes, se esquiva e desliza diante das tentativas de fixá-la a uma identidade e a um território. Diz não saber ao certo quantos anos tem, onde seus filhos estão, qual o nome de seu pai, sua idade; "acha" e hesita diante do que seriam questões objetivas – "talvez", "não soube informar", "estão por aí". Frustra o trabalho

da equipe diante da primeira tentativa em produzir fixação a uma identidade social. Assim como entrou, enigmática, saiu, restando dúvidas até mesmo sobre o nome próprio. As motivações que levaram Maira, ou talvez Rose, ou nenhum desses nomes, até o abrigo também são ignoradas. Sabemos, contudo, que, durante o Natal e o Ano Novo, ela esteve no abrigo se alimentando, tomando banho e dormindo todos os dias na mesma cama e mostrando-se mesmo ativa em manter sua vaga.

Mesmo diante dessas esquivas, a equipe se mantém ativa em cumprir seu papel: buscar esse paradeiro que faz demonstrações de não querer ser encontrado. Encaminha, faz contatos por e-mail, por telefone, pesquisa, solicita, mobiliza outras instâncias que mobilizam ainda outras. Trabalham também com as frustrações das expectativas que geram em torno de determinadas *vidas que escorregam*.

3.8.3 O carnê das Casas Bahia

Os "vínculos familiares e comunitários rompidos", como foi apontado, conformam a característica central do público-alvo atendido pelo Nível de Alta Complexidade do SUAS – onde estão localizados os abrigos. Portanto, a "reinserção familiar e comunitária" seria um dos objetivos principais das ações das equipes dessas instituições. Nos PDI, como vimos, há diversas entradas para que se averiguem "pessoas de referência" (técnicos dos serviços de saúde e de outros níveis da Assistência – CRAS e CREAS, dos CAPS, familiares, amizades). À família se junta essa figura da "pessoa de referência", trazida dos Serviços de Atenção Psicossocial, da saúde e também da Assistência – a figura do "técnico de referência". Assim que – além da "situação familiar ou afetiva", como está colocado no PDI – outras entradas são produzidas para preenchimento de outros nomes (em "situação de saúde" e "rede socioassistencial"). Além do apontamento dos nomes, telefones e endereços (coordenadas para futura localização) é interrogado sobre a intensidade dessas relações (se mantém contato, com que frequência), sobre o histórico dessas (por que se afastou e com quem residia) e sobre desejos (se gostaria de retornar para casa ou ao convívio anterior e com quem moraria). Por fim, também é perguntado se a pessoa é casada, viúva, divorciada, solteira, ou tem outro estado civil. Dessa forma, busca-se puxar alguns fios que deem às equipes pistas de como produzir essa "reinserção familiar ou comunitária".

Martinho Silva (2014), em etnografia sobre as tecnologias psicossociais acionadas no cotidiano de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), na qual, além de outras fontes, debruçou-se sobre prontuários de usuários dessa instituição, chama a atenção para a

"diversidade de atores sociais [...] sejam eles familiares, vizinhos, conhecidos ou servidores públicos" ali citados. Para ela, essa diversidade de atores implicados nos procedimentos psicossociais é um dos indicadores das "tentativas de alocar [usuários] em redes de relações sociais (moradia, trabalho, vizinhança) e de produzir responsáveis pelos cuidados (para além da família e do hospício, os vizinhos)", ou, dito de outra forma, em produzir "parceiros em contratos provisórios de cuidado" (SILVA, 2014, p. 328).

Em uma aproximação entre as entradas para "pessoas de referência" ocuparem lugar nos PDI e o enxame de nomes que se agitam nos prontuários do CAPS, há que se sinalizar que, nos PDI a maioria das entradas figura vazias. Contudo, a intenção de preenchê-las, de localizar essas "pessoas de referência" (técnicos, profissionais, familiares, etc), sinaliza para as mesmas tentativas de produzir vinculações e fixações territoriais e afetivas – os "parceiros em contratos provisórios de cuidado" onde destaco as dimensões de *controle* e *fiscalização*.

Adriana Vianna (2014b, p. 49) sinaliza para como o Estado opera para produzir vinculações e fixações em *casas* que – nos processos de guarda dos menores – figuram como lugar central, *espaço moral*, cujo endereço deve constar nos processos e afastar "uma das mais graves fantasmagorias em torno de tais crianças e adolescentes: a de que eles não tenham um lugar fixo e que comecem a vagar pelas ruas". E essa busca é interpelada por uma questão: "onde encontrar *casas* que, pelo menos em um momento inicial, pareçam ser alternativas viáveis para evitar duas possibilidades sombrias: a rua ou a institucionalização?" (2014b, 2002, p. 254, grifo da autora).

Nos abrigos, a busca por um endereço fixo também organiza as atividades cotidianas dessa instituição. Para que uma reinserção seja "finalizada", ou, ainda, considerada "um caso de sucesso", ela deve produzir uma fixação capaz de apresentar o comprovante de um endereço. Uma técnica me dizia que "*qualquer carnê das Casas Bahia serve para comprovar a reinserção*" (Nota de Campo, s/d). O comprovante é apresentado aos CREAS e/ou CRAS da região onde a pessoa irá morar e, a partir desse momento, as questões referentes às "demandas" dessas pessoas serão remetidas às equipes desses outros "equipamentos". Ela estará vinculada a uma "rede de cuidados" e fixada a um território.

É claro que essa fala não dá conta de todos os recursos que essas profissionais mobilizam para encontrar e contatar famílias e/ou pessoas de referência assim como produzir redes de cuidado; também não dá conta dos juízos morais feitos em torno dessas famílias e/ou pessoas de referência que são viabilizadas para produzir a "reinserção" – como no "caso de sucesso" Magali (apresentado acima). As duas histórias que narro a seguir trazem, na primeira (O quarto terapêutico), a inventividade que contorna e redefine, desde as margens, a atuação do Estado;

e, na segunda (Os laços consanguíneos de Consuelo), os limites morais que emergem na produção dessas redes.

3.8.4 O "quarto terapêutico"

No final do mês de maio de 2017, a equipe do Antônio Arthur estava entusiasmada. Havia sido feita a "reinserção social e comunitária" de Cirílo e Egídio, dois rapazes que entraram no abrigo como "paciente mental" e foram ficando por anos – cinco e quatro, respetivamente. Com uma complexa articulação que incluiu profissionais do Centro de Psiquiatria do Rio de Janeiro (CPRJ), uma Clínica da Família e a figura jurídica de uma tutora, foi alugado para eles um quarto na região do bairro da Gamboa, próximo ao CPRJ, chamado, por alguns profissionais, como "*quarto terapêutico*".

Cirílo chegou no abrigo em 2012, então com 24 anos. Vindo da Paraíba, seu paradeiro era pouco conhecido pela equipe. Sabiam, apenas, que "*era dado a surtos*". Foi encaminhado ao CPRJ onde recebeu o diagnóstico de esquizofrenia e iniciou um tratamento medicamentoso à base de Fluoxetina, Diazepan, Haldol, Risperidona, Biperidona e Clorpromazina. Era considerado – pela equipe do CPRJ e do abrigo – "*organizado*" e "*autônomo*", pois se responsabilizava por administrar seus medicamentos, cumpria com os encaminhamentos e geria os tempos rotineiros do abrigo. Fazia três anos que recebia o Benefício de Prestação Continuada, gasto com "*pequenas bobagens*" e guardado em uma poupança.

Já Egídio protagonizava uma história cochichada pelos corredores, pois era tida como "*atípica*". Chegou lá em 2013, então com 21 anos. Fora encontrado vagando pelo centro de uma cidade da Baixada Fluminense e encaminhado para o abrigo pela Guarda Municipal. Teria chegado com discurso "*confuso*", "*desconexo*" e "*delirante*", contando que sua mãe o entregara aos cuidados de um casal de catadores de lixo que viviam no lixão de Gramacho e que esses teriam sido mortos e o lixão fechado. Ele estava atrás de sua mãe biológica que viveria com o marido, padrasto de Egídio, num apartamento em uma famosa avenida do bairro Leblon – razão pela qual sua história seria "atípica". A mãe, segundo o padrasto, sofria de "*transtorno psiquiátrico*" e não tinha condições de cuidar nem de Egídio nem de seu outro irmão que também vivia, naquela altura, no abrigo. Egídio também fora diagnosticado com esquizofrenia e estava "*conquistando a sua autonomia*" havia alguns meses quando começou a administrar por conta própria sua medicação. Também já recebia o Benefício de Prestação Continuada e contava com uma poupança.

A reinserção, chamada de comunitária, foi articulada com a equipe do CPRJ. Foi alugado um quarto em uma casa de pensão próximo ao CPRJ e ficou a cargo dessa equipe a "*fiscalização do pagamento do aluguel*" por parte dos rapazes. No contrato acertado, estavam incluídas a alimentação, roupa lavada e limpeza do ambiente. Ficou acordado também com a equipe do CPRJ que – uma vez realizada a "*mudança de moradia*" – essa se responsabilizaria por "*dar suporte*" com as medicações e dar continuidade ao tratamento terapêutico ampliando a frequência dos rapazes ao Hospital Dia (serviço do CPRJ) para todos os dias da semana. Também foi articulada a transferência da atenção básica de saúde para a Clínica da Família próxima ao local de moradia. Por fim, uma psicóloga daquela instituição tornou-se tutora de ambos.

O desfecho institucional de Cirilo e Egídio foi construído dentro do princípio da intersetorialidade que rege as ações dos atendimentos psicossociais e assistenciais, onde são contruídas (re)inserções sociais a partir da articulação de agentes localizados em diferentes pontos da administração estatal e das redes possíveis de serem mobilizadas para a produção do cuidado, do controle e da fiscalização. Durante os anos em que estiveram no abrigo, as equipes buscaram transferi-los a Residências Terapêuticas[27]; mas, de alguma forma, seus casos não eram urgentes, posto que já estavam abrigados. A solução encontrada foi criarem uma residência terapêutica para eles, em seu tamanho, podendo ser chamado "quarto" articulando uma rede e envolvendo personagens menos habituais, como a dona da pensão.

3.8.5 Os laços consanguíneos de Consuelo

Antes de chegar ao Maria Bethânia, pela nona vez aos 27 anos, Consuelo estava vivendo em um quarto de pensão em Antares, próximo à CRAF Rio Acolhedor. Em sua companhia estava a namorada que conhecera nessa instituição em uma passagem sua por ali meses antes. O namoro não deu certo e cada uma foi para um lado. Nascida em um município da Baixada Fluminense, havia sido criada, até os sete anos, por sua avó materna. Quando essa faleceu, foi morar na casa da mãe de uma amiga de sua mãe – uma avó. Um ano depois, essa senhora também faleceu. Consuelo foi levada, então, para morar com uma de suas irmãs; depois, com outra. Aos dez anos, foi morar com a filha da falecida mãe da amiga de sua mãe. Aos treze,

[27] Para uma apresentação e análise do papel das Residências Terapêuticas, consultar DIAS, Miriam Thais Guterres. Direito à moradia e desisntitucionalização em saúde mental. In: DUARTE, Marco; PASSOS, Rachel; GOMES, Thatiana (org.). *Serviço Social, saúde mental e drogas*. Campinas: Papel Social, 2017.

depois de uma surra que levara da dona dessa casa, foi embora para morar com uma amiga em um "*barraco na favela*".

Lá, conheceu Jeremias, de 18 anos, com quem começou a namorar. Também tinha "*um velho*", de 52 anos, para quem prestava serviço sexual em troca de uma quantia semanal que garantia o pagamento do aluguel do quarto onde passou a viver com o namorado. Em alguma dimensão, uma relação de afeto foi desenvolvida com o velho, pois quando faleceu deixou a ela uma pequena poupança. Estava com 18 anos quando isso aconteceu. Com o valor recebido, Consuelo "*montou*" uma casa – comprou uma cama, fogão, televisão, potinhos para a cozinha, panelas.

Ela e o namorado começaram a fumar crack. Para manter o consumo, alugou para uma senhora um quartinho em sua casa. Nesse período, engravidou. Sua filha nasceu com sífilis congênita. Ambas ficaram internadas. Quando saiu do hospital, o namorado havia "*desaparecido*". Consuelo entregou sua filha aos cuidados da avó paterna e, depois de um tempo "*batendo cabeça sozinha em casa*", foi para uma "*cracolândia*". Conheceu outro "*velho*" que lhe levou para morar com ele e a esposa em sua casa. Ela e a esposa do velho começaram um "*relacionamento amoroso*" e passaram a alugar um quarto na casa do velho. Pagavam o aluguel transando com ele. Um dia, no entanto, o velho "*encachaçado*", agrediu-a com uma peixeira, fazendo-lhe um rasgo na perna. Saiu dessa casa e novamente foi para a cracolândia. Dessa vez, engravidou de um homem que trabalhava nas obras do PAC – ela lembra de seu uniforme, "*muito lindo*". O filho foi encaminhado para um abrigo, e ela para outro.

Todas as nove vezes que passou pelo Maria Bethânia, saiu porque se envolveu com outras mulheres dentro do abrigo, o que é proibido e reprimido com advertências. Na sua última passagem, a equipe localizou sua mãe e começou a "*fortalecer os vínculos familiares*" entre as duas. Como "*condição*" para que pudesse morar com a mãe, ela teria que fazer um "*tratamento para dependência química*". A equipe já a havia encaminhado para um tratamento no IPUB ao qual Consuelo havia "*aderido*". A equipe estava mobilizada, pela primeira vez havia contatado essa mãe e ela acenara com a possibilidade, mesmo condicionada, de Consuelo morar com ela.

Um dia, a equipe descobre que Consuelo está namorando outra usuária. A outra é desligada por descumprir as normas da casa, e Consuelo diz que irá embora se não puder ficar com sua namorada. A técnica pede para que Consuelo "*respire fundo e reflita sobre o acordo que havia firmado com sua mãe*". Disse que os "*laços consanguíneos*" deveriam ser mais fortes do que "*suas paixões*". Consuelo foi embora com sua namorada ficando registrado em seu PDI que foi desligada por "não aceitação das regras da instituição".

Os laços consanguíneos, recorrentemente sobressaem-se nas investidas das equipes do abrigo feminino sobre outros possíveis laços. Consuelo viveu dos 13 anos até os 27 agenciando afetos para morar e sobreviver. Mas é a figura dessa mãe que ficara em algum lugar de seu passado que é acionada pela equipe como possibilidade de "*resgate*" de Consuelo. Uma tentativa de "*romper*" com o ciclo das "*paixões*", da rua e das instituições. Esse ciclo é uma chave de compreensão recorrente por onde as mulheres que chegam nos abrigos são avaliadas.

3.8.6 A "*gloriosa*" Carteira de Trabalho

Entre outubro e novembro de 2016, uma vez por semana, ao longo seis, aconteceu, no Antônio Arthur, uma Oficina de Inserção Produtiva, idealizada e executada por técnicas que trabalhavam na Secretaria de Assistência. Vinte homens, enquanto usuários, participaram do primeiro dia de apresentação. Esse número foi baixando ao longo das semanas até acabar com sete participantes. Alguns dos que iam se ausentando abordavam ironicamente seus colegas que persistiam perguntando se as técnicas já os haviam "*colocado no sistema*" – se haviam conseguido um trabalho.

Na primeira oficina, elas fizeram uma apresentação do projeto e pediram para que os participantes se apresentassem. Iniciaram sua fala anunciando que estavam realizando "*um projeto piloto*" e que, se desse certo, seria levado a outros abrigos: "*Nossa intenção é apresentar para vocês o mercado de trabalho, ajudar vocês a aumentar a empregabilidade de vocês. Alguém aqui sabe o que é empregabilidade? [silêncio] é a capacidade individual de conseguir um trabalho. E nós estamos aqui para passar para vocês várias dicas e truques para que vocês consigam aumentar esse fator na hora de procurar um trabalho. Nós também queremos ajudar vocês a se tornarem empreendedores, capazes de gerar renda de forma autônoma, o que significa que vocês se tornarão patrões de vocês mesmos; vão trabalhar sem ter alguém que os mande trabalhar, um patrão, no caso."*

Severino, que assistia com atenção à apresentação, levanta a mão para perguntar: "*então a função de vocês é despertar em nós a vontade de procurar emprego?*". "*Não* [uma responde], *a vontade tem de estar dentro de vocês. Nós vamos facilitar algumas coisas para que vocês consigam o emprego que vocês desejam*." A fala de Severino vem questionando o inquestionável, recolocando uma questão absolutamente naturalizada: a compreensão do trabalho como condição ontológica e não como construção histórica (POLANY, 2000). Isso implica o reconhecimento de que o discurso do trabalho como reintegrador social não passa só pelas modulações de acesso a esse. Passa também pelo convencimento de que o trabalho é algo

que constitui, essencializa, o ser social. Então, Severino prossegue em suas indagações: "*Então nós que estamos na assistência social em situação de rua, nós estamos no caminho certo? Estamos mais perto da porta do emprego do que aquele que tá na favela com a família, com os filhos?*". "*É, nós não vamos fazer milagres. Nós temos para vocês uma agenda de inclusão produtiva. Nós temos vagas de emprego. Agora vocês têm de nos ajudar assim como nós vamos ajudar vocês. Porque é o nosso nome que está em jogo*", ela responde.

Depois desse diálogo, elas seguem o roteiro. A primeira pergunta que fazem é sobre a diferença entre "trabalho formal" e "trabalho informal". Na única resposta que é dada, um usuário diz ser o trabalho formal é um "*trabalho de carteira assinada*" e o informal "*um trabalho por conta própria*". A partir dessa resposta, uma delas emenda um longo discurso sobre "*as conquistas sociais do trabalho formal*": "*A carteira assinada garante ao trabalhador a previdência; alguém aqui sabe da importância da previdência? A previdência foi uma conquista social. Antes o trabalhador não tinha esse direito e então depois de trabalhar uma vida caia na mendicância, nos abrigos da vida. Por isso é muito importante a carteira assinada. Você se torna um contribuinte, mas não é só para pagar para o governo impostos. Depois, essa contribuição irá voltar em aposentadoria. Quando o trabalhador fica velhinho e já não pode trabalhar, ele tem a aposentadoria garantida. Já o trabalho informal é vender balinha, vender o corpo e outras coisinhas que são proibidas... vocês sabem*".

Em seguida, perguntam quais são as dificuldades enfrentadas por eles no acesso ao mercado de trabalho. "*Além do rapa*[28]*?*" – alguém comenta, mas é ignorado. A dinâmica segue com a pergunta de como eles faziam para "*ganhar a vida, fazer dinheiro e viver no Rio*". Sousa rapidamente responde: "*eu ganho a vida aqui no abrigo*". A resposta leva à gargalhada os educadores sociais que acompanhavam o desenrolar da oficina e também as coordenadoras. Nenhum dos usuários ri, no entanto, e a gargalhada se torna constrangedora. Sousa retoma sua fala dizendo: "*É. Aqui eu como, durmo, tomo banho, tenho roupa, dá para lavar a roupa*." Ao final da oficina, uma das técnicas comenta comigo e com outras funcionárias do abrigo que ficara "*impressionada e constrangida com a resposta de Sousa*", que não conseguia entender "*como alguém pode definir a vida nesses padrões de dependência do Estado*".

Nas oficinas que seguem, as coordenadoras se apresentam como mediadoras entre os desejos individuais e uma rede de oportunidades de emprego e qualificação. Para (quase) todo o desejo havia o anúncio de uma possibilidade de encaminhamento: para o rapaz que queria estudar inglês, havia cursos gratuitos e elas poderiam acessar para ele; para o senhor que queria

[28] Rapa, é uma gíria que se refere à ação da Guarda Municipal sobre trabalhadores ambulantes e camelôs. Ação que visa apreender mercadorias e punir os apreendidos.

voltar a estudar, elas poderiam matriculá-lo na Rede Municipal de Educação; para o rapaz que dizia querer ser médico, mas não tinha o ensino fundamental completo, elas o estimularam dizendo que se ele estudasse bastante ("*e agora tem as Bibliotecas Parque que você pode frequentar, e estão cheia de livros*"), ele poderia fazer o ENEM e – se passasse – "*não terá que ter o ensino médio completo porque agora ele funciona como um certificado de conclusão para quem passar*". Ao longo dessas semanas, os participantes foram sendo convidados a definir que "*profissão*" eles gostariam de seguir, pois "*a definição dos objetivos é o primeiro passo para que a busca tenha sucesso*", como estava escrito em um *slide*.

A última oficina estava sendo esperada com certa ansiedade por aqueles que haviam continuado. As coordenadoras falaram, na apresentação e ao longo das oficinas, que elas tinham encaminhamentos de empregos para oferecer aos que ali estavam, e eles haviam ficado até o final. "*Então, gente, hoje nós trouxemos para vocês várias dicas para vocês se encaminharem*". As dicas estavam fundamentadas nos objetivos que cada um havia apresentado. O "encaminhamento", substantivo masculino comumente usado nesse meio, dessa vez é usado em sua forma verbal e reflexiva. Não seria feito um encaminhamento de alguém, mas esse alguém deveria encaminhar-se para. Para Ramos, que queria um emprego como pintor, uma pergunta: "*Ramos, você sabia que para ser pintor você tem de estar associado a uma associação de pintores? Nós trouxemos para ti aqui o endereço de onde você pode se associar, pelo computador mesmo, e vamos pedir para que as assistentes aqui do abrigo ajudem você*." Ramos, que está ao meu lado, resmunga baixinho: "*Mas eu já sou pintor. Não quero ser. Eu sou.*" Para outro, que disse querer ser mecânico de veículos, elas trouxeram a indicação de um curso que começaria no próximo ano. E outro, que disse não saber ler e escrever manifestando o desejo de trabalhar como Auxiliar de Serviços Gerais, dizem que ele precisaria voltar antes para escola e terminar o ensino médio, pois "*hoje em dia o empregador quer que o empregado saiba ler o rótulo dos produtos para não ter confusão com os produtos químicos. É uma grande responsabilidade manusear esses produtos, porque se você mistura algo errado ou emprega uma dose mais alta, você pode até matar alguém ou mesmo morrer. Então o empregador não pode correr esse risco, né*?".

No final dessa última oficina, sobravam braços cruzados, respirações profundas e olhares perdidos. Nenhum dos usuários que ficou até aquele momento foi "encaminhado" para uma vaga de emprego. Suas expectativas foram frustradas por serem "*desqualificados*" demais para o mercado de trabalho. As coordenadoras também se diziam frustradas: "*ficou muito difícil desenvolver um trabalho com eles por causa da escolaridade. Hoje em dia, o trabalho está muito atrelado à escolaridade, não tem como burlar isso*".

Não há espaço, não há agenda de inserção produtiva que possa os inserir, deixaram claro as técnicas por meio desse que foi um projeto piloto. Os participantes que foram até o final, estavam envoltos em expectativas acalentadas por uma promessa. Mas eles sabem, tanto quanto as técnicas sabiam que essa é sua *tragédia*, como diz Achille Mbembe (2018a, p. 15), que "já não podem ser explorados de modo nenhum, é ser relegada a uma humanidade supérflua, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital." Se não havia e não há trabalho para eles, as técnicas, por sua vez, trabalharam, cumpriram com alguma meta que desconhecemos.

Desde o primeiro dia de oficina, elas sabiam se tratar de analfabetos. Mas o projeto, além de piloto, já estava formatado. Não sabemos se no discurso formatado estava prevista a apresentação da Previdência Social como uma forma de "*não cair nos abrigos da vida*", ou se estava previsto a ode ao trabalho formal em detrimento ao trabalho informal; acabando por sugerir a responsabilidade individual do *risco* que correm ao passar longe da formalidade (ROSE, 2007) – reafirmando que essa seria uma opção individual.

É importante seguir sempre se aperfeiçoando – "*para ser pintor*", cursos gratuitos de inglês, curso para mecânico, estudar para o ENEM –, "num regime de controle, nunca se termina nada", dizia Deleuze (2013, p. 220) está-se sempre em formação. Se, no início da oficina, as técnicas se apresentaram como mediadoras entre aqueles homens e uma "*agenda de inserção produtiva*", ao final, a mediação era entre eles e um leque de atividades "*de qualificação*" que eles deveriam participar para ter alguma chance de compor essa agenda – elas sugerem.

Como diz Rose (2007, p. 128), enfatizar o indivíduo "como agente ativo do seu próprio governo econômico por meio da capitalização da sua existência, corresponde a um conjunto novo de vocabulários e dispositivos para a administração de indivíduos no interior do trabalho, em termos de promoção de suas habilidades, atitudes e espírito empresarial". O discurso motivacional e do empreendedorismo ("*ser o próprio patrão*", "*gerar renda de forma autônoma*"), por mais que viesse ganhando os territórios de outras margens – e aqui me refiro aos investimentos do Estado e do mercado na "inserção produtiva" das favelas e dos favelados[29] – nos abrigos, figurar vazio. O "novo homem empreendedor", ali, deveria ser forjado a fórceps.

[29] Sobre a produção de um "novo homem empreendedor" e a intensificação do mercado sobre os territórios de favela e seus moradores, há uma ampla bibliografia onde aqui são destacados os trabalhos de Antônio Rafael Barbosa (2012), Sonia Fleury (2012), Márcia Leite (2015, 2015b, 2017), Lia Rocha (2013, 2015), Lia Rocha e Monique Carvalho (2018).

Mas, essa oficina não é despropositada, fora de lugar e, se a trago aqui nesse longo relato, mesmo tendo sido algo extraordinário no cotidiano do abrigo, é porque ela apresenta um discurso que se impõe como contingência ao trabalho das equipes técnicas dentro dos abrigos e ao trabalho que devem fazer os usuários, qual seja, a produção da Carteira de Trabalho e a performance do desejo de um trabalho formal. Como vimos acima, neste capítulo, a Carteira de Trabalho figura como um dos processos obrigatórios nas etapas de "reinserção social".

Seguindo com Nicolas Rose (2007), o desemprego é entendido como um fenômeno que deve ser governado, tanto no nível macroeconômico quando no nível das condutas das pessoas desempregadas, que devem aprender a se capitalizar, a buscar um emprego – aumentar o fator de empregabilidade, essa capacidade de conseguir emprego, colocando os indivíduos em uma busca continua e ativa, sobre um emprego que não existirá. "Desemprego prolongado, trabalho intermitente, incerto, não-trabalho, informalidade, subcontratação e atividades de sobrevivência" (TELLES, 2010, p.73), localizam essas existências. É na *viração*, "no fazer acontecer a cada dia, se movendo lateralmente entre atividades contingentes inconstantes e instáveis" (SILVA, 2011, p. 59) que se encaixam, embora devam performar outros desejos.

Bento estava no abrigo há dois meses e aguardava sua carteira de trabalho. Enquanto isso, passava os dias entre o abrigo e pequenas caminhadas pela redondeza fazendo pontuais trabalhos para o comércio próximo (varrendo calçadas, recolhendo lixo, colocando e retirando cadeiras e mesas das calçadas, cuidando carros) e também se dispunha a ir na van que, eventualmente, passava por ali para recrutar usuários para "*segurar cartazes e entregar panfletos*" nas sinaleiras – atividade que lhe rendia 50 reais a diária. Dizia-se "*satisfeito*". Mas aguardava a sua "*gloriosa*" carteira de trabalho para conseguir algo "*decente*". Com vinte e nove anos, nunca teve carteira de trabalho e já trabalhou muito, como me disse. Tem suas dúvidas a respeito da capacidade de conseguir um emprego com carteira assinada: além de não ter acabado os estudos, está "*sem dentes e isso dificulta pro patrão querer olhar pra nossa cara*". Mas isso "*cá entre nós*", porque para as assistentes ele dizia demonstrar "*fé e esperança*" de que iria conseguir um emprego e, principalmente, demonstrar empenho nessa busca para garantir sua vaga.

3.8.7 O trabalho "*descente*" de Olímpia

Quando Olímpia passou pelo abrigo pela segunda vez, ela estava com quase 20 anos. Era conhecida de longa data das técnicas que a identificavam como "*institucionalizada*", sendo "*reincidente na rede de acolhimento*", "*oscilando*", desde os 12 anos, "*entre a rua e as*

instituições". Estava de volta, agora decidida a "*focar no emprego*". Queria "*mudar de vida*", alugar um quarto para ela morar com sua namorada quando essa saísse da instituição de acolhimento para menores em que estava.

Aos 19 anos, já havia trabalhado como vendedora ambulante em eventos no Maracanã, vendido água e segurado cartaz em sinal, entregado panfletos nas ruas, limpado calçada de um bar. Queria trabalhar como vendedora em quiosques de shopping center. Dizia "*levar jeito*" para as vendas, mas não tinha o ensino fundamental completo, por isso não podia pleitear vagas na rede de lanchonetes Bob's e Mc Donald, como estava fazendo outra usuária na época. Mas estava confiante, precisava trabalhar, ter "*renda fixa*" para alugar um quarto e ir viver com sua namorada. Seus olhos brilhavam ao falar dela. Estava com saudades, mas ela só poderia sair de lá se Olímpia conseguisse um endereço para ela morar ou então esperasse a namorada completar 18 anos. Queria "*fazer a coisa certa*". Da última vez que passara pela instituição, Olímpia tirou a primeira via de sua Carteira de Trabalho. Perdera; estava sem. Assim, foi encaminhada para retirar a segunda via. Mas ela tinha pressa, e a carteira demoraria "*tempo demais*". A equipe técnica fez uma série de encaminhamentos aos quais Olímpia cumpriu com presteza, fazendo a equipe comentar que ela "*estava diferente*". Durante dois meses, manteve-se ativa na "*busca*" por emprego; dedicou-se a "*entregar currículo*" na CADEG e na Feira de São Cristovão, a "*fazer cadastro*" em hortifruti e supermercado, a "*preencher fichas*" em agências de emprego. Por fim, vibrante, foi "*pegar uma vaga*" em um lava-jato que parecia "*certa*" de que conseguiria – dia de expectativas para quem estava "*na torcida*". Mas, disse ela, "*acho que era golpe, por que eles não estavam precisando de funcionário*". Dois dias depois desse "*golpe*", Olímpia saiu para "*entregar currículo*" e não voltou mais. Rumores davam conta de que sua namorada havia fugido do abrigo em que estava, e elas teriam ido viver juntas.

No final do ano de 2016, Olímpia volta ao abrigo. Disse que foi até a Lapa para "*pegar o recolhimento*". Contou que, nesse meio tempo, voltara a viver na casa da mãe e que seu irmão mais velho fora preso por "*envolvimento com o tráfico e formação de quadrilha*". Para ajudá-lo a pagar um advogado, roubou fios de cobre, mas foi "*pega*". Estava "*assinando a condicional*" e aguardava a audiência. Não estava namorando mais aquela namorada. Queria dar "*um tempo de mulher... e de homem também!*". Agora precisava de um emprego, estava novamente querendo "*focar no emprego*", pois seu irmão precisava dela. Como ela agora era "*egressa do sistema prisional, cumprindo em liberdade condicional*", a equipe passou a

encaminhá-la para ONGs e empresas que contratavam "*esse perfil*"[30]. Um dia, ao chegar no abrigo encontro Olímpia chorando copiosamente. Disse que seu primo "*morreu porque tava envolvido com o tráfico*". Depois de acalmada, disse "*ainda bem que eu quero um emprego digno*". Mas Olímpia já estava há três meses buscando emprego e nada aparecia. A equipe parecia preocupada com o "*caso de Olímpia*". Apesar de "*jovem*" ela (seu corpo) estava "*bem acabada pela vida*". Faltava-lhe um dente – o incisivo central, que caíra em decorrência de um soco que levara de outra usuária quando estava em uma instituição de acolhimento para menores. Uma profunda cicatriz atravessava seu rosto, fruto de uma garrafada que recebeu de um homem – seu pai – que, antes, a estuprara. Estava com 20 anos e nunca teve carteira assinada. Um dia a acompanho em uma agência de emprego. Ela carrega consigo um encaminhamento em que a técnica havia escrito: "Olímpia viveu durante sua infância e adolescência em abrigo, está com 20 anos e nunca conseguiu emprego por causa da sua escolaridade, 3ª série, mas não sabe ler e escrever e está egressa do sistema. Necessita de oportunidade com urgência". Quatro dias depois, saiu para buscar emprego e não voltou.

As tentativas de Olímpia em mudar de vida, fazer a coisa certa, focar no emprego, ter uma renda fixa, arranjar um emprego digno, entregando currículo, fazendo cadastro, preenchendo ficha, indo atrás de pegar uma vaga, eram, uma após a outra, golpeadas. Ao sair da prisão, a condição de egressa do sistema prisional foi aproveitada pela equipe técnica que potencializou os recursos produzidos por sua precariedade. Por mais que Olímpia não quisesse, naquele momento, entrar nas teias da viração para "*fazer dinheiro*" nas ruas, estava ali, no abrigo, na viração de mobilizar recursos para encontrar um emprego digno, uma renda fixa.

A busca por emprego é – também – um processo doloroso, um encontro com as precariedades inscritas em seus corpos e trajetórias: o dente que falta, o talho no rosto, a visão que não está boa (e precisa de óculos para poder trabalhar), a roupa recebida de doação estranha ao corpo, o endereço de referência que é do abrigo. O imperativo da busca por emprego, quando outros recursos não podem ser mobilizados para uma reinserção – como a existência de uma família ou de algum laudo médico que lhe garanta um benefício, por exemplo – é também um gargalo dos abrigos: "saiu para buscar emprego e não voltou" é uma sentença constante nos PDIs, especialmente nos das mulheres.

Em *Suspensa por um fio*, Pierre Bourdieu (1997) conta a história de uma mulher que, aos 35 anos, estava desempregada e envolta em dívidas. Enquanto trabalhava como faxineira

[30] Alguns exemplos (2016-2017): Projeto Começar de Novo, do Tribunal de Justiça do RJ; ONG Tem Quem Queira, Ministério Público do Trabalho, Projeto "Empreendendo Caminhos"; Projeto de Formação para egressos do Banco da Providência.

em uma firma de limpeza industrial, comprara uma casa. Um mês depois, fora demitida da firma e, por um ano, ficou desempregada. Foi viver, junto com o marido, também desempregado, na casa de sua mãe. Começou a fazer uma "pilha de estágios" e esteve exposta "à repetição desesperadora das promessas e das recusas, à violência dos empregadores sem escrúpulos que aproveitam a situação de subemprego para oferecer salários de fome sob o pretexto de falsas promessas de admissão definitiva [...]". "O mais duro" nessa situação, ela apontou, era a hostilidade com que todos à sua volta se esforçavam em relembrar-lhe e culpabilizá-la por seu desemprego, dizendo serem ela e o marido "preguiçosos que não fazem nada para encontrar trabalho", e, assim, "ignorando os esforços e os sacrifícios extraordinários que eles fazem para procurá-lo e os obstáculos não menos extraordinários que eles encontram" (1997, p. 426). De alguma forma, ela e seu marido experimentavam os efeitos da inversão de um jogo, como disse Robert Castel, "os infortunados sempre serão suspeitos de quererem viver à expensa dos ricos" (2015, p. 48).

Essa história é contada por Bourdieu para elucidar um dos efeitos da erosão do mundo fordista na França da década de 70. A parte que se conecta com a experiência abrigal, na segunda dezena do século XXI, a experiência dos pobres urbanos, que experimentam as "circunstâncias do desemprego prolongado", o trabalho intermitente, incerto e também do não trabalho, das "miríades de empregos precários" e "atividades de sobrevivência" (TELLES, 2010, p. 73), é a desconfiança permanente sobre a "adesão aos encaminhamentos" e sobre as capacidades laborativas daquela pessoa usuária que se apresenta.

Robert Castel recupera e apresenta uma figura histórica, o *mendigo válido*. Com os processos de expansão demográfica, crescimento das cidades e estratificação social – no início do século XIV – surge essa categoria que apresenta uma ambiguidade intransponível: "o que acontece com aquele que não pode trabalhar não por incapacidade, mas sim por não ter trabalho?" (2015, p. 92). Se a mendicância e a assistência social a ela dedicada estava estruturada sobre os critérios da inaptidão para o trabalho (infância abandonada, velhice, viuvez, enfermidades, doenças), a partir de então – diante do cenário de escassez de trabalho – a assistência passa a modular esse novo personagem. É a partir daí que se coloca "a pergunta da esfinge: como transformar um mendicante de auxílios em um produtor de sua própria existência?" (2015, p. 93).

Essa pergunta é traduzida e repetida, insistentemente, na rotina administrativa dos abrigos pelas técnicas: "*para onde eu encaminho uma mulher de seus quarenta anos, jovem, que pela condição econômica está fisicamente deteriorada, analfabeta, cheia de filhos, mas que não tem nenhuma doença que a impeça de trabalhar? Não tem direito a nenhum benefício*

que a ajude a – efetivamente – sobreviver. Ela carrega todas as dificuldades para conseguir um emprego. O que a gente pode fazer por ela?". Esta questão, para Castel, "não pode ser respondida porque a 'boa resposta' não é do registro assistencial, mas, sim, do registro do trabalho" (2015, p. 93). Apesar disso, o trabalho figura como um dos "procedimentos para o desenvolvimento da autonomia" e para a "desinstitucionalização". Cumprir com os encaminhamentos que são feitos nessa direção (a do emprego), é um dos itens avaliados ("adesão aos encaminhamentos") que servem como critério para avaliar a permanência – ou não – da pessoa no abrigo. Assim que essa contingência que marca o trabalho das equipes em encaminhar e o trabalho das pessoas usuárias em cumprir os encaminhamentos, tem como efeito a produção de mais um "buraco" por onde escoa essa gente que não pode permanecer nos abrigos, que deve circular – uma tática, não programada, de *desacomodação*: "saiu para buscar emprego e não voltou".

3.8.8 "Atrás do ombro de Salete"

Aguardávamos, com grande expectativa, o retorno de Salete do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ). A assistente social acompanhava-lhe, pois esta consulta seria "*decisiva*". Sairia, por fim, seu laudo psiquiátrico que determinaria os rumos, ou os próximos passos, das ações da equipe sobre o seu "plano individual". Caso fosse "*diagnosticada com alguma doença mental*", poderiam entrar com a solicitação do Benefício de Prestação Continuada. Ao retornarem ao abrigo, a assistente social comunica à equipe que teriam que "*correr atrás do ombro da Salete, porque na cabeça não tem nada*. *Só pelo ombro ela pode conseguir o benefício agora*".

Salete estava com 52 anos quando chegou no Maria Bethânia em agosto de 2016. Mulher, negra, vinda das lavouras de café no interior do Estado de Minas Gerais, chegou ao Rio, com 45 anos, logo depois que seus pais faleceram em um acidente de automóvel. Até então, vivia com eles trabalhando na roça. Já no Rio de Janeiro, trabalhou como doméstica em casa de família, cuidadora de crianças, cozinheira, vendedora ambulante e catadora de papelão e latas de alumínio. Nunca teve carteira assinada – "*lá na roça não tem dessas coisas*". E na cidade, embora tenha trabalhado em atividades diversas, também não teve "*dessa coisa*" de carteira assinada.

Viveu por alguns dias nas ruas do Centro da cidade até ser "*recolhida*" por uma Operação do Choque de Ordem que a levou para a "*ilha*". Lá, foi diagnosticado um "*quadro de depressão*" e com "*fortes dores em seu ombro esquerdo*", sendo assim encaminhada ao Maria

Bethânia. Os primeiros encaminhamentos foram para a Clínica da Família onde a médica solicitou uma tomografia computadorizada "*com urgência*" que foi marcada para 40 dias depois. Enquanto esperava a realização da tomografia, a equipe decide encaminhá-la ao CPRJ a fim de "*investigar se pode ter alguma coisa por trás do seu quadro de depressão*". Os trâmites no CPRJ aconteceram em tempo mais curto, mas não surtiram os efeitos esperados em relação à produção do laudo a ser entregue para os médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social.

Dois meses se passaram até a realização e saída do resultado da tomografia. Essa, que também gerava grandes expectativas, foi frustrada por não indicar nada que pudesse compor um "*bom laudo*". As tecnologias médicas que escrutinaram o corpo de Salete não alcançavam as dores e o sofrimento psíquico que carregava seu corpo.

"*O que fazer?*", se perguntavam, mais uma vez, as técnicas envolvidas no "processo de reinserção" de Salete. Espero que até aqui tenha ficado claro ao leitor e a leitora que essa pergunta de encruzilhada faz parte do cotidiano administrativo dos abrigos. Pergunta para a qual a resposta, muitas vezes, é deixar que no passar do tempo algum caminho seja criado.

3.8.9 O "*F-19*"

Nos primeiros dias de trabalho de campo, um assunto tomava conta das rodas de conversa no Antônio Arthur: a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (o INSS), desencadeada nacionalmente em julho daquele ano (2015). Havia grande apreensão por parte de funcionários e, especialmente, usuários sobre o tempo de duração da greve e sobre a regularidade dos serviços prestados pelo INSS – daqueles que estavam e daqueles que não estavam paralisados.

Há dez meses, Jurandir aguardava o "*benefício da assistência para quem não dá para o trabalho*". Assim ele se referia ao Benefício de Prestação Continuada, mais conhecido por sua sigla: "*o bpc*". Aquele que institui o "pagamento de um salário mínimo a pessoas acima de 65 anos e a pessoas com alguma deficiência (física ou psíquica) que comprovem não poder se sustentar ou ser sustentada pela família" (BRASIL, 1995). Estava no abrigo para "*desenrolar esse benefício*".

Suas passagens pelas instituições do sistema socio assistencial e jurídico tiveram início na infância. Quando chegou, com vinte e poucos anos, ao Rio de Janeiro, já havia estado em duas instituições para menores – uma em Minas Gerais; outra em São Paulo – e por vários

abrigos e albergues. No Rio, logo depois de sua chegada, no início dos anos 2000, teve sua primeira "*passagem*" pela prisão. Depois, teve outras.

Jurandir se autodenominava F19 e também se referia a outros usuários assim: "*o F 29, que tem muita chance de conseguir o benefício*; *o B 20, que já é beneficiado, está ocupando a vaga que podia ser de outro*". O "*F-20*", o "*I-11*", o "*I-25*", o "*H-90*" e assim por diante.

Embora não soubesse seus nomes, sabia o código de classificação que eles teriam ou receberiam pelos médicos peritos do INSS. Essas classificações compõem o Catálogo Internacional de Doenças (CID) e é com base nesse catálogo que os médicos peritos do INSS fazem seus laudos, que depois são classificados como "*fortes*" ou "*fracos*", "*positivos*" ou "*negativos*" informalmente pelas equipes e pessoas usuárias, a depender do código em que elas são enquadradas.

"*Positivo*" seria o laudo que classifica a pessoa com uma doença "*incapacitante para o trabalho*"; "*negativo*", o laudo que a classifica dentro das categorias de doenças que não incapacitariam para o trabalho. Aqui, vale apontar, mais uma vez, que, como escreve Butler (2015, p.17), as molduras pelas quais aprendemos, ou não, a vida dos outros são operações politicamente saturadas. Em nossas cenas, de um cotidiano abrigal, onde a paralisação dos serviços do INSS desperta um alerta geral, justamente por ser esse cotidiano capturado pelas dinâmicas próprias desse Instituto, podemos ver, na prática, essas operações politicamente saturadas. O Catálogo Internacional de Doenças, também ele uma arena de disputas dos saberes biomédicos, torna-se, no chão do abrigo, a moldura na qual as dores e sofrimentos dessas pessoas pobres buscam ser conformadas. E as pessoas se tornam ativas em trazer as evidências de seu sofrimento como recurso, muitas vezes único, à superfície de seu corpo.

Também as equipes agem nesse sentido, como vimos acima, nas buscas pela "*cabeça*" e pelo "*ombro*" de Salete. Para pleitear o BPC, as técnicas fazem suas próprias triagens e investem mais ou menos naquelas pessoas que acreditam devam conseguir algum benefício ou avaliam que, sem benefício, aquela pessoa pode até estar em "idade produtiva" e aparentemente não ter nenhum impeditivo para a busca de um trabalho, mas que não conseguirá o trabalho "*por ser analfabeta, nunca ter trabalhado antes, estar com os dentes todos podres*".

Sendo o corpo inútil para o trabalho, a doença se torna um recurso social. É como coloca Didier Fassin (2003, 2014) quando propões a noção de *biolegitimidade* – a legitimação de direitos em nome do corpo que sofre, do corpo enfermo. O corpo sofrido, diz Fassin (2003, p. 53) "está dotado da sorte de um reconhecimento social que se tenta valer quando os outros fundamentos de sua legitimidade são esgotados".

A ida ao INSS costuma ser cercada de tensões, ansiedades e certo alvoroço. As expectativas em torno dos laudos que receberão as pessoas usuárias são compartilhadas também pelas equipes. Acompanhar os processos uns dos outros permite que se façam certas comparações e que se produza certo conhecimento sobre as tendências de produção dos laudos e sobre os médicos que os produzem.

Por parte das equipes de assistentes sociais e psicólogos, essas buscam em médicos fora do INSS laudos que as pessoas usuárias possam levar para os médicos peritos do INSS e que sejam "*bons laudos*" para ajudar no acesso ao Benefício. Uma psicóloga vai até o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) em que uma pessoa usuária é atendida para conversar com a equipe (psicólogo e psiquiatra) que a trata a fim de chegar a um acordo para a construção de um laudo que seja "*efetivamente relevante*", "*um laudo bem bom*", para o INSS. O caso dessa pessoa poderia ser tratado como "*dependência química*", laudo que durante um tempo no INSS poderia dar acesso ao Benefício, "*mas hoje eles estão negando benefício para pessoas com laudo de esquizofrenia, que não tem condição nenhuma de trabalhar. Imagina um laudo pra pessoa dependente química*", diz a psicóloga. A psiquiatra e a psicóloga se comprometem – então, cada uma desde sua instituição – a construir um laudo que "*não seja só um CID, que seja também descritivo, com o histórico das internações, com a lista de medicamentos, que fale sobre a incapacidade laborativa*". Esse conjunto de informações se apresenta importante, diz a psicóloga: "*lá no abrigo, nós temos uma vasta experiência em relação a isso, porque é Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas* [CAPS AD], *instituição que os médicos peritos já veem com preconceito*". Com laudos que sejam bem bons, elas buscam contornar os estigmas que recaem sobre "*álcool e drogas*" entre os médicos peritos do INSS. Conhecimento que vai sendo produzido a partir de práticas compartilhadas: psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais que se unem para produzir laudos bons para apresentar aos médicos do INSS. Nesses processos, o sentido de "rede" é avivado entre esses profissionais.

O laudo de Jurandir foi "*negativo*". Sua frequência ao CPRJ, suas internações, os remédios que tomava e lhe deixava "*doidão*" não foram suficientes, na avaliação do médico perito, para compor com o laudo psiquiátrico do médico do CPRJ onde constava apenas: F-19.2 – "Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas; Síndrome de dependência". Assim que recebeu o resultado do laudo, Jurandir foi desligado do abrigo por já ter esgotado seu tempo (estava lá há mais de nove meses). Juntou suas coisas e disse que iria passar um tempo na casa de sua ex-esposa: "*a mãe dos meus filhos, ela não pode arregar pra mim agora. Parece que ela ta tirando um tempo lá em Bangu* [foi presa]. *Ainda vou ajudar ela cuidando das crianças agora*". E depois, eu pergunto: "*depois*

eu volto pra Ilha [...] *eles vão ter que me dar esse benefício. Eu não tenho condições de trabalhar. Vou encher o saco de todo mundo lá* [no INSS] *até eles sacarem que eu preciso* [do Benefício]".

Robson, há três anos, fazendo o que queria fazer Jurandir, tornou-se "*beneficiário do bpc*". Da primeira vez que entrou no abrigo tentaram para ele laudos psiquiátricos e um laudo pautado em sua diabetes. Não deu. No CPRJ deram o temido laudo F-19. Três anos depois, reingressou no sistema de acolhimento e, "*mais magro, mais acabado, mais chapado*" conseguiu o benefício. Durante esses três anos, Robson rodou pelas ruas, chegou a acessar alguns CREAS, ficou em casas de parentes, viajou para Minas Gerais, e – depois de um inverno nas ruas do Rio – parou no Hospital com pneumonia. De lá, a assistente social conseguiu uma vaga para ele no Antônio Arthur. Quando nos conhecemos, ele já estava de partida. Era agora beneficiário, e iria alugar uma quitinete na Pavuna. Já tinha planos de trabalho: juntar um dinheiro, comprar umas mercadorias e montar uma banca na feira da pavuna.

As expectativas em torno do Benefício são acompanhadas de sonhos próprios para um futuro. O seu tempo de espera, é também tempo de perspectivar projetos – seja voltar para a família agora tendo uma fonte de renda, seja capitalizando esse recurso – e acalentar sonhos.

4 **MATILDE**

Quando o telefone tocou, naquele 24 de fevereiro de 2017 – sexta-feira de Carnaval –, e vi o prefixo 24 no telefone, sabia do que se tratava. Do outro lado da linha, Celina, irmã de Matilde, com voz chorosa, confirmava: "*ela não aguentou, Matilde se foi pro céu*". Minha reação foi dizer que que estava indo para lá, que queria velar seu corpo e acompanhar seu enterro junto à sua família. "*Não vem*", foi a resposta. Não havia tempo, tudo seria muito breve. Seu corpo não seria velado e seria enterrado logo, pois "*se não só depois do Carnaval...*".

Matilde adorava Carnaval. Em sua relação com a cidade do Rio de Janeiro, para onde "*fugiu*" quando completou 14 anos, o bairro do Estácio, onde fica a Marquês de Sapucaí, guardava centralidade afetiva. Era nele que ficava seu "*quartinho que tinha esse negócio de despejo*". Era nele em que ficavam pessoas que considerava sua "*segunda família*". Foi dele, e das pessoas dali, que fez questão de ir se despedir no dia em que voltou em definitivo para Volta Redonda, sua "*terra natal*".

Em 2015, quando nos conhecemos, estava para completar 50 anos. Ao ver a data de nascimento grafada em sua Certidão de Nascimento, disse que iria fazer seu mapa astral, desses que são feitos em sites da internet. "*Nem tenta*", ela retrucou. Sabia que precisaria do dia e hora exatos do nascimento e, embora essas informações constassem ali, elas não eram precisas. O ano, estava segura, era aquele mesmo: 1966. Dia e hora, no entanto, eram aproximados. Seus pais eram analfabetos, não tinham calendário em casa e moravam na "*roça*", região rural de Volta Redonda, no interior do estado do Rio de Janeiro. Parida em casa, sem registro hospitalar, seu pai demorou algum tempo até registrá-la no Cartório, tendo ficado registrado o dia e a hora em que isso aconteceu: às 11 horas da manhã do dia 26 de dezembro – um dia depois do Natal.

Matilde era a mais nova entre as cinco filhas que tiveram Maria de Jesus Barbosa e Marcelino Bernardo. Estava com 4 anos, em 1970, quando sua mãe faleceu. Na lembrança de Matilde, o pai "*logo arranjou uma madrasta*", de quem dizia ser "*uma mulher má*", "*abusada*" que a queria de "*escrava em minha* [sua] *própria casa*", obrigada a cumprir as tarefas domésticas que lhe pareciam muito pesadas. Com a morte da mãe, suas irmãs foram trabalhar "*em casas de família*" como "*domésticas para os barões do aço*" – como ela se referia aos patrões que ocupavam cargos executivos na Companhia de Siderúrgica Nacional localizada nessa cidade. Aos 12 anos, também ela foi encaminhada para uma "*casa de família*", depois outra, para ser doméstica. Seus patrões "*foram assim, como é que se fala? aproveitadores*". Eles não pagavam salários para Matilde, dispondo, apenas, de comida, cama e roupas: "*nunca me deram um tostão, esses aproveitadores*".

Dois anos depois, aos 14, Matilde "*foge*" para a cidade do Rio de Janeiro. Não conhecia ninguém na cidade e também não dispunha de dinheiro – "*não tinha um tostão nos bolsos*". Passou seus primeiros dias na Central do Brasil com os "*de menor*" até ser levada para a FEBEM; o ano era 1980. Das lembranças que tinha, conclui que "s*e dependesse de mim eu estaria lá até hoje. Era tudo muito organizado*". Diz ter passado os quatro anos seguintes nessa instituição até completar 18 anos, quando "*a assistente social me botou dentro da Kombi e me levou para Volta Redonda lá na casa da minha família".* Depois de alguns meses, apontando as mesmas insatisfações em relação à casa de seu pai e à madrasta – malstratos e imposições em relação às tarefas domésticas –, volta para a cidade do Rio de Janeiro, chegando, de novo, pela Central do Brasil. "*Aí cheguei na Central do Brasil e não gostei de lá porque já era bagunça assim como é até hoje. Só cheguei na Central e fui embora para a Zona Sul sem conhecer nada da Zona Sul. Aí peguei o ônibus sozinha e fui parar ali na Vinícius de Moraes, em Ipanema. **Aí comecei a minha vida***" (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016, grifo nosso).

Quando chegou no abrigo Maria Bethânia, em novembro de 2015, Matilde vinha acompanhada de sua namorada, a Soraya. Havia "*pego a van do recolhimento*" da SEOP, na Lagoa Rodrigo de Freitas onde estavam há poucas semanas, desde que Matilde saíra da penitenciária, em Bangu, onde passara aqueles últimos 10 meses cumprindo pena de reclusão. Levadas para a "*ilha*" (CRAF Tom Jobim), tiveram "*sorte*", pois ficaram lá "*só dois dias*" até conseguirem uma vaga no abrigo feminino, facilitada pelo fato de ser Matilde "demandante de tratamento de saúde".

A suspeita de um tumor em sua mama direita ia se confirmando com o aumento das dores. Durante o período em que esteve na prisão, tomava, de forma intermitente, 500 miligramas de Paracetamol para seu alívio. Recém-chegada no abrigo, não podia fazer uso de nenhum medicamento até que fosse na Clínica da Família pegar uma prescrição médica. Algumas facilitadas das funcionárias garantiam que ela pudesse tomar, vez ou outra, algum analgésico. Depois de três dias, foi encaminhada à consulta médica, voltando com a prescrição de 40 gotas de dipirona a ser administrada de seis em seis horas. As doses do remédio, que ficava trancado no armário das educadoras sociais e por elas eram administradas, pareciam, para Matilde, sempre insuficientes: "*60 gotas, no mínimo*", dizia ela entre a lamúria e o esbravejo. Mais uma vez, Matilde se via enredada a comandos de quando, como e quanto iria comer, beber e administrar as substâncias que aliviassem suas dores. Aparentemente, em seus cálculos, essa regulação compensava, posto que vinha acompanhada da facilitação do acesso aos serviços de que precisava. Não era a primeira vez que passava pelo Maria Bethânia. Da

outra vez, no final de julho de 2014, ficou por uma semana ali. Muitas foram as vezes em que esteve na "*ilha*" e "*antares*". Pela penitenciaria Nelson Hungria, aquela havia sido a última passagem das nove vezes em que esteve lá reclusa. "*De menor*", esteve na FEBEM. "*De maior*", circulou entre ruas, "*quartos de despejo*", abrigos e prisão.

Quando chegou no Maria Bethânia, dizia querer "*tirar*" seus documentos e "*correr atrás*" do que era seu "*de direito*", referindo-se a uma herança que seu pai teria lhe deixado. Dizia querer "*levantar*" sua vida, deixar ela "*arrumadinha*" para voltar a Volta Redonda "*que é a minha terra natal*". Os enunciados de seus desejos iam ao encontro das expectativas das equipes, do "processo de reinserção" através do "trabalho" e da "família", as duas dimensões desse "processo" mais valorizadas pelas equipes. "*Com fé em Deus* [dizia ela] *estou tendo toda a oportunidade para voltar para perto deles e eu vou voltar*". Iria trabalhar para ajudar suas irmãs, que "*já sofrem demais, sempre sofreram trabalhando nas casas de família*"; iria "*arrumar um emprego, nem que seja para vender alguma coisa na rua, qualquer coisa. Se eu não conseguir um emprego fixado, porque ta muito difícil, o desemprego está demais. Nem que for para vender água, fazer alguma coisa na rua, para me ajudar e ajudar minhas irmãs*". *Com a ajuda da minha boa vontade e com a ajuda do nosso Deus, porque eu sei que ele é um Deus vivo, eu vou continuar indo para frente. Até chegar na minha família e ficar lá direitinho*" (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016). Estava tudo ali: o desejo de retornar para a família, de conseguir um "*emprego fixado*", mas também estar disposta a fazer qualquer coisa para ter alguma renda, ajudar a família… um "*lindo propósito de vida*", como dizia Dinorá para Jéssica (Capítulo 3). As etapas do "itinerário institucional" (família, trabalho, autonomia) vão sendo apresentadas dentro de uma linearidade – o "*continuar indo em frente até chegar na minha família*". Nesse momento de dor e medo diante dos diagnósticos que se aproximavam, Matilde alimentava esses desejos como promessas. Ela iria "*mudar a vida*", se preciso fosse, para seguir vivendo.

Um mês antes de sua morte, nos falamos pela última vez. Nessa conversa, repetia muitas vezes que estava bem: "*eu to bem, viu*?" e ria, ria. Celina disse que ela estava alternando estados de lucidez e delírio, efeito das fortes dores de cabeça causadas pelo alastramento do tumor para seu cérebro e das doses, já insuficientes, de morfina que administravam em suas veias.

A equipe do abrigo, quando de sua chegada, passou a dar especial atenção aos seus encaminhamentos, sendo produzidos em tom de urgências e dedicação por parte da diretora, da psicóloga e da assistente social.

Nos primeiros dois meses de sua estadia no abrigo, eu a acompanhava a distância. Constrangia-me propor uma aproximação naquele momento em que seu corpo parecia tão frágil

e doído. As dores fixavam uma expressão facial franzida, e seus ombros, projetados para frente e para baixo, fixavam uma expressão corporal franzina, de fragilidade. Nada ali convidava para uma aproximação. Raramente me dirigi a ela, mas me coloquei muitas vezes fisicamente próxima, em silêncio. Nesses dias, nosso contato era mediado pelo cigarro. Ela se aproximava para pedir um cigarro e ficava por perto, eventualmente falando algo, até a última baforada, quando se afastava, frequentemente pedindo licença e se despedindo.

No início de 2016, a acompanhei, junto com a diretora e uma educadora social, a uma consulta médica. Durante o deslocamento, conversamos um pouco mais sobre qualquer coisa. Nessa consulta, o médico receitara 50 miligramas de Tramal duas vezes ao dia para o alívio das dores. Como esse medicamento não era distribuído nos postos de saúde, a equipe fez uma "*vaquinha*" para comprá-lo imediatamente. Por esses dias, quando o analgésico começou a fazer efeito sobre seu corpo, começamos a interagir um pouco mais.

Em uma de nossas conversas, onde narrava suas aventuras nas ruas da Zona Sul da cidade como "*guardadora de carros*" – mais especificamente na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde, por muitos anos, dormiu – disse a ela que poderíamos, um dia, passear por lá. Demostrei meu interesse em conhecer aquela Lagoa que ela me narrava. Havia, por um lado, interesse em conhecer mais aquela mulher e, por outro, propor um passeio que, pensava eu, seria um alívio para aquele corpo. Mas Matilde também tinha suas expectativas em relação àquela proposta. A partir desse convite, passou a me cobrar, com alguma insistência, o "*passeio*" na Lagoa "*para eu te dar uma entrevista*". O Carnaval se aproximava e comentei que iria viajar. Ela, então, pede para irmos na Lagoa no dia seguinte, um sábado. Preferia ir cedo da manhã para voltar para não perder o almoço no abrigo. Assim fizemos. Sem a companhia da Soraya que não se dispôs por causa do calor. Havia ali a demonstração de uma urgência, que naquele momento eu não percebia.

Assim que descemos do ônibus, me perguntou quando começaríamos a entrevista. Disse que não tinha pensado em entrevista formal, mas que eu registraria tudo na minha cabeça. Arrematei dizendo que a entrevista já estava acontecendo. "U*é, mas sem o gravador? Assim não vale. Você não trouxe o gravador?*". Eu, de fato, não havia levado gravador. Então, usei o celular. Sentamos em um bar na Lagoa, pedimos uma água com gás e – atendendo ao seu pedido – posicionei meu celular no centro da mesa, improvisei a primeira pergunta ("*me conta como você veio parar na Lagoa*") e ela começou sua narrativa: "*eu cheguei no Rio em 1985, com mais ou menos 18 anos. Bem dizer eu fiquei no educandário dos 14 aos 18. Depois fui para casa dos meus pais, mas fiquei muito pouco tempo, depois fui para a rua. O primeiro lugar do Rio de Janeiro que eu conheci, na zona sul, bem dizer, foi a Vinícius de Moraes ...*". Sua fala

estava pronta. E, em quase três horas de conversa, sem que tivesse tomado um gole de água, Matilde foi de heroína das ruas a vítima das instituições com a mesma gana narrativa. Uma entrevista sem titubeação, silêncios ou pausas; uma entrevista assertiva. Depois de 187 minutos ligado, desligo o gravador assim que ela pergunta: "*está satisfeita?*". Imediatamente respondo: "*eu estou, e você está satisfeita?*", "*sim, missão cumprida!*".

Saímos em direção ao ponto de ônibus e, enquanto tentávamos atravessar uma movimentada avenida, Matilde me perguntou se eu tinha "*um dinheiro para emprestar*". "*Oitenta reais*". Disse querer comprar um isopor e mercadorias para vender durante aquele Carnaval. Eu sabia que não seria propriamente um empréstimo. E sabia que, uma vez que outras mulheres que estavam no abrigo soubessem do empréstimo, eu me tornaria ponto de convergência de muitas demandas, especialmente as econômicas, das quais nunca daria conta. Mas, naquele momento do pedido, essas questões não passavam de impressões vagas e confusas. O que eu tinha claro é que aquela quantia seria, para mim, dispendiosa. Naquele momento, só pude dizer a ela que dentro em breve voltaria no abrigo e veria se conseguiria essa quantia. O Carnaval se aproximava e a entrevista era um dos recursos, ou capital, que Matilde tinha para "*levantar",* ou *"fazer um dinheiro*". Por isso, ela ficou muito decepcionada quando lhe disse, dois dias depois, que não teria como fazer aquele empréstimo.

Depois do Carnaval, volto ao Maria Bethânia. Assim que chego, como quem estivesse ansiosa me esperando, a psicóloga me chama em sua sala para falar sobre Matilde. Disse que havia emprestado um isopor a ela e que ela conseguira uma "*uma boa grana*" para comprar mercadorias. No entanto, diz decepcionada, "*chegou aqui no domingo* [de Carnaval] *sem isopor, sem nenhum dinheiro dizendo que roubaram sua mercadoria e quebraram seu isopor*".

Já não era mais uma suspeita de que Matilde havia "*enrolado*" todo mundo e pego o dinheiro para se "*divertir*" no Carnaval. Quando voltei, já era uma certeza compartilhada por todas ali. Não seria a primeira vez. No final do ano de 2015, a diretora autorizou Matilde a passar uma noite fora, "*guardando carros*" na Vinícius de Moraes. No dia seguinte, ela chegou sem nenhum dinheiro, com odores de álcool na boca, e narrando uma aventura que envolvia seu espancamento por um Policial Militar chamado Rambo, um velho conhecido seu. A psicóloga, nesse momento, me advertiu de que eu não deveria dar dinheiro às mulheres que estavam ali, pois "*com dinheiro na mão, o mínimo que seja, elas se transtornam, bebem e põem por água abaixo o processo de reinserção que a gente vem construindo com elas*". Essa não seria a primeira e única vez em que o dinheiro é tomado como peça central das negociações em torno dos "processos de reinserção" e "desenvolvimento da autonomia".

Se, quando eu saí do abrigo, as técnicas estavam envolvidas com Matilde e suas demandas, agora, no meu retorno, a via isolada. Já não era mais como uma sofredora que necessitava de atenção médica que ela era vista. Agora, repetiam constantemente que ela era "*mó 171*" – número que faz alusão ao crime de estelionato descrito no Código Penal como forma de "obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento". Se, antes, a equipe se mobilizava para fazer vaquinhas e comprar seu medicamento, dispunha da *van* para suas consultas, tolerava-se que ela ficasse deitada na cama quando estava com dores, agora, passavam a tratá-la com o rigor com que as outras usuárias sem tumor mamário eram tratadas. Ao pular Carnaval, Matilde havia traído a imagem que mobilizava e sustentava a compaixão das demais em torno de sua doença e que fazia com que a equipe se movimentasse em ritmo de urgência para encaminhar suas demandas.

É nesse vácuo de interesses sobre ela que eu retorno ao abrigo e passo a acompanhá-la em suas andanças para acessar os Serviços de Saúde, seu pecúlio, Benefícios (Bolsa Família, BPC, RioCard) e morada. Não estava atrás da sua "verdade". Pelo contrário, havia ficado profundamente tocada com sua estratégia para pular Carnaval e estava intrigada com suas performances e estratégias para acessar cada um desses espaços e – é claro – para mobilizar em mim e em outras agentes a compaixão e desejo em ajudá-la. Nesse vácuo de interesses sobre ela, me interessei ainda mais em, de alguma forma, poder ajudá-la em seus (longos) percursos até ela chegar em sua família.

Depois da entrevista realizada na Lagoa, eu ficara mais mobilizada com sua trajetória. Matilde fugira de algo que lhe figurava como um destino penoso – o trabalho doméstico na casa dos barões do aço. Aquela fuga não era somente sua. Havia algo ali de um passado escravista que pulsava por interrupção. Camadas temporais eram sobrepostas naquele corpo de mulher preta que impunha sua existência, não como doméstica ou babá, naquele cenário de novela de Manuel Carlos em que ela escolheu viver.

4.1 **O corpo adoecido**

O corpo adoecido de Matilde a levou até o abrigo. E, uma vez ali, seu itinerário institucional e seu cotidiano foram marcados pelos afazeres em torno dele. O texto a seguir traz os percursos de Matilde, os meus e os da equipe técnica do abrigo Maria Bethânia sobre e entre exames, consultas médicas, diagnósticos e prognósticos.

4.1.1 O resgate dos exames

"*Uma palhaçada*" foi a expressão usada por Dinorá, a diretora do Maria Bethânia, para se referir às dificuldades que a equipe estava tendo em "*encontrar*" os exames de imagem (mamografia e ecografia) que Matilde realizara enquanto cumpria pena de reclusão. Ao sair, "*em liberdade*", não lhe foram entregues esses exames. Nas palavras de Matilde, eles "*continuaram presos*". A equipe ligou para a penitenciária solicitando os exames e obtiveram informações de que a documentação deveria ser solicitada judicialmente à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária. Como dizia Matilde, "*só com a ordem do juiz*". Mas também foram informadas que esse seria o "*procedimento corrente*", porém "*não seria o único*". Encaminharam, então, como uma tentativa alternativa ao procedimento corrente, um ofício para a Coordenação de Gestão de Saúde da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária solicitando a "*documentação médica*" de Matilde – os tais exames de imagem. No ofício, deram destaque a "*debilidade da saúde de Matilde*", e frisaram necessitar dos exames já realizados para que não fosse necessária a realização desse exame mais uma vez e o tempo de espera que envolve a marcação no Sistema de Regulação de vagas (SISREG). Tal procedimento, a marcação pelo SISREG, além de demorado, necessitaria do CPF que ela ainda não possuía. Arriscam solicitar "*com máxima urgência*" os exames devido ao estado de saúde de Matilde. A resposta que receberam ratificava o procedimento corrente: "*só com ordem judicia*l" os exames poderiam ser liberados.

Matilde havia saído "*em liberdade*" da Penitenciária Nelson Hungria em 06 de outubro de 2015. Um mês depois, integrantes do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) estiveram nessa penitenciária desde onde produziram um relatório em que destacavam que "a falta de atenção médica" havia sido a principal "demanda" levada àquelas integrantes: "em um retrato de total desamparo às presas com quadro de leucemia, com laudo para transplante de coração, diagnóstico de HIV e problemas renais, e relatos ainda de necessidade de cuidados: oftalmológicos, com pedra na vesícula, transtornos psiquiátricos, ortopédicos e caroço nos seios" (MEPCT/RJ, 2016, p. 57). A busca pelos exames de Matilde, dá pistas de como determinados mecanismos de administração desses corpos apenados podem se estender para fora das grades.

A desconfiança de que os exames estavam "*perdidos*" dentro da Penitenciária e que a resposta "*só com ordem judicial*" seria uma "*desculpa*" para criar um contratempo, ou um tempo de distração, que demorasse, e, porventura, inviabilizasse essa busca, mobilizou a equipe técnica a fazer "*atalhos*", como se referiu Dinorá ao narrar o que vem a seguir.

Matilde disse não lembrar onde teria realizado os exames, posto que fora levada em um camburão todo fechado do Serviço de Operações Especiais (SOE). Mas se lembrava que o deslocamento não foi muito demorado e que, na volta da Clínica, havia prédios altos. A partir dessas informações, a equipe do Maria Bethânia supôs se tratar de clínica localizada na Zona Oeste da cidade, região em que fica o Complexo Penitenciário de Gericinó. Uma lista de Clínicas Médicas que realizava exames de imagens nessa região foi levantada, e a equipe passou a ligar para elas na expectativa de encontrar o lugar onde teriam sido realizados os exames e da possibilidade de solicitá-los novamente.

Aproximavam-se já as festas de final de ano e Dinorá estava "*aflita*", dizendo precisar "*agir sobre essa situação*". Não queria levar esse "*problema*" para o ano que entrava. Como um desafio pessoal, precisava "*encontrar os exames para passar a virada* [do ano] *sossegada*". Num dia escaldante de quase verão na cidade, Dinorá convocou Matilde e Tom – o motorista da *van* – para irem até a Zona Oeste. Com a lista de clínicas, seus endereços e o GPS do celular de Tom "*rodaram por tudo* [clínicas]" perguntando, uma por uma, sobre os exames de Matilde. Não encontraram nada.

Foi de uma Clínica Municipal de Saúde em Campo Grande, próximo ao Complexo de Gericinó, que, nos primeiros dias do ano seguinte, receberam a ligação de retorno. O prontuário de Matilde havia sido encontrado ali. O ânimo de Matilde e da equipe técnica do Maria Bethânia renovaram-se.

4.1.2 Primeiras Consultas

No prontuário não estavam os exames de imagem e, depois do exame de toque, o médico propôs fazer a biopsia naquele momento, sem os instrumentos de ultrassom e sem anestesia. Isso tornaria o procedimento mais doloroso, mas adiantaria o "processo". Nas palavras de Dinorá, eufórica, "*queimaria uma etapa*" – a da solicitação e espera de sua realização. Com o resultado desse exame, em tendo o diagnóstico da malignidade do tumor, ela poderia ser encaminhada para um dentre os dois hospitais públicos especializados no tratamento de câncer de mama onde iniciaria o tratamento e realizaria todos os exames. Sem o resultado, deveria percorrer pelo SISREG e clínicas de realização de exames, o que tornaria o processo mais moroso.

E foi o que acabou acontecendo. O resultado da biópsia não acusou malignidade e, com tal resultado, nada poderia ser feito. Mas deveria. Matilde teria de realizar uma "*biópsia mais especializada*". O médico disse ter tentado ajudar "*agilizando o processo*", mas que não poderia

fazer mais nada, posto que o endereço de residência da paciente não era mais no raio de atenção daquela Clínica. O que ele poderia fazer – e fez – foi um relatório com o histórico de intervenções e resultados dos exames de Matilde para que fosse entregue na Clínica da Família próxima ao local de sua residência.

No atendimento na Clínica da Família – próxima ao abrigo, dias depois – a médica realizou seu cadastro no SISREG e lhe solicitou uma série de exames: Raio X da mama, mamografia e ultrassonografia mamária. Com exceção do raio X, os outros dois exames foram marcados para serem realizados em clínicas médicas particulares (conveniadas com o SUS) na Zona Oeste da cidade. Para todos esses exames, Matilde foi levada na van do abrigo, o que nos dá a dimensão do que falava Damião (Introdução) sobre as dificuldades de realizar um tratamento "fora da rede". Se o atendimento médico deve ser referenciado no território de "moradia" da pessoa, para os exames não se tem a mesma exigência, fazendo com que as pessoas tenham que, inevitalvelmente, se deslocar pela cidade até ter os exames e voltar ao seu territorio de referência. E esses deslocamentos são, para muitos, um entrave.

Depois de um mês, Matilde foi à primeira consulta ginecológica no Hospital Federal dos Servidores do Estado (HSE) onde lhe solicitaram novos exames e mais um mês se passou até o retorno à segunda consulta. O resultado da biópsia confirmava a malignidade do tumor e, por fim, foi "aberto um prontuário". Seis meses após chegar no abrigo, é dado início ao tratamento do câncer mamário. Uma série de exames lhe é solicitada, e todos seriam realizados no próprio Hospital. O alívio é visível nos olhos das técnicas e da diretora que estavam também preocupadas com todas as demoras em iniciar um tratamento que, "*a olho nu*", sabia-se ser urgente.

***

Na primeira consulta com a equipe que lhe atenderia dali por diante, a médica lhe receitou 30 miligramas de Codeína, a ser ingerido de seis em seis horas e 500 miligramas de dipirona, de quatro em quatro horas. As doses de codeína, dipirona e a realização das sessões de quimioterapia fizeram com que as dores cessassem. Um dia encontro Matilde feliz: "*Se não está doendo é porque está diminuindo, né? Deus está agindo em minha causa*". Por essa época, depois de aberto o prontuário no Hospital e dado início ao seu tratamento, Matilde estava se dedicando a frequentar uma Igreja Universal que havia perto do abrigo. Finalmente relaxada, ela dizia: *"Deus está sendo muito bom para mim. Botou no meu caminho médicos excelentes. Não vejo a hora de ganhar o meu benefício para dar um bom dízimo para a igreja*".

4.1.3 No tempo olímpico

A médica ginecologista olha o resultado dos exames antes solicitados: tomografia da coluna, do tórax e do abdômen. Poucas perguntas. Depois de alguns minutos anotando esses resultados, disse que, quanto aos ossos, ela estava bem – não havia metástase para os ossos. Mas faltou a folha onde estaria o laudo da tomografia de tórax. Havia ali apenas uma nota onde apontava "*uma doença no pulmão*". Esse resultado seria importante, pois a partir dele poder-se-ia saber se essa doença no pulmão se tratava de metástase ou de "*doença relacionada ao cigarro*". Diz também que se não fosse metástase, eles poderiam fazer uma cirurgia para a retirada do tumor. Caso fosse, eles fariam os cuidados paliativos. Matilde chora; "*não chora, a gente ainda não sabe nada*", disse a médica. Com seu lenço azul usado frequentemente para limpar o suor de seu rosto, limpa as lágrimas que lhe correm de um choro contido, tímido. Nesse momento me aproximo e a abraço; e esse foi o primeiro e um dos raros abraços que nos demos.

A médica nos orienta a ir até o Setor de Raio-X solicitar esse laudo, que deveria ter ficado lá – tratava-se não mais do que duas folhas, ela nos disse. Fomos ao Setor de Raio-X, ao Setor de quimioterapia, ao Arquivo Médico, e não o encontramos. Saimos de lá sem o resultado do exame, na torcida para que ele estivesse no abrigo – onde também não estava.

Durante esse percurso, marcado por silêncios, e trêmulas pronúncias, tivemos uma breve conversa. Matilde me perguntou "*o que a médica quis dizer com cuidados paliativos?*". Perguntei "*como o que ela quis dizer?*", insinuando não estar entendendo o que estava sendo perguntado; eu precisava me certificar do que ela queria (ou podia) saber para balizar até onde eu poderia dizer: "- *Isso, o que é cuidado paliativos? - São tratamentos para aliviar as dores. - Mas isso é bom!* [disse com um semblante alegre] - *Sim, isso é bom e importante. - Mas se eles conseguem aliviar a dor, não conseguem me curar? - Talvez não, mas podem fazer com que você não sinta dor... - Então eu vou ter que me tratar pro resto da vida? - Talvez sim… - Vou ter que frequentar esse hospital para sempre?* [disse com seu semblante retraído em expressão de choro] - *Talvez não. Só se não der para operar… - Vai dar! - Isso!* (Notas de Campo, *Cuidados paliativos*, julho de 2016)

Ao final dessa manhã, estávamos fisicamente exaustas: havíamos percorrido vários setores do Hospital atrás de duas folhas de papel que continham um importante laudo; e Matilde emocionalmente abalada processando prognósticos. Dinorá foi nos buscar com o motorista do abrigo. Pergunta como foi a consulta, o que a médica disse. Matilde me olha e pede para que eu fale. Quando digo sobre a doença no pulmão, Dinorá, sem hesitar, diz que ela mesma tinha calcificações no pulmão em função da tuberculose, por ter trabalhado muito tempo com pessoas

que tiveram e completa "*você morou muito tempo na rua, deve ser isso*". O sorriso que toma sua face é indisfarçável. Parece que ali foi jogada uma fina corda para que ela se agarrasse até aparecer o laudo do exame.

Na semana seguinte, já conformadas em não encontrar o laudo da tomografia torácica, voltamos ao Hospital para procurar a médica ginecologista e solicitar novo requerimento desse exame. Só que fomos em um dia em que ela não trabalhava. A secretaria do Setor de ginecologia nos orientou a solicitar esse requerimento com o médico do Setor de oncologista. Assim fizemos e, depois de aguardar uma hora e quinze minutos, ele entrega à Matilde o requerimento para uma "tomografia do tórax". Dirigimo-nos para o Setor de marcação de exames de Raio-X, lá onde nos entregaram o resultado dos exames de imagem faltando as duas folhas de laudo. Decidimos que, antes de pedir nova marcação, seríamos mais enfáticas no pedido de busca pelo velho laudo. Matilde pede para que eu fale, diz estar "*muito nervosa*". Eu reconto o caso para a atendente que já nos havia atendido, e ela se encaminha até uma sala anexa dizendo que tentaria "*achar*" o exame perdido. Delega a um terceiro funcionário e volta à sua função original que seria a marcação de exames. A fila anda. O rapaz demora. Matilde se exalta. Queria sair para fumar um cigarro. Diz preferir "*parar de procurar, não vão achar mesmo*", querendo marcar logo o exame para outra data. O rapaz volta com um papel na mão e nos animamos. Ele tem uma explicação para nós. "*Olha*", diz o rapaz, "*você não fez esse exame. O que você fez foi tomografia torácica. O que está sendo solicitado aqui é tomografia do tórax*". Eu digo que não, que ele deveria estar fazendo alguma confusão, pois torácica se referia a tórax. Ele revida, dizendo que trabalha com isso há anos. Eu também revido, reafirmando o que havia dito. Matilde interfere dizendo que é melhor "*deixar quieto*". Talvez me vendo mais nervosa do que ela, assume a fala e pede para que ele marque logo outra data para aquele exame. A atendente que faz as marcações pega o requerimento e pede para que esperemos. Vemos a fila aumentar e diminuir, aumentar e diminuir. Então, ela nos chama e entrega o comprovante de marcação: "Marcação Tomografia de Tórax – 09/08/2016, 8h".

O exame fora marcado para exatos cinquenta dias depois. Eu me arrependo de ter revidado o argumento do atendente. Vejo aquela data distante e penso ter sido a responsável. Raramente eu falava por Matilde, muitas vezes me afastava dos balcões de atendimento para não atrapalhar qualquer possível história que ela viesse ou quissese contar para facilitar seus acessos. Sua desenvoltura me impressionava e me colocava como uma presença reconfortante, uma companhia. Mas, quando sentia medo ou estava nervosa, pedia para que eu falasse. Aquela fala eu amarguei até a consulta seguinte com o oncologista.

A esse, quando perguntou se o exame havia sido marcado, Matilde respondeu com um lacônico "*sim*" e eu complementei com a narrativa de nossa saga, ao que ele responde: "*cinquenta dias? até que foi rápido. Devem ter colocado como urgência porque senão demoraria muito mais*". Eu lhe pergunto se ele não achava aquilo um absurdo, relembrando da perda do laudo. Ele concorda ser um absurdo, meio ironicamente, mas diz que aquilo era comum.

Nesse mesmo dia, Matilde tinha uma sessão de quimioterapia, e eu deveria ir atrás de algum médico que pudesse trocar o receituário de dipirona que lhe havia sido passado na semana anterior. Na Clínica da Família (CF) onde ela pegava o medicamento, só havia dipirona de 500 miligramas, e o receituário prescrevia dipirona de 1 grama. Dinorá tentara negociar com a farmacêutica da CF para que ela pudesse tomar dois comprimidos de 500 miligramas, mas não havia essa possibilidade, pois elas precisavam controlar os estoques com os receituários. Não consigo trocar o receituário, pois, segundo a explicação de uma enfermeira, "*os médicos só podem dar a receita durante a consulta da paciente, porque as folhas de receituário são controladas*". Então, só na semana seguinte, quando Matilde teria nova consulta, é que esse embaraço poderia ser resolvido.

Os dispositivos de controle e regulação dos estoques de medicamentos e de receituários eram apresentados como mais eficientes do que os dispositivos de controle e regulação da produção e entrega dos resultados de exames. A fragilidade das desculpas dadas para Matilde, e para mim, primeiro em relação à busca do laudo de seu exame, depois em relação ao requerimento de novo receituário, e podemos também aqui incluir a explicação dada pela SEAP para não liberar seus exames, nos remete à *vulnerabilidade* de que nos fala Venna Das (2007, p. 177-179) quando pensa a reivindicação de legitimidade do Estado em face a óbvias falsificações, a corrupção dentro de seus próprios procedimentos e a mimese de suas estruturas. A fragilidade das desculpas não deixa de produzir efeitos perversos e duradouros, que, nos casos aqui em questão, foi uma fúnebre postergação de tratamentos de urgência.

Entrei na sala em que são realizadas as sessões de quimioterapia. Matilde estava ali sentada em uma cadeira e me pediu para que eu ficasse ao seu lado, como era de costume quando eu a acompanhara. Na televisão passava o RJTV 1º Edição (um programa jornalístico local da Emissora Globo). Uma professora foi assaltada dentro da UERJ Maracanã: mostraram os corredores vazios; disseram que a Universidade estava em greve, mas que algumas pessoas continuavam trabalhando. Outra reportagem lembrava faltar 51 dias para os Jogos Olímpicos do Rio. Penso que Matilde realizaria a tomografia um dia antes da abertura dos jogos; nesse dia, o comitê organizador dos jogos recebia as chaves da Vila Olímpica. Aparece o Presidente

do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach, dizendo que a Vila é uma das mais bonitas que ele já viu. O repórter pergunta se ele teme que alguma obra não fique pronta (faltava o Velódromo, a Arena do Vôlei de Praia e o Metrô). Ele é assertivo em dizer que não teme; acredita que todas ficarão. O tempo de espera de Matilde será o mesmo tempo para a finalização de uma arena de vôlei, um velódromo e um metrô. E eu, sem o mesmo otimismo de Thomas Bach, temo que, dentro desse tempo de espera, contratempos o façam aumentar (Nota de Campo, *tempos olímpicos*, 26 de julho de 2016)

4.1.4 Última Consulta

Assim que o resultado da tomografia de tórax ficou pronto, foi marcada uma consulta com o médico oncologista que vinha fazendo as prescrições para as sessões de quimioterapia da Matilde. Para essa consulta, no entanto, havia grande expectativa. A partir do laudo da tomografia, seria definido o tratamento que ela seguiria – se cuidados paliativos ou operação. A esse prognóstico, estava atrelado seu futuro no abrigo, inclusive, posto que a equipe vinha sinalizando não ter condições de Matilde permanecer ali em um momento pós-cirúrgico. Com o resultado da tomografia torácica, ou do tórax, em mãos fomos para a consulta. Nesse dia, chego ao abrigo e Matilde me interpela com uma lista mental, que eu deveria decorar também, de coisas que ela queria "*pedir para o doutor*": receita de codeína; de dipirona; de óleo mineral; e "*vou pedir umas vitaminas pra ele, eu estou muito fraca*". Repete em voz alta algumas vezes e me lembra que eu não posso esquecer pois ela iria esquecer: "*esse homem me deixa muito nervosa, ele é muito grosso. Quando eu chego lá esqueço tudo*".

Depois de três horas de espera, o doutor chama Matilde. Entramos. Pergunta se ela fez os exames de sangue e se já tem o resultado da tomografia. Ela os entrega, ele olha apressadamente e sai. Volta com um bloco de requerimentos. Senta na cadeira e começa a preenchê-los. A sala, muito pequena, tem uma mesa com duas cadeiras, uma em frente da outra; sobre a mesa, um computador desconectado da tomada; uma maca sobre a qual há uma pasta/arquivo aberta e papéis (exames) espalhados; um cilindro de oxigênio com seu tubo enferrujado; uma estante com alguns poucos livros onde um se sobressai – um livro grosso escrito, em sua lombada, a palavra câncer em letras garrafais. Um mural completa a composição da sala. Ali, uma folha contendo uma tabela com preços de medicações. A porta fica aberta. O médico interrompe o preenchimento dos requerimentos (já havia preenchido várias vias do mesmo requerimento) e sai da sala. Para no corredor para fazer uma reclamação de uma funcionária para outro funcionário. Volta. Senta. Continua o preenchimento de mais uma via

do mesmo requerimento. O acompanhante de outra paciente para na porta para falar com ele. Esse lhe dá atenção, solicita a entrega de alguns papéis e dá outras ordens. Sai novamente da sala. Nesse momento, Matilde pede para que eu a ajude. Diz que está nervosa. Ele volta, senta, levanta, sai. Volta trazendo mais um bloco de requerimentos. Preenche mais alguns. Matilde, num ímpeto, diz que está com prisão de ventre, queria a receita de óleo mineral. Ele pergunta: "*onde você mora mesmo, Matilde?*"; ela responde, "*no abrigo*". Silêncio. Continua preenchendo papéis com nomes de medicamentos. Não responde à solicitação de Matilde.

Aquela consulta estava acontecendo como vinham acontecendo as anteriores. Não havia, como era nossa expectativa, espaço para uma conversa sobre o que se figurava como "*os próximos passos*" no tratamento de Matilde. Em um ímpeto, tentando interferir no rumo daquela cena, pergunto: "*e o laudo do tórax, doutor?*"; ao que ele responde: "*é, mostra que tem metástase. A gente na verdade já suspeitava isso, foi só uma confirmação*". Matilde me olha com olhar de aflição, um quase choro, sussurra a palavra metástase e, depois de alguns segundos de silêncio, pergunta: "*não é por causa da água que eu tive na pleura, senhor?*" "*É, provavelmente está relacionado a isso aí*", ele responde. Um sorriso se abre em sua face. Depois de preencher, carimbar e assinar uma dezena de folhas, de reclamar de uma funcionária, orientar o acompanhante de outra paciente, fazer uma questão aparentemente desconexa à Matilde, comunicar que a paciente estava com metástase sem parar de preencher papéis, dizer para ela marcar as sessões de quimioterapia com a enfermeira e entrega-lhe os requerimentos, ele levanta da cadeira e sai dizendo "*até logo*".

Sozinhas, naquela salinha que parecia tão gelada, Matilde sentenciou: "*deve ser a água na pleura*". A água na pleura era o que de mais sólido se apresentava para ela esperançar. E esperar. Nada lhe foi explicado. O tratamento paliativo não foi mencionado. Na saída do Hospital, enquanto acendia um cigarro, Matilde lembrou: "*esqueci de pedir as vitaminas*".

4.1.5 Emergência

Matilde foi morar em Volta Redonda e fazia, semanalmente, uma viagem para o Rio de Janeiro para as sessões de quimioterapia. Vinha acompanhada por sua irmã Celina, e eram trazidas pela van da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda. Numa tarde, sou surpreendida por muitas ligações telefônicas com o prefixo 24 e imagino que Matilde tivesse falecido. Quando retorno à ligação, era Celina – aos prantos – dizendo "*minha irmazinha está se indo*". Diz que ela estava muito mal na emergência do Hospital dos Servidores; como eu

estava ali perto, cheguei em poucos minutos. Encontro-as na Emergência do Hospital. Celina, aos prantos, dizia temer perder sua irmã, dizia e repetia: "*recém reencontrei ela. Não é justo*".

Vieram de Volta Redonda para internar Matilde que estava com fortes dores de cabeça. A médica que a atendeu pediu uma tomografia cerebral, desconfiando que havia metástase em seu cérebro. Para a realização do exame, seria necessária a injeção de um líquido para contraste. Não conseguindo "*pegar a veia*", a enfermeira faz algumas tentativas dolorosas ao que Matilde responde aos prantos. Grita para parar. Sua irmã a segura para ajudar a enfermeira. Outras enfermeiras se aproximam para "*conter a paciente*". Comentam que a paciente "*tem que ajudar*", ter "*paciência*" e ser "*forte*". Uma sugere que é "*birra*". Converso com a médica responsável. Pergunto se é necessário o contraste. Digo que Matilde está com metástase no pulmão e que, provavelmente, também com metástase no cérebro. Ela diz que o contraste poderia dar uma melhor definição do tumor. Peço, então, para que interrompa a tentativa de pegar a veia e digo que o que ela precisa no momento são cuidados paliativos. A médica concorda e acata meu pedido. Realizam o exame sem contraste. Enquanto realizam o exame, comento com algumas enfermeiras que estão ali à volta e que tinham se envolvido na contenção de Matilde, que ela era "*moradora de rua*" e que encontrara a família fazia pouco tempo. E que agora estava "*condenada*" com metástase por todo o corpo. Elas se afetaram com a história – "*coitada*", "*coitadinha*". A enfermeira que carregou Matilde na cadeira de rodas até a emergência a entregou para outra enfermeira dizendo "*cuida bem dessa florzinha*". Matilde diz que tem muita fome, quer comer um mocotó e tomar uma Coca-Cola. Eu saio do hospital em busca e retorno com um caldo de feijão e uma gasosa. Encontro-a comendo um sanduiche e tomando coca – "*foi a enfermeira boazinha que me deu*".

No dia seguinte, retorno para visitá-la, agora já em um leito. Pergunto para uma enfermeira no guichê onde é o leito de Matilde. Ela pergunta: "*aquela que é moradora de rua e encontrou a família?*" e me leva até lá. Pergunto se estão a tratando bem. "*São muito boazinhas as enfermeiras aqui. Me cuidam muito* [risos]. *Só o médico que é grosso*". Não sei se foi o "cuidado paliativo" ou os elementos pinçados de sua história (moradora de rua que recém encontrou a família), ou ambos, que sensibilizaram as enfermeiras para o cuidado carinhoso com Matilde. Sai do hospital feliz em saber que ela estava se sentindo bem cuidada; e arrasada em pensar que aquela deveria ser a última vez que a veria.

4.2 **Morada**

"*Ali eu comecei a minha vida*", disse Matilde, se referindo à rua Vinícius de Moraes, que conheceu aos 18 anos, quando chegou, pela segunda vez, na cidade do Rio de Janeiro vinda em fuga de Volta Redonda. "*Depois da Vinícius de Moraes é que eu fui conhecer a Lagoa Rodrigo de Freitas, no corte do Cantagalo, perto dos pedalinhos. Comecei a dormir ali debaixo do Viaduto, depois debaixo da Passarela, sempre eu e Deus*" (Entrevista na Lagoa Rodrigo de Freitas, 30 de janeiro de 2016).

É aos 18 anos e nessa Rua (Vinícius de Moraes), e não qualquer rua ou simplesmente "na rua", que escolhe para marcar o "*início de sua vida*" na narrativa que constrói sobre si. Nessa, um mapa afetivo da cidade vai sendo produzido e as marcações estigmatizantes dos espaços, reproduzidos. Nele, Matilde se afasta da região da Central do Brasil – historicamente marcada pela presença dos "meninos de rua", de "moradores de rua", lugar estigmatizado como espaço da "desordem" e da "bagunça" (BIRMAN *et al*, 2014; ROBAINA, 2015) – e vai se aproximando da riqueza, da ordem e assepsia marcados no imaginário social sobre a Zona Sul. Através da contraposição dessas regiões da cidade vai operando uma *limpeza moral* (LEITE; MACHADO, 2007) de sua imagem e a afirmando nesse espaço da ordem e da riqueza, não no da desordem e pobreza.

Em meados dos anos noventa, começou um namoro com uma garota nascida e criada no bairro do Estácio indo morar com ela ali, dividindo um quarto de pensão, só as duas: "*mas como é que se diz? Era um quarto que tinha esse negócio de despejo. Na época era o prefeito Conde. Eu já morava ali há muitos anos. Eu pagava aluguel ali há muitos anos. Mas o Conde veio com o negócio da Cidade Nova, que até hoje lá ainda tá em obra. Fez um despejo de várias famílias. Uma das famílias que saiu foi a minha. E as famílias que tinha lá – que tinha criança, pai de família, mãe de família – saíram de lá sem receber nada. Eles não deram nenhum tostão. Algumas famílias receberam, mas outras não receberam. Dali eu fui despejada e tive que vir para a rua. Aí foi de vez. Nunca mais tive nenhum quartinho na minha vida*" (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016).

Os "*negócios de despejo*" vêm de longe. Carolina Maria de Jesus denominara a favela como o quarto de despejo de uma cidade: "[...] quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos" (JESUS, 2014, p.195). Na cidade do Rio de Janeiro, já houve as remoções de Pereira Passos e, embora Eduardo Paes tenha ficado com a

alcunha desse seu antecessor, os projetos do "progresso" não pararam e os despejos também não.

"*Isso foi no primeiro mandato do* [Luís Paulo] *Conde*. [...] *E sabe para que ele despejou nós? Para fazer um senhor posto de gasolina da Ipiranga. Olha só...e esse posto de gasolina não existe mais. É na Avenida ali, Salvador de Sá, Estácio de Sá. Depois do batalhão ali tem uma pracinha, ali tinha um posto de gasolina, e despejaram nós para fazer aquele posto de gasolina. Fizeram aquele posto de gasolina e hoje em dia não existe mais aquele posto de gasolina! Não é nada! A Apoteose* [também conhecido como Sambódromo] *tomou aquele pedaço para poder fazer obra. Qualquer um que passar ali vai ver que tinha aqueles casarão. Aqueles casarão não existem mais. Fizeram o posto de gasolina e o posto de gasolina não existe mais. Muita gente foi parar na rua. Não teve nem lugar para ficar*" (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016).

Antes das remoções que marcaram a cidade olímpica (Capítulo 1), o quarto de Matilde já fora alvo de despejo. E ela insiste em chamar a atenção para o que foi construído ali: um posto de gasolina. Um posto de gasolina que, depois, foi desativado para se tornar canteiro de obras da Apoteose. Toda vez que passávamos por aquele terreno, e passamos muitas vezes de ônibus por lá, ela me apontava e repetia as mesmas falas. Matilde chamava a atenção para a *desabitação* (GUTTERRES, 2014) daquele espaço inscrito em sua memória afetiva, que a faz voltar e acompanhar as intervenções feitas ali (Capítulo 1). É esse deslocamento forçado que ela elege para marcar a entrada "*de vez*" no circuito das ruas e abrigos: a brutalidade da ação que se perpetua nas ruínas que ali permanecem (GUTTERRES, 2016; MAGALHÃES, 2018).

Em sua narrativa, a opção de ir para a rua antecede a de ir para um abrigo: *"Os abrigos já estavam cheios nessa época, não tinha nem lugar para ficar nos abrigos. E quem já é de casa, já é de família, não vai ficar em abrigo, principalmente esses abrigos da prefeitura que é uns abrigos sem vergonha que dá muito cachaceiro, muito homem drogado. Eu não ficava. Quando fui despejada eu vim para a rua, só depois de muitos anos é que eu fui parar em abrigo*" (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016). Como motivação para isso, ativa a imagem de homens "*cachaceiros*" e "*drogados*" e, aqui, parece fazer certo sentido retomar que o primeiro abrigo municipal exclusivamente para mulheres foi o Maria Bethânia inaugurado em 2009 (Capítulo 2), e que as opções às mulheres eram ou ficar em abrigos mistos ou abrigos para famílias.

4.2.1 "Busca por algum lugar"

Aguardávamos o prognóstico que seria dado para Matilde no final daquele mês de agosto: seria operada ou fariam cuidados paliativos? No final do mês anterior, ela começou a ficar "*agoniada*" com a possibilidade de não poder continuar no abrigo, posto que seus nove meses regulares expirariam no mês seguinte (agosto). Mediei, com a equipe técnica (diretora, psicóloga e assistente social) e Matilde a negociação para alguma garantia possível de sua permanência ali até o recebimento do prognóstico e encaminhamentos necessários a partir de então. A equipe concordara. Por isso, fiquei surpresa quando soube, poucos dias depois, que havia já um engajamento na "*busca por algum lugar para Matilde morar*", o que me pareceu também uma *tática de desacomodação* (Capítulos 2 e 3).

Conversando novamente com a diretora e a psicóloga, disseram que Matilde já estava "*com a vida toda organizada*": tinha seus documentos (RG, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho), iniciara seu tratamento, estava recebendo Bolsa Família, iria receber o Benefício de Prestação Continuada e já tinha o RioCard, cartão que lhe dava gratuidade no transporte público. E colocavam alguns questionamentos apontando para os limites de suas ações e da própria instituição. Caso Matilde fosse operada, "*como cuidá-la em um pós-operatório?*", "*como dar atenção para uma acamada?", "como deixar uma mulher o dia inteiro na cama e as outras não?",* "*quem vai fazer curativos?", "e se passar mal? Não temos estrutura para esse tipo de cuidado de enfermagem. Ninguém aqui é habilitado para isso".* E apontam para o campo dos possíveis (Capítulo 3): *"nós até faríamos, se ela não tivesse ninguém e não tivesse onde cair morta. Já entrou muita mulher aqui que veio para morrer e nós cuidamos, mas a Matilde agora tem um dinheiro, tem a família dela que a gente tá estreitando o vínculo, é melhor que ela comece a procurar logo um lugar para morar antes da cirurgia*" (Notas de Campo, *Papo Reto*, 19 de julho de 2016). Todos esses argumentos foram acionados também para a possibilidade dos cuidados paliativos. O que elas sinalizavam, ali, reiterando, eram seus limites de atuação e a localização da instituição no âmbito da assistência e não da saúde.

Juntei-me àquela – outra – "*busca*". Além de uma morada, a equipe estava engajada em buscar a família de Matilde com o consentimento e expressão do desejo dessa. Suas irmãs já haviam sido contatadas por telefone e a equipe tratava de fazer ligações esporádicas para que elas conversassem. Nos acordos familiares, a irmã Celina, que cuidara do pai por três anos até seu falecimento, não era casada e não tinha filhos, fora "*escalada*" para receber e cuidar de Matilde. As promessas de visita de suas irmãs ao abrigo a deixavam ansiosa. Durante dois

meses, a data dessa visita era postergada por suas irmãs e, por isso, a equipe não tinha "*segurança de que a reinserção na família seria possível*".

Andávamos pelas ruas do bairro em busca de anúncios de quartos de pensão nas janelas das casas e postes de luz. Todas ali andavam atentas a eles – da equipe de funcionárias à equipe técnica passando por suas colegas de abrigo. Eu chegava cedo da manhã no Maria Bethânia para fazer as ligações para os números anotados em papéis diversos, com letras diversas, que me eram entregues. Cedo ainda saíamos para ver as vagas, quartos, quitinete, apartamento e casa que passavam pela primeira seleção feita por telefone. Havia isso: seleção. E produção de critérios.

Algum tempo depois, a equipe me chamou para uma conversa. Queriam me anunciar que o comunicado de aprovação do Benefício de Prestação Continuada de Matilde havia chegado fazia mais de um mês. Mas que não comunicaram Matilde, pois temiam que ela gastasse "*tomando cachaça, fumando a ervinha, gastando com roupa ou emprestando pras outras meninas*" e ficasse "*sem um tostão para pagar um aluguel*". Disseram ter medo de "*o processo de reinserção ir por água abaixo*" se ela se "*deslumbrasse*" com aquela quantidade de dinheiro em sua conta bancária – um salário mínimo. E que ele era muito importante para que ela desse entrada em um aluguel. Entregariam naquele momento o comunicado para ela, pois eu também estava "*empenhada na busca* [de uma morada] *com Matilde*". Assim, me tornavam uma avalizadora, compartilhando entre mim, elas e Matilde a responsabilidade por aquele "processo de reinserção".

Esse episódio é um, dentre outros, que evidencia as operações que são feitas para gerir o "caso a caso". Vários elementos que comporiam o "perfil" de Matilde foram acionados para justificar aquela atitude. Também através dele vemos a ideia do "desenvolvimento da autonomia" chocar-se com as estratégias de administração dos cotidianos e dos corpos (Capítulo 3). Nesse sentido, também traz à luz o espectro das ações das equipes, que não somente tratam dos aspectos burocráticos da solicitação dos benefícios, como devem ou podem agir sobre a forma como eles serão usados. Nesse episódio, ainda, os graus de propriedade e pertença ao "processo de reinserção" ficavam mais evidentes.

4.2.2 Entre "preferências", "sonhos" e o "ganhar tempo"

Matilde, ao longo dessa busca por uma morada, além dos esforços em manter-se afastada de certos estigmas que recaem sobre ela, foi enunciando alguns desejos e sonhos: projetos para um futuro foram aparecendo. Ela desejava encontrar um lugar próximo ao

Hospital em que fazia o tratamento. Queria, quando estivesse curada, comprar uma garrafa térmica e um carrinho para vender café e biscoito no centro da cidade, próximo a uma parada de ônibus onde ficam alguns fiscais, motoristas e cobradores. Até o Carnaval, se ela estivesse melhor, sonhava em investir em "isopor, gelo e cerveja" para pôr os "*moleques*" para trabalhar para ela. A essa altura já sabia que receberia o Benefício de Prestação Continuada, uma "*renda fixada*", e sonhava onde o capitalizaria. Queria ser uma empreendedora, patroa de si – talvez não compartilhando os sentidos disso com as coordenadoras da Oficina de Inserção Produtiva (Capítulo 3). Queria encontrar um lugar, de preferência, próximo também do abrigo para que ela pudesse "*vim visitar quando der saudades e também quando precisar de uma ajuda com alguma coisa*". Mas a assistente diz a ela que, uma vez fora do abrigo, ela deverá ser atendida pela CRAS próxima à sua moradia: "*aqui só para visitar mesmo*".

Ligamos para alguns números anotados em um pedaço de papel. Enquanto eu falava ao telefone, ia repassando o que me era dito e Matilde ia comentando. Tinha que ter chuveiro quente. Um quarto que ela vira não tinha chuveiro quente e não podia passar o dia. Não servia, pois Matilde passaria os dias no quarto depois da cirurgia. E também queria receber a visita de suas irmãs quando viessem ao Rio. Deveria poder receber visitas para o almoço. Iria convidar a equipe e eu para um almoço. Então, precisava de um lugar com chuveiro quente, cozinha, que pudesse receber visitas para o almoço e onde pudesse ficar no quarto ao longo dos dias. Deveria também ter televisão no quarto. E que "*não seja um lugar com muitas mulheres*", não queria espaço muito cheio. Tinha que ter banheiro privado, não iria dividir com desconhecidos o banheiro, "*e depois aquelas filas enormes para tomar banho, ou usar a privada...*". Não precisaria de máquina de lavar roupa, pois isso ela faria à mão. Mas Matilde se preocupa com o momento pós-cirúrgico quando, além de não poder fazer nada, teria que ficar em repouso e "e*ssas vagas costumam ser para pessoas que trabalham o dia inteiro*".

Layla, outra jovem que buscava lugar para morar nas redondezas do abrigo, encontrou um quarto para alugar em um casarão em um morro próximo. Uma casa antiga cujo herdeiro a transformou em *hostel*. Matilde faz piadas com o nome do lugar "*muito chique, toda metida ela que vai morar num hostel*". Sugiro que ela também vá lá ver se tem um quarto, ao que ela responde que "*nem pensar, não moro em morro de jeito nenhum. Tem tiroteio o tempo todo*". A assistente social diz que aquele morro mais se parece Santa Teresa, com ruas asfaltadas e casarões. Matilde diz, então, que não pode por causa da lomba e das escadas que teria que subir "*não dá, minha pressão não aguenta, vai subir muito*". Ouvindo essas conversas, a cozinheira diz que "*ela só falta querer uma casa com garçom para servir ela; exigente demais para quem veio da rua*". Esse enunciado circulava de outras formas, diretamente ou em cochichos: a ideia

de que Matilde estava exigente demais e que isso poderia ser uma estratégia para "*ganhar tempo no abrigo*".

Ligo para uma senhora que oferece vaga em seu apartamento próximo ao Hospital onde Matilde fazia o tratamento. A descrição do lugar vai a agradando: quinhentos reais, a uma quadra do hospital, em prédio residencial, um quarto de serviço com cama, televisão, banheiro privativo, vista para o cais do porto... "*pergunta se pode fumar?*"; Não, não pode fumar. Outras mulheres moram lá e todas fazem tratamento de saúde no Hospital. Mas pode descer para fumar, o prédio tem elevador. "*Ah não, esquece. Não vou ficar descendo para fumar, tem que ser um lugar que pode fumar. Desliga, desliga*".

Seguimos "*empenhadas na procura*" que, adianto, foi um tempo de produção de contratempos. Estávamos fazia quase um mês atrás de casa, apartamento, quitinete, quarto, cama, alguma vaga, quando, passando pela região da central do Brasil, sugiro procurarmos algum lugar por ali alegando certa facilidade por ser próximo ao Hospital onde realizava seu tratamento. "*Nem pensar",* ela me responde, *"tá maluca, aquela podridão! Lá eu não fico de jeito nenhum. Lugar barulhento, tumultuado, todo sujo, cheio de bandido, droga, muita polícia. Eu gosto de lugar sossegado, quieto. De preferência só pra mim*" (Nota de Campo, *Um lugar só para mim*, 17 de agosto de 2016). O desejo de um lugar só para ela já havia sido enunciado meses antes: "*Eu nunca gostei de ficar em lugar de muita gente. Principalmente lugar sujo e bagunceiro. Nunca fiquei. Eu gosto de lugar calmo, lugar quieto, lugar sossegado. Que eu não perturbo ninguém e que ninguém vai me perturbar. Por que eu não quero ser perturbada, então eu não tenho direito de perturbar ninguém. Então eu prefiro um lugar assim, mais afastado, que eu sei que vai dar para mim tomar um banhosinho, vai dar para mim dormir minha noite tranquila, ninguém vai vir mexer comigo. Também não vou deixar nada sujo.* ***Se for de preferência eu só. Se for de preferência esvaziar o mundo pra mim ficar****. Deus me perdoe de falar isso. Mas eu to sendo sincera. Eu não sei, porque toda a vida eu fui desse jeito"* (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016, grifo nosso).

Uma vida entre ruas e instituições lotadas (abrigos, presídio, educandário) era contraposta ao discurso do desejo de viver "*de preferência sozinha*", "*eu e deus*", "*de preferência esvaziar o mundo para mim ficar*". A rua aparece em seu discurso como espaço que, de alguma forma, garantia a ela certo afastamento, um espaço possível da vida a sós, contrapondo aos espaços institucionais, os espaços de viver junto, uma vivência de compartilhamentos compulsórios.

A maior parte dos PDI que selecionei, quando perguntados com quem viviam nas ruas, as pessoas respondiam viver só. Mesmo Matilde, tendo chegado ao abrigo com sua namorada,

com quem vivera os últimos dias na rua, disse que vivia sozinha. Da mesma forma, a namorada que vivia com Matilde disse viver sozinha. Aqui há indício de resposta realmente protocolar. O discurso de que "*na rua é cada um por si*" compõe com o discurso de que "*na rua não dá para viver sozinho*". Há toda uma vida prática de proteção (segurança) de si e do outro que deve ser gerenciada no convívio com os outros: proteger-se do outro e proteger-se com o outro. O trabalho dentro dos abrigos – ao tratar individualmente traumas, sofrimentos e misérias – reforça subjetividades individualizantes. Por um lado, pensando nos estigmas que recaem sobre os "bandos" ("bando de adolescentes", "bando de menores" "flagrados em atos infracionais" quaisquer...), se apresentar como sozinho/a pode ser um *esforço de limpeza simbólica,* de não ser identificado com um grupo e/ou uma categoria (moradores de rua, mendigos). Por outro lado, o trabalho de Simone Frangella (2004) chama a atenção e sublinha os esforços de pessoas moradoras de rua em reproduzir os papéis familiares, uma forma de "fazer família". No abrigo, havia a "mãezona" e Matilde era o "paizão".

Em uma de nossas andanças, estávamos no ônibus atravessando uma favela no alto de um morro até chegar a um bairro nobre da cidade. No trajeto, seus olhos iam percorrendo a paisagem em silêncio. Estávamos no alto do morro quando pergunto se não interessaria a ela procurar algum quarto por ali. "*De jeito nenhum! em favela nem pensar*", responde retorcendo os lábios em um gesto de enojamento. Mais adiante, passando pelo alto do bairro nobre, ela chama a atenção para uma porção de casas fechadas: "*que desperdício, tanta casa fechada. Umas casas bonitas todas estragadas por que ninguém cuida. Também ninguém mora*". Já na descida, seus olhos ficam frenéticos. Estava à procura. No final de uma rua comercial do nobre bairro avista uma placa de "aluga-se". Me olha sorrindo. Mas não pede para que eu anote o número como vinha sendo de costume (Nota de Campo, *Na favela nem pensar*, 03 de agosto de 2016).

Havia, em seus discursos, uma reafirmação constante sobre a repulsa das favelas. Em outra situação, andando pela rua, ela me aponta para uma casa onde, em suas janelas, algumas roupas estavam estendidas: "*Olha ali que horror, igual a favela. Um desperdício a pessoa morar numa casa bonita como essa e se comportar como favelada*". Pergunto o que seria se comportar como favelada. "*Olha, é fazer isso, é não limpar o que suja, é gritar o tempo todo, igual umas meninas que estão aqui* [no abrigo] *que dá pra ver que foram criada em favela, tudo mal educada*" (Notas de Campo, *Igual a favelada*, 15 de maio de 2016).

Quando estávamos na Lagoa Rodrigo de Freitas, ela me apontou as árvores onde estendia suas roupas depois de lavadas – "*por que por mais que eu morasse na rua, andava sempre bem limpinha, com as roupas limpinhas*". Punha as roupas para secar entre os galhos

das árvores "*escondidinhas*" por que "*não dá para deixar tipo favela*". Também na Lagoa ela me falava como fazia para cozinhar: "*O fogão era a lenha: dois tijolos, os gravetos que a natureza dá para nós e os paus de obras, quando sobra de obra. Para fazer feijão tem que ser madeira forte, grossa. Mas eu não deixava nada sujo. Nada. Por isso que as pessoas às vezes não se incomodavam com nós*". Às vezes.

Matilde era dada a esforços de *limpeza simbólica* (MACHADO; LEITE, 2007). Buscava se afastar do imaginário que permeia o território das ruas e favelas – como lugar sujo, barulhento, tumultuado, cheio de bandidos e, também, polícia – distinguindo-se de algumas mulheres com quem compartilhava o espaço do abrigo identificadas como faveladas. Buscava a um só tempo se distanciar de um pertencimento aos territórios da rua e das favelas, ambos próximos dentro de uma percepção "largamente maturada" como territórios da desordem, da precariedade, da ilegalidade, da sujeira, etc.

Nesse período, pouco mais do que vinte dias, foram dias de leveza para Matilde. Estava bem disposta, falante, sorridente, sem dores fortes. Vislumbrava uma "*renda fixada*" através do BPC, sonhava com formas de o capitalizar e sonhava com um lugar para morar. De uma trajetória institucional marcada por imposições de quem dividiria o espaço com ela, naquele momento ela podia fazer um exercício reflexivo sobre quem seria sua melhor companhia e o que era imprescindível. Mas também estava assustada com suas limitações físicas em um "pós-operatório" e uma perspectiva de não ter quem dela cuidasse. Depois de três semanas de busca, sua irmã foi visitá-la, e seu retorno foi marcado para o dia seguinte.

4.3 **No sistema**

Matilde foi presa por nove vezes entre 1986, sua primeira prisão, até 2014, sua última prisão. Em 29 anos, dos seus 20 aos 49, portanto, esteve presa por volta de nove anos – quase um terço de tempo desse período. Os outros dois terços foram vividos entre as ruas, vagas em pensões e vagas em abrigos.

Na entrevista que fizemos na Lagoa Rodrigo de Freitas, Matilde relatara duas prisões: "a *primeira foi biscoito e a segunda foi por carne".* Pediu perdão a Deus e disse não querer mais ser presa: "*Deus me deixou ir presa pra mim ver que não é bom. Porque se eu continuasse nessa eu vou ficar sempre indo para a cadeia e vai ter uma hora que não vai ser ir para a cadeia, vai ter uma hora que eles vão querer ir me matar. Você sabe. A polícia não quer levar preso, ela quer matar".*

Alguns meses depois, estávamos descansando em uma Praça, depois de termos passado a tarde envolvidas nas buscas do pagamento de seu pecúlio, quando ela me pediu para que arrumasse sua "*pastinha*". Tratava-se da pasta em que seus documentos estavam guardados e que ficava sob a guarda e gestão das educadoras sociais e da equipe técnica do abrigo. Abri a pastinha e ali estavam exames de sangue misturados com alvarás de soltura, comprovante de residência e documentos de identificação. No meio deles, um Histórico Penal com dezesseis folhas. Era, dentre todos, o documento que mais se destacava pelo peso e grossura. Folheio e vejo mais de duas prisões e condenações. Ela já estava me olhando quando levantei a cabeça para exclamar: "*quantas folhas de alvará de soltura!*". Ao que ela reage dizendo "*eu te disse*". E pede para irmos caminhando que ela queria "*explicar o que aconteceu*". Tentando evitar o tom confessional de uma narrativa explicativa, eu disse que não era necessário explicações – que eu não queria explicação – e que não estava ali para condená-la ou absolvê-la. Trocando a palavra "explicar" por "contar", ela insistiu em me narrar suas prisões. Sentamos, então, no Aterro do Flamengo e, ali, eu segurando seu "histórico", ela inicia a narrativa dos contextos de suas prisões.

Sua narrativa seguiu uma ordem cronológica, apontando com precisão os anos em que foi presa e os períodos em que assim esteve. A "*primeira passagem*", em 1986, teria sido por conta de um "*engano*". Trabalhava na Praia do Leme vendendo coco e usava uma bicicleta para fazer entregas mais longe. Em uma dessas voltas, fora confundida com alguém que teria roubado uma bicicleta nas redondezas: "*Foi tudo muito rápido, apanhei tanto no camburão, tanto tapa na cara*", "*só de maldade*", "*quando vi já tava na delegacia*". Esteve por 18 meses presa.

Da segunda vez, em 1999, ficou 17 meses também por um "*engano*". Também em Copacabana, na Rua Bolívar, estava "*guardando carros*", quando "*os polícia apareceram*", dizendo que ela estava "*abrindo a porta de um carro*", "*mas não era eu, eram uns de menor*" que também estavam trabalhando ali. Já havia pedido para os meninos irem embora, mas quando a polícia chegou, eles conseguiram correr; ela não. Estava, então, com 33 anos.

A terceira vez, em 2001, teria sido semelhante. Dessa vez em Ipanema, Rua Farme de Amoedo: acusada pelos transeuntes de arrombar um carro, "*mas não fui eu, foram os meninos"*. A polícia, por sua vez, teria "*plantado até um baseado na minha mochila, acredita?*". Além disso, marca a violência física: "*me bateram muito*", "*muito tapa na cara*", "*até soco no estômago*".

Na quarta vez, em 2002, "*os meninos*" teriam colocado uma "*carteira roubada do moço*" dentro de sua "*sacola*", mas ela "*nem sabia*". Quando a polícia chegou, ela mesma foi

mostrar para eles sua sacola e lá estava a carteira roubada do moço – junto com um desodorante, uma camisa e uma caneca. Estava completando um mês em liberdade e em vinte dias completaria 36 anos. Mais 18 meses cumprindo pena de reclusão.

Em 2005, fazendo compras no supermercado, teria colocado uma garrafa de leite embaixo da camiseta. Completaria 39 anos dali há um mês e passou os próximos 14 meses presa. Na sexta "*passagem*", em 2007, o flagrante se dera no mesmo supermercado, com o mesmo segurança. Dessa vez teria sido um pedaço de carne escondido em suas costas. Mais 9 meses de reclusão. E segue sendo presa no mesmo supermercado pelo mesmo segurança com a mesma mercadoria (biscoito) pelas próximas duas vezes: a sétima, em 2011, quando teria ficado 7 meses presa; a oitava, em 2012, quando teria ficado 10 meses. Sua última prisão teria sido também em "flagrante", no mesmo supermercado, pelo roubo de um pedaço de alcatra – "*dois quilos*", ela destaca.

No final daquele dia, antes de nos despedirmos, pedi para fotografar aqueles 16 papéis que compunham seu Histórico Penal. Ali estavam registrados os "Outros Nomes de Matilde" para o sistema judiciário: Matilde de Jesus Barbosa, Matilde de Jesus Barbosa Matoso, Maria Rodrigues da Silva, Regina Célia Antunes dos Santos, Regina Célia Antunes Santos, Regina da Conceição Barbosa, Regina da Conceição dos Santos, Regina da Conceição Santos. Se variavam seus nomes, isso não acontecia com a resposta de "doméstica" como sua profissão – registrada em todos seus nove processos.

Também estava registrado que todas suas prisões haviam sido em "flagrante", ato jurídico assim referenciado no Código de Processo Penal, artigo 320: "I- está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração".

Através dessa documentação penal podemos traçar um mapa de suas circulações e atuações pela cidade. Os furtos cometidos aconteciam entre os bairros de Copacabana e Leblon – aí incluídos o Leme e a Lagoa Rodrigo de Freitas – sendo esse registro expresso através das Delegacias de Polícia onde ela era presa: entre a 12°, no Leme, e a 14°, no Leblon, passando pela 13° em Copacabana.

O artigo e parágrafo em que ela fora enquadrada se repetiu da primeira à última vez: artigo 155 do Código Penal que diz "subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel"; Parágrafo 4 que diz "furto qualificado". Os incisos, contudo, variavam do I ao II: sendo o inciso I "com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa"; e o II "com abuso de

confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza". Também eram feitos "acréscimos": em 1999, do artigo 14 da lei número 7.209, de 11 de setembro de 1984, que diz ter sido "crime tentado [...] que não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente"; em 2001, do artigo 16 da Lei n° 6.368 de 1976, que dizia "adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar"; e, a partir de 2002, do artigo 14 da Lei n° 7.209, inciso II, que diz que o crime foi "consumado [...] quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal".

Em suas "*passagens*" pelo "*sistema*", Matilde transitou entre Bangu 8 (Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza) e Bangu 7 (Presídio Nelson Hungria). Da "*porta de entrada*" ao cumprimento de "*penas leves*", como ela diz: "*Bangu 8 é Casa de Custódia. É lá que você fica até ser sentenciado. Mesmo se você não for sentenciado, e tiver superlotação, eles manda pro Bangu 7, mas aí fica numa ala separado. Tem uma ala de quem é sentenciado e outra ala de quem não é. Bangu 7 é o Nelson Hungria, presídio. Penitenciária é Talavera Bruce, para quem tem mais de dez, quinze anos para tirar. Bangu 7 é só penas leves*" [31] (Entrevista na Lagoa Rodrigo de Freitas, 30 de janeiro de 2016).

4.3.1 O "trabalho fixo" e "na correria"

> "*Já fiz de tudo, faço de tudo, qualquer coisa que precise, mas trabalho fixo, mesmo, assim, com uma grana depositada certinho todo mês, só na cadeia*" (Notas de Campo. *Trabalho fixo de Matilde,* abril de 2016).

"*Quando eu saía para trabalhar, quando eu voltava eu olhava logo as minhas coisa, a minha cama. Ficava com medo que alguém escondesse alguma coisa na minha cama* [...]. *Eu fiquei um mês no Bangu 8 e fiquei perturbando pra ir pro 7 por que eu queria trabalhar. No*

[31]Na cidade do Rio de Janeiro, há seis Unidades destinadas ao encarceramento de mulheres: a Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza (Bangu 8), no Complexo Penitenciário de Gericinó, a "porta de entrada no sistema", para onde são levadas as mulheres apreendidas nas delegacias de todo o Estado, portanto, destinada à presas provisórias; a Penitenciária Talavera Bruce, também no Complexo Penitenciário de Gericinó, destinada a mulheres em cumprimento de pena em regime fechado; ainda nesse Complexo, o Presídio Nelson Hungria, onde ficava Matilde; o Hospital Penal Psiquiátrico Roberto de Medeiros, ainda em Gericinó, unidade que recebe pacientes das unidades prisionais para atendimento de medida de segurança, emergência psiquiátrica ou para cumprimento de determinação judicial; o Presídio Evaristo de Moraes, no Bairro de São Cristovão, conhecido como o "Galpão da Quinta", destinado àquelas que solicitam o "seguro"; e o Instituto Penal Oscar Steveson, no bairro de Benfica, destinado às mulheres que cumprem pena em Regime Aberto e Semiaberto.

Bangu 7 eu tinha um trabalho fixo [...]" (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016). No "7", Matilde trabalhava na zeladoria, nos serviços gerais, na jardinagem: "*no que aparecia eu trabalhava, qualquer coisa* [...] *só na cozinha não aguentei, é muito peso*". Além dos serviços prestados para a penitenciária, Matilde, "*na correria*", prestava serviços para outras presas. Por um maço de cigarro, limpava o "*quieto*" – "*o espaço onde fica o quartinho* [...] *uma cama em cima e outra embaixo* [...] *Nós pode fechar as parte de cima e as parte de baixo. Aquele espaço ali é meu*". Por trinta reais por semana, podia fazer faxina três vezes ao dia na cela em que estava. Também podia lavar peças de roupa em troca de cigarros. O dinheiro que recebia em troca de seu trabalho vinha das visitas das outras detentas. Como não recebia visitas, não recebia dinheiro. "*Na correria*" eram os trabalhos incertos, a depender das visitas e agenciamentos cotidianos.

Ao contrário da rotina de imprevisibilidade que marcava sua experiência nas ruas "*cuidando de carros*" ("*flanelinha*") ou "*fazendo 155* [furto]", "*na correria*" das ruas, a cadeia lhe acenava com a possibilidade de ter um "*trabalho fixo*", uma rotina organizada em torno dele – "*saía para trabalhar*" –, um salário e uma quantidade de pequenos bicos. Dentro da cadeia, podia aliar, além de suas atividades informais e inconstantes, às atividades formais do trabalho penitenciário.

Em sua última Audiência de Custódia, Matilde pediu "*pelo amor de Deus*" para que não lhe transferissem para o Regime Semiaberto, que a transferiria para outro presídio. O Regime Semiaberto é cumprido no Instituto Penal Oscar Steveson, no Bairro de Benfica. Muito embora "*lá* [no presídio] *seja horrível*", a perspectiva de ir para a "*semiaberta*" era apavorante. Pode parecer um contrassenso imaginar que no "*aberto*" ou "*semiaberto*", a presa tenha mais dificuldade em trabalhar, posto que esses regimes seriam previstos para que, dentre outras coisas, o trabalho pudesse acontecer. Mas os argumentos apontados por Matilde para não querer ser sentenciada a cumprir a "*semiaberta*" passavam, justamente, por essa dificuldade: *"Porque lá dentro da prisão eu tava já trabalhando e se eu fosse pra semiaberta, só podia sair quando tivesse um trabalho fora para prisão. Não tenho família lá fora pra me agilizar as coisas de trabalho. Também não ia ter onde morar. Eu disse que eu não tinha família pra ficar. Eu ia ficar mofando lá. Você fica lá até você receber tipo assim uma referência para você sair pra rua, para você vir trabalhar. Eu já tava trabalhando, a diretora já ia me dar um trabalho* [...]" (Entrevista na Lagoa, 30 de janeiro de 2016).

A ausência de um endereço fixo e de uma família do lado de fora que lhe pudesse "*agilizar as coisas do trabalho*" enfatizam a estruturação das políticas governamentais e estatais, e não apenas as do âmbito da Assistência (Capítulo 3). Pesquisas como as de Natália

Padovvani (2014) e Rafael Godoi (2015) têm mostrado como as famílias e as redes de afeto construídas e mantidas fora das grades pelas presas e presos são fundamentais para garantir condições de existência material dentro das penitenciárias paulistanas. Podemos estender a centralidade dessas redes para o cumprimento de Regimes Abertos e Semiabertos, sendo elas não só garantidoras das existências em "reclusão" como também daquelas postas "em liberdade condicional" e depois, como tenho enfatizado, para os acessos aos serviços e programas da Assistência. São essas vidas de pobres que devem estar bem mapeadas, e controladas, em territórios espaciais e afetivos.

Retomando a centralidade que a experiência do trabalho fixo assume na narrativa de Matilde acerca da cadeia, penso que aí podemos ter uma pista de que o cumprimento da pena de reclusão em regime fechado também esteve localizado nas rotas de suas *"virações"*. No "*fechado*", para o qual ela pede "*pelo amor de Deus*" para continuar, ela tinha um "*trabalho fixo*" para o qual "*saia para trabalhar*" e do qual recebia uma *"grana depositada certinho todo mês".* Além dele, podia manter os trabalhos da "*correria*" para uma experiência prisional menos penuriosa.

Embora também possamos abordar a experiência prisional de Matilde como uma experiência que reafirma sua transitoriedade pelas instituições, um espaço também de trânsito-passagem-vaga, ali ela experienciava uma prática laboral que lhe possibilitava alguma constância em relação ao "*se virar*" do dia de amanhã. Além, é claro, de todos os rituais disciplinares que organizam essas instituições de confinamento. E essa experiência era gerida pela Fundação Santa Cabrini.

4.3.2 Santa Cabrini

"[...] q*uando eu comecei a trabalhar lá na faxina, era um salário. Aí vamos supor, eu ganhava 400, a zeladoria pagava 400 por mês. Mas o dinheiro não vinha todo na mão da gente. A gente assinava a folha de remissão todo mês, que vai para a Santa Cabrini. Quer dizer assim, dos 400 reais, ia 200 para o presídio e 200 para o banco do presídio, que era o Santa Cabrini. Que é para quando a gente saísse a gente tinha já um lá para pegar. Mas desses 400 reais, não era 400 inteiro. Era 350. Eles descontava não sei de que. Até hoje eu não sei de que eles descontava. Só que na folha que a gente assinava, que a gente tinha que assinar todos mês, tinha lá os dias que a gente não trabalhava. Tinha que descontar sábado e domingo que a gente não trabalhava"* (Gravação da fala-denúncia de Matilde realizada no ônibus Linha 133, dia 09 de junho de 2016).

Esse desconto tratava dos cinco por cento do salário do apenado que deveria ir para o Fundo Especial Previdenciário (FUESP) – fundo criado a partir de decreto-lei nº1125 de 12 de fevereiro de 1987, que estaria destinado à manutenção da infraestrutura material de órgãos e Departamentos do Sistema Prisional sendo sua receita constituída, dentre outras fontes, pelo trabalho dos apenados (Artigo 2º, inciso I da Lei nº 1.125).

A Fundação Santa Cabrini (FSC), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), foi criada em 1977 para administrar o Trabalho Prisional Remunerado no Estado do Rio de Janeiro. "Internos", "parceiros", "obrigações", "serviços" e "programas" são as dimensões que organizam a apresentação da Fundação em sua página na internet[32]. Para os "internos", destaca o que considera os "benefícios em trabalhar no sistema prisional": "trabalho remunerado", "redução da pena em um dia a cada três dias trabalhados", "recolhimento de 15% do salário em conta poupança (pecúlio), entregue ao apenado", "ocupação produtiva do tempo ocioso". Para os "parceiros", ou seja, empresas contratantes dessa mão-de-obra e de seus produtos, as vantagens destacadas são o não ter "vínculo empregatício", então não ter "encargos sociais e trabalhistas". Também apresenta uma lista de empresas parceiras e destaca a "mão de obra terceirizada" como um dos produtos e serviços por elas fornecidos, além de uniformes escolares, reformas de carteiras escolares, roupas de cama hospitalares, jalecos, aventais, capotes cirúrgicos, máscaras, pães, wafles, esfihas, tijolo ecológico e serviços gráficos. Em um Jornal da Fundação, de dezembro de 2015, estão destacadas outras participações do trabalho prisional "grandes obras da cidade e do Estado fluminense". Além disso, está "instalada na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, Complexo de Gericinó, em Bangu, a fábrica de tijolos da Fundação Santa Cabrini [que] tem capacidade de produzir cerca de 50 mil tijolos de solo-cimento/mês", cuja produção "tem sido destinada a importantes obras públicas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, através do Consórcio Manguinhos; a construção de apartamentos populares no Complexo do Alemão; instalações de alvenaria do Porto do Açu, em São João da Barra (RJ); quiosques do DETRAN; escolas municipais, estaduais e unidades prisionais da SEAP" (Jornal Fundação Santa Cabrini, dezembro de 2015).

O prédio em que está localizada a Fundação passou por reformas no ano de 2011, tendo seus custos reduzidos pela metade, segundo informações contidas nesse Jornal, por conta da utilização do trabalho dos apenados e pela utilização dos tijolos feitos nesta Fábrica. Esse prédio, onde está o único escritório de Atendimento ao Público, fica no Largo do Machado,

[32] Disponível em: <http://www.santacabrini.rj.gov.br.> Acesso em: 2 jul. 2016.

bairro do Catete, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Estivemos ali cinco vezes em "*busca do pecúlio de Matilde*", dinheiro referente aos 15% do seu salário que deveria ter sido depositado em uma Caderneta de Poupança a ser entregue para ela quando de sua "soltura", segundo a Lei de Execuções Penais exposto no site da Fundação.

Assim que foi solta, em outubro de 2015, Matilde foi ao Santa Cabrini buscar seu pecúlio. Naquele momento, foi informada de que ele estaria liberado dentro de dois meses. Depois desse tempo, já no abrigo, voltou e foi informada que o dinheiro só seria liberado com os alvarás de soltura em mãos. Uma vez com os alvarás de soltura, voltou e foi informada que deveria aguardar "*em casa*" a resposta da liberação do dinheiro. Depois de dois meses de espera, foi à Vara de Execuções Penais (VEP) junto da diretora do abrigo, para relatar as dificuldades que estava tendo em "*acessar seu pecúlio*". A defensora que a atendeu enviou um ofício à FSC pedindo uma "*resposta*" para aquela demora. Enquanto passavam-se os dias de um mês, fomos, novamente à Fundação quando fomos informadas de que, naquele dia, o "*sistema está fora do ar*", "*sem sistema*".

"O que fazer diante da máquina-sistema?", já questionava Javier Ayuero (2011). Sublinha o autor que a automação desses serviços, geridos por um programa de software, não tem nenhuma ingerência humana, sendo um dispositivo – "o sistema" – mais um dentre outros a produzirem uma sensação de *inoperância*, de *insuficiência*, de que nada estaria ao alcance para uma resolução, subjetivando, assim e mais uma vez, a impossibilidade de agir sobre, o ser passivo, o *apassivamento*. E dali voltamos para o abrigo, embora raivosas com a situação, sem outro plano do que voltar outro dia.

Assim fizemos duas semanas depois, quando o mesmo funcionário que nos dispensara com o "*sistema fora do ar*", agora percorria uma pilha de papéis à procura da "*autorização de pagamento*" de Matilde. Eu já não sabia mais do que estávamos "*atrás*". Se antes tinha a certeza de estar indo "*buscar o pecúlio*", agora uma "*autorização de pagamento*" estava sendo interposto como (mais um) obstáculo. Depois de lentamente passar os olhos, um por um, naqueles papéis, chegando na última folha, perguntou "*qual mesmo o nome da requerente?*", informando, em seguida, que não estava ali a "*autorização*". E completou: "*nós também estamos sem receber faz dois meses. O Estado está quebrado, não tem dinheiro para pagar ninguém* [...] *de nada adianta ficar vindo aqui. Assim que o pagamento for liberado nós ligamos para você, a gente costuma fazer isso no mesmo dia*". Matilde, rápida, questionou para qual telefone eles ligariam se ela nem telefone tinha. Assim que o funcionário pegou uma folha em branco e preencheu o nome e sobrenome de Matilde e o telefone e endereço do abrigo, arrematando assim: "*qualquer coisa a gente manda pelos correios o comunicado*".

"*Não tem o que fazer*", respondia o funcionário escalado para atender às nossas argumentações. Saindo dali, Matilde esbraveja: "*tinha dia que me tiravam da cama para trabalhar! Trabalhava no frio, no calor, todos os dias e agora não tem o dinheiro para me pagar? Isso é roubo!*". Naquele dia, o Largo do Machado, onde ficava o prédio do Santa Cabrini, estava cheio de funcionários públicos das Universidades Estaduais que se reuniam ali para marchar até o Palácio Guanabara, cede do Governo Estadual. Assim como Matilde e o funcionário do FSC, eles também estavam sem receber seus salários.

Passados quase dois meses de espera pela "*resposta*", ou pela "*autorização de pagamento*", que poderia vir pelos correios, ou quem sabe por um telefonema, voltamos ao Santa Cabrini. Dessa vez, outro funcionário nos atende quebrando as expectativas de Matilde de "*falar poucas e boas*" para aquele que estava a "*enrolando*". Olhando no "*sistema*" – para nós visualizado como o monitor de um computador – ele diz que a resposta que Matilde aguardava havia sido enviada para a Defensoria, já que teria sido ela, "*a Defensoria*", a "*solicitante dessa informação*". "*Eu não posso dar essa informação*" ele disse, insistindo que Matilde deveria ir lá pessoalmente. "*Não tenho o que fazer*", também respondeu o terceiro funcionário. Não havendo mais argumentação possível, nesse dia, de muita raiva, Matilde passou mal. Seu estômago e sua nuca doíam a impedindo de caminhar. Sentamos em um banco da Praça, tomamos uma água gelada, ela acendeu um cigarro. Não havia mais palavra.

4.3.3 Vara de Execuções Penais

No Centro da cidade, a poucos metros da Assembléia Legislativa, do Palácio da Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro está o Prédio Garagem Menezes Cortês, onde, em um de seus andares, o décimo terceiro, está a sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Vara de Execuções Penais. Os outros quinze andares comportam três mil e quinhentas vagas para automóveis, disponíveis através de aluguel.

Quando cheguei em frente ao Prédio, as oito horas, horário que havíamos combinado de nos encontrar, Matilde estava lá me esperando. Com sua ficha de atendimento já em mãos, disse ter chegado um pouco antes das seis. Quase todas as centenas de cadeiras que ocupavam o amplo salão de espera para o guichê de atendimento ao público estavam ocupadas. Em sua maioria eram homens, jovens e negros. A estatística do perfil dos presos no país era ali reificada. Mães, esposas e filhos acompanhavam muitos daqueles jovens rapazes. Algumas crianças, as que já caminhavam, corriam de um lado para outro, competindo com as duas telas de televisão a atenção dos que esperavam. Biscoitos, salgadinhos, balas, chocolate, marmita e copos de

refrescos circulavam entre os grupos de familiares. Quase todos ali pareciam preparados para um longo período de espera, sabendo que deveriam chegar cedo e que não teriam hora para ir embora.

Desde as quase seis horas da manhã esperando, Matilde seria chamada pelo nome completo ao meio-dia. Formamos uma fila indiana junto a outros homens que também estavam sendo chamados. Todos eles e Matilde colocaram suas mãos para trás. Quando uma fila de nove pessoas se formou, fomos encaminhadas para outra sala. Era a antessala da sala dos defensores e defensoras. Um segurança – negro, alto, de terno, gravata e radinho – estava parado na porta que dava acesso às salinhas dos defensores.

Ali começava mais uma longa espera. Matilde estava de braços cruzados e quase deitada na cadeira. Esperávamos caladas até aparecer Sol, amiga de Matilde dentro da prisão. O cumprimento foi entusiasmado. Sol chamava Matilde de Matoso, como era conhecida na prisão. Matoso sentou na cadeira e descruzou os braços. Ambas estavam entusiasmadas com esse reencontro. Não se viam desde que Matilde saíra "*em liberdade*". Repassam notícias de conhecidas – quem continuava dentro e quem já estava fora da prisão – e vão se atualizando sobre suas vidas.

Sol "*tirou*" 11 anos de prisão. Ficou três meses "*na aberta*", mas "*rodou de novo*". As duas tossem muito. Sol pergunta se Matoso também está com tuberculose. Matoso diz que não, que teve "*água no pulmão*". Sol diz que está tentando fazer o tratamento, mas é "*demorado*". E que no postinho de saúde perto de sua casa nem sempre tem o remédio que ela tem que tomar, "*aí eu não consigo seguir o tratamento como a doutora diz que tem que ser, senão eu não melhoro*". Ao que segue esse diálogo: Sol pergunta a Matoso onde essa está morando. "*No abrigo*", ela responde; "*Aí Matoso, eu sofrendo tanto pagando aluguel, acho que vou para o abrigo* [sorrisinho]"; "*Vai mesmo, parece uma casa lá. Só 16 pessoas. O que tu ta fazendo para pagar o aluguel, Sol?*"; "*ultimamente to mais 155 dentro do shopping. Você sabe que eu adoro shopping, né Matoso? Eu e Valéria"; "ah! ela está contigo, é?"; "tá, ela mora no Recreio, mas volta e meia ela vem para a gente trabalhar junto. Porque querendo ou não a cadeia é bem menos [tempo], tu sabe né".* Então diz que estava ali para saber como está seu processo: "*vai que minha cadeia já tá limpa e eu to nessas aí desesperadamente fazendo besteira. Podendo ter um trabalho... Eu não vejo a hora de ficar limpa com a justiça para poder trabalhar*". Enquanto estava "*na aberta*", trabalhou para Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e para Padaria do Instituto Penal Vicente de Piragibe, também localizado no Complexo de Gericinó. Então, diz ela, "*tenho um pecúlio para pegar também. Foi bom te encontrar, Matoso, tinha até me esquecido!*". "*Ele* [o pecúlio] *deve estar em uns 3 mil e poucos*

quase 4 mil reais", acrescentando que "*ele vai rendendo com o tempo*". "*Exatamente*", confirma Matoso, "*é o valor do salário mínimo atual que eles têm que pagar*". Matoso disse que era bom ela "*correr atrás disso logo*" pois "*eles lá no Santa Cabrini tão de enrolação com a cara da gente*".

Sol, quando a encontramos, já estava de saída. Depois da conversa se despediu e partiu. Nós continuamos ali esperando. Enquanto esperávamos – nós e mais cinco homens –, duas defensoras pararam na porta de uma das salas e, de frente para nós, começaram uma animada conversa. Falavam sobre um grupo de estudos de francês que estava acontecendo na casa de uma delas, com alguns defensores e promotores. Contavam dos queijos e vinhos de uma nova *delicatessen* que abrira em Ipanema onde tinha de tudo do melhor. Também diziam esperar o retorno de uma defensora que estava fazendo um *tour* pelas arábias e que se juntaria ao grupo assim que chegasse e, claro, já haviam feito encomendas de especiarias e tecidos. E aquele papo animado, regado a vinhos, queijos e tâmaras se encerrava ali para elas irem almoçar, já tendo decidido irem a um novo restaurante onde tinha um *buffet* de sobremesas "*tentadoras*".

Quando elas saem, o silêncio é interrompido por um rapaz que diz estar ali desde as dez horas da manhã. Era uma hora da tarde. Ele começa o burburinho que vai se avolumando. Matilde se junta. Reclamam da espera. O segurança diz que eles não podiam "*criar tumultuo senão atrapalha o andamento do nosso trabalho e atrapalha vocês também, pô*". Um rapaz fala que sua senha era a 160 e que a defensora estava chamando a senha 220. Reclamava terem esquecido dele ali. "*Por causa disso você vai ficar gritando? Calma. Você tem que ter calma*", disse o segurança. "*Porque então tem distribuição de senha? A gente não é bobo. Só porque a gente já foi preso, não é bobo não*", alguém diz e Matilde ecoa. "*Alguém ta falando que vocês são bobos? Eu não to dizendo que vocês estão errados. É que quem faz a distribuição são os defensores, entendeu? Cada caso é um caso. Eu sei como é feita a distribuição*", diz convicto o segurança. Nesse momento, entra em cena outro segurança, mais corpulento do que o que ali estava e diz que "*a gente não ta dizendo que vocês estão errados, mas vamos ficar em harmonia que é melhor para vocês, melhor para todos nós*". E troca o turno com seu colega. O rapaz que iniciou o burburinho pela demora diz: "*rapaz, eu to aqui já há duas trocas de plantão de vocês*".

Depois de oito horas de esperas, próximo das 14 horas, Matilde Jesus Barbosa é chamada e encaminhada para uma sala. Um jovem rapaz a atende, e ela chama minha atenção para o fato de ele não ser defensor, "*deve trabalhar para a defensora*", conclui. Ele pergunta se ela quer informação sobre seu processo. Ela conta sua história desde fevereiro, quando esteve ali para pegar seus alvarás de soltura: "*eu vim para pegar uns alvará de soltura porque eu tava precisando, eu morava na rua e eu tinha perdido meus alvará de soltura e eu precisava deles*

para pegar o pecúlio na Santa Cabrini". Conta que a defensora enviara um ofício para a Fundação Santa Cabrini pedindo resposta sobre seu pecúlio e que lá haviam dito que a resposta fora encaminhada para a defensoria. "*Eu só quero saber*", conclui, "*se vocês receberam a resposta*".

Depois de uma breve visualização na tela do computador e algumas poucas tecladas, o rapaz diz: "*Então, dona Matilde, a senhora pode nos deixar um telefone para entramos em contato? É porque como hoje é plantão, a gente já tá atrasado e a gente vai ter que olhar uma por uma as respostas que chegam. Então, para não atrasar mais ainda, a senhora deixa seu telefone e depois com calma a gente olha uma por uma para ver se chegou ou não*". "*Mas eu só quero saber se eles enviaram a minha resposta*", reafirma Matilde. A resposta foi de que ele "*não poderia fazer aquilo naquele momento*", pois o "*plantão*" seria para dar informações sobre "*o correr dos processos*". Não pararia esse trabalho para dar outra informação que não dessa natureza. Matilde perguntou por que, então, no primeiro atendimento não haviam dito isso para ela. O rapaz diz não saber responder e saca uma caneta e um papel em branco para anotar o telefone de Matilde, que passa o telefone do abrigo. Na saída, já exausta, Matilde comenta: "*o Santa Cabrini continua me roubando*". Um roubo no gerúndio, um espólio constante (Notas de Campo, *A longa espera*, 26 de agosto de 2016).

Não compartilhei com ela a raiva que senti do funcionário, que, mesmo sabendo que ela havia esperado mais de dez horas, sustentou não poder parar seu plantão para não o *"atrasar ainda mais*". Não compartilhei dessa raiva, pois ela estava bastante focada na "*enrolação que a Santa Cabrini*" estava lhe fazendo. A defensora, a defensoria, a VEP, naquela circunstância – para a resposta que ela buscava –, era uma aliada que talvez não devesse ser atacada.

Mas toda essa "*busca do pecúlio de Matilde*" fora marcada por processos de *ilegibilidade*s (DAS; POOLE, 2004) do fazer estatal que compõem com processos de *assujeitamento* (FOUCAULT, 1997), marcados por *rituais de naturalização de inferioridade* (OLIVEIRA, 2014) ou da produção de *subjetividades subjugadas* (AYUERO, 2011). O papel em branco em que tanto o funcionário da Fundação Santa Cabrini quanto o funcionário da Vara de Execuções Penais pegaram para anotar os contatos de Matilde, como demonstração da desimportância daqueles atos e como garantia de que eles seriam descartados e as "*respostas*" não chegariam; a autorização/resposta que estava ora no "*sistema que cai*", ora na pilha de papel sobre a mesa; a desculpa da liberação do dinheiro, depois a condicionante da apresentação dos alvarás de soltura; o pedido do funcionário para que ela não fosse mais ali, que deveria aguardar a resposta em casa; a fila indiana com as mãos para trás estendendo para fora dos muros da prisão os rituais disciplinares da cadeia; o tempo de espera que deveria ser suportado nas

palavras do segurança – "*vamos ter calma*", "*vamos ficar em harmonia*"; a animada conversa das defensoras que remetia a universos impossíveis e que marcavam seu tempo pelo horário do almoço, enquanto aqueles que esperavam marcavam o tempo pela troca de plantão dos seguranças, pelo número da senha que não seguia uma lógica aparente, mas que o segurança podia assegurar que ele sabia que cada caso era um caso.

Na semana seguinte, Matilde foi para Volta Redonda e não voltou mais a buscar por seu pecúlio. O caminho de "*busca*" por sua "*resposta*" e "*autorização de pagamento*" se encerrou naquele dia após uma longa espera. O dinheiro que a Fundação lhe devia pelos serviços prestados não seria mais reclamado por ninguém.

4.4 **"*Não esquece de mim, viu?*"**

No último dia de agosto, Celina, irmã de Matilde, havia estado no abrigo para visitá-la. "*Muito emocionante*", disse a psicóloga, "*ver esse reencontro tanto tempo depois*" – há 16 anos elas não se viam. Nesse encontro, ficou acertado que Matilde iria para a casa de sua irmã no dia seguinte – de um dia para o outro. Assim, de um dia para o outro, como o foi a transferência do abrigo que ficava na Praça da Bandeira para a Ilha (Capítulo 1). Ela me liga do celular de uma educadora social para avisar e perguntar se eu poderia ir ao abrigo para nos despedirmos. Digo que se ela quisesse poderia acompanhá-la até Volta Redonda para ajudar com as malas.

No dia seguinte, cheguei cedo ao abrigo e a acompanhei até uma agência bancária onde ela deveria sacar seu dinheiro referente aos três meses de pagamento do BPC. Ela estava nervosa, disse que não dormira a noite toda, ficou pensando em sua volta, na família que não via há anos, no sobrinho que estava "*envolvido com drogas*" e de quem ela deveria "*puxar a orelha*", na saudade que sentiria do Rio, dos amigos do Estácio.

Na agência ela erra a senha por três vezes e tem seu cartão bloqueado. No caixa só poderia fazer o saque portando um documento, o que ela não havia levado. Voltamos para o abrigo, e as funcionárias ali sugerem que ela estaria "*de enrolação*" para não ir embora. Matilde fora advertida de que deveria sair do abrigo no dia seguinte, conseguindo ou não sacar seu dinheiro. Depois, a diretora me disse que não deixaria Matilde dormindo na rua; tampouco não a levaria na rodoviária para pegar o ônibus, mas que era importante dizer aquilo para ela "*se agilizar*".

No dia seguinte voltamos ao banco com o seu documento de identificação, ela saca o dinheiro, e vamos até o Estácio para ela se despedir dos amigos e comer uma feijoada. Eu seria sua convidada, ela pagaria minha conta e eu não poderia negar, ela disse. Não havia a feijoada,

mas almoçamos por ali junto de alguns amigos e amigas suas que estavam lá. Especialmente Dé, a quem ela foi chamar em casa e que apareceu com cara de quem recém acordava. Ela deu-lhe 70 reais e pediu para que ele buscasse "*três de dez da preta e duas de cinco da branca*". Adiantou que o troco seria dele. Ele sai de motocicleta e volta pouco depois com três saquinhos de maconha e dois de cocaína. "*É para eu ficar relaxada lá em Volta Redonda. Lá eu não conheço ninguém*". Eu não estava surpreendida, embora ela até aquele momento sustentar o discurso de que "*odiava maconha, cocaína*", que "*graças a Deus não usava esse tipo de drogas*". O discurso não poderia ser outro. Esse é o discurso esperado e mesmo desejado dentro dos abrigos. Matilde sabia. Naquele momento, ela estava liberta de ter que sustentar aquele discurso e personagem. E estava ativa em produzir seus próprios recursos para alívio da dor e relaxamento, em não sabendo exatamente o que lhe esperava no lugar para o qual estava voltando.

Chegamos ao abrigo quando Dinorá, a mãezona, estava de saída. Dá um abraço em Matilde e diz: "*tu vê, Matilde, se você tivesse se tratado da primeira vez que você passou por aqui as coisas podiam ter outro rumo. Mas tudo na vida são as nossas escolhas, não é mesmo? Vai, fica com Deus e aproveita a sua família agora*". Vicentina, uma jovem senhora que estava há três meses no abrigo, repetia sem parar: "*Matilde vai voltar para o aconchego da família*". O motorista da van apressa Matilde. Diz que pegaremos engarrafamento até a rodoviária. Pergunto a ela onde estavam suas malas. Ela aponta para dois sacos pretos que estão no meio da varanda. A educadora social entrega a ela uma pasta com seus documentos e outra com seus exames de saúde. Diz ter organizado tudo ali dentro. Entrega a mim a passagem de Matilde e pede para eu tirar uma foto do cartão de embarque e enviar para o seu whatsapp, para ela acrescentar ao "relatório de reinserção". Dá um breve abraço em Vicentina que está ali e entra na van. A educadora se despede dizendo "*agora vê se se cuida, viu*" e fecha a porta da van. Partimos.

Viajamos em silêncios entrecortados por algumas poucas observações de Matilde sobre as mudanças na paisagem. Na rodoviária de Volta Redonda, mais cigarros, banheiro, um café. Já era noite. Entramos no táxi. Enquanto passávamos por uma ponte iluminada, no rádio do carro começa a tocar "if you're going to San Francisco, be sure to wear some flowers in your hair, if you're going to San Francisco, you're gonna meet some gentle people there", música do The Mamas and the Papas[33]. Naquele momento, tenho uma epifânia, a vejo saindo daquela cidade, há trinta anos, com vento em seu rosto e pergunto: "o *que você sonhava quando saiu*

[33] Canção *San Francisco*, lançada em 1967.

daqui?". "*Sonho?*" ela retruca, "*não tinha sonho. Eu só não queria ser doméstica na casa dos barão do aço que nem minhas irmãs*".

Volta Redonda – a Cidade do Aço – cujas trajetórias de seus citadinos necessariamente se esbarram com as coordenadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Não houve vento na cara nem brilho nos olhos ao ir embora; talvez um olhar assustado, o mesmo que agora ela tem ao voltar. No trajeto que fizemos até Açude II, um bairro periférico, com muitas ruas de chão de barro, Matilde foi apontando – "*aqui*", "*ali*", "*aquela*", "*essa também*" – as mansões nas quais suas irmãs haviam trabalhado para os barões do aço. Olhar a paisagem, descrever as permanências e transformações, suas inscrições afetivas nela, seus espantos com algumas mudanças, a reiteração de que as coisas estavam muito melhores foi marcando o tom de nosso trajeto até a casa de sua irmã. Ali, aguardava Celina, já de pijama. Perguntou se eu gostaria de entrar. Disse que não. Teria ainda que encontrar a casa de uns familiares onde passaria a noite e já estava tarde. Despeço-me delas e Matilde pede para eu ligar de vez em quando, "*não esquece de mim, viu!*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando esteve no Brasil, em 1985, Félix Guatarri foi perguntado, durante uma entrevista[34], sobre *nomadismo urbano*: "como poderia ser pensado o fenômeno do nomadismo urbano [...] em termos de política para que a massa lúmpen que perambula pela cidade não passe pela recuperação/repressão?" Ao que responde que aquela lhe parecia uma "questão humorística", posto que o nomadismo urbano seria, por definição, recuperável pelo sistema de vigilância e irrecuperável porquê de qualquer maneira sempre se conseguiria fugir e recompor outros itinerários. Completa dizendo que seria melhor que os arquitetos e urbanistas ficassem de fora daquela questão "por que se eles começarem a ter ideias, seriam capazes de inventar circuitos de nomadismo, *nomadoramas*" (GUATARRI, 1985, p. 119).

Embora guardando em sua resposta o tom humorístico que atribuiu à pergunta, Guatarri chamou a atenção para duas forças que (ainda) atuam sobre essa população pobre: as forças que tentam a controlar e estabelecer seus itinerários através da vigilância e as forças que irrompem esses itinerários, buscando suas brechas e criando caminhos outros. Nesta tese, busquei traçar pistas sobre a constituição dessas forças e não, não proporei aqui, como ato derradeiro, um circuito de nomadismo. Recupero agora, isso sim, alguns traçados desse percurso.

Tentando puxar os fios emaranhados nessa "rede" (dispositivo socioassistencial), deixei que a polifonia dos abrigos – num ruído constante – ecoasse nesse texto: leis, resoluções, regulamentos, normas, documentos oficiais, documentos administrativos, tabelas, reportagens midiáticas, relatórios de órgãos fiscalizadores e de controle, fala de políticos, de gestores, de assistentes sociais (em diferentes posições), psicólogas, educadores e educadoras sociais e, claro, as falas de pessoas na condição de usuárias da rede.

Tendo como ponto de partida os abrigos e a circulação que a partir deles são feitas, no percurso dessa pesquisa eu também circulei: entre documentos, corredores e salas de espera; por outras instituições da rede de saúde e assistência social, por instituições do poder judiciário e do poder administrativo do Estado. Para a realização desta pesquisa, minha circulação também foi marcada por *senhas de acesso*, *mediações*, *interdições* e regulação feitas pelas instâncias responsáveis por autorizar, ou não, pesquisas dentro dos "equipamentos" do Estado. Como busquei demonstrar ao longo deste texto, o controle do fluxo circulatório – do "bota para

[34] Entrevista-debate intitulada *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade*, no âmbito do seminário *Cidade Hoje: territórios e poder*, organizado pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC de Campinas.

dentro", "bota para fora" – em processos tecidos nas *práticas de ilegibilidade do Estado* (DAS; POOLE, 2008) e que marcam as circulações de *indesejáveis* pela cidade e pelas instâncias estatais também marcou o percurso desta pesquisa.

Embora as administrações estatais sejam resistentes a serem observadas, criando obstáculos para evitar a entrada em seus equipamentos, elas não têm como manter o controle das informações e narrativas sobre esses espaços que circulam em fluxo intenso extrapolando seus muros. Foram essas narrativas tecidas desde fora dessas instituições que trouxeram e assentaram algumas das instituições aqui abordadas – desde fora de seus muros.

Ao longo do texto, busquei apresentar as muitas linhas que fazem dos abrigos, instituições *transitórias*, *plásticas* e inseridas em uma *zona de indefinição* tanto no que se refere aos seus estatutos quanto às suas práticas. Com claras brechas para que essas instituições sejam sensíveis aos anseios das ruas, aos projetos urbanísticos, das ditas políticas de segurança, das políticas de saúde mental e geral.

Embora tenha realizado o trabalho de campo entre os anos de 2015 e 2017 dentro dos abrigos, o marco temporal dessa pesquisa vai de 2009 até 2017. Não ultrapassando esse ano. De lá para cá foram muitas e violentas mudanças difíceis de acompanhar de forma sistemática. O desmonte da seguridade social em curso incide de forma dramática sobre essas vidas vagantes, que vivem no fio da navalha, dependentes de políticas públicas miúdas porque gerem misérias. A nova Política Nacional de Saúde Mental, essa lançada no início do ano de 2019, e popularizada pelo incentivo econômico aos eletrochoques, inclui os abrigos em sua rede de atenção. Embora a nota técnica que tipifica os serviços que compõem essa rede especifique os trabalhos dentro de outros dispositivos que a compõe (CAPS, hospitais psiquiátricos e gerais), nenhuma linha faz referência de como os abrigos seriam absorvidos e o quanto de verba seria destinada a eles para que sejam incluídos oficialmente nessa política. Mas isso parece reforçar o argumento de que essas instituições precisam ser mantidas nessa zona de indefinição servindo de retaguarda para outras instituições.

Os tempos políticos da cidade e das políticas de saúde tramam as existências dessas instituições. Tanto o Maria Bethânia quanto o Rio Acolhedor são criados em 2009 e 2010, respectivamente, no contexto das políticas higienistas de recolhimento compulsório daqueles enquadrados ora como "usuários de crack", ora "moradores de rua". A "*resposta a Wagner Montes*" corresponderia também aos anseios de retirar das ruas os corpos-entulho, os corpos-coisa, para deixar "a vida em geral mais sadia e mais pura" (FOUCAULT, 1999). Nesse registro, também está inscrita a transferência do abrigo da Praça da Bandeira para a "ilha", para tornar a circulação mais perigosa e dispendiosa àqueles e àquelas que essa instituição fazem

uso. Desde o Antônio Arthur, podemos acompanhar outras transformações, essas mais silenciosas. A mudança no perfil dos usuários que de abrigo misto para receber trabalhadores da *viração* torna-se abrigo só para homens e passa a receber doentes mentais e gerais. A reforma de 2015 o torna "*a menina dos olhos do secretário* [de assistência]", pronto para ser inscrito nas rotas de fiscalização, recepção de comitivas inglesas e pesquisa (como esta).

Mas mesmo ali, no fundo dos seus arquivos e na lateral de sua construção, podemos ver marcas da desimportância dessas vidas enredadas na "*secretaria dos pobres*": as folhas de papel de carta, onde anotava-se as informações de quem passava por ali; a poça de esgoto que permanecera mesmo após outra reforma. E também nos puxadinhos e viadutos, onde são alocados os abrigos; no saco de lixo preto, onde devem carregar seus pertences; nas tabelas de gestão, em que figuram ao lado de tonelagem de lixo e produtos apreendidos.

Olhar para a cartografia do "acolhimento" diz mais do que o circuito produzido na zona oeste e norte para servir como retaguarda das intervenções urbanísticas. Essas territorialidades apontam também para uma forma indireta de deixar morrer, expor à morte ou ampliar os riscos de morte desses corpos indesejáveis (FOUCAULT, 1999), sendo proponho ler essa cartografia na chave da *necropolítica* (MBEMBE, 2018b).

Nas ações de recolhimento, o colete da Assistência imbricado com outras fardas (da Polícia Militar, da Guarda Municipal), realizadas por "educadores sociais que mais parecem milicianos", inscreve essas ações nas *práticas de ilegibilidade do Estado*, provocando *rumores* de terror em relação a esse colete que pode fazer "*gelar*". Como operar com a imagem de um colete que ora bate, ora acolhe? Tomo tanto o colete como a *van* (micro-ônibus) da assistência como objetos que materializam as ambivalências que marcam as práticas e políticas que regem essas instituições. Nas ruas, o colete pode fazer "*gelar*"; no Museu, é a *senha de acesso* pela entrada lateral e a recepção às "*visitas ilustres*"; mas, também ali, é o dispositivo que anuncia uma presença que deve ser vigiada e controlada em seus passos. O colete também é a senha de acesso ao exame de sangue e a outros serviços em variados balcões de atendimento. É o distintivo da "*secretaria dos pobres*" que pode acionar, a um só tempo, comiseração, repulsa e controle. A *van*, por sua vez, ora é aquela temida por retirar pessoas das ruas de forma compulsória, ora é procurada por aqueles que querem ir para os abrigos, ora desejada por quem dentro deles estão para a realização das mais variadas atividades.

As *táticas de desacomodação*, fundadas na ilegibilidade dos códigos que regem os abrigos, garante que as pessoas circulem, não se acomodem, sejam lembradas que "*abrigo não é casa de ninguém*". As figuras de coerção das ruas (policiais militares, guardas municipais, traficantes e milicianos) circulam também dentro dos abrigos, seja em presença física, seja

acionadas em narrativas que aproximam os agentes do "acolhimento" aos agentes da "repressão". Todos esses mecanismos transformam os abrigos em campos, a um só tempo, de "acolhida" e "batalha". Mas não só eles.

A assistência social está estruturada no trabalho em rede com outras redes (de saúde geral, mental, trabalho, educação). Os abrigos, em seu modo de funcionar, estão conectados a essas outras políticas. São portas para muitas emergências. A "reinserção social", fundante do trabalho ali operado, está vinculada a um circuito que deve ser seguido dentro dessas outras redes. Documentação, trabalho, família e benefícios são as ênfases desses expedientes. Esses passos culminariam na *fixação* das pessoas em residências, mesmo que provisórias. Busquei demonstrar nesse trabalho, como esses objetivos funcionam de forma ambivalente, criando um itinerário institucional cheio de *buracos*. Esse itinerário faz com que as pessoas caminhem (circulem) para seu cumprimento, mas também faz com que as pessoas *escoem* – evadam ou sejam desligadas. É um itinerário que cria e/ou evidencia seus *indesejáveis*.

O literal buraco no muro que dá acesso à linha do trem, que tem como efeito a produção de uma circulação permanente de *indesejáveis* – dentro da ideia de se "vencer [derrotar] pelo cansaço" –, pode ser tomado como metáfora de outros *buracos*. Esses que, no "itinerário institucional", fazem com que as pessoas – aquelas que não se conformam nas normas e nos anseios pedagógicos dos abrigos – escoem por eles.

Família e trabalho são os eixos desse itinerário que mais produzem buracos. Quanto ao primeiro, a busca por paradeiro de familiares, a "reinserção familiar", o voltar para uma família da qual já se fugiu pode ser motivação de abandono da vaga – escoamento. Quanto ao segundo, a busca por emprego, também é outro ponto de escoamento. "Saiu para procurar emprego e não voltou" é sentença repetitiva nos PDIs e parece fazer o registro de um *segredo público*, nas palavras de Woodward (2016, p. 20) – de que "há segredos que são mantidos à parte do público, e há 'segredos públicos', que o público escolhe para manter seguros de si mesmo": qual seja, de estarem, já há muito tempo, apartadas das políticas de trabalho formal. A compulsoriedade em buscar a família e buscar emprego produzem evasão.

Se família, trabalho e, por vezes, a documentação são dimensões que podem fazer as pessoas *escoarem pelo buraco*, o corpo combalido pode produzir sedentarização, criando vínculos através da compaixão. Afora os "casos psiquiátricos", que compõem uma população quase fixa, aqueles que estão adoentados têm um espaço para serem cuidados. O corpo adoecido é recurso e tem um maior poder de "*segurar uma vaga*" dentro dos abrigos. As "*interfaces entre a assistência e a saúde*" vão sendo tecidas no cotidiano dos abrigos em atos de cuidados corporais, na medicalização que mantém certo controle e na construção conjunta de bons

laudos. Para isso, tanto pessoas usuárias quanto equipes técnicas, educadores e educadoras sociais mobilizam seus parcos recursos.

"*Conseguir uma vaga*", "*batalhar uma vaga*", "*segurar uma vaga*", "*perder a vaga*", "*liberar a vaga*" compõem o léxico das *virações* de todos os dias dessa gente que transita por entre vagas. As vagas nos abrigos são uma dentre outras que estruturam vidas marcadas pelas precariedades ligadas à produção de desigualdades. Busquei, nesta tese, sinalizar para os percursos que levam de uma vaga a outra, para os dispositivos que visam produzir vinculações e fixações e para aqueles que fazem circular.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, S. *Fazer-se no "estado":* uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBTS" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ALVES, José Claudio Souza. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (ed.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Justiça Global, Fundação Heinrich Böll, 2008.

AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida:* A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos Lugares. Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminaridades no Espaço Urbano. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 190-203, 1994.

ARAÚJO, Fábio. A prisão e a produção do espaço urbano: territorialidades carcerárias. In: MALLART, Fabio; GODOI, Rafael (org.). *BR 111:* a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta, 2017.

ARAÚJO, Fábio. *Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos:* desaparecimentos, violência, sofrimento e política. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

ASAD, Talal. Dónde están los margenes del estado? *Cuadernos de Antropologia Social*, n. 27, p. 53-62, 2008.

AYUERO, Javier. Patients of the State: An Ethnographic Account of Poor People's Waiting. *Latin American Research Review*, v. 46, n. 1, 2011.

AZEVEDO, Lena, FAULHABER, Lucas. *SHM 2016:* remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BARBOSA, Antônio Rafael. Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, p. 256-265, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 2, 2008.

BIEHL, João. Antropologia no campo da saúde global. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 257-296, jan./jun. 2011.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 430-461, 2014.

BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Mediações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BRANDÃO, B. *Do governo de corpos ao "autogoverno de almas":* drogas, crime e fé num centro de recuperação pentecostal. 2017. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. *Decreto N° 7053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Instersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 1.744 de 8 de dezembro de 1995. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 10227, 11 jul. 1984.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria. Sistema Único de Assistência Social - SUAS Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica*. Brasília, julho de 2005.

BRASIL. Resolução n° 109 do Conselho Nacional de Assistência Social. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 225, p. 34, 25 nov. 2009.

BUTLER, Judith. *Vida precária:* el poder del duelo y de la violência. Buenos Aires: Paidos, 2006.

CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele, TELLES, Vera (org.). *Saídas de emergência*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAMPBELL, Alexandre; CASCARDO, Fabio; SERENO, Graziela; OLIVEIRA Patrícia; LIRA, Renata; ALVES, Vera Lúcia. *Relatório temático: Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ALERJ, 2016.

CANO, Inácio; DUARTE, Thais. *No Sapatinho:* a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARRARA, Sérgio. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos (org.). *Tutela:* formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

CARVALHO, Monique B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão*, v. 29, p. 285-308, 2013.

CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos:* da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTRO, João Paulo Macedo; SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). *Anthorpológicas*, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

CAVALCANTI, Mariana; FRÚGOLI, Heitor. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, Brasilia, UNB, v. 38 n. 2, p.73-97, 2012.

CENTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. *Violações de direitos da População em Situação de Rua nos meses que antecedem a realização da Copa do Mundo*, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril:* cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Lilian. Modelos de assistência e identidades engendradas: notas sobre política e saúde mental no Brasil. In*:* Reunião Brasileira de Antropologia, 30., 2016, João Pessoa. *Anais* [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. *Periódico Permanente*, n. 6, 2016.

COMERFORD, John. Tutela, família e vizinhança: alguns comentários. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos (org.). *Tutela:* formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: e-papers, 2014.

COMITÊ ESTADUAL PARA PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO. *Relatório de visita aos abrigos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro*, 2012.

COMPANS, Rose. O paradigma das *Global Cities* nas estratégias de desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 91-111, 1999.

CONCEIÇÃO, Wellington. *Minha casa, suas regras, meus projetos*: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA & CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Relatório de visitas realizadas junto aos abrigos municipais para População em Situação de Rua,* Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antônio da Silva. Novos Conflitos na Cidade: A UPP e o Processo de Urbanização na Favela. *Dilemas*, v. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DALEY, Suzanne. O céu e o inferno de Santiago. *OGLOBO*, Rio de Janeiro, 28 set. 2013. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/rio/o-ceu-o-inferno-de-santiago-calatrava-10188175 >. Acesso em: 18 jun. 2018

DALLARI, Suelli Gandolfi. A proteção do direito à intimidade, a confidencialidade e o sigilo nas pesquisas em saúde. In: GUERRERO, Iara (org.). *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, p. 53-82, 2008.

DAS, Veena. The Boundaries of the "We:" Cruelty, Responsibility and Forms of Life. *Critical Horizons*, v. 17, n. 2, p. 168-185, 2016.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 17, p.19-52, 2008.

DAS, Venna. *Life and Words:* violence and the descent into the ordinary. Los Angeles: University of California Press, 2007.

DAS, Venna. The signature of the state: the paradox of illegibility. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DAVIES, F. *Deodoro: formas de governo para uma "região olímpica"*. 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

DAVIES, Frank Andrew. Formas de governo e conflito com o Exército na produção da "região olímpica de Deodoro". In: LEITE, Márcia, ROCHA, Lia, FARIAS, Juliana, CARVALHO, Monique (org.). *Militarização do Rio de Janeiro:* da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

DELEUZE, Gilles. *A Ilha Deserta: e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2014.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*, 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

DELUCCA, D. *A rua em movimento:* experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. 234 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DELUCCA, Daniel. Nem dentro nem fora: transformações e usos de um dispositivo da assistência. In: CUNHA, Neiva & FELTRAN, Gabriel (org.). *Sobre periferias:* novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

DINIZ, Débora. A Pesquisa Social e os Comitês de Ética no Brasil. In: FLEISCHER, Soraya e SCHUCH, Patrice (org.). *Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica*. Brasília: Letras Livres, p.183-192, 2010.

DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO: Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2015.

DUARTE, Thais Duarte, Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* v. 90, p. 1-16, 2019.

FACUNDO, A. *Êxodos e refúgios:* colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014. 406 f.Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 2014.

FASSIN, D. Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia lós pobres y lós inmigrantes. *Educação,* Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 201 – 226, maio /ago., 2005.

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. *Ponto Urbe,* v. 15, n. 1, 2014.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set./dez., 2014.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia da USP*, v. 53, n. 2, 2010.

FERGUSON, James. Beyond ‘‘the State’’ and ‘‘Civil Society’’ in the study of African Politics. In: NUGENT, David; VICENT, Joan (org.). *A Companion to the Anthropology of Politics*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2007.

FERGUSON, James. The anti-politics machine. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (org.). *The anthropology of state*. USA: Blackwell Publisher, 2006.

FERNANDES, Adriana. *Escuta ocupação*: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro. 2013. 311 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERNANDES, Adriana. Quando os vulneráveis entram em cena: Estado, vínculos e precariedade em abrigos In: BARROS, Joana; DAL’BÓ DA COSTA, André; RIZEK, Cibele (org.). *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. São Carlos: IAU/USP, 2018.

FERNANDES, Camila. *Figuras da causação*: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. 250f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. ‘Apenas preencher papel’: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana,* Rio de Janeiro, v. 19, p. 39-68, 2013.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. *Pessoas Desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015b.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita; NADAI, Larissa. Reflexões sobre burocracia e documentos: apresentação do dossiê. *Confluências*. v. 17, n. 3, 2015a.

FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro. A cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. *Dados*, p. 635-671, 2013.

FÓRUM PERMANENTE DE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Fechem o abrigo de Paciência*, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003a.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes: São Paulo, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*: a vontade de saber. São Paulo: GRAAL, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: PAZ E TERRA, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault:* uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Rio de Janeiro: Martins Fontes Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANGELLA, S. *Corpos Urbanos Errantes:* uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

FRANGELLA, Simone. Prefácio. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Editora UFSCAR, 2016.

FRANGELLA, Simone; RUI, Taniele. Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. *Política & trabalho*, v. 1, n. 47, p. 23-38, 2018.

FROMM, Debora. Percursos e refúgios urbanos: Notas sobre a circulação de usuários de crack pela trama institucional da Cracolândia de São Paulo. In: TELLES, V. (org.). *Em torno da cracolândia paulista*. Ponto Urbe, n. 21, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition. org/pontourbe/3602>. Acesso em: 12 maio 2019.

FRUGOLI JR, Heitor. CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e Rio de Janeiro". *Anuário Antropológico/2012*, Brasília, v. 38, n. 2, 2013.

GARDELLA, Édouard. A urgência como cronopolítica: o abrigo para pessoas em situação de rua. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Editora UFSCAR, 2016.

GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia. *As Novas Políticas Sociais Brasileiras na Saúde e na Assistência:* produção local do serviço e relações de gênero. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeias*: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH, Universidade de São Paulo, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONZALES, Lélia; HAZENBALD, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração*: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

GUATARRI, Félix. *Caosmose:* um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2006.

GUATARRI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debate*, v. 16, 1985.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. C*adernos Pagu*, v. 46, jan./abril., p. 59-77, 2016.

GUPTA, Akhil. *Red tape: bureaucracy, structural violence and poverty in India*. Durham and London: Duke Univerty Press, 2012.

GUTTERRES, Anelise. *A resiliência enquanto experiência de dignidade:* antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradores ameaçados de remoções nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). 2014. 408 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

GUTTERRES, Anelise. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana,* Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 179-209, 2016.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRATA, D. *Sobreviver na adversidade*: entre o mercado e a vida. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. In: Dossiê Gênero e Cuidado. C*adernos Pagu*, v. 46, p.151-163, jan./abril, 2016.

HULL, Matthew S. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto, v. 41, n. 1, p. 251-267, 2012.

JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoint. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo:* diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco:* sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACERDA, Paula. *Meninos de Altamira:* violência, luta política e administração pública. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 325 p.

LACERDA, Paula. O Sofrer, o narrar e o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, p. 45-76, 2014.

LATUIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p. 463-477, 2014.

LEITE, Márcia Pereira. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. *Vibrant:* Virtual Brazilian Anthropology, v. 14, n. 3, p. 149-171, 2013.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000.

LEITE, Márcia. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas em contexto de 'pacificação'. In: BIRMAN, P. et al. Dispositivos urbanos e trama dos viventes – *ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015a. p. 377-401.

LEITE, Márcia. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas*, v. 7, p. 625-642, 2014.

LEITE, Márcia. *Novos regimes territoriais em favelas cariocas*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: lugares dos historiadores, velhos e novos desafios, 28., Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis, 2015b.

LEITE, Márcia; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de 'pacificação'. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel. *Sobre periferias:* novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2013.

LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique Batista. Sobre os dispositivos de governo dos pobres em uma cidade militarizada. In: LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique Batista. (org.). *Militarização no Rio de Janeiro*: da pacificação à intervenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, p. 9-16.

LEMÕES, T. *De vidas infames à máquina de guerra:* etnografia de uma luta por direitos. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2017.

LEMÕES, Tiago. A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 10, n. 21, 2014.

LEMÕES, Tiago; FERNANDES, Bruno Guillhermo. "Sempre tem grades na minha vida": sobre a produção técnica, política e discursiva de sujeitos (in)capazes. *Revista de Antropologia da UFSCAR*, v. 10, n. 1, p. 275-299, jan./jun. 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LOBO, Heloísa. *Processos de remoções e seus desdobramentos:* tramas e percursos em busca de uma casa. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LORETTI, Pricila. Para que serve uma UOP? Algumas considerações sobre a política de ordem pública no Rio de Janeiro. *Dilemas*. v. 8, n. 3, - p. 501-528, jul./ago./set., 2015.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia Carvalho Mesquita. Anthropological Perspectives on Documents: Ethnographic Dialogues on the Trail of Police Papers. *Vibrant*, Florianópolis, v. 11, p. 76-112, 2014.

LYRA, Diogo. *A república dos meninos – juventude, tráfico e virtude.* Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

MACHADO, Carly. Conexões e Rupturas Urbanas: Projetos, populações e territórios em disputa. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 32, n. 93, p. 1-21, 2017.

MACHADO, Luiz Antônio. *A política na favela*. Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MACHADO, Luiz Antônio. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; CARNEIRO, Sandra de Sá (org.). *Cidade:* olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, p. 21-42, 2009.

MACHADO, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira. Continuidades e mudanças em favelas 'pacificadas': apresentação ao dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – CEVIS. *Dilemas*, v. 7, p. i-iv, 2014.

MACHADO, Luiz Antônio; LEITE, Márcia. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007.

MAGALHÃES, Alexandre. "A remoção foi satanizada, mas não deveria": o retorno da remoção como forma de intervenção estatal nas favelas do Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 293-315, maio/ago., 2016.

MAGALHÃES, Alexandre. *Transformações no "problema favela" e a reatualização da "remoção" no Rio de Janeiro*. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MAGALHÃES, Alexandre; PETTI, Daniela. "Nossa casa está condenada": o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia da UFSCAR*, v. 10, n. 1, p. 257-274, jan./jun., 2018.

MAGALHÃES, Taís. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: a Operação Sufoco na "cracolândia" paulistana. In: TELLES, V. (org.). *Em torno da cracolândia paulista.* Ponto Urbe, n. 21, 2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/3602. Acesso em: 18 jul. 2018.

MALLART, Fábio. As pílulas e a prisão: produção e gestão do sofrimento. *Le monde diplomatique Brasil*, v. 104, 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-pilulas-e-a-prisao-producao-e-gestao-do-sofrimento/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MALLART, Fábio. *Cadeias Dominadas*: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALLART, Fabio; GODOI, Rafael (org.). *BR 111:* a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta, 2017.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. *Pontourbe*, n. 21 São Paulo, 2017.

MARIANO, Silvana Aparecida. Cidadania sexuada feminina: a inclusão das mulheres na Política de Assistência Social. In: SOUZA, Márcio Ferreira. *Desigualdade de gênero no Brasil:* novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Traço Fino, 2010. p. 41-70.

MARTINEZ, Mariana. A gestão da Saúde nos registros: empreendimentos para construir redes. *AVA*, v. 26, 2015.

MARTINEZ, Mariana. O consultório na Rua e as novas formas de intervenção em cenários de uso de crack: o caso de São Bernardo do Campo. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Editora UFSCAR, 2016.

MARTINEZ, Mariana; OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de; PEREIRA, Luiz Fernando de Paula; PAZZINI, Domila do Prado; BARBOSA Aline Ramos. A produção e a gestão da população de rua: a trajetória de Luciene. *Dilemas*, v. 7, n. 4, p. 741-767, 2014.

MBEMBE, Achile. *Necropolitica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.: São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MELO, Tomás. "Da rua para a rua": novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

MELO, Tomás. *Política dos "improváveis":* Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MENEZES, P. *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado":* uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas. 2015. 431 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MIAGUSKO, Edson. A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização. In: LEITE, Márcia, ROCHA, Lia, FARIAS, Juliana, CARVALHO, Monique (org.). *Militarização do Rio de Janeiro:* da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

MINHOTO, Laurindo. A lógica do conflito urbano. *Jornal Estadão*, São Paulo, 14 out. 2012. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-logica-do-conflito-urbano-imp-,945211>. Acesso em: 12 maio 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Residências terapêuticas: o que são, para que servem. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ação Civil Pública n° 11.499. 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital. *Ação Civil Pública*, 2013.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set./dez., 2008.

MOLYNEUX, Maxine. Mothers at the servisse of the New Poverty Agenda: Progresa/Oportunidades. *Social Policy and Administration*, v. 40, n. 4, p. 425-229, 2006.

NACIF, Cristina. Estado de Choque: legislação e conflitos no espaço público da cidade do Rio de Janeiro – Brasil (1993-2010). In: ENCONTRO NACIONAL da ANPUR, XIV, 2011. *Anais* [...]. Rio de Janeiro, 2011.

NASSER, Marina**.** Cracolândia como campo de gravitação. *Ponto Urbe*, v. 21, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3530>. Acesso em: 11 abr. 2019.

O´DWYER, Eliane. A tutela e o Estado brasileiro: disciplinamento versus autonomia dos povos e comunidades tradicionais. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos (org.). *Tutela:* formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: e-papers, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

OLIVEIRA, L. *Circulação e fixação:* o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua na cidade de São Carlos e a emergência de uma população. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

OLIVEIRA, Luciano de Freitas. A construção das "populações-alvo" nas políticas públicas: o caso dos moradores de rua em São Carlos/SP. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Pesquisa *em versus* Pesquisa *com* seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.). *Antropologia e ética:* o debate atual no Brasil. Niterói: Eduff, 2004.

PADOVANI, N. *Sobre casos e casamentos:* afetos e "amores" através de penitenciárias femininas de São Paulo e Barcelona. 2015. 400 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PECHENY, Mario. Introdução. In: PECHENY; PALUMBO (org.). *Esperar y hacer esperar:* escenas y experiencias en salud, dinero y amor. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: TeseoPress, 2017.

PEIRANO, Mariza. A lógica múltipla dos documentos. In: PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006b.

PEIRANO, Mariza. "Sem lenço, sem documento". In: PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006a.

PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009.

PEREIRA, Luiz Fernando. No labirinto da gestão: desdobramentos do processo de institucionalização e transformação de moradores de rua em "usuários "dos serviços de Assistência Social. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

PEREIRA, Luiz Fernando. *No labirinto da gestão:* notas sobre moradores de rua e trabalhadores da assistência social. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam:* o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. 2018. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PIO, Leopoldo. Cultura, patrimônio e museu no porto maravilha. *Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 8-26, 2013.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação:* as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O Conceito de Biopoder Hoje. *Política e Trabalho,* n. 24, p.27-57, abril de 2006.

RILES, Annelise. Introduction: In Response. In: RILES, Annelise (ed.). *Documents*: artifacts of modern knowledge. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

RIO ACOLHEDOR I – PACIÊNCIA – UNIDADE MUNICIPAL DE REINSERÇÃO SOCIAL. *Perfil dos acolhidos:* origem da abordagem dentro do Município do Rio de Janeiro, 2012.

RIO DE JANEIRO. Decreto n° 30.339, de 01 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Organização Básica do Poder Executivo Municipal. Diário Oficial do Rio, 01 de jan. 2009.

ROBAINA, I. *Entre mobilidades e permanências:* uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. 2015. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA, L. M. Uma favela sem tráfico? In: Luiz Antônio Machado da Silva. (Org.). *Vida sob cerco:* violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 191-225. 1 v.

ROCHA, Lia de Mattos. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: "pacificação", intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique (org.). *Militarização no Rio de Janeiro*: da pacificação à intervenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, p. 223-239, 2018.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela 'diferente das outras'*?: Rotina, Silenciamento e Ação Coletiva na Favela do Pereirão no Rio de Janeiro. 1. ed. Rio De Janeiro: Quartet, 2013.

ROCHA, Lia de Mattos; BORGES, Dorian. UPPs e os múltiplos significados de paz na perspectiva dos jovens moradores de favelas pacificadas. In: CARDOSO, Adalberto (org.). *Juventudes na cidade*: violência, cultura, religião, escola. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2014.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista. "Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro." *Cadernos Metrópole*. v. 20, n. 43, p. 905-924, 2018.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista; DAVIES, Frank Andrew. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia da UFSCAR*, v. 10, n. 1, p. 216-237, jan./jun., 2018.

ROCHA, Lia de Mattos; PALERMO, Luis Claúdio. 'O Morro está na calmaria': Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da 'pacificação'. *Dilemas*, v. 8, p. 25-40, 2015.

ROCHA, Lia. “Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da ‘pacificação’ das favelas cariocas”, *Revista Ensaios,* v. 14, p. 80-98, 2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: BoiTempo, 2015.

ROSE, Nicolas. La muerte de lo social? Re-configuración del territorio de gobierno. In: *Revista Argentina de Sociología*, v. 5, n. 8, p. 111-150, 2007.

ROY, Damien. Micropolíticas da “população em situação de rua”: interações face a face e recorte situacional de um objeto da ação pública. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

RUI, T. *Corpos Abjetos*: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 355 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RUI, Taniele. Da deriva pela Av. Brasil à fixação numa esquina na Maré: usuários de crack, refugiados da pacificação. In: LEITE, Márcia, ROCHA, Lia, FARIAS, Juliana, CARVALHO, Monique (orgs). *Militarização do Rio de Janeiro*: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

RUI, Taniele. Depois da ‘Operação Sufoco’: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na ‘cracolândia paulistana’. *Contemporânea*, v. 3, n. 2, p. 287-310, 2013.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack:* etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; NOVAES, Patrícia Ramos. Impactos socioespaciais do experimento neoliberal na cidade do Rio de Janeiro no contexto dos Jogos Olímpicos. In: LEITE, Márcia, ROCHA, Lia, FARIAS, Juliana, CARVALHO, Monique (org.). *Militarização do Rio de Janeiro*: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SANTOS, Thatiana; SANTOS, Delico. O trabalho Social nas políticas públicas. In: FERREIRA, Aline; PEREIRA, Viviane. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, Rio de Janeiro, 2015

SANTOS, Yumi Garcia. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais, *Cadernos CRH*, Salvador, UFBA, v. 27, n. 72, p. 479-494, set/dez., 2014.

SANTOS, Yumi Garcia. Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família monoparental de Cidade Tiradentes. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera (org.). *Saídas de Emergência*: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 417-435.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia global*. São Paulo: Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. Global Cities and Survival Circuits. In: EHRENREICH, B., HOCHSCHILD, A.R. (ed.). *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy.* N.Y., Metropolitan Books, H. Holt and Company, 2002, p. 254-274.

SCARPIN, Paula. Morar na rua em Ipanema: quem são os mendigos de um dos bairros mais ricos do Brasil e o que o poder público faz com eles. *Revista Piauí*, n. 44, maio 2010.

SCHMIDT, Selma. Moradores de rua na mira da prefeitura. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 03 jan. 2009. Disponível em: < https://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-de-rua-na-mira-da-prefeitura-219224.html >. Acesso em: 8 jan. 2018.

SCHUCH, Patrice. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Cláudia; MACHADO, Helena (org.). *Ciência, Identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

SCHULTZ, Patrice. A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do "campo" para o debate). In: SARTI, Cynthia e DUARTE, Luis Fernando Dias (org.). *Antropologia e ética*: desafios para a regulamentação. Brasília: ABA Publicações, 2013.

SCHWARTZ, B. Waiting, Exchange, and Power: The Distribution of Time. *American Journal of Sociology*, n. 79, p. 841–870, 1974.

SCOTT, James. *Seeing like a state:* how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

SECRETARIA ESPECIAL DE ORDEM PÚBLICA. Plano Municipal de Ordem Pública, 2010.

SECRETARIA MUNICIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Projeto Circulando completa um ano de atividade na rede acolhedora da SMDS,* Rio de Janeiro, 14 ago. 2014.

Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4855620.> Acesso em: 18 jun. 2018.

SECRETARIA MUNICIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Rio acolhedor, Página na web. Disponível em: <https://rioacolhedorpaciencia.wordpress.com.> Acesso em: 18 nov. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 20, art. 5º, XIV. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/40129Res%20SMAS%2033_2012.pdf.> . Acesso em: 18 jun. 2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Censo População de Rua: um direito à cidade*, Rio de Janeiro, 2013.

SHELLER, Mimi, URRY, John. The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, v. 38, n. 2, p. 207-26, 2006.

SILVA, Carlos. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera (org.). *Saídas de Emergência*: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

SILVA, Hélio.; MILITO, Cláudia. *Vozes do Meio* Fio. Rio de janeiro: Relume Dumará, 1995.

SILVA, Martinho Braga Batista. Reforma psiquiátrica e redes de suporte social: construindo tecnologias "psicossociais". In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos (org.). *Tutela:* formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: e-papers, 2014.

SILVA, Rosimeire; MELO, Tomás. Efeitos de opacidade e inteligibilidade: as mortes de rua nos laudos cadavéricos e inquéritos da Polícia Civil do Distrito Federal. *Confluências.* v. 17, n. 3, p. 55-74, 2015.

SOARES, Barbara Musumeci. *Retrato das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro*, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, nº 1, junho de 2002.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do *care*. *Cadernos Pagu*, v. 46, p. 107-128, jan./abril 2016.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. *Tutela*: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. e-paper: Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Apresentação Dossiê Fazendo Estado: o estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 2, USP, 2012.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista De Antropologia*, v. 55, n. 2, p. 781, 2013.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Sobre gestar e gerir desigualdades: pontos de investigação e diálogo". In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos (org.). *Gestar e gerir*: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TARRIUS, Alain. Economies souterraines, recompositions sociales et dynamiques des "marges" dans une ville moyenne française. *Sociétés Contemporaines*, n. 36, p. 19-32, 1999.

TELLES, V.; CABANES, R. (org.). *Nas tramas da cidade:* trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, Vera. *A Cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, Vera. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 15 – 41, jan/jun, 2015.

TELLES, Vera. Refugiados Urbanos. In: REDONDO, Técio (org). *Bertold Brecht*. Do guia para os habitantes da cidade. Poemas e comentários. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, 2017 [no prelo].

TELLES, Vera; HENRY, Etiène (org.). *Dossiê*: Serviços urbanos, cidade e cidadania. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2002.

TERRA ONLINE. Justiça interdita abrigo por superlotação no Rio de Janeiro. *Terra Online,* 26 mar. 2010. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/justica-interdita-abrigo-por-superlotacao-no-rio-de-janeiro,1e594bc92690b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html.> Acesso em: 17 nov. 2017.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIANNA, A. *Limites da menridade*: tutela, família e autoridade em julgamento. 2002. 340 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIANNA, Adriana. A produção de destinos: ação tutelar, escolhas e viabilidades na gestão da infância. In: Antônio Carlos de Souza Lima. (org.). *Tutela:* Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers/LACED, 2014c. p. 367-397.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Sergio Toniolo Castilho; Antônio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira (org.). *Antropologia das Práticas de Poder:* reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, p. 43-70, 2014b.

VIANNA, Adriana. Fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: VIANNA, Adriana. *O fazer e o desfazer dos direitos:* experiências etnográficas sobre políticas, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

VIANNA, Adriana. Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In: LIMA, Antônio C.; GARCIA-ACOSTA, Virgínia. *Margens da Violência:* subsídios ao estudo do problema da violência em contextos brasileiros e mexicanos. Brasília: ABA, 2014a.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional, *Cadernos Pagu*, n. 37, n. 37, p. 79-116, jul./dez., 2001.

VÍCTORA, Ceres. et al. (org.). *Antropologia e ética*: o debate atual. Niterói: EdUFF, 2004.

VÍCTORA, Ceres. Ética de pesquisa em equipes multidisciplinares. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.). *Antropologia e ética:* o debate atual no Brasil. Niterói: Eduff, 2004.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). *Revista Franco-brasileira de geografia*, n. 13, 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/7274?lang=pt#text. Acesso em: 18 set. 2018.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: REVAN, 2005.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOODWARD, Kathleen. Um segredo público: o viver assistido, cuidadores, globalização. C*adernos Pagu*, v. 46, p. 17-57, jan./abril, 2016.